



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
DEPUTADO PONTES NETO

**AINDA 1964:
HISTÓRIA,
POLÍTICA
E SENSIBILIDADES**

MALCE
Memorial da Assembleia
Legislativa do Ceará
Deputado Pontes Neto

OSMAR MAIA DIÓGENES
DANIEL GONÇALVES
PAULO R. F. O. MARQUES
(ORGANIZADORES)

AINDA 1964: HISTÓRIA, POLÍTICA E SENSIBILIDADES

MALCE

Memorial da Assembleia
Legislativa do Ceará
Deputado Pontes Neto



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza | Ceará
2014

**Instituto de Estudos e Pesquisas
sobre o Desenvolvimento do
Estado do Ceará**

Coordenação Editorial

José Ilário Gonçalves Marques

Assistente Editorial

Andréa Melo

Projeto Gráfico e Diagramação

José Gotardo Filho

Revisão

Daniel Gonçalves

Paulo R. F. O. Marques

Impressão

Inesp

Coordenação de Impressão

Ernandes do Carmo

Impressão e Acabamento

Gráfica do Inesp

**Memorial da Assembleia
Legislativa do Ceará
Deputado Pontes Neto - MALCE**

Presidente

Osmar Maia Diógenes

Curadora

Lídia Sarmiento

Coordenadoria Administrativa

Martha Abreu

Coordenadoria de Pesquisa

Annelise Grieser

Coordenadoria do Setor Educativo

Maria Teresa Diógenes

Organizadores da Publicação

Osmar Maia Diógenes

Daniel Gonçalves

Paulo R. F. O. Marques

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

A295 Ainda 1964: história política e sensibilidades / Osmar
Maia Diógenes, Daniel Gonçalves, Paulo R. F. O.
Marques (organizadores). - Fortaleza: MALCE: INESP,
2014.
308p. ; 23cm.

ISBN: 978-85-7973-061-0

1. Ditadura, Brasil. 2. Anistia, Brasil. I. Diógenes,
Osmar Maia. II. Gonçalves, Daniel. III. Marques, Paulo R.
F. O. IV. Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial
Deputado Pontes Neto. Instituto de Estudos e Pesquisas
sobre o Desenvolvimento do Estado. V. Título.

CDDdir. 981.063

Todos os direitos desta edição reservados ao Inesp

Av. Desembargador Moreira, 2807
Ed. Senador César Cals - 1º andar
CEP 60170-900 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel.: (85) 3277.3701
inesp@al.ce.gov.br

SUMÁRIO



PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
ARTIGOS	17

*ENTRE O LEMBRAR E O ESQUECER: AS REMEMORAÇÕES DOS 40
E 50 ANOS DO GOLPE E DA IMPLANTAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....*19

CAROLINE SILVEIRA BAUER

*MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA: MEMÓRIA, GÊNERO E AFETO
NA (RE)CONSTRUÇÃO DA LUTA CONTRA A DITADURA BRASILEIRA.....*39

ANA RITA FONTELES DUARTE

*FREI TITO: LITERATURA E MEMÓRIA.....*63

FRANCISCO RÉGIS LOPES RAMOS

*ESTÁDIOS DE POESIA: POR UMA HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES.....*99

DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR

*IMAGENS PRECÁRIAS - INSCRIÇÕES
TÊNUES DE VIOLÊNCIA DITATORIAL NO BRASIL.....*139

MÁRCIO SELIGMANN-SILVA

*MEDO E SOFRIMENTO SOCIAL NO BRASIL NO
PRIMEIRO ANO DO GOLPE MILITAR DE 1964.....*171

MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY

*A AMBIVALÊNCIA DA RELAÇÃO DA IMPRENSA
COM O LEGISLATIVO CEARENSE (1964-1979).....*201

LUCILI GRANGEIRO CORTEZ

*A REPRESSÃO APÓS O GOLPE MILITAR DE 1964 E A RESISTÊNCIA
UNIVERSITÁRIA - ÀS GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....*277

CÉSAR BARREIRA

EUDES BAIMA

VIRGÍNIA BENTES PINTO

PREFÁCIO



A história do período ditatorial no Brasil, com marco inicial no ano de 1964, tem sido conduzida com matizes controversas sobre aquela triste realidade. A nebulosidade dos registros fáticos simboliza a própria estratégia, adotada pelo movimento militar, na implantação do regime de exceção.

A obra *Ainda 1964: História, Política e Sensibilidades* procura resgatar, de forma mais cristalina, a ocorrência de aspectos e fatos importantes, construindo uma análise independente, em cada capítulo, do ponto de vista histórico, guardando, sempre, um nexos de inter-relação, sem perder a unidade de compreensão do todo.

A abordagem é ampla desde a gênese do movimento até os esforços populares de cunho nacional para a aprovação da Lei da Anistia, onde o papel do Movimento Feminino pela Anistia – MFPA foi decisivo, tendo no Ceará a figura emblemática de Maria de Lourdes Miranda Albuquerque.

Os temas desenvolvidos sobre o período da ditadura militar são motivos de reflexão e debate para melhor entendimento das relações dos meios de comunicação com o Poder Legislativo, da censura à liberdade de imprensa, da tomada de posição dos estudantes universitários, do papel da Igreja frente àquela realidade de violação dos direitos humanos, das limitações da ação sindicalista, sobretudo, do legado deixado para a reconquista do estado de direito e da democracia.

A Assembleia Legislativa, por meio de seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp e do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - MALCE, tem a satisfação de oferecer à sociedade cearense a presente publicação, como substrato de análise e reflexão para o debate e a discussão sobre esse recorte da história brasileira.

Ilário Marques,
Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre
o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp

APRESENTAÇÃO



Os projetos do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará (MALCE) orientam-se em duas vertentes: atendendo, fundamentalmente, a demandas internas que estejam em coerência com as Linhas de Trabalho (Memória Política, Estudos Museológicos e Práticas Educativas) que regem nossa perspectiva científica, educacional e política; e, eventualmente, a demandas externas, com o objetivo de fazer parcerias institucionais de relevância política e educacional, e consequente ampliação do público de nossas produções.

Como setor de uma instituição legislativa, o MALCE busca com a presente obra não a celebração/comemoração dos 50 anos do Golpe civil-militar de 1964, mas a reflexão, o debate público e a problematização de um acontecimento e de um período tão recente na história da sociedade brasileira e que ainda mobiliza muitos embates nos campos da memória e dos direitos civis. Trata-se de aproveitar a efeméride para refletir e debater sobre o conhecimento e sobre as questões relacionadas à democracia e aos direitos humanos.

Agradecemos à fundamental colaboração de Ana Rita Fonteles, Caroline Bauer, César Barreira, Durval Muniz, Eudes Baima, Lucili Cortez, Márcio Seligmann-Silva, Mauro Guilherme Koury, Régis Lopes e Virgínia Bentes Pinto.

Por fim, agradecemos à parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, fundamental para a publicação desta obra.

Osmar Maia Diógenes

Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Dep. Pontes Neto – MALCE



O AINDA DOS ACONTECIMENTOS

Ainda 1964. A data nos situa no calendário, mas não na história. Nos dá uma somatória de dias (50 anos), mas não enreda, nada comemora. Todos os “instantes são candidatos legítimos ao papel de momento axial” (RICOEUR, 2010, p. 184).

Falar sobre o acontecimento do golpe militar (civil-militar?) de 1964 em 2014 não é necessariamente saber quais fatos ocorreram entre o anoitecer de 31 de março e o amanhecer de 1º de abril, mas encarar os sentidos, as apropriações, as pelejas discursivas e as memórias divididas que se proliferaram entre sua irrupção, o presente e as expectativas. 1964 é o que ele se tornou.

Mas há o advérbio *ainda* em nosso título. Não se trata de cansaço: *Ainda!* Queremos dizer que de fato algo ocorreu anteriormente, mas é concomitante ao presente e inacabado (FIORIN, 2010, p. 171). Mas o que faz os acontecimentos pretéritos serem concomitantes ao presente e inacabados? Por que duas datas tão distantes se pertencem? Por que os dias seguintes não eliminaram os anteriores, como tantos outros dias de nossas vidas? Por que continuamos a dizer 1964 em 2014? Por que 1964 completou 50 anos em 2014 e 1965 talvez não faça o mesmo em 2015? Talvez nunca complete ano nenhum? O que nos move a dizermos *ainda* para acontecimentos que já se foram?

Apostaríamos no sofrimento. A intriga que une 2014 e 1964 é o sofrimento. É difícil concebermos uma alegria que dure 50 anos! Uma dor, uma tristeza, sim. No máximo dizemos que tivemos uma conquista, mas a alegria parece não durar! A barbaridade, a violência, a opressão, o trauma sempre completam anos, são lembrados, incessantemente narrados, viram recortes da história. Basta ver os temas da historiografia: guerras, revoluções, revoltas, epidemias etc. Quando há um grande contentamento geralmente se cai num cotidiano anedótico. Raramente a alegria vira recorte historiográfico e político da história de um país. As narrativas de acontecimentos alegres dificilmente defendem seu direito de se expressar, e parecem nunca ter seu *ainda*. Os acontecimentos alegres parecem ser os únicos que acabam, que se completam em seu próprio ato, em que não há uma falta, que se bastam. O *ainda* dos acontecimentos só existe para o que sofre, nunca para o contente. O contente viveu seu contentamento, não há vontade de narrá-lo, nem de se dizer. Seu estado é do sensível e não do dizível. Caso resolva dizer algo será considerado bobagem, pieguice ou suscitará a inveja. As narrativas legítimas são as do choro ou do consolo e são elas que dizem que há uma ligadura entre 2014 e 1964, caso contrário, dificilmente haveria a questão: *Ainda 1964: História, Política e Sensibilidades*.

As desgraças que a ditadura militar causou a milhares de indivíduos no Brasil fez aparecer uma trama que conjuga os fatos pretéritos pela perspectiva da dívida, da dor e da dúvida, criando um passado concomitante ao presente e inacabado. Criou um certo *ainda* para os acontecimentos. Mas não confundamos o *ainda* dos acontecimentos com uma sucessão linear, causal e intrínseca do passado até o presente. São as tramas his-

tóricas que conjugam os fatos numa coerência e inventam uma duração. São as políticas do presente que se apropriam, gerem e tensionam os acontecimentos pretéritos, construindo versões do passado e expectativas que não cessam a disputa entre si.

1964 não representa hoje no Brasil uma data, mas um sentimento de incompletude dos acontecimentos de um passado que não passa, inacabado. Inacabado porque falta a verdade dos fatos, dizem uns. Inacabado porque perdas e danos não foram reparados, dirão outros. Inacabado porque os traumas continuam, porque perdoar não é suficiente, porque pessoas estão desaparecidas. A dor permanece. A cicatriz está lá como indício e como lembrança que os corpos foram torturados e mutilados, compondo uma narrativa do sofrimento.

Os indivíduos de fato sofreram, perderam familiares, foram torturados. E é por isso mesmo que quando têm coragem entram numa batalha discursiva para serem ouvidos, fazer suas queixas, reclamar seus direitos, enfim, de poder dizer: o passado não passou, ainda estamos sofrendo. Queremos reparar o passado, aliviar a dor, explicar os silêncios.

Diante da dor dos outros se proliferam muitos discursos. Há certos discursos que são comumente acionados para gerir o passado dos acontecimentos e não estamos falando da história, do discurso histórico, e nem dos historiadores. Quando se fala em disputar a versão legítima dos acontecimentos passados, ou seja, pesquisar, escrever e argumentar em torno dos indícios do passado, advogados e psicólogos, por exemplo, fazem isso constantemente, talvez até mais do que os historiadores, sem que isso resulte necessariamente em dissertações ou teses.

O Direito acredita encontrar a verdade construindo uma versão do passado que repare as perdas, os prejuízos. A falta de justiça ou a injustiça é o *ainda* dos acontecimentos para o saber jurídico. É assim que se organiza sua trama com os indícios do passado, uma certa estratégia narrativa que inventa o passado como perda e o presente como dinheiro, a indenização. Uma verossimilhança compensatória: passado-perda/presente-dinheiro. A Psicologia cuida das vítimas traumatizadas. O trauma é o *ainda* dos acontecimentos nas práticas terapêuticas.

Há demandas políticas e sociais que giram em torno dos discursos desses saberes (Direito e psicologia, principalmente) e o discurso histórico vem a reboque, na maioria das vezes cativo desses outros discursos. Não que esses outros discursos sobre o passado sejam ilegítimos ou tratem mal seus indícios; o passado não é possessão de ninguém e seus indícios podem produzir diferentes enquadramentos narrativos, como diferentes políticas do presente com o passado. O que queremos é clarear a distinção do discurso histórico em relação a outros discursos, sem com isso torná-lo especial.

Os historiadores de fato foram muito solicitados a dizerem algo nesse momento dos 50 anos do Golpe. Mas sentimos que decepcionamos. Pelo menos os historiadores que partilham de nossas noções do que seja o discurso histórico. Quando se trata de demandas sociais e políticas para exercer justiça, encontrar a verdade e cuidar do sofrimento, o Direito, a Psicologia e a religião estão mais aptos e têm mais serventia para os indivíduos. A crença na adequação entre fatos e palavras, para tratar o *ainda* dos acontecimentos pretéritos só faz sentido na ordem discursiva do tribunal, da clínica ou da catedral. “A verdade do

passado remete mais a uma ética da ação presente que a uma problemática da adequação entre ‘palavras’ e ‘fatos’” (GAGNEBIN, 1998, p. 214).

Os acontecimentos no discurso histórico que acreditamos praticar também contém o seu *ainda*; estão inacabados, mas não por falta da verdade, do exercício da justiça ou da duração do sofrimento. Não se trata de um passado faltoso, lacunoso. É o processo de construção de versões do passado como falta nas políticas do presente que nos interessa. Não procuramos a verdade dos discursos, e sim as condições de produção do verdadeiro, especialmente quando mobiliza os sentimentos. O discurso histórico também constrói versões do passado, mas o seu *ainda* não é uma espera pelo veredicto final a custo dos indícios do passado. Seu *ainda* é a problematização do aparecimento de versões que disputam e desejam colonizar os acontecimentos, fazer deles sua possessão, garantir seus interesses, sejam eles justos ou não.

O *ainda* dos acontecimentos para o discurso histórico não é a espera pela revelação dos fatos, e sim a emersão de versões que convocam e conjugam os fatos pretéritos, que sem uma política do presente, e um horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006), estariam dispersos e vazios de significado.

Não acreditamos que se olha para o passado para resolvê-lo, pois não há passado como problema e, portanto, não há nada a resolver. São as políticas do presente e suas expectativas que criam o passado como problema.

Quando alguém assume uma voz e uma narrativa pretérita significa que o presente acabou de criar uma política de

irreconciliação com o seu antes e com o seu depois. Começa então a disputa pelo *ainda* dos acontecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Editora Ática, 2010.

GAGNEBIN, Jean Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, Nov. 1998.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Daniel Gonçalves
Paulo R. F. O. Marques

ARTIGOS



ENTRE O LEMBRAR E O ESQUECER: AS REMEMORAÇÕES DOS 40 E 50 ANOS DO GOLPE E DA IMPLANTAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Caroline Silveira Bauer¹

19

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Universitat de Barcelona. Professora de história contemporânea na Universidade Federal de Pelotas, integra o grupo de pesquisa *Memoria y sociedad – las políticas de reparación y memoria y los procesos sociales en la construcción de la memoria pública: conflicto, representación y gestión* – HAR 2011-23490. E-mail: carolinebauer@gmail.com.

Este texto é uma reflexão sobre as comemorações dos 40 e 50 anos do golpe e da implantação da ditadura civil-militar brasileira, ocorridos em 2004 e 2014, respectivamente, a partir da perspectiva das manifestações oficiais do Estado. A partir da análise das conjunturas, bem como dos discursos proferidos pelos presidentes Luiz Inácio da Silva e Dilma Rousseff nestas efemérides, torna-se possível um estudo sobre as políticas de memória e esquecimento vigentes no período.

BRASIL, 2004

Na noite de quarta-feira, 31 de março de 2004, o porta-voz da Presidência da República, André Singer, concedeu uma entrevista coletiva no Palácio do Planalto, sede do governo brasileiro, onde foi abordado, entre outros assuntos, o golpe civil-militar de 1964, que completava 40 anos naquele dia.

Singer, transmitindo a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim dirigiu-se aos presentes:

Devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. A nós corresponde lutar diariamente para consolidar e aperfeiçoar essa democracia reconquistada. Cabe, agora, aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004).

Um dos jornalistas presentes à coletiva, perguntou ao porta-voz como ficaria a situação das famílias de mortos e desaparecidos políticos frente a esta declaração de que 1964 era “um episódio histórico encerrado”. Categórico, Singer respondeu: “o Presidente não acrescentou nenhum comentário, além dessa mensagem que ele me pediu que transmitisse a vocês.” (*Ibidem*).

Lula, através de seu porta-voz, transferira toda a competência para falar sobre os episódios da história recente brasileira – marcada pelo terrorismo de Estado e pela cultura do medo – à categoria profissional que acreditava ser responsável ética e moralmente por esse passado e que possuía prerrogativas para julgá-lo: os historiadores. Evidenciava-se, neste discurso oficial, uma confusão entre o conhecimento histórico e a responsabilidade social – neste caso, omissão – por parte do Estado na elaboração de políticas públicas de reparação e memória em relação à ditadura civil-militar brasileira, para além do deslocamento da competência sobre questões jurídicas e penais. Ainda, ficava evidente uma permanência da “lógica da protelação”, presente desde as primeiras administrações democráticas pós-ditadura civil-militar.

Utilizando a retórica da verdade histórica, entendida como verdade acabada e, portanto, oficial, reduziu a prática do ofício de historiador ao estabelecimento de certezas e não à compreensão de processos complexos (VINYES, 2009, p. 33-34).

Pensara que, desta forma, a História pudesse constituir uma memória social sobre o período, prescindindo de uma das premissas básicas de Halbwachs, para quem a memória se constitui a partir de experiências, e não de conhecimentos abstratos.

A História, enquanto disciplina, não tem essa atribuição, tampouco os historiadores possuem prerrogativas jurídicas e morais para “fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período”. Não detêm o monopólio do discurso sobre o passado, suas análises são apenas mais uma narrativa entre todas as existentes e em circulação sobre os eventos da história recente (ROBIN *apud* VINYES, 2009, p. 33-34). Tratava-se de uma declaração que eximia o Estado brasileiro de sua responsabilidade em investigar e julgar crimes cometidos por ele próprio durante 21 anos de regime discricionário.

Uma considerável historiografia havia sido produzida até aquele momento sobre a ditadura civil-militar. Porém, a utilização deste fato como argumento de que havia – há – uma memória social sobre o período, e não existia – existe – nem desconhecimento social, nem silêncio sobre o terrorismo de Estado e a cultura do medo, é, no mínimo, uma imprudência (*Ibidem*, p. 32), porque estabelece uma comparação equitativa entre memória e história, a despeito de todas as distinções que existem entre elas, além de qualificar a história “[...] como portadora de uma verdade oficial y acabada, en lugar de usarla como lo que es, una construcción verificada y siempre verificable, y por tanto abierta.” (*Ibidem*, p. 33-34).

Além disto, o conhecimento histórico não pode ser confundido com a socialização do conhecimento, reduzindo os processos de aprendizagem a uma responsabilidade individual, alheia aos discursos institucionais e aos processos histórico-culturais como a desmemória e o esquecimento.

Em realidade, quando se afirma que não há uma memória social e que o esquecimento e o silêncio em relação ao passado

ditatorial, não se está ignorando a existência da produção de conhecimento sobre o período, e, sim, utilizando esses termos – esquecimento e silêncio – como metáforas para reivindicar o reconhecimento público pelo Estado da existência do terrorismo de Estado, bem como o seu posicionamento em relação a esse passado e a atuação institucional com o objetivo de elaborar políticas públicas de memória e reparação e, assim, combater as sequelas do terrorismo e da cultura do medo. Estas são reivindicações das quais Lula eximiu-se, ao conferir aos historiadores a responsabilidade sobre o passado.

A ausência de iniciativas governamentais para preencher um vazio ético – mais do que uma lacuna de conhecimentos – contribui para que se conviva, no presente, com uma sensação de que a ditadura civil-militar brasileira é “um passado que não passa”, e as insígnias de luta contra o esquecimento e silêncio persistam.

O fato do governo federal se eximir das discussões sobre o passado e se abster da responsabilidade sobre o mesmo é uma opção política que se crê benéfica e necessária para assegurar a “conciliação”. Os ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, assim, sofrem uma inibição institucional de suas lutas, permanecendo atomizados em sua luta, como se fossem as únicas vítimas do regime de terrorismo de Estado que fora implementado nos anos 1960. A sociedade, que se encontra ética, histórica e socialmente atingida por essa experiência, bem como pelos efeitos residuais da cultura do medo, não reconhece esse dano (*Ibidem*, p. 34-35). Os episódios de 1964 em diante, como afirma a mensagem do presidente, estavam “encerrados”, e os brasileiros souberam “superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país”.

A “boa memória” do Estado, o relato institucional da ditadura civil-militar, decretava como socialmente superado qualquer passado conflitivo e de confrontação (*Ibidem*, p. 35). Porém, essa superação não se deu a partir do conhecimento sobre o que havia passado, e através da imposição desde o Estado dessa memória oficial, do silêncio, e do descrédito das memórias marginalizadas – principalmente dos ex-presos e familiares, sobre os quais o presidente da República silenciou – que seguiu reclusa em âmbitos privados ou associativos, ou, no máximo, estendida ao meio acadêmico. Da mesma forma, o presidente manteve o silêncio em relação aos arquivos da repressão. Havia uma deliberada vontade de esquecer os traumatismos do passado (POLLAK, 1989, p. 12), que estavam sendo suscitados desde a posse de Lula em 2003.

Em entrevista para a revista *Carta Capital*, Suzana Keniger Lisbôa, integrante da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, fornecia um contraponto ao silenciamento das memórias marginalizadas promovidas pelo governo:

Suzana Lisboa: Para esse governo [Lula], é como se os mortos e desaparecidos políticos não tivesse existido.

Carta Capital: O que a senhora quer dizer?

SL: Que os familiares de mortos e desaparecidos políticos não tiveram anistia. Que a Lei de Anistia, de 1979, não atingiu os desaparecidos. Até hoje, lutamos pela localização e resgate dos corpos, para saber as circunstâncias da morte, pela identificação e punição dos responsáveis. Nada disso foi alcançado.

CC: E as indenizações recebidas?

SL: A indenização nunca foi nossa bandeira, e foi só o que recebemos. Os valores variam entre R\$ 100

mil e R\$ 150 mil. Eu recebi R\$ 124.510 pelo assassinato do meu marido [Luiz Eurico Tejera Lisboa]. Não discutimos a questão financeira porque não tem o que pague uma vida. O que queríamos e queremos é o resgate dessa história, que até hoje não aconteceu. (CARTA CAPITAL, 2004, p. 25).

As declarações de Suzana Lisbôa, enquanto representante dos familiares de mortos e desaparecidos, demonstram o isolamento ao qual são submetidos pelo governo e pela sociedade. Além disto, Suzana chama a atenção para o fato de que a lei de anistia se tratava de um artifício para impedir a responsabilização penal dos responsáveis pelas estratégias de implantação do terror – e, por consequência, dos desaparecimentos – no Brasil, e que isto não possuía ligação com o direito à verdade, ou seja, o esclarecimento das circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos. Por fim, deixava claro que o objetivo dos familiares não era receber a reparação pecuniária oferecida pelo governo, até aquele momento, a única medida de memória estabelecida pelo governo brasileiro.

Ao assumir o cargo da presidência da República em 2003, Lula “herdou” uma memória oficial sobre a experiência da ditadura civil-militar brasileira carente de aceitação, credibilidade e organização, que necessitava continuamente de um trabalho de sustentação (POLLAK, 1989, p. 9), porque apregoava que a ditadura era um assunto do passado, que imperava o princípio da conciliação e que trazer à discussão o assunto se tratava de atitude revanchista.

Esta memória começou a ser formulada a partir da promulgação da Lei de Anistia em 1979, quando a memória até então subterrânea dos ex-presos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos passou a concorrer com a memória oficial institu-

ída pelos militares – que não necessitava até aquele momento de um imperativo de justificação para legitimar-se, pois se tratava de uma ditadura.

Porém, as crenças de que o “tempo trabalharia em favor da ditadura” e que, assim, “o esquecimento e o perdão seriam uma questão de tempo” não se mostraram corretas. Havia a necessidade de reconhecer – um reconhecimento tardio – que o tempo servira somente para reforçar a amargura e o ressentimento dos portadores dessa memória subterrânea (*Ibidem*).

Essa memória oficial que se encontrava assentada na “ideologia da conciliação”, e, em consequência, interpretava qualquer questionamento em relação ao passado como revanchismo, passou a se tornar contraditória com o fato de que naquele momento, em 2004, “nenhuma pessoa, desde que minimamente informada e de boa fé, colocava em dúvida que a tortura foi sistematicamente utilizada pelas Forças Armadas brasileiras.” (REIS FILHO, s. d.). Porém, o paradoxo de se conhecer os crimes cometidos pela ditadura militar e ao mesmo tempo sustentar a conciliação se mantém porque setores da sociedade brasileira, antigos apoiadores da ditadura, tentam, hoje, desvincular-se da imagem de colaboradores, representando-se como esmagados “por uma ditadura alheia a sua vontade, imposta, um corpo estranho [...]” (*Ibidem*). Este deslocamento de sentido permitiu a perpetuação da impunidade e, ainda, a indisponibilidade dos arquivos da ditadura.

BRASIL, 2014

No dia 31 de março de 2014, em cerimônia no Palácio do Planalto para assinar contratos referentes a obras infraestrutu-

rais, a presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso, proferiu as seguintes palavras:

Cinquenta anos atrás, na noite de hoje, o Brasil deixou de ser um país de instituições ativas, independentes e democráticas. [...] [Hoje], nós podemos olhar para este período e aprender com ele, porque nós o ultrapassamos. O esforço de cada um de nós, o esforço de todas as lideranças do passado, daqueles que viveram e daqueles que morreram, fizeram com que nós ultrapassássemos essa época, os 21 anos. [...] Embora nós saibamos que os regimes de exceção sobrevivem sempre pela interdição da verdade, pela interdição da transparência, nós temos o direito de esperar que, sob a democracia, se mantenha a transparência, se mantenham também o acesso e a garantia da verdade e da memória e, portanto, da história. Aliás, como eu disse quando instalamos a Comissão da Verdade, a palavra “verdade” na tradição ocidental nossa, que é grega, é exatamente o oposto do esquecimento e é algo tão forte que não dá guarida para o ressentimento, o ódio, nem tampouco para o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento, é memória e é história. É nossa capacidade de contar tudo o que aconteceu.²

O discurso da presidenta evidencia algo presente desde 2004: uma concepção de que os conflitos deste passado recente foram superados. Mesmo com as iniciativas de seu governo, como a criação da Comissão Nacional da Verdade ou a promulgação da nova lei de acesso à informação, a gestão têm encontrado muitas dificuldades para fazer coincidir seus objetivos políticos com a demanda das vítimas, dos familiares e das organizações de Direitos Humanos.

² Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-assinatura-do-contrato-para-construcao-da-ponte-sobre-o-rio-guaiba-brasilia-df>>

Em relação ao Brasil, a discussão sobre as interpretações da lei de anistia, por exemplo, explicitaram que determinadas perguntas sobre o passado, assim como a revisão do que aconteceu e as ações de familiares de mortos e desaparecidos políticos para realizar seu luto, são consideradas uma ameaça.

Hoje, na sociedade brasileira, pode-se ainda falar sobre esquecimentos e silêncios induzidos, mas existe, ainda mais, a decretação, pelo Estado democrático, como superados os conflitos da ditadura civil-militar. Permanece, ainda vigente, o processo de privatização da memória, que mantém a memória sobre o terrorismo de Estado restrita ao âmbito privado (VINYES, 2009), pelo menos até o momento, sem o relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

REMEMORAÇÕES

Os anos de 2004 e 2014 e os eventos comemorativos sobre os 40 e 50 anos do golpe e da implantação da ditadura marcaram uma diferença em relação às “datas redondas anteriores”. Foram os primeiros aniversários de 1964 ocorridos durante a gestão de presidentes que configuram novos marcos sociais da memória sobre a ditadura, pelas mudanças locais e internacionais em relação aos Direitos Humanos ocorridas nos governos Lula e Dilma – um ex-líder operário, preso inúmeras vezes pela sua atuação sindical no final da ditadura e uma ex-militante da guerrilha urbana. As “datas redondas” são consideradas momentos condensadores das memórias e versões sobre determinados períodos; especificamente para as ditaduras de segurança nacional, ativam os diversos sentidos sobre o passado recente, tornando público um enfrentamento que se deslocou das armas

e dos embates políticos, nos dias de hoje, para o âmbito discursivo. Antes de iniciar a análise destas efemérides, são necessárias algumas considerações teórico-metodológicas sobre as comemorações e as rememorações de datas históricas.

Alguns autores têm destacado que o século XX foi marcado, e deixou um legado, por um crescente interesse sobre questões relativas à memória, entre elas as comemorações e as rememorações, a ânsia por lembrar, traduzida no “dever de memória”, e na luta contra os esquecimentos induzidos com finalidades políticas. Pierre Nora, por exemplo, afirma que, devido ao processo de aceleração da história, a memória deixou de ser um processo natural e uma prática social e passou a ser considerada como uma imposição exterior, “e nós a interiorizamos como uma obrigação individual [...]” (NORA, 1993, p. 20). Frente às ameaças do esquecimento e silenciamento, criou-se uma obsessão pela conservação do passado, traduzida na obsessão pela memória. Conforme Júlio Pinto, “da sensação de perda à ânsia de recuperar o passado: nesse trajeto enuncia-se a vontade de memória e, mais, o dever, a ordem de lembrar. Uma forma de memória que, vinda de fora para dentro do indivíduo, dialoga com seu passado pessoal e imprime-lhe formas coletivas de compreensão” (PINTO, 1998, p. 208). Jeanne Gagnebin, refletindo sobre as memórias sobre o Holocausto e os desafios políticos, éticos e psicológicos enfrentados pelos historiadores, afirma que esses profissionais

se vê[em] confrontado[s] com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele[s] precisa[m] transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua “narrativa afirma que o inesquecível existe” mesmo que nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o

esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras dos historiadores ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho com o luto que deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro (GAGNEBIN, 1998, p. 221).

Desta forma, as datas comemorativas e rememorativas são um campo de estudo privilegiado para analisar a memória a partir da compreensão de que se trata de um território de conflitos. A comemoração adquire um sentido de “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento” resignificando o passado com os objetivos do presente (SILVA, 2002, p. 432). Segundo Helenice Silva, “[...] no processo comemorativo, um duplo movimento parece configurar-se. Ele consiste em retirar o acontecimento do passado para penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância” (*Ibidem*, p. 436). Essas datas “nos condicionam ao vínculo com a memória de modo positivo, público e intersubjetivo” (LOVISOLO, 1989, p. 16).

De acordo com a socióloga argentina Elizabeth Jelin, autora da obra *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*, esses momentos

Se trata[n] de fechas en que el pasado se hace presente en rituales públicos, en que se activan sentimientos y se interrogan sentidos, en que se construyen y reconstruyen las memorias del pasado. Son momentos en que diferentes actores de cada país eligen para expresar y confrontar, en el escenario nacional, los sentidos que otorgan a los quiebres institucionales que unos impulsaron y otro/as sufrieron (JELIN, p. 1).

Em efemérides como as de 2004 e 2014, as memórias dos diversos setores que apoiaram, combateram ou se mantiveram omissos à ditadura vêm à público e conformam uma arena de disputas pelo sentido do passado, marcada pela dialética da lembrança e do esquecimento. Jacques Le Goff acrescenta que, para além dos conflitos simbólicos, também estão em disputa as próprias memórias coletivas dos países.

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984, p. 13).

Essa “batalha das memórias” – como Michael Pollak caracterizou a conjuntura dos anos 1970 na Europa, quando os processos de desestalinização fizeram emergir uma memória “proibida”, conflituosa com os relatos oficiais sobre o socialismo real – é uma das características das datas comemorativas e rememorativas.³ Em relação à experiência da ditadura civil-militar brasileira, as datas comemorativas e rememorativas tem sido um espaço privilegiado para desprivatizar a memória sobre o terrorismo de Estado, um sentido do passado que permaneceu restrito aos círculos das associações de vítimas diretas e indiretas e organizações de Direitos Humanos durante o governo discricionário, mas também durante a transição política.

Estos relatos alternativos pueden ser las anclas para elaborar prácticas de resistencia y construir poder

³ Pollak ainda fornece exemplos dos sobreviventes dos campos de concentração que retornam à Alemanha e à Áustria, e os alsacianos recrutados à força na Segunda Guerra Mundial. Cf. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 4.

opositor a la versión dominante. Se instala entonces un nuevo espacio de luchas y cuestionamientos, que provocan la urgencia de reordenar o reestructurar los sentidos del pasado. Los períodos de crisis, sean internas a un grupo o ancladas en amenazas externas, generalmente implican reinterpretar la memoria y cuestionar la propia identidad. Estos períodos son precedidos, acompañados o sucedidos por crisis del sentimiento de identidad colectiva y de la memoria. Son los momentos de quiebre institucional y de conflicto, los que generan una vuelta reflexiva sobre el pasado, provocando reinterpretaciones y revisionismos que siempre implican también cuestionar y redefinir la propia identidad grupal (JELIN, 2002, p. 4).

As mudanças ocorridas nas cerimônias comemorativas ao longo do tempo são uma evidência de que a memória não é estática, mas mutável, passível de ser enquadrada de acordo com a conjuntura onde é ativada. Nesse sentido, é importante fazer referência que a ditadura civil-militar durou 21 anos, comemorando, assim, 21 “aniversários”.

Durante este período, o 31 de março ou o 1º de abril podem ser entendidos como eventos *comemorativos*, no sentido em que as Forças Armadas detinham o monopólio sobre a data, impondo sua versão sobre os eventos e determinando, assim, o sentido sobre o passado que deveria vigor. Nesse sentido, podem ser considerados “comemorandas”⁴ – uma soma de comemoração com propaganda –, eventos que, ao mesmo tempo, caracterizavam-se pelas comemorações, mas também pela propaganda realizada pela própria ditadura.

Las fechas conmemorativas, con su recurrencia en el ciclo anual, son puntos de entrada privilegiados

⁴ O termo é de Federico Guillermo Lorenz. Cf. LORENZ, Federico Guillermo. ¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones... Op. cit.*

para el análisis de la tensión entre los rituales que se reiteran y reflejan continuidades identitarias y de sentido, por un lado, y las fracturas, cambios y transformaciones en las prácticas y significados de la conmemoración, por el otro (*Idem*, p. 2).

A partir desta constatação, cabe-se interrogar sobre quais datas devem ser comemoradas e rememoradas e por quais atores sociais etc. As possíveis respostas indicam que as mesmas datas têm sentidos e significados diferentes para os diversos grupos sociais; e que as memórias suscitadas estão impregnadas por questões relativas ao presente, e não necessariamente às lembranças dos acontecimentos, pois o passado é sempre pensado a partir do agora.

Las conmemoraciones, en tanto práctica de memoria, tienen ambas posibilidades: la fijación y la subversión, constituyendo un espacio privilegiado para entender los procesos de disputa y hegemonización de ciertas versiones del pasado, las identidades en juego y los intentos de elaboración de los hechos violentos. Al mismo tiempo, permiten visualizar las prohibiciones establecidas por el Estado, así como la aceptación (o no) de dichos límites por parte de los actores y actrices sociales, es decir, de voluntades que genera condiciones de posibilidad para la construcción de saberes, afectos e identidades sobre el pasado, y que están siempre abiertas a resignificación (PIPER, 2009, p. 124).

Por fim, caberia ressaltar que os atos de comemoração e rememoração são atividades direcionadas ao futuro, no qual os atores identificam-se como portadores de uma herança, um legado e uma mensagem para as novas gerações, com funções claramente pedagógicas (JELIN, 2002, p. 5). Isto porque o passado ditatorial ainda não passou, não está fechado; pelo contrário, permanece como parte central, em alguns países, no

cenário político do presente. “Las ‘cuentas’ con el pasado no están saldadas, ni en términos institucionales ni en términos simbólicos” (*Ibidem*, p. 7).

Desta forma, pode-se afirmar que o 31 de março ou 1º de abril no Brasil são efemérides onde o passado se torna presente, em que sentimentos díspares quanto à verdade, justiça e impunidade estão presentes, e em que se elaboram e explicitam diversos sentidos sobre os eventos. Um momento de ativação e condensação de memórias.

Em relação ao caso brasileiro, há duas especificidades quanto às comemorações e rememorações presentes desde o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. A primeira diz respeito sobre o dia em que ocorreu a intervenção militar. Enquanto os militares designavam o dia 31 de março como início da autoproclamada “Revolução”, setores oposicionistas afirmavam – e ainda afirmam – que o golpe fora dado no dia 1º de abril, mas que a data não poderia ser assumida pelos militares, pois este dia, no Brasil, é conhecido como “dia dos bobos”. Na verdade, as movimentações militares que levaram à derrubada do presidente João Goulart começaram no dia 31 março, prosseguiram durante todo dia 1º de abril, e culminaram, na madrugada desse dia para o dia 2, com a declaração de vacância do cargo presidencial pelo então presidente da Câmara de Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. A segunda especificidade relaciona-se às diversas nomenclaturas dadas ao golpe. Desde o primeiro momento, os militares autointitularam seu movimento como “Revolução”, utilizando-se do caráter positivo que o termo possuía naquela conjuntura dos anos 1960 com a finalidade de legitimarem-se. Por outro lado, os demais grupos da sociedade reconheceram que se tratava de um “golpe”.

Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela salientam que a determinação sobre a data e nomenclatura “corretos” não se trata da questão mais importante, mas sim como essas disputas evidenciam diferentes sentidos outorgados ao passado ditatorial brasileiro.

Poco importa determinar la fecha “real”, lo que interesa es tener en cuenta estas dos (31 de marzo o 1 de abril) como hitos desde los cuales actores y grupos enmarcan sus discursos y se posicionan en dicha historia. Optar por una u otra, así como usar diferentes denominaciones como revolución, régimen militar o golpe, es pararse en diferentes veredas de la historia y la memoria (CARVALHO; CATELA, 2002, p. 196).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas diferenças marcam substancialmente as lembranças dos 40 e 50 anos do golpe e da implantação da ditadura civil-militar brasileira. Nestes últimos dez anos, ocorreram mudanças na disponibilização dos chamados “arquivos da ditadura” – principalmente a partir da promulgação da nova lei de acesso à informação.

Da mesma forma, a criação da Comissão Nacional da Verdade fez com que o tema ganhasse uma nova dimensão social.

Porém, ainda não houve avanços quanto o direito à justiça, no que diz respeito à revisão da Lei de Anistia e a punição dos agentes estatais responsáveis pela violação dos direitos humanos. E, para que se efetive esse direito, não se pode esperar mais nenhuma data redonda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carta Capital, São Paulo, p. 25, jul. 2004.

CARVALHO, Alessandra, CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

GAGNEBIN, Jean Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, Nov. 1998.

JAQUE a los asesinos de Walsh. **Página/12**, Buenos Aires, 21 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-70293-2006-07-21.html>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

JELIN, Elizabeth. Introducción. In: _____. (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. vol 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LORENZ, Federico Guillermo. ¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In: JELIN, Elizabeth (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

Página/12, Buenos Aires, 24 mar. 2006.

Página/12, Buenos Aires, 25 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-64719-2006-03-25.html>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

PIPER, Isabel. Investigación y acción política en prácticas de memoria colectiva. In: VINYES, Ricard (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Imprensa e Divulgação. *Briefing* do Porta-voz. 31 mar. 2004. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil**. Disponível em: <www.gramsci.org>. Acesso em: 15 set. 2002.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 432, 2002.

VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: _____. (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA: MEMÓRIA, GÊNERO E AFETO NA (RE)CONSTRUÇÃO DA LUTA CONTRA A DITADURA BRASILEIRA¹

Ana Rita Fonteles Duarte²

39

¹ Uma versão original deste artigo foi publicada na revista *Trajeto*, do Departamento de História da UFC, Vol. 7, n.12, de dezembro de 2008, tendo sido o texto atualizado e revisto para esta publicação.

² Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará - UFC. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É doutora em História da Cultura pela UFSC. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC. E-mail: anaritafonteles@uol.com.br.

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia. O núcleo cearense do MFPA é o terceiro a ser criado, em março de 1976. Sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior, em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura. O trabalho de mães, irmãs, esposas, namoradas, atrai outras mulheres sem parentes presos, que viram, na atuação do Movimento, a possibilidade de retomar atividades de militância política interrompidas pela repressão, ou simplesmente, de exercer a solidariedade aos presos, exilados, banidos e famílias. O MFPA juntou-se a outros movimentos criados ou liderados, entre as décadas de 60 e 80, do século XX, na América Latina, especialmente, na região do Cone Sul, por mulheres mobilizadas, sob motivos semelhantes.

O ano de 1975 foi emblemático para o surgimento de movimentos liderados por mulheres, inclusive o feminista. No caso do MFPA, tem-se a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, com as palavras de ordem: “igualdade, desenvolvimento e paz”. Segundo Therezinha Zerbini, advogada paulista e presidente nacional do Movimento, a bandeira da anistia é levantada junto com a da paz - “afinal, quem seria contra a paz?”.³

³ ZERBINI, Therezinha Godoy, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

É a proposição de reintegração do pacto social por meio de sujeitos políticos naturalizados como promotores de sentimento de solidariedade, justiça e paz. As mulheres se colocam em cena no MFPA, com ação política nova, não transgressora em termos discursivos, num primeiro momento:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação (ZERBINI, 1979, p. 27).

O Manifesto serviu de espinha dorsal para a organização e constituição dos núcleos do MFPA por todo o país. O texto foi enviado, com cartas, para mulheres, em vários estados, na campanha pela coleta de assinaturas e de arregimentação de pessoas para a organização do Movimento. Os contatos eram feitos via Igreja, MDB e com familiares de pessoas afetadas pelo regime. Em paralelo ao movimento, as mulheres do recém-criado MFPA ocupam espaços, mesmo de forma discreta e cuidadosa.

O marco da empreitada é a participação de Therezinha Zerbini na Conferência Internacional da Mulher, no México, em junho de 1975. O resultado da intervenção foi a inclusão de anistia no documento final do encontro, em que 16 itens propõem mu-

danças e exigem soluções para a libertação feminina e política da mulher latino-americana.

O discurso de pacificação da família, o enfrentamento mais brando às autoridades militares e a constante negação da vinculação com a esquerda são características do comportamento defensivo do MFPA. A restrição dos objetivos e a forma de atuação do MFPA podem ser explicadas, ainda, pela composição do Movimento, integrado inicialmente, em grande parte, por mães e esposas de presos políticos e punidos pela ditadura. As reivindicações eram de valores como justiça e liberdade, sob pena de extrapolção da luta pela libertação de filhos e maridos, colocando em perigo a seguranças destes e a sua própria.

A cautela só pode ser compreendida levando-se em consideração as difíceis condições para a luta. Reis (2004, p. 132) lembra que não havia, no momento, a certeza de que o fim da ditadura estava próximo. As pessoas não sabiam como se daria a transição para o regime democrático, já que os generais gostavam de dizer que “suportariam” a oposição, mas não a contestação à ordem.

A estratégia de proteção contra a repressão do MFPA fica clara não só pela visibilidade pública do trabalho, mas pela fonte de elaboração do texto dos Estatutos. O modelo escolhido foi o do Estatuto das “marchadeiras”, grupo de mulheres paulistas que organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964.⁴

O apelo humanitário, feito pela identidade de gênero tradicional, ou seja, “mães cumprindo o seu papel designado pela sociedade”, assim como a sensação de proteção que a situação traz

⁴ Repórter, jun.1978.

no esboço de uma reação possível, no momento, são apontados por Lanna (1996, p. 118) como um dos fatores que atraíram tantas mulheres em estados do Brasil. O núcleo mineiro foi um dos mais numerosos, chegando a congregar 300 mulheres.

Como possíveis integrantes do Movimento, somente mulheres eram permitidas, entre elas “profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras”. Embora não vetada a presença de homens, em reuniões, somente elas tinham voz e voto.

A presença somente de mulheres no MFPA não foi algo espontâneo como no movimento das mães argentinas, mas obrigatório, desde o início. A característica é apontada como “estratégia de guerra”, por Therezinha Zerbini, de fundamental importância para a compreensão do protagonismo das mulheres e suas transformações, pela experiência política inédita analisada aqui.

Movimento feminino, fundado no Ano Internacional da Mulher, não incomodaria tanto o regime e ainda daria proteção à intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, no período. Sozinhas, ou melhor, apartadas de quem sempre teve a palavra, elas podiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganhariam credibilidade por sua “neutralidade” e “ausência de objetivos políticos”, prontas para argumentar.

NO CEARÁ

O grupo cearense funcionou com dois núcleos, sendo um localizado em Fortaleza e o outro reunindo militantes das cidades

de Tauá e Crateús (sertão dos Inhamuns), entre 1976 e 1979, ano da aprovação, no Congresso Nacional, da Lei da Anistia. Reunia no quadro permanente cerca de 30 mulheres, com diretoria eleita e grupos de atividades, com obediência ao estatuto nacional. Além de parentes e esposas de presos políticos, exilados e banidos, acolhe também universitárias e militantes políticas, impossibilitadas de atuar mais abertamente em razão da repressão.

O Movimento esteve na linha de frente de manifestações e campanhas a favor da anistia e na defesa aberta dos presos políticos, na sua luta por melhores condições de vida, nas cadeias e presídios, além de dar aporte jurídico e apoio a familiares, na peregrinação em busca de parentes desaparecidos ou presos.

A experiência política das mulheres fez o Movimento reconhecido no Estado, atuando em solidariedade aos movimentos sociais em começo de reorganização. O trabalho pela anistia fez com que mulheres se voltassem para a política institucional, disputando e conquistando mandatos, ou tornando-se lideranças de movimentos de bairros, religiosos e feministas.

VISIBILIDADE CONTROLADA

Essa atuação política, certamente permeada por laços de afetividade, é obscurecida, ou mesmo, omitida em meio aos discursos da mídia e pelos que “guardam” a memória da anistia no Estado, nos dias de hoje. A luta e engajamento das mulheres, feitos na rotina de pequenos e grandes enfrentamentos ao regime militar, são vistos primordialmente, como atuação de mães e mulheres na defesa de entes queridos, como ato de coragem de “predestinadas” ao cuidado e o zelo.

Isso é referência encontrada com frequência em reuniões comemorativas e de confraternização da associação de anistiados (Associação 64-68), que centraliza as ações de resgate da memória do período. Em suas reuniões e rituais em torno da memória do período é comum ouvir declarações como: “Sem elas, a anistia não teria acontecido”, ou “Elas foram mães de todos nós”, ditas por ex-presos políticos. As militantes são lembradas, ainda, como “solidárias”, “corajosas”, “carinhosas”, “protetoras”, pessoas de “coração enorme”. A atribuição de razões sentimentais à ação, nem mesmo lembrada como política, lança obscuridade sobre as experiências pessoais e coletivas, dentro do Movimento. Essa realidade deve ser compreendida num quadro mais amplo de produção de memórias sobre atuação política das mulheres no Estado naquele período.

O espaço destinado às narrativas e às presenças femininas, em eventos, livros, teses e matérias jornalísticas, produzidos nos últimos anos, é nitidamente reduzido se comparado com o dos homens, mesmo quando está em questão a guerrilha ou o movimento estudantil. A baixa visibilidade certamente tem a ver com a proporção em que as mulheres se engajam nos movimentos e organizações de esquerda no Ceará. Estima-se que 20,6% (FARIAS, 2007, p. 119) dos envolvidos em ações armadas no Estado eram mulheres, dentro do percentual de oscilação de participação feminina na maior parte das organizações armadas urbanas no País.⁵ Esse número pode ser maior com relação ao movimento estudantil, mas não há levantamentos feitos até o momento que forneçam algum dado com recorte de gênero.

⁵ Na maior parte dessas organizações esse número oscila entre 15% e 20%. RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 1990 *apud* CARVALHO (1998, p. 20).

Esse dado é reforçado pela desproporção entre mulheres e homens atingidos pela ditadura que buscaram reparações ou indenizações na Comissão Estadual de Anistia Wanda Sidou. Dos 485 processos, apenas 21 foram impetrados por mulheres, 4,32% do total.⁶ Mulheres, assim como homens, optaram por não realizar o pedido de indenização, por questões ideológicas. Mas, mesmo se incluídas no total, o número continuaria sendo muito baixo.

Mas a menor participação das mulheres nas ações políticas no Ceará, assim como em todo o Brasil, pode ser o único fator a ser considerado na análise da supremacia masculina no campo das memórias da ditadura? É tentador pensar que sim, até porque esse é o raciocínio mais rápido. Menos mulheres, menos memória. Esse pensamento pode ainda ser endossado pelas imagens de “virilidade a toda prova”, como aponta Wolff (2007, p. 108), construídas sobre guerrilheiros.

É comum encontrar, na imprensa da época, relatos espantados sobre mulheres presas ou identificadas em ação guerrilheira. Tende-se a enxergar, na figura do guerrilheiro, a do homem, quase sempre. A mulher é o extemporâneo, o absurdo. Os relatos e pesquisas com ex-guerrilheiras reforçam a análise. É frequente a acusação por parte delas de ter de esconder traços femininos, cuidados com a beleza ou vaidade (*Ibidem*). Apesar de poderem participar das organizações, o comportamento machista podia ser sentido na divisão de tarefas, no veto a participações em ações armadas e, até mesmo, na manifestação sobre certos assuntos, considerados pouco “aptos” para elas, como o manejo de armas. No Ceará, na maior parte das vezes,

⁶ Levantamento realizado pela autora para esta pesquisa.

participavam de operações de levantamento de informações ou realizações de contatos, os chamados “pontos” (FARIAS, 2007, p. 120-121).

Goldenberg (1997, p. 352) defende a ideia de invisibilidade para discutir a forma pela qual se percebem as mulheres representadas na história da esquerda brasileira, até hoje, escrita em torno da trajetória dos “grandes homens”. Suas posições no interior das organizações políticas consideram-se secundárias ou inferiores às dos companheiros, “escondidas” ou apresentadas como “filhas de...”, “mulher de...”, coadjuvantes, enfim.

Este pode ser indício importante para pensar as razões pelas quais a história ainda é escrita pelos e para os “grandes homens”, no campo da esquerda brasileira, pois, além de não serem muito incentivadas a falar, mesmo através de pesquisas, as mulheres têm, ainda, dificuldades de se colocarem publicamente, assumindo feitos, e escreverem, elas mesmas, as próprias histórias de militância. Complexo de inferioridade, insegurança ou modéstia histórica e culturalmente construída?

O fato é que nem só de ausência de discursos e de presenças é feita a invisibilidade feminina, no campo de construção da história e da memória dos movimentos de esquerda. No caso do Movimento Feminino pela Anistia, no Ceará, talvez fosse mais adequado falar de visibilidade controlada, afinal, a construção de memória pública é realizada em paralelo com a de anistiados políticos reorganizados no início desta década. Estão presentes, em escala visivelmente menor, em jornais, matérias de TV e atos públicos, embora não apareçam, ainda em livros de

memórias,⁷ representadas de forma secundária, dentro de suas identidades de gênero, naturalizadas, o que acaba por encobrir sua atividade política.

O que importa não é somente quantificar os discursos e compará-los, por oposição binária, aos pronunciados ou escritos sobre e para os homens que participaram da resistência à ditadura e da luta pela anistia. O que se pode fazer, como forma de compreender a invisibilidade das mulheres e os mecanismos que a desencadeiam, é, em exercício inspirado em Foucault (1977, p. 30), determinar variadas maneiras de não dizer, a distribuição dos que podem e dos que não podem falar, os discursos autorizados e as formas de discricção exigidas a uns e outros. Os silêncios e as “invisibilidades”, na verdade são muitos e precisam ser analisados como forma de compreender estratégias que apoiam determinados discursos. Jogos de gênero, afetos e disputas marcam a construção da memória das mulheres do Movimento Feminino pela Anistia no Ceará. Mas, afinal, o que se diz sobre elas?

A MÃE COMO SÍMBOLO

Quando se diz que a construção da memória do MFPA, no Ceará, ocorre de forma secundária, com relação à memória do próprio enfrentamento ou “resistência” ao regime ditatorial, faz-se com base na observação da maneira em que o Movimento é representado em eventos públicos promovidos pela Associação 64-68 e pela Comissão de Anistia Wanda Sidou, e no que narram

⁷ A verdade é que este gênero de escrita, seja de autoria de homens ou de mulheres, ao contrário do que acontece no centro-sul do País, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, quase não é exercitado no Estado com relação ao período ditatorial.

os jornais, principalmente impressos, os dois lugares de memória (NORA, 1993, p. 13) mais evidentes hoje.

O que chama a atenção não é somente o espaço nitidamente reduzido com relação às histórias e falas dos sujeitos (mulheres x homens), mas também como se fala sobre eles. As mulheres do Movimento Feminino pela Anistia, na maior parte das vezes, são objetos dos discursos de anistiados, embora também discurssem e escrevam sobre suas experiências eventualmente.

Nas sessões de entrega de indenizações ou comemorações da Lei da Anistia, em que se recordam visitas aos presídios, a solidariedade entre os presos e familiares, as mulheres do Movimento são as mais lembradas assim como advogados e outros que, mesmo sem parentes, lutaram pela anistia. Elas são lembradas pelas homenagens, exaltações e reverência. É bastante comum que vários homens se inscrevam para discursar nesses momentos.

A exaltação recorre a práticas semelhantes às utilizadas no século XIX, em que qualidades e aptidões das mulheres são reverenciadas, no que elas têm de ligação com a natureza, com a defesa do lar e dos seus, reforçando vínculos com o dito espaço privado, ou mesmo, naturalizando ações. Dessas qualidades advêm poder ou força, capazes de astúcias envolventes e surpreendentes.

O poder, segundo Perrot (2005, p. 266), é ligado, ademais da natureza, aos costumes considerados mais fortes que as leis, capazes de se chocar com vontades revolucionárias mais afirmadas e com as decisões políticas viris, a exemplo do mito de Antígona, sendo necessário conter sua influência, sem perder o potencial.

Homenageadas as mulheres, ou frequentemente colocadas no trono, parafraseando Balzac (*apud* PERROT, *idem*, p. 268), fronteiras estão sendo estabelecidas entre os que podem narrar e os que são narrados, sem chance de contar suas histórias, de estabelecer seus pontos de vista. É uma prática observável, pelo menos, nos eventos públicos dos anistiados em que o MFPA aparece, o que não implica outras formas de visibilidade engendradas pelas próprias mulheres. No entanto, é preciso, ainda, deter-se sobre o espaço das solenidades.

A “coragem e a resistência femininas” são sentimentos mais exaltados nos discursos. Mas, dentre as diversas figuras familiares e políticas que participaram do Movimento, uma em especial é recorrentemente lembrada e homenageada: a mãe. Símbolo do amor e da abnegação, ela resume o sentido da luta das mulheres pela anistia. A personificação do ideal é centrada na figura de uma mulher específica: Maria de Lourdes Miranda Albuquerque.

Viúva de Mário Albuquerque, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro, a professora de artes teve três filhos e uma filha presos pela ditadura militar.⁸ Engajou-se, desde o início, na seção estadual do Movimento Feminino pela Anistia, tendo antes participado de reuniões de familiares de presos políticos. Hoje, aos 92 anos, é respeitada pela resistência e luta pela localização e libertação não só dos seus filhos, e pelo apoio às famílias de presos políticos.

⁸ Foram eles Mário Albuquerque, à época militante do PCBR, ex-presos político e hoje presidente da Associação 64-68; Pedro Albuquerque, à época militante do PC do B, participante da Guerrilha do Araguaia, hoje professor universitário e filiado ao PDT; Célio Albuquerque, à época estudante secundarista, hoje secretário da Associação 64-68; e Nadja Albuquerque, a única não militante à época. Foi presa ao procurar notícias do irmão Mário, preso em Recife. Reside há vários anos no Canadá.

É constantemente comparada ao personagem mais famoso de Máximo Gorki, do livro *A Mãe*,⁹ pelo envolvimento e defesa da causa dos filhos que, em sua fala, aparecem como heróis a serem reconhecidos e respeitados. Em suas lembranças são constantes os episódios de enfrentamento direto com policiais e militares, na defesa da integridade física dos filhos e de suas ideias, conforme reportagem de 1999, onde é chamada de “mãe de todos”:

Guerreira, expulsou a polícia que cassava seu filho dentro de casa. Lembra do conselho recebido de uma chefe que pediu para que ela levasse o filho Mário à televisão para dizer estar arrependido de sua ação militante. A resposta: “Prefiro que meu filho morresse agora mesmo ou então eu, mas não quero jamais que faça isso”.

Acompanhava Mário em seus depoimentos. Por vezes, Lourdes virou explosão. Depois de oito meses sem ver o filho Pedro e de procurá-lo dia e noite, ouviu a notícia de que ele estaria morto. Desesperou. Entrou na 10ª Região Militar sem identificar-se. “Fiquei louca. Saí correndo. Eles atrás de mim, pedindo a minha identidade”. O rebuliço foi tanto que, em 15 dias, Pedro foi transferido de Brasília, onde estava preso, para junto dela.¹⁰

Dona Lourdes, como é comumente chamada pelos anistiados, está presente em praticamente todos os eventos da Associação 64-68 e Comissão de Anistia Wanda Sidou. Recebeu homenagens em placas, diplomas, poemas e participou de momentos-chave como entrega simbólica de indenização ao filho Mário Albuquerque, em

⁹ Clássico da literatura engajada mundial, o livro mais famosos de Máximo Gorki narra a história de mãe e filho na Rússia, durante as manifestações reais do primeiro de maio de 1902 e julgamento de seus participantes. A mãe, viúva, e o filho, operário, aproximam-se através da militância deste em prol da causa socialista. Acompanhando o cotidiano de grupo político do filho, ela aos poucos vai adquirindo consciência sobre a luta que temia e, após a prisão dele e diversas leituras feitas clandestinamente, ela acaba por se integrar à militância de forma ativa e corajosa, deixando de ser simplesmente “a mãe”.

¹⁰ “A coragem chamada Lourdes”, caderno Anistia 20 anos, *O POVO*, Fortaleza, 18 ago.1999, p. 11.

02 de outubro de 2005, no Palácio Iracema, sede do governo estadual. Na ocasião, outros anistiados receberam indenizações.

A ocasião ganhou tom solene, pela presença de Aleda Guevara, filha do guerrilheiro Che Guevara, de passagem por Fortaleza para palestras. A figura do pai foi bastante exaltada, mas o ponto alto da noite foi a entrega simbólica do comprovante de depósito da indenização a Mário Albuquerque. O então governador do Estado, Lúcio Alcântara, do PSDB, chamou Dona Lourdes que estava na plateia para a entrega do documento. Entre emocionada e surpresa, foi conduzida pelo filho e efusivamente abraçada pelo governador, intensamente aplaudida pelos presentes e fotografada.

Dona Lourdes é escolhida para representar os anistiados e famílias, na última solenidade de pagamento de indenizações a ex-presos políticos em 11 de dezembro de 2006. A ocasião marca a prestação de contas da Comissão. Era uma solenidade especial, pois se reconheciam oficialmente os abusos do Estado, com certificado de reparação pública a ser entregue simbolicamente, além de marcar momento de confraternização natalina dos anistiados, que lotaram os jardins do Palácio Iracema, animados pelo som de músicas natalinas, em ritmo de samba e choro. Famílias inteiras trazem crianças e até recém-nascidos.

Equipes de jornais e TVs fazem a cobertura do evento, todas em fila para entrevistar Dona Lourdes, que falava mais uma vez sobre os sofrimentos de sua família e da importância de reconhecimento do empenho de Lúcio Alcântara para com os anistiados.

A solenidade inicia com a presença do governador e leitura da lei de reparação aos ex-presos políticos no Ceará. O cerimonialista anuncia que o Ceará é o único Estado a ter comissão atuante e pagar a anistiados em dia, superando R\$ 647 mil em indenizações. Dona Lourdes entrega placa de agradecimento ao governador, em nome da família e do marido morto. Recebe o certificado de reparação pública, diante dos abusos do Estado, em nome dos anistiados e de famílias.

Não discursa, mas é lembrada pelo governador com agradecimento que enfatiza sua condição materna e valores como sensibilidade: “Ninguém melhor que Dona Lourdes para receber esse certificado. Ela tem coração enorme e é por isso que tem sido chamada de mãe da anistia”.

As reverências a Dona Lourdes, como representação da maternidade ou do instinto maternal na luta pela anistia, não se restringem a eventos formais de entidades de promoção dos direitos dos anistiados. Estende-se a ocasiões festivas, como seu aniversário, incorporado à agenda social de ex-militantes e agregado às atividades culturais em torno da memória militante. O aniversário de 85 anos da “mãe da anistia”, como constava em convite da Associação 64-68, foi celebrado em almoço organizado pela Sociedade dos Poetas Vivos,¹¹ em 27 de julho de 2007.

A comemoração foi a segunda parte do almoço, com apresentação e lançamento de livro sobre a luta armada no Ceará. Flores, declamação de poemas, cartão assinado pelos presentes

¹¹ Grupo de antigos militantes comunistas que se reúne mensalmente em almoço no Ideal Clube para discutir memória e assuntos da conjuntura nacional. Alguns anistiados estão entre eles.

e discursos fizeram o aniversário da velha senhora, mais uma vez lembrada como “mãe de todos nós”.

A figura de Maria de Lourdes Miranda de Albuquerque é solicitada sempre ao se falar do sofrimento de familiares no período ditatorial. Os filhos envolvidos e a persistência em procurá-los, apesar da perseguição dos órgãos de repressão, fazem-na figura exemplar e legítima, o que é explicitado em reportagens.

Foi assim durante as exibições, em 2006, do filme *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende, estrelado pela atriz Patrícia Pilar. A pedido de jornal local, dona Lourdes e o filho Mário Albuquerque assistiram juntos a uma sessão de cinema, acompanhada pela repórter e fotógrafo.

A reportagem do caderno de cultura, *Outra Angélica*,¹² enfatiza, desde o princípio, a identificação de dona Lourdes com os sofrimentos da estilista mineira que teve o filho morto pela repressão e denuncia atrocidades do regime militar ao mundo, através de suas criações. “Eu passei tudo isso aí” – é a frase de Dona Lourdes que abre a matéria. O sacrifício pessoal, o esforço redobrado para sustentar a casa, já que o marido desempregado e doente não tinha condições de ajudar na tarefa, narrativa recorrente em outras reportagens e entrevistas concedidas pela ex-integrante do MFPA, aparece novamente em demonstração de coragem diante das autoridades:

Quando eles (os filhos) foram presos, eu pensava mil e um coisas, pensava em viver toda rasgada,

¹² O título faz uma alusão à canção “Angélica”, composta por Chico Buarque em homenagem à estilista Zuzu Angel.

assanhada. Aí foram dizer ao padre que eu estava com esses pensamentos, e ele disse: “Olhe, a senhora vai tirar isso da sua cabeça, a senhora vai andar muito arrumada para ir atrás dos seus filhos”. Foi o que ela fez. Uma seqüência específica do filme com o qual dona Lourdes mais se identificou foi na qual Zuzu Angel não acredita que o filho está preso no quartel do exército e sai procurando-o de cela em cela: “Eu passei isso com o Mário. Quando ele foi preso, eu fui no DOPS (delegacia do Departamento de Ordem Política e Social) e queria vê-lo. Aí o coronel me disse que ele já tinha sido solto. Eu disse que não acreditava e que queria entrar, subir e olhar todas as celas. Então, ele mandou um policial ir comigo. Ele abria cada uma e o Mário não estava”, relembra. “Eu nunca tive medo. Eu dizia: ‘O filho é meu, vim atrás do que é meu’”.¹³

A presença e representação da “mãe da anistia” nesses momentos suscita interpretações possíveis acerca das diversas facetas da produção de memória dos anistiados cearenses e das mulheres do MFPA. Em nenhuma, pode-se dissociar essa produção da problemática de gênero, ativamente operante através de jogos e circulação de representações.

Dona Lourdes pode ser identificada com mulheres que viveram experiências de repressão nas décadas de 1960 e 1970, no Cone Sul, e narram suas memórias pelo papel tradicional de quem se identifica como tendo vivido para os outros,¹⁴ o que é revestido socialmente de caráter nobre e admirável. Esse componente a fortalece como escolhida para falar, ou, na maior

¹³ O POVO, 15 ago. 2006.

¹⁴ Observa-se que grande parte das mulheres, no Cone Sul, que viveram essas experiências optam por narrar-se como testemunhas do protagonismo de outros, negando ou silenciando suas próprias vivências, embora essas possam ser recolhidas a partir das narrativas sobre o outro.

parte das vezes, representar o MFPA nas reuniões de anistiados. Corresponde, de forma semelhante, ao papel de testemunha “sóbria e confiável aos olhos dos dirigentes”, a que se refere Pollak (1989, p. 10), ao tratar da preocupação com a construção da imagem por parte das associações de ex-combatentes ou deportados europeus na Segunda Guerra.

O medo de a diversidade de testemunhos mostrar inautenticidade da imagem que se quer construir faz com que grupos criados com a função de construir e difundir memórias de épocas de exceção escolham testemunhas aptas a narrar ou ajudar a narrativa que se pretende, afastando os “mitômanos” (*Ibidem*). A Associação 64-68, na defesa jurídica dos anistiados e preservação da memória, não fugiria a essa tentativa de construção de discurso hegemônico sobre si e sobre o período ditatorial, apaziguando diferenças e minorando conflitos, pouco interessantes quando se tem como um objetivo a busca de indenizações pelos sofrimentos passados. A mãe e sua representação acolhedora cumprem bem a função.

As aparições de Dona Lourdes em momentos-chave da caminhada dos anistiados cearenses e sua significação como figura a quem todos admiram e respeitam, correspondem à necessidade do grupo em via de legitimação: criação de monumentos em que o passado esteja inscrito e possa ser identificado quando solicitado. Segundo Catroga (2001, p. 24-25), a leitura do monumento vai ser tão mais “re-suscitadora de memórias”, se não se limitar à perspectiva “gnosiológica e fria”, se mediada pela afetividade e partilha comunitária. A mãe e sua fala pública, carregada de experiência e emotividade, permite essa leitura mais “quente” do passado de lutas que se quer fortalecer.

É importante registrar, no entanto, que lembranças de dor, inclusive corporificadas, narradas por Dona Lourdes, para além de construir a imagem dos filhos como heróis, também a constroem como mãe incansável, resistente, indelevelmente marcada pela ditadura com repercussões que se estendem até o presente, ou seja, é possível captar traços das próprias vivências pelas narrativas de maus tratos dos filhos. Lourdes não se subsume em meio às histórias de prisões e torturas, como é possível perceber no relato sobre a prisão do filho, Pedro, logo após o Golpe: “Nessa época, eu tomei um choque muito grande: urinei sangue e fiquei cega por três meses – ainda hoje não tenho vista por causa da prisão dele”.¹⁵

A reafirmação ou repetição de episódios e narrativas de sofrimento e dor, lembrando performances de gênero (BUTLER, 2003, p. 197), aliadas à construção da figura corajosa e resistente, encontrada em diversas entrevistas de dona Lourdes a pesquisadores, jornalistas, ou nos eventos da anistia, reforçam a comovente imagem de mãe que, na defesa dos filhos, investe-se de misteriosos poderes.

Como mãe de ex-presos políticos, permite observar a vida impregnada de memória, percorrendo, pela reconstrução permanente do passado, caminho de mão dupla: ao mesmo tempo em que reafirma sua identidade individual, dentro do universo de anistiados e pessoas identificadas com a história da esquerda no Ceará, transforma o passado, com acomodação de suas lembranças a necessidades do presente.

Lembrar e narrar a própria vida com tanta constância, deixando-se homenagear e exaltar, pode significar, ainda, para a

¹⁵ O POVO, 15 ago. 2006.

velha senhora, a possibilidade de seguir em frente, elaborando esforços anteriores, não só sobrevivendo às dores passadas, mas, segundo Lowenthal (1998, p. 104), elaborando momentos e dias, justapondo tempos fortemente entrelaçados na suposição da imperecibilidade da mente mortal. Estas podem ser chaves para a compreensão das razões de sua escolha como representante máxima do Movimento Feminino pela Anistia e das famílias na construção e reorganização da memória da anistia no Ceará.

REFLETINDO SOBRE MEMÓRIAS

Apesar dos indícios de ampla atividade política pela anistia por parte das militantes naquele período, pouco dessa atuação se dá a conhecer no contexto presente, em que o debate sobre o processo de abertura e redemocratização está novamente em pauta. Setores dos movimentos de direitos humanos, da Justiça e do próprio Governo Federal disputam com os militares, e também entre si, o direito de rediscutir a Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso há quase 35 anos, em espaços como a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. Famílias de militantes torturados pelo regime levam seus algozes aos tribunais a fim de obter o reconhecimento de sua culpa.

No Ceará, a construção das memórias foi catalisada pelo movimento de anistiados políticos, reunidos na Associação 64-68. A partir de sua atuação, no ano de 2000, os relatos sobre o período começaram a ganhar mais visibilidade, seja através do lançamento de livros, organizações de palestras, mostra de filmes e exposições, ocupação organizada dos meios de comunicação, estímulo à pesquisa facilitada pela reunião de documentos.

Mas é na agenda social, composta de solenidades de entrega de indenizações, confraternizações organizadas em calendário próprio e homenagens realizadas por organizações governamentais ou não, que se pode analisar as operações mais concretas de produção da memória sobre a ditadura no Estado, em que está inserido o MFPA.

O sistemático acompanhamento desses eventos e suportes de memória fez perceber que, no processo de construção e ativação de memórias, alguns temas e personagens eram privilegiados em detrimento de outros, num claro recorte de gênero. As histórias de bravura e resistência à ditadura ou narrativa dos sofrimentos quase sempre estavam centradas nas figuras de presos políticos, exilados e mártires, levados à morte pelo regime, em sua maior parte homens. O MFPA, como força política integrante do processo de luta pela anistia, não participa do processo de rememoração do passado de maneira igualitária.

Mas não se trata de invisibilidade simplesmente, como constatado em outros trabalhos centrados sobre a militância política de mulheres nas conjunturas pós-64 e pós-68 no Brasil. Há memória produzida sobre essas mulheres nesses espaços que, no entanto, não é controlada por elas, mesmo quando participam dos atos. Na verdade, essas militantes aparecem em exaltações e homenagens feitas pelos anistiados homens que ressaltam suas participações pelo viés da “solidariedade”, “amor”, “caridade” e “sensibilidade”, reforçando padrões de gênero que transformam as atividades, realizadas por elas, em extensões naturalizadas de suas tarefas domésticas e defesa da família.

Essa construção não serve apenas para situar um lugar para o MFPA nas memórias da ditadura no Ceará de maneira discrimi-

natória, mas para reforçar as memórias produzidas em torno da organização dos anistiados. A mãe, representada pela figura de Lourdes Albuquerque, além de utilizada para sintetizar a ação do MFPA, atua como monumento, na medida em que mobiliza sentimentos, suscitando memórias e fortalecendo a coesão interna do grupo de anistiados e sua imagem pública, já que as narrativas de sofrimento e resistência são divulgadas para a sociedade e reforçadas através dos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Editora Globo, 1998.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972)**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007. p. 119.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militantes. **Revista Estudos Feministas**. Ano 5, n.2, 1997.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI de Espanha Editores, 2001.

LANNA, Anna Flávia Arruda. **Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia.** 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História.** PUC, São Paulo: Educ/Fapesp, n. 17, nov. 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história - a problemática dos lugares. **Projeto História,** São Paulo. PUC-SP, n. 10, dez. 1993.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru/SP: Edusc, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03, 1989.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004).** Bauru/SP: Edusc, 2004.

WOLFF, Cristina Sheib. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: WOLFF, Cristina Scheib; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Leituras em rede: gênero e preconceito.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

ZERBINI, Therezinha Godoy. **Anistia: semente da liberdade.** São Paulo: Editora Salesianas, 1979.

FREI TITO: LITERATURA E MEMÓRIA

Francisco Régis Lopes Ramos¹

63

¹ Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará - UFC. Foi Diretor do Museu do Ceará (2000-2007) e Diretor do NUDOC - Núcleo de Documentação Cultural da UFC (2009-2011). Publicou artigos e livros sobre museu, teoria da história, literatura e religiosidade. Entre 2003 e 2007 foi membro do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural do Ceará. Atualmente estuda as relações entre tempo e narrativa na escrita da história e na escrita literária. E-mail: regislopesufc@hotmail.com.

A final, o que pode uma lembrança? A pergunta está implícita no texto dos coordenadores do primeiro livro da coleção *Memórias do Exílio: Brasil, 1964-19??*, uma coletânea de depoimentos, cuja primeira edição é de 1976. A resposta assim se inicia: “a convicção de que o futuro pode ser diferente exige o suporte da lembrança de que o passado foi diferente, de que as tendências do presente não são dados naturais”. Mas, diante da carência de registros, por que a necessidade da justificativa? Porque o fogo, além de sair dos inimigos, também saía dos amigos: “Houve a crítica de que o projeto das Memórias não era suficientemente político (ouvimos até que ‘este livro não vai derrubar a ditadura!’). Olhar para o passado denotaria uma atitude saudosista e, quem sabe mesmo, um tanto derrotista” (CAVALCANTE; RAMOS, 1978, p. 16).

O tempo aí não será a prova material do sentido que faz o tempo existir, mas a matéria com a qual tudo se constitui. Não terá a unidade imponderável de um fluxo ancestral, como ocorre na memória cristã. O que vai funcionar não é a denúncia como anúncio, mas a crença na avaliação, a ser continuamente realizada, pressupondo-se que o presente sempre será aquilo que se localiza entre o passado e o futuro. Aí o passado não tem algo a mostrar, e sim a ensinar. E o futuro viria exatamente dessa ânsia pedagógica atualizada pelas demandas do presente. A missão do presente não poderia, portanto, ceder às pressões do passado que se negava a ser passado.

A luta contra o silêncio compulsório poderia ser perigosa, mas era exatamente o perigo que convocava a urgência: “A preocupação com o aspecto policial foi constante. Nas condições atuais, a política é provavelmente a instituição que mais se interessa por informações de cunho pessoal sobre atores políticos brasileiros”. Para amenizar o problema, os organizadores do livro fizeram “o uso eventual de pseudônimo”, e o corte de “referências comprometedoras a terceiros”. Mas ainda havia outros entraves:

muitos, desejosos de voltar ao país o mais rapidamente possível dentro de uma “normalização”, preferiram não associar seus nomes às Memórias, o que foi mais um fator de limitação da nossa “amostragem” do que é o exílio. Alguns mesmo julgam que os riscos policiais eram tão grandes que seria melhor não recolher estas memórias.

Diante de argumentos tão coerentes, havia uma razão que deveria ser o mais convincente, porque estaria acima dos indivíduos e dentro da história: “não se deve reconhecer à ditadura o ‘direito’ de nos silenciar. Se riscos há, procuramos eliminá-los cuidadosamente. Mas o silêncio não seria nunca a solução” (*Ibidem*).

Não é difícil perceber que o uso do passado levado adiante pela impressão do registro testemunhal veio em oposição ao passado que ainda se prolongava no presente, mas a articulação dessa escrita militante veio em fragmentos contraditórios. E o conflito não era pela posse do passado. Não se tratava, ainda, de uma luta por uma narrativa vinculada ao testemunho pessoal ou de certos grupos nas tentativas de definição das fronteiras, que, necessariamente, se fazem pela abertura de espaços autolegitimados.

No meio de tantas tensões, tanto as vistas quanto as previstas, o livro tenta se defender, inclusive da própria acusação de ser autoritário ou excludente: “Preferimos não definir de antemão o que as Memórias deveriam dizer, (...) nosso objetivo, neste caso, é procurar fazer com que as tendências existentes, nos diversos campos, se expressem” (*Ibidem*). Dito isso, ainda foi preciso argumentar mais, muito mais do que se poderia supor:

Ouvindo os exilados, as *Memórias* colocam-se naturalmente em oposição à ditadura reinante no Brasil. Contudo, como dissemos no convite, “essa oposição é variada e absolutamente não se identifica à pequena parcela que foi banida ou que decidiu e pôde viajar”. Na discussão sobre o título a dar a este primeiro volume, os coordenadores consideraram a sugestão O Outro Lado da História. Esta sugestão foi descartada diante da objeção de que ela sugeria uma identificação entre “oposição” e “exílio”. A intenção dos coordenadores não foi a de promover uma apologia dos exilados brasileiros. Evitamos também a martirologia. (*Ibidem*, p. 17).

E, assim, o livro continua, cercado de explicações variadas. Aqui, detenho-me em uma delas: a religião. Se, por um lado, se descarta a apologia ao martírio, por outro não se elimina a possibilidade da posição religiosa: “encontramos perspectivas ideológicas muito diferentes não só entre os autores aqui publicados como também entre os próprios editores”. Optou-se, então, por uma metodologia “desprovida de censura”: “um princípio ideológico mínimo, qual seja, o direito de expressão livre do pensamento” (*Ibidem*).

Foi reproduzido um texto do frei Xavier Plassat, extraído do *Bulletin de Liaison de la Province Dominicaine de Lyon*, publi-

cado em setembro de 1974. O último parágrafo vem exatamente no sentido de inserir uma memória pontual no tempo maior, que é o tempo no qual reside o fluxo contínuo das experiências de martírio. Aí o acontecimento passa a existir na medida em que se impõe nas operações da memória como “um centro organizador do vir-a-ser histórico” (THÉVENAZ *apud* RICOEUR, 1968, p. 43).²

Ao descrever a missa do dia 12 de agosto, frei Xavier registra que houve “uma prece de revolta”:

[...] nós acompanhamos um homem e um irmão, Tito. [...] Em presença de numerosos amigos brasileiros e franceses, de freiras e frades, nós reconhecemos como Isaías o servido de Iavé e com os discípulos de Emaús, o Cristo vivo. Como dizes? Esse irmão nós o conhecemos há 20 séculos (CAVALCANTE; RAMOS, 1978, p. 361).

Antes do enterro, veio o ápice da palavra, o limite do que poderia ser dito naquele momento em que o corpo iria desaparecer. Realizou-se a leitura da Bíblia. E o trecho escolhido não foi ao acaso. O ritual não era somente uma forma encontrada para traduzir a densidade do sentimento compartilhado naquela ocasião. Antes de ser uma representação da fé, a leitura tornou-se a presença do sagrado:

Vejam! O meu servo vai ter sucesso, subirá e crescerá muito. Assim como muitos ficaram espantados por causa dele – pois já não parecia mais gente, tinha perdido toda a sua aparência humana – assim também as nações numerosas levarão um susto. Diante dele os reis vão fechar a boca, pois verão uma coisa que nunca ouviram contar e compreenderão o que jamais ouviram.

² Thévenaz, P. *Événement et historicité in L'Homme et l'histoire.*

Quem acreditou em nossa mensagem? Para quem foi mostrado o braço de Javé? Ele cresceu como broto na presença de Javé, como raiz em terra seca. Ele não tinha aparência nem beleza para atrair o nosso olhar, nem simpatia para que pudéssemos apreciá-lo. Desprezado e rejeitado pelos homens, homem do sofrimento e experimentado na dor; como indivíduo de quem a gente esconde o rosto, ele era desprezado e nem tomamos conhecimento dele. Todavia, eram as nossas doenças que ele carregava, eram as nossas dores que ele levava em suas costas. E nós achávamos que ele era um homem castigado, um homem ferido por Deus e humilhado. Mas ele estava sendo transpassado por causa de nossas revoltas, esmagado por nossos crimes. Caiu sobre ele o castigo que nos deixaria quites; e por suas feridas é que veio a cura para nós. Todos nós estávamos perdidos como ovelhas, cada qual se desviava pelo caminho, e Javé fez cair sobre ele os crimes de todos nós. Foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca; tal como cordeiro, ele foi levado para o matadouro; como ovelha muda diante do tosquiador, ele não abriu a boca. Foi preso, julgado injustamente; e quem se preocupou com a vida dele? Pois foi cortado da terra dos vivos e ferido de morte por causa da revolta do meu povo. (Isaías: 52,13 - 53,8)

Fica evidente, então, o esforço dos organizadores da coleção *Memórias do Exílio* no sentido de abrigar os mais variados depoimentos, inclusive aqueles em simbiose com as interpretações teológicas. Mas, mesmo assim, não se pode concluir que havia se instalado, de modo público, uma disputa pelos usos do passado entre os que lutavam pelo fim do regime. Em publicações seguintes, irão se configurar, de modo mais evidente, as lutas por passados específicos, não somente contraditórios, mas também antagônicos. O inimigo será o passado opressor, sem dúvida, mas também poderá ser o passado que não foi devidamente usado no sentido de esclarecer os meandros da luta ou as participações dos envolvidos em determinadas “re-ações”.

E, para completar, o passado denunciado também dará sua versão. Tudo pela via impressa, gerando uma verdadeira guerra de livros “pre-ocupados” com o encadeamento mais adequado para o que o país havia vivido. A memória passará por divisões cujos interesses serão tão variados que, hoje, parecem resistir a qualquer tentativa topográfica.

É por isso que o segundo volume da coleção *Memórias do exílio: Brasil, 1964-19??*, impresso em 1980, terá um recorte diferenciado, com um título que interage de modo peculiar com o próprio nome da coleção: *Memórias das mulheres do exílio* (OLIVEIRA COSTA et al, 1980). Não é que o primeiro volume fosse exclusivo para os depoimentos masculinos. Os homens tinham maioria, é verdade, mas não se trata, agora, de fazer uma relação de causa e consequência entre os dois livros. O que foi dado a ver em um tempo linear e evolutivo traz outras articulações temporais, que guardam relação com as demandas cartográficas que passariam a entrar na ordem do dia de determinados setores. As capas, aliás, podem indicar pistas nesse sentido.

Depois da invenção da imprensa, a *Legenda Áurea* torna-se a mais tradicional reunião de hagiografias. Entre 1470 e 1500, por exemplo, o seu número de edições era maior do que a soma de todas as reimpressões da Bíblia (DE VARAZZE, 2003, p. 22). A *Legenda* trazia, basicamente, uma coleção de vidas de santos e as respectivas datas para lembrá-las no decorrer do ano.

Analisando a estrutura dessas narrativas, Bakhtin concluiu que era excluído aquilo que fosse “típico de uma época”, quer dizer, tudo “de uma dada nacionalidade (por exemplo, a tipicidade nacional de Cristo na pintura de ícones), de uma dada condi-

ção social, de uma dada idade, todo o concreto de uma imagem, de uma vida, todas as minúcias desta, as indicações precisas do tempo e do espaço da ação” (BAKHTIN, 2010, p. 170). Nada de traços mais específicos, pois a especificidade seria um atributo da biografia, e não da hagiografia.

A caracterização de Bakhtin é generalizante e se trata mais de um princípio mais ou menos praticado do que de uma regra seguida cegamente. Nada foi feito na paz, e a tensão já se fazia presente na própria escolha do santo a ser lembrado em determinado dia. As primeiras narrativas, aliás, já nasceram numa situação conflitiva, quando os cristãos eram perseguidos pelo império romano. Tratava-se de uma memória proibida porque descrevia a vida dos mártires.

A lembrança dos que morreram em nome da fé servia de exemplo para toda cristandade, alimentando a coragem dos devotos e a própria expansão dos adeptos. Daí até hoje, a estrutura exemplar é praticamente a mesma, mas nas últimas décadas do século XX, houve um rearranjo. Os textos passaram a ter mais história e menos eternidade.

Na indicação da data de festejo para cada santo, era comum colocar São Lourenço no dia 10 de agosto. As publicações de livros em forma de calendário acabaram seguindo o mesmo rumo. Mas, na década de 1970, surgiram outras agendas, baseadas naquilo que se passou a se chamar de Igreja Latino-americana. E o santo da data passou a ser frei Tito de Alencar.

Uma das primeiras manifestações dessa reordenação do tempo memorativo foi o *Novo Martirológio da América Latina*, publicado inicialmente em novembro de 1980, na revista *Vida Nova*,

de Madri. No Brasil, a edição, revista e ampliada, saiu pela editora Vozes em 1984, sob a responsabilidade do Instituto Histórico Centro-Americano de Manágua, e com o título ligeiramente modificado, *Sangue pelo povo: martirologio latino-americano* (INSTITUTO HISTÓRICO CENTRO-AMERICANO DE MANÁGUA, 1984).

Na abertura, a citação de um trecho da homilia do Monseñor Romero em 1979, pouco antes da sua morte, vítima de um assassinato na hora em que celebrava missa: “Temos, graças a Deus, páginas de martírio não somente na história do passado, como também na hora presente. Há sacerdotes, religiosas, catequistas, homens humildes do campo assassinados, esfolados, que tiveram seus rostos esmagados, desfeitos e foram perseguidos por serem fiéis a seu único Deus e Senhor” (*Ibidem*, p. 5).

Oscar Arnulfo Romero vincula-se ao dia 24 de março. O dia 10 de agosto, como era de se esperar, foi relacionado a frei Tito:

Religioso dominicano brasileiro. Perseguido por seu compromisso com seu povo oprimido. Encarcerado com outros religiosos e barbaramente torturado na Operação Bandeirantes – centro de torturas do exército, em São Paulo – Tito cortou as veias por recear denunciar seus companheiros religiosos: não queria que sofressem o mesmo que ele; pretendia, contudo, denunciar diante da opinião pública e da Igreja o que sucedeu nos cárceres de seu país. Seus torturadores pediram aos médicos que lhe salvasse a vida, porque deviam começar com a tortura psicológica. Então o acusaram de dupla traição: à Igreja e à Lei de Segurança Nacional. Acusaram-no de suicida. E Tito levaria, aberta para sempre, a chaga de sua tortura psicológica. E com ela a imagem do delegado Fleury – seu principal torturador – que o acusou, lhe deu ordens, o ameaçou e o acompanhou como uma sombra em seu exílio no Chile e na França. Só se libertaria definitivamente dele enforcando-se numa árvore, aos 28 anos, numa tarde de agosto, na campanha fran-

cesa. Naquele dia Tito ressuscitou para a Vida, precedendo a seus irmãos que morreram na tortura (1974). (*ibidem*, p. 126).

Também trazendo frei Tito, saiu *Os santos de cada dia*, editado por José Benedito Alves em 1990. Indício do conflito entre os antigos calendários e as novas exigências de uma fé comprometida com as lutas sociais. Nesse caso, não se sabe bem o porquê, a data foi transferida do dia 10 para o dia 12:

Religioso dominicano, nasceu no dia 14 de setembro de 1945 no Ceará, Brasil. Militante da Juventude Estudantil Católica, ingressou na Ordem Dominicana em 1966. Foi preso, junto com outros confrades, no mesmo dia em que Carlos Marighela, líder da Aliança de Libertação Nacional, foi assassinado.

Acusado de traidor da Igreja, subversivo e comunista, foi torturado no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e pelo Esquadrão da Morte. A tortura a que foi submetido foi tão cruel que o levou às raias da loucura, a ponto de ele tentar o suicídio. Mesmo no exílio, em Paris, sentia-se perseguido por seu torturador (Delegado Fleury).

A tortura conseguiu destruí-lo interiormente, de modo que já não era o mesmo: deprimido, angustiado, fechava-se em si, não conversava e sentia-se rejeitado. Sentia-se vigiado, culpado e indigno de ser religioso. Conseguiu algumas melhoras passageiras, mas sua depressão parecia invencível, apesar dos esforços dos médicos que o acompanhavam. Sua agonia somente acabou quando ele pôs fim a sua vida, enforcando-se em sua cela, no dia 10 de agosto de 1974, em Lyon (Paris). (ALVES, 2000, p. 454).³

³ O autor, evidentemente, engana-se a respeito do local onde ocorreu o suicídio. Numa escrita hagiográfica dessa natureza, organizada em calendário, o detalhe é irrelevante, porque é apenas fato factual, não tem a proporção decisiva de um fato de sentido (ou melhor, um sentido de fato).

Assim, operava-se um novo uso do passado. A saída de algum santo da tradição e a entrada de frei Tito não apenas trazia outras memórias, mas se dava ao tempo novas curvaturas. Se antes predominava o sacrifício dos que morreram sob a opressão do império romano, começou a emergir o martírio dos torturados e dos oprimidos do século XX, sobretudo na África e na América Latina.

É claro que os novos agendamentos aproximaram a vida dos santos da vida dos novos fiéis, tanto no tempo quanto no espaço: da Europa para o então chamado “terceiro mundo”, dos primeiros séculos aos dias da atualidade. Mas, seria uma simplificação grosseira concluir que tudo se resumiu a uma troca do distante pelo próximo. A rigor, não estava em funcionamento apenas o tempo secular, disposto numa linha com medidas decimais. Havia, também, um presente feito de eternidade, envolvido numa atualização ritualizada do passado fundador.

Em outros termos, há um tempo da régua cronológica: um ano depois do outro, o antes que precede o depois, o depois que antecede o antes. Nesse sentido, o distante ficou mais próximo. Mas o sagrado não está submetido somente a esse regime de temporalidade calculada pelo número. Quando o eterno passa a ser qualidade do tempo, o plano se enche de dobras e curvaturas. A memória não só aproxima, mas também faz o passado se tornar presente. Ou melhor: faz o presente ganhar densidade nos rituais de atualização do passado, tal como ocorre na missa, mais especificamente na hora da comunhão.

Desejava-se uma igreja menos romana e, portanto, mais localizada. Para novas fronteiras, era preciso ter, além de um

novo tempo, outra maneira de contar o tempo. Que desse conta do passado mais recente. Que tornasse o fiel mais comprometido com o passado recente, deixando-lhe a certeza de que a história do cristianismo continuava na atualidade. Não era simplesmente uma ruptura. Será mais adequado falar em rearranjo. Rearranjo no tempo, no espaço e na maneira de acreditar.

Não haverá simplesmente a troca de santos dignos de memória, mas uma incorporação do novo a partir da tradição. E, ao que parece, quem melhor expressou esse sentido de continuidade foi Dom Evaristo Arns. Não uma continuidade conservadora, mas a permanência da inquietude.

Ao invés de trocar, ele acrescenta. A sua *Legenda Áurea* foi publicada em 1985, com o título *Santos e heróis do povo*. Na página do dia 10 de agosto se lê o seguinte:

10 de agosto

“Vós vos entristeceis, mas a vossa tristeza se transformará em alegria” (Jo 16, 20c)

Nesta data, em 1974, morreu em Paris o brasileiro frei Tito de Alencar Lima.

Dominicano, foi preso e horrorosamente torturado em São Paulo. Na cadeia, onde eu mesmo o visitei por diversas vezes, ele confortava os presos e dava o testemunho do evangelho.

Depois de transportado para a França, continuava a sentir-se perseguido pelo famigerado Delegado torturador Fleury. E parecia estar recebendo ordens dele, tamanha era a obsessão.

Um dia, encontraram-no morto. Os seus restos mortais voltaram nove anos depois, para São Paulo, onde foram recebidos na Catedral, por uma multidão incalculável, por número de bispos e padres, com o Cardeal de São Paulo à frente.

Sua entrada no Céu deve ter sido ainda mais triunfante.

Também celebramos hoje o diácono São Lourenço, em Roma. É venerado como o último dos sete Diáconos, de quem o imperador Valeriano queria arrancar o tesouro, ou seja, o dinheiro dos pobres.

Colocado vivo sobre uma grelha em brasas, fez-se o porta-voz da coragem dos mártires. Tiveram que silenciá-lo então pela espada.

Vamos também a uma santa. É santa Filomena, de quem já se falou tanto. Pesquisadores sérios dizem que talvez nem tenha existido. Mas o fato é que o santo Cura D' Ars a venerava com muita confiança.

Afinal, vamos lembrar São Hugo de Montaignu, na França. Foi beneditino, bispo, homem de uma delicadeza e caridade nos mínimos e nos grandes gestos. Morreu pelos anos de 1136.

Os sofrimentos dos cristãos se unem aos de Cristo, para se transformarem em fonte de esperança para nós (ARNS, 1996, p. 308).

Em sua autobiografia, publicada em 2001, o cardeal Arns faria a reprodução de uma carta enviada de Paris por frei Tito, em maio de 1973:

Caro D. Paulo: aproveito a ocasião para desejar-vos feliz Páscoa. Fique contente em saber de sua nomeação a Cardeal de São Paulo. Confio enormemente no senhor, creia-me; confio sobretudo na vossa alma franciscana. Li vossa entrevista no jornal Opinião. Gostei demais. Aos poucos, descobrimos, na prática, o que é evangelizar no Brasil de hoje (ARNS, 2001. p. 306).

Em seguida, escreveu que guardava a boa recordação do sermão de posse de D. Paulo como cardeal:

Gostaria de tê-lo em mãos. É profundamente histórico e cheio da seiva geradora do Reino de Deus;

a Igreja que se purifica na perseguição, sobretudo quando quer viver, integralmente, os valores evangélicos: a paz, a verdade, a justiça, a fraternidade e o amor entre os homens (*Ibidem*).

A ênfase do “profundamente histórico” terá desdobramentos variados. Entre eles, a confecção de novos calendários, que frei Tito não verá. Sua morte, contudo, entrará em consonância com muitas outras e, assim, ele mesmo participará dessa “profundidade”, não como leitor, mas na condição de personagem. Tudo em uma década. A tortura em 1969, o exílio em 1971, a morte em 1974, e o martirólogo quatro ou cinco anos depois.

Mas, afinal, o que é que ele mesmo queria dizer em seu elogio ao discurso de D. Paulo? Por que a história? Por causa do presente. Presente como presença do tempo, pressupondo, então, combinações entre passado e futuro, entre descendentes e ascendentes, tal como tentou explicar o texto de D. Paulo que frei Tito queria ter em mãos.

“Venho do passado”, explicou D. Paulo, “que se torna presente e futuro pela Palavra sempre viva de Jesus. É o Senhor que me envia. Não apelo para a imaginação, e sim para a fé e para a História”. Mais adiante, ele confirmou: “Venho do passado. De longa convivência com o cristianismo nascente, com homens e mulheres fracas, que enfrentavam perseguições do maior e mais organizado gigante da História, o Império Romano.” Como? Assumindo-se “estudioso da história primeva da igreja”.

Assim, D. Paulo se diz descendente de homens como São Francisco: “dele trago a missão eterna da Paz do Bem”. Portanto, do passado, mas, também do presente: “venho de cátedras

de universidades e dos morros da pobreza em torno à minha cidade de Petrópolis, morros que rivalizavam com as mesmas cátedras em seus ensinamentos e na demonstração da pequenez do homem diante das tarefas que o esperam." No encerramento, depois de costurar sua missão em várias dimensões do tempo, procura não deixar dúvidas: "Que o Santo Sacrifício da Missa que iniciamos juntos nos una a todos os pobres, aflitos e famintos que lutam e esperam, e, morrendo, ressuscitarão" (*Ibidem*, p. 466-468).

Enquanto isso, continuariam a circular os compêndios da linha mais tradicional. Alguns com títulos quase idênticos, como *O santo do dia* (CONTI, 1999) e *Um santo para cada dia* (SGARBOSSA; GIOVANNINI, 2005). Outros, quando comparados, parecem fazer um jogo entre os termos, como *Os santos do calendário romano* (LODI, 2007), *Santos do atual calendário litúrgico* (PALACÍN, 1979) e *A vida dos santos na liturgia* (SILVEIRA, 1980). De um jeito ou de outro, o passado. A necessidade de fazer o passado como parte do presente. Ou melhor: o presente como presença do tempo. Tempo que se faz presente no papel impresso, a ser lido diariamente.

Foi com a fé na potência da leitura diária que D. Paulo chegou a publicar outro livro em forma de calendário: *Meditações para o dia-a-dia*. (ARNS, 1983). É que, além de saber do valor do tempo, ele sabia o que poderia valer um livro. O próprio título da sua tese defendida na Sorbonne não deixa dúvida sobre isso: *A técnica do livro segundo São Jerônimo* (ARNS, 1993).

D. Paulo escreveu (e organizou) mais de 40 livros. Mas nada se compara com o que foi lançado no dia 15 de julho de 1985. Aliás, o livro não foi propriamente lançado, porque simples-

mente apareceu nas livrarias. Não mais que 50 pessoas sabiam o conteúdo daquelas 312 páginas. Sem noite de autógrafos, sem aviso nem propaganda, o livro *Brasil: nunca mais* ficou disponível para os leitores. Trazendo uma impressionante pesquisa de fontes produzidas nos inquéritos oficiais, as torturas foram expostas, numa exaustiva sucessão de relatos e explicações sobre o funcionamento da repressão. Nos dois primeiros anos, a Editora Vozes teve que fazer 20 reimpressões para atender à constante reposição demandada (FIGUEIREDO, 2009, p. 59-60).

A partir do final da década de 1970, iniciou-se verdadeira guerra de livros: uns a favor e outros contra 1964. Quase todos de caráter testemunhal. Mas nenhum teve tantas edições e tão duradoura repercussão quanto o *Brasil: nunca mais*, ainda hoje sendo reeditado, como indício das demandas mnemônicas que os leitores não pararam de renovar, de geração em geração. Para combatê-lo, uma enxurrada de volumes, como era de se esperar, mas o título mais curioso nesse sentido parece ter sido aquele que Marco Pollo Giordani colocou no seu livro, publicado em 1986, e que não passou da primeira edição: *Brasil: sempre*.

Outro livro que continuou a ter novas edições foi *Batismo de Sangue*, lançado em 1982 por frei Betto. O último capítulo trazia um comovente depoimento sobre frei Tito. A décima quarta edição, revista e ampliada, veio em 2006, marcando a transposição do livro para o cinema e evidenciando o vigor do seu testemunho.

“ — Convença-se de uma vez por todas — falou o Satanás Fleury com você, — você, Tito, é um cão. Lembre-se disso: um cão”. Capítulo 33 do romance *Sangue de Coca-Cola*, uma espécie

de delírio literário, com o claro intuito de lidar com uma realidade igualmente dramática:

Você está em Paris à noite, Paris feericamente iluminada, uma multidão canta e dança nas ruas e os foguetes de lágrimas choram alegrias no céu de Paris e uma névoa azulada, como um fog londrinho, submerge Paris, você pensa que é gesta de Ano-Novo, vê a iluminação de Natal nas ruas de Paris, mas você sabe, Frei Tito, que Hitler ressuscitou e ocupou Paris e os maquis e os aliados também ressuscitaram e hoje libertaram Paris, por isso todos cantam e beijam e abraçam e carregam os maquis pelas ruas de Paris.

Escutando as canções da Resistência, junto ao Arco do Triunfo, você quer cantar e dançar e gritar e chorar, mas você só consegue latir, Frei Tito, latir como um vira-lata brasileiro, como os que você via em São Paulo disputando o lixo dos ricos com os mendigos: você só consegue latir porque Satanás, disfarçado no delegado Sérgio Fleury, que o persegue mesmo em Paris, transformou você num cão (DRUMMOND, 1998, p. 187).

A primeira edição é de 1980, mas antes disso, a literatura no Brasil já vinha se sentido com a missão de denunciar. Aliás, não é exagero afirmar que esse compromisso com o registro da violência do regime de 1964 nunca deixou de vir a público. Apesar da máquina impiedosa da censura, os vazamentos tornaram-se, em alguns momentos, mais perto da regra do que da exceção. Talvez por incompetência dos censores, talvez pela competência dos escritores e dos editores. Enfim, certamente por tudo isso, e algo mais: o próprio caráter da literatura em suas necessidades, postas e repostas pelo campo de trocas entre autores e leitores.

A ficção não parou de verter seu fluxo de narrativas que davam conta do que estava acontecendo. Ia da descrição minuciosa e realista à tendência alucinatória de Roberto Drummond, passando por ironias e fantasias, portadoras de uma impressionante potência para enfocar a circunstância de prisões e interrogatórios, como foi o caso do texto de Sérgio Sant'Anna no romance *Confissões de Ralfo: uma autobiografia imaginária*.

Durante dias e dias. Caminhadas sem esperança entre a cela e o porão. Um foco de luz que jamais deixa de bater em seus olhos congestionados. Seu corpo nu amarrado a correntes, mãos gordurosas que o seguram pela nuca e pelos cabelos. Durante dias e dias.

- Nome ?
- Ralfo.
- De quê?
- Da Silva.
- Idade?
- 26 anos.
- Documentos?
- ...

Um peteleco na orelha por não ter documentos.

- Nacionalidade?
- Brasileira.
- Quem descobriu o Brasil?

– Pedro Álvares Cabral.

Uma cusparada por ter pensado na puta que o pariu.

– Para que descobriu Pedro Álvares Cabral o Brasil?

– Para a maior glória da coroa portuguesa.

– Quando?

– 22 de abril de 1500.

– E o que acontecera antes, em 1492?

– A descoberta da América por Cristóvão Colombo.

– E o que havia na América quando lá aportou Colombo?

– Índios.

– E o que é um índio?

– Um membro da raça aborígene das américas.

– Assim como vós?

– Assim como eu, senhores.

Uma chibatada por ser um índio (SANT'ANNA, 1975, p. 117).

Logo na página dois, para orientar o leitor, o autor deixou claro: “não só esta, mas todas as autobiografias são sempre imaginárias e reais, se é que se podem delimitar fronteiras exatas nesse sentido”: “... este livro trata da vida real de um homem imaginário ou da vida imaginária de um homem real” (*Ibidem*, p. 2).

Sérgio Sant'Anna e Roberto Drummond, apesar das muitas diferenças, estão na mesma linha de crítica ao presente. Ambos se distanciam do tipo de realismo que costuma ocorrer na literatura de denúncia, e decidem apostar numa escrita mais criativa e, portanto, menos protocolar. A repetição é uma das estratégias:

- E quem foi Touro Sentado?
- Um chefe índio.
- E quando morreu Touro Sentado?
- Em luta contra tropas norte-americanas.
- E o que aconteceu, antes, na histórica data de 4 de setembro de 1886?
- A captura de Gerônimo termina a última guerra importante dos Estados Unidos contra os índios.

Tapinha das costas e afago nos cabelos por lembrar-se de datas tão significativas.

- Cite outras datas e respectivos acontecimentos.
- 1597: Sir Francis Drake destrói a frota espanhola no porto de Cadiz; abril de 1665 a Grande Praga em Londres; 7 de outubro de 1870, Leon Gambetta, num balão dirigível, escapa de Paris sitiada, para prosseguir na guerra contra a Prússia; 18 de dezembro de 1865, a escravatura é abolida nos Estados Unidos; 2 de maio de 1885, o Estado Livre do Congo é fundado por Leopoldo II, rei da Bélgica; 1º de outubro de 1936, o Generalíssimo Franco é nomeado chefe do governo espanhol; 6 de agosto de 1945, a primeira bomba atômica é lançada em Hirochima; 30 de outubro de 1941...

Dois chibatadas por aborrecer-nos com tantas datas (Ibidem, p. 118).

Seria pouco concluir que a escrita copia o martelar dos torturadores. Será mais adequado falar em transfiguração do delírio, não propriamente aquele que compõe o instante da dor, na presença maciça e incontornável da tortura. Trata-se de algo pior: a memória.

– Seu cão traidor! – grita então Satanás, como se fosse o delegado Fleury falando por um megafone.
– Desça desse jipe, cão traidor!

E você salta do jipe e corre, e você tenta se refugiar no Convento dos Dominicanos em Saint Jacques. Mas na entrada na Rue de Tanneries, você encontra uma placa onde está escrito em português:

“Proibida a entrada de cães”.

Você foge outra vez, Frei Tito, sente atrás de você os passos de Satanás, que são os passos do delegado Sérgio Fleury. E eis que você atravessa a Ponte Neuf, sobre o Senna, você não sabe se pula no Senna ou se aguarda para se enforcar numa árvore de um bosque em Arbresle, perto de Lyon, que fica no seu coração. Você prefere fugir, perseguido pelo delegado Fleury, você escuta os rumores da libertação de Paris, que bem podia ser a sua libertação, Tito, e você tenta se refugiar na Catedral de Notre Dame. Mas também lá está escrito na porta, em português:

“Proibida a entrada de cães!” (DRUMMOND, 1998, p. 187-188).

Sérgio Sant’anna também se ocupa com a memória, ou melhor, com um aspecto mais específico da produção da memória: a história ensinada nos colégios.

– E o que aconteceu em 1584?

– ?

Uma chibatada por não lembrar-se do que aconteceu em

1584.

- Ah, em 1584 morreu Ivan, o Terrível.
- E como era Ivan?
- Terrível.
- E quem era Ivan?
- Primeiro imperador russo a adotar o nome de Czar.
- E o que foi o Domingo Sangrento?
- Demonstração operária dizimada pelas tropas do Czar
- Qual Czar?
- Ivan, o Terrível.

Dois Chibatadas (SANT'ANNA, 1975, p. 118).

O livro é de 1975, quando relatos “não imaginários” ainda estavam interditados. Papéis sobre o que “realmente aconteceu” só poderiam sair das gráficas no final da década, com a luta pela anistia. Mas, o que se põe em evidência não é simplesmente a falta de informações sobre o presente, mas a alienação diante do passado composto nos livros didáticos. Mais especificamente, a ironia abre fogo contra o verbo decorar (tanto para memorizar dados, quanto no sentido de enfeitar o tempo com bibelôs desnecessários e igualmente enganadores). Assim, a escrita da literatura não somente partiu na frente, mas ainda se viu com o direito de deixar isso muito claro.

Se a sala de aula assemelha-se à sala de tortura, é plausível imaginar que o leitor, por conta própria, lembrará que a

aula praticada oficialmente também era torturante. Chibatadas como punição, mas antes de tudo, sem muita razão, como se o único critério válido fosse mesmo a vontade de bater, um louco desejo de autoridade diante da pergunta, e sobretudo diante da resposta. Assim, criava-se na cena um tempo típico da tortura, repetitivo e circular, tenso e teimoso, corroendo o juízo do personagem central, e do leitor.

- Perdão, foi Nicolau II, o último dos czares.
- E como morreu Nicolau II?
- Pela mão dos bolchevistas.
- E o que é um bolchevista?
- Uma espécie de socialista radical.
- Assim como vós?
- Assim como eu, senhores.

Duas chibatadas por ser um bolchevista.

- E o que é um maniqueísta?
- Alguém que segue uma doutrina fundada nos princípios opostos do bem e do mal.
- Assim como vós?
- Não, meus senhores.

Duas chibatadas por não ser um maniqueísta.

- E o que é um huguenote?

- Um membro da igreja reformada calvinista, francesa, nos séculos 16 e 17.
- E os huguenotes foram massacrados no Massacre de... ?
- São Bartolomeu.
- Por ordem de quem?
- Catarina de Médicis.
- E quem foi Catarina de Médicis?
- Rainha esposa de Henri II da França e mãe de François II, Charles IX e Henri III.
- Agora nos diga, sem pestanejar, quem foi Átila?
- O rei dos hunos.
- E como era Átila?
- Um bárbaro.
- Assim como vós?
- Assim como eu, senhores.

Duas chibatadas por ser um bárbaro (Ibidem, p. 119).

A insistência não é à toa. Na ficção, a história estava em pauta. Era tema recorrente, na medida em que a ficção se tornava um posto de ataque aos textos oficiais, com os quais o texto histórico costumava se expressar e, sobretudo, se justificar.

Além de se contrapor aos temas tradicionais, a literatura passava a questionar a própria noção de tempo que caracterizava a escrita patriótica e evolutiva da história, como se vê, por exemplo, no início de um poema-prosa: “Não pretendo afirmar,

porque além dos velhos livros se desfazerem em pó ao menor vento, o texto é de tal modo obscuro que já não podemos saber se a História possui alguma razão de ser, ou se simplesmente veio sendo reinventada por extensa cadeia de razões adoecidas” (HENRIQUES NETO, 1997, p. 44 *apud* VIEIRA, 2010, p. 221). Escrito por Afonso Henriques Neto, o texto chama-se “*simples narração*”, é publicado em 1972 como parte do livro *O misterioso ladrão de Tenerife*. Aborda uma “civilização suméria”, ao mesmo tempo do passado e do presente, perto e longe, “da qual tudo que se sabe é que houve uma epidemia de gripe, como parecem indicar certos sinais nas ruínas” (*Ibidem*, p. 220).

Mais do que se sentir em oposição, o autor se sente enjoado, descrente em qualquer sentido mais seguro que a história pudesse ter ou receber. “Geração do desbunde”, poder-se-ia dizer. “Poesia do sufoco”, diante da ditadura e de suas crenças no progresso, em todos os setores da vida individual e coletiva. Saída da retaguarda para a vanguarda, em termos que ironicamente procedem do vocabulário militar. Mas não é nesse jogo de palavras que pretendo me concentrar, e sim em um aspecto mais particular: a relação entre a ficção e o martirologio da América Latina.

Antes, porém, é preciso ressaltar que havia um clima favorável à desconfiança diante do tempo linear. Pode-se dizer que a literatura depois da Segunda Guerra não seria a mesma em vários aspectos. Mas, se fosse possível resumir, um resumo possível seria dizer que havia a construção de um tempo desmantelado, em fragmentos, tanto nas ruínas do passado quanto na falta de projetos confiáveis para o futuro. Daí o receio diante da história, que passou a ser sentido, obviamente, pelos próprios historiadores. Historiadores, escritores, filósofos passaram a

professar o desmonte de sequências preestabelecidas ou redes de causa e consequência.

Tanto a literatura quanto a hagiografia passarão a ter novos jogos de fé e desconfiança em face do passado. Serão afetadas por um desejo de renovação da escrita da história. É claro que isso não será um projeto completamente novo, mas será visto como tal, inclusive como forma de se autolegitimar. A inovação talvez esteja exatamente numa sistematização da desconfiança autoproclamada. Enquanto a teologia da libertação faz a troca (ou o acréscimo) de seus mártires e de seus martírios, a confraria dos escritores elege outros temas e outras linguagens. A unir tudo isso, o ataque à história, simultâneo a reestruturações das pontes e dos abismos entre passado, futuro e presente.

Nada disso, porém, se deu na santa paz. Como era de se esperar, houve toda sorte de disputas. Nem mesmo entre os martirologios se deu a homogeneidade. De um jeito ou de outro, todos pareciam compartilhar com vários outros grupos, de dentro e de fora da Igreja, uma vontade de dominar o sentido do tempo com novos instrumentos de medição, inclusive para mostrar que, na verdade, o tempo não tinha uma só medida.

Considera-se que a primeira perseguição aos cristãos ocorreu em 64. No tempo em que Nero era imperador de Roma. E foi até o ano de 313, quando foi assinado o Edito de Milão. Aí está a chamada “Igreja Primitiva”, longe no tempo e no espaço. Uma distância que acabou se transformando em proximidade, e mais do que isso, numa intimidade. Não para todos os cristãos, mas sobretudo para aqueles que também se sentiram perseguidos. No Brasil, com a sequência de padres presos a partir

de 1964, emergiu mais um capítulo na história da “Igreja das Prisões” na América Latina.

Foi na qualidade de criador e criatura desta memória que, em 1975, o frei Ivo Lesbaupin publicou o livro *A bem-aventurança da perseguição: a vida dos cristãos no império romano*. Do outro lado da capa, numa propaganda da editora Vozes, o leitor poderia perceber que o autor não estava só: “DA MESMA EDITORA: **Cristo e a Contestação Política**, O. L. Gonçalves; **Jesus Cristo Libertador**, L. Boff; **Jesus Cristo e a Revolução Não-Violenta**, A. Trocmé; **Jesus Cristo e os Revolucionários de seu Tempo**, O. Cullmann; **Teologia da Libertação**, G. Gutiérrez”.

“Preocupamo-nos”, escreveu frei Ivo, “com as causas das perseguições, a sua repercussão na vida da Igreja, a resistência dos cristãos e a teologia elaborada por eles para responder aos problemas concretos levantados pelos acontecimentos” (LESBAUPIN, 1975, p. 9). Numa primeira leitura, certamente se conclui que a referência ao Império Romano é uma maneira de criticar e enfrentar a ditadura de 1964: coloca-se o passado para atingir o presente. Mas a escrita católica que frei Ivo incorpora não se resume ao procedimento de usar a memória para dar instrumentos de luta aos interesses da circunstância. Além da denúncia, ou subjacente à ela, há o anúncio. É por isso que frei Ivo adverte, logo na sua introdução: “o objetivo deste texto não é outro senão o de procurar penetrar o mistério deste pequenino grão de trigo do qual Jesus dissera que se não morresse não frutificaria” (*Ibidem*).

Na página antes do sumário, há um trecho do apocalipse e a dedicatória: “À memória de nosso irmão frei Tito de Alencar

Lima, mártir († 8 de agosto de 1974)”. E a citação vem com uma indicação precisa: “esta frase, Tito a havia sublinhado em sua Bíblia”:

Esses são os que vêm da grande tribulação; lavaram suas vestes e as alvejaram no sangue do Cordeiro. Por isso estão diante do trono de Deus, e o servem dia e noite, no seu templo; e o que está assentado no trono estenderá sobre eles uma tenda; nunca mais terão fome nem sede, nem cairá sobre eles o sol ou calor algum, porque o Cordeiro, que está no meio do trono, será o seu pastor e os levará às fontes das águas da vida; e Deus enxugará toda lágrima de seus olhos. (Apc. 7,14-17)

Como era de se esperar, a recorrência a um passado mais distante para dar conta de demandas do presente vivido não estava restrita a um campo específico. A peça *Calabar: elogio da traição*, de Chico Buarque e Ruy Guerra, enquadra-se bem nesta estratégia de se reportar a algo que, na temporalidade cronológica, parece estar longe e sem força. A questão aí é igualmente contemporânea da situação política de então: a identificação dos traidores da pátria.

Em 1974, quando frei Ivo publicou seu livro, o texto da peça *Calabar* já estava na quinta edição (BUARQUE; GUERRA, 1974). A encenação havia sido proibida, mas o livro não. Seria uma aposta da censura na falta de leitores? Isso explicaria o lançamento de livros como *Confissões de Ralfo* ou *Bem-aventurança da perseguição*? As interdições estavam mais voltadas para “desvios morais” do que para “desvios políticos”? Talvez, mas não se deve esquecer que enquanto alguns foram liberados pela vigilância do regime, muitos outros foram impedidos de circular. De qualquer modo, havia uma mistura de argumentos,

que ia do sexo ao comunismo. Aliás, alguns chegaram a acreditar que o sexo seria uma ferramenta do “expansionismo comunista”, usada pelos “psicopolíticos”, para perverter e alienar (REIMÃO, 2010, p. 284).

O fato é que, apesar da repressão, a ficção não deixaria de dar seu recado. E, no final das contas, ou melhor, no final da década de 1970, já havia se configurado aquilo que Flora Sussekind chamou de “estética do suplício” (SUSSEKIND, 2004, p. 90), cujo exemplo mais bem acabado parece ser *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, publicado em 1977:

Os policiais retiraram a prisioneira e empurraram-na para a entrada de um pequeno prédio. Ela cambaleava e continuava a ser espancada a cada passo. Seus olhos já se toldavam com o sangue que começava a escorrer de um ferimento na testa. Um empurrão mais violento a lançou dentro de uma sala intensamente iluminada, onde havia um cavalete de madeira e uma caldeira de espaldar reto e onde outros policiais já a esperavam. Ela ficou de pé no meio dos policiais: um deles retirou-lhe as algemas, enquanto outro perguntava seu nome. Ela nada disse. Olhava para ele com um olhar duro e feroz. Mandaram-na tirar a roupa e ela não se moveu. Dois policiais pularam sobre ela, agarrando-lhe a blusa, mas ela se contorceu, escapando. Um deles acertou um soco em sua boca, os outros fecharam o círculo, batendo e rasgando-lhe a roupa. Ela tentava se defender, atingindo um ou outro agressor, mas eles a lançaram no chão, já nua e com o corpo coberto de marcas e respingos de sangue. O canto de seus lábios estava rasgado e o ferimento ia até o queixo. Eles a seguravam no chão pelos braços e pernas, um deles pisava em seu estômago e outro em seu pescoço sufocando-a. O que a pisava no estômago perguntou-lhe novamente o nome. O outro retirou o pé do pescoço para que ela pudesse responder, mas

nada falou. Nem gemeu. Apenas seus olhos brilharam de ódio e desafio. O policial apertou-lhe o estômago com o pé, enquanto outro chutou-lhe a cabeça, atingindo-a na têmpora. Sua cabeça balançou, mas quando ela voltou a olhar para cima, seu olhar não havia mudado. O policial enfurecido sacou o revólver e apontou para ela, ameaçando atirar se continuasse calada. Ela continuou e ele atirou em seu braço. Ela estremeceu quando a bala rompeu o osso pouco abaixo do cotovelo. Com um esforço, continuava calada. Eles puxaram-na pelo braço quebrado obrigando-a sentar-se. Amarram-lhe os pulsos e os tornozelos, espancando-a e obrigando-a a encolher as pernas. Passaram a vara cilíndrica do pau-de-arara entre seus braços e a curva interna dos joelhos e a levantaram, para pendurá-la no cavalete. Quando a levantaram e o peso do corpo distendeu o braço quebrado, ela deu um grito de dor, um urro animal, prolongado, gutural, desmedidamente forte. Foi o único som que emitiu durante todo o tempo. Procurava contrair o braço sadio, para evitar que o peso repousasse sobre o outro, enquanto eles amarravam os terminais de vários magnetos em suas mãos, pés, seios, vagina, e no ferimento do braço. Os choques incessantes faziam seu corpo tremer e se contrair, atravessavam-na como milhares de punhais e a dor era tanta que ela só tinha uma consciência muito tênue do que acontecia. Os policiais continuavam a bater-lhe no rosto, no estômago, no pescoço, e nas costas, gritando palavrões entremeados por perguntas e ela já não poderia responder nada mesmo que quisesse. E não queria: o último lampejo de vontade que ainda havia nela era a decisão de não falar, de não emitir nenhum som. Os choques aumentaram de intensidade, a pele já se queimava onde os terminais estavam presos. Sua cabeça caiu para trás e ela perdeu a consciência. Nem os sacolejos provocados pelas descargas no corpo inanimado fizeram-na abrir os olhos. Furiosos, os policiais tiraram-na do pau-de-arara, jogaram-na ao chão. Um deles enfiou na cabeça dela a coroa-de-cristo: um anel de metal

com parafusos que o faziam diminuir de diâmetro. Eles esperaram que ela voltasse a si e disseram-lhe que se não começasse a falar, iria morrer lentamente. Ela nada disse e seus olhos já estava baços. O policial começou a apertar os parafusos e a dor a atravessou, um dor que dominou tudo, apagou tudo, e latejou sozinha, em todo universo, como uma imensa bola de fogo. Ele continuou a apertar os parafusos e um dos olhos dela saltou para fora da órbita devido à pressão no crânio. Quando os ossos do crânio estalaram e afundaram, ela já havia perdido a consciência, deslizando para a morte com o cérebro esmagado lentamente (TAPAJÓS, 1977, p. 170-172).⁴

Longe de negar a existência da tortura e das suas crueldades infinitas, Silviano Santiago, já em 1981, faz um romance que avisa sobre a exaustão literária das descrições de denúncia. Trata-se do livro *Em Liberdade*, que veio a público como se fosse um diário inédito de Graciliano Ramos. Num jogo original e surpreendente, o autor/personagem, decepcionado e revoltado, conclui: “Todos exigem – e nisso há unanimidade – que eu escreva as minhas memórias do cárcere. Ninguém me pede as anotações que estou fazendo dos meus tateios em liberdade”. E, irônico, pergunta-se: “Será que todo leitor é intrinsecamente mau? Será que só se interessa pelo lado sombrio de uma vida?” (SANTIAGO, 1991, p. 128 *apud* SUSSEKIND, 2004, p. 91).

⁴ Como era de se esperar, o texto receberia elogios e críticas. Sussekind, por exemplo, diria que o autor teve “pouca preocupação literária”, abusando de uma “retórica emocionada”, fazendo a “delícia de certo tipo de leitor-vampiro” (SUSSEKIND, 2004, p.76). E, também como era de se esperar, o romance gerou aquilo que pode ser chamado de “pudor interpretativo”, movimento disperso cuja origem reside na inferência que muitos pensadores do séc. XX passaram a cultivar depois da experiência de extermínio do nazismo: a suposição de que há realidades inomináveis (pressupondo-se, então, que haveria realidades nomináveis). Não é à toa, portanto, o cuidado com o qual um crítico assim iniciou sua análise sobre Renato Tapajós: “Antes de qualquer observação, é necessário registrar que é muito difícil examinar um texto como esse com os procedimentos convencionais da crítica literária, pois o impacto e o choque impedem uma fruição fluente. Alguns recursos analíticos a que estamos habituados parecem precários ou inócuos, diante do caráter extremo dos problemas colocados por essa ficção. Qualquer tentativa de investigação, diante desse texto, inevitavelmente enfrenta o senso de suas próprias limitações” (GINZBURG, 2004, p. 152).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Benedito. **Os santos de cada dia**. 7. ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 2000.

ARNS, Paulo Evaristo. **Meditações para o dia-a-dia**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

_____. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____. **Santos e heróis do povo**. 2. ed. São Paulo: Editora Letras e Letras, 1996.

_____. **Da esperança à utopia: testemunho de uma vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. 14. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. **Calabar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

CAVALCANTE, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino. **De muitos caminhos**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1978. (Memórias do exílio: Brasil 1965 - 19??, 1)

CONTI, Dom Servílio. **O santo do dia**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

DE VARAZZE, Jacopo. **Legenda áurea**: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DRUMMOND, Roberto. **Sangue de Coca-Cola**. 7. ed. São Paulo: Geração Editorial, 1998.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil**: sempre. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GINZBURG, Jaime. Imagens da tortura: ficção e autoritarismo em Renato Tapajós. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (orgs.). **O corpo torturado**. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

INSTITUTO HISTÓRICO CENTRO-AMERICANO DE MANÁGUA. **Sangue pelo povo**: martirologio latino-americano. Petrópolis: Vozes, 1984.

LESBAUPIN, frei Ivo. **A bem-aventurança da perseguição**: a vida dos cristãos no império romano. Petrópolis, Editora Vozes, 1975.

LODI, Enzo. **Os santos do calendário romano**: rezar com os santos na liturgia. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

OLIVEIRA COSTA, Albertina de. et al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Memórias do exílio: Brasil 1965 - 19??, 2)

PALACÍN, Pe. Luiz. **Santos do atual calendário litúrgico**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

REIMÃO, Sandra. Ditadura Militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

RICOEUR, P. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

SANT'ANNA, Sérgio. **Confissões de Ralfo: uma autobiografia imaginária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SGARBOSSA, Mario; GIOVANNINI, Luigi. **Um santo para cada dia**. 6. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVEIRA, Frei Ildefonso. **A vida dos santos na liturgia: leitura para reflexão**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. Um "cemitério ubíquo": história e literatura no Brasil dos anos 1970. **Revista ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, jan.-jun. 2010.

ESTÁDIOS DE POESIA: POR UMA HISTÓRIA DAS SENSIBILIDADES

Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹

99

¹ Atualmente é colaborador da Universidade Federal de Pernambuco, professor doutor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, nordeste, masculinidade, identidade, cultura, biografia histórica e produção de subjetividade. E-mail: durvalaljr@gmail.com.

Chega tem vez que a pessoa que enamora

Se pega e chora do que ontem mesmo ria

Chega tem hora que ri de dentro pra fora

Não fica nem vai embora

É o estado de poesia.

(Estado de Poesia – Chico César)

O corpo, condição mesma da existência do humano. Espaço de inscrição das experiências e vivências dos homens. Volume próprio do ser dos homens. Superfície de inscrição da história e das identidades dos humanos. Realidade à qual nossa vida está atada, condição incontornável do ser da espécie. No entanto, o corpo, a materialidade viva e contingente de nossa existência foi por muito tempo denegado, silenciado no pensamento e na historiografia ocidentais. Corpo que deveria ser a mera forma de espelhamento de um espírito superior e harmônico, na Antiguidade. Corpo que se torna um fardo, uma cruz a ser carregada, a prisão da alma, a fonte de todos os pecados e fraquezas humanas, com o cristianismo. Corpo que é negado pelo primado da Razão na modernidade, como um invólucro incômodo para os espíritos. Corpo que, mesmo quando enxergado, levado em conta pelos evolucionismos e naturalismos do século XIX, é como pura natureza, como o lugar das determinações das leis naturais, corpo mecânico ou

corpo orgânico, pensado como um todo articulado, racional, disciplinado, ordenado, civilizado (CORBIN; VIGARELLO; COURTINE, 2008).

Como bem apontou Nietzsche, um dos primeiros filósofos a pensar o corpo e com o corpo, o pensamento ocidental sempre temeu e tremeu diante do corpo, do corpo dionisíaco, do corpo sensível, do corpo vibrátil, do corpo em sua tragicidade, do corpo em sua condição mortal (NIETZSCHE, 2011). A recusa de pensar e de narrar os corpos está intimamente ligada à recusa do ocidente em encarar a morte como condição mesma do ser do homem. O pensamento ocidental sempre recuou diante do corpo em seu *pathos*, o corpo e suas paixões, suas dores, suas feridas, suas escarificações, o corpo e suas decrepitudes, os corpos em seus movimentos, em seus distúrbios, em suas convulsões, em seus transe, em suas transas. Também a historiografia no ocidente temeu o corpo e suas realidades, por isso quase sempre nos brindou com personagens e sujeitos sem corpos, personagens e sujeitos que apenas tinham espíritos, que discutiam razões e motivações, que tinham interesses, que até tinham sentimentos, caracteres, mas tudo isso se alojava em suas almas, no interior dos personagens, em suas cabeças. Os personagens históricos eram seres decapitados, ou melhor, desencorpados, desencarnados, puras abstrações imateriais. Cabeças sem corpos, talvez por isso, eram merecedores, ao morrer, de receber a honraria de ter apenas o seu busto esculpido, monumentalizado em praça pública.

Não é o corpo apolíneo, harmônico, perfeito nas formas, domado e dominado em seus excessos, em suas paixões, corpo

educado nas artes da moderação, corpo masculino que encarna em sua nudez a própria perfeição do corpo da cidade, corpo de estátua grega, esse corpo espiritualizado, materialização de uma ideia de corpo político superior que assombra a filosofia e a historiografia ocidentais (FOUCAULT, 1994; SENNETT, 2008). Teme-se o corpo do escravo, da plebe, estes corpos indistintos, misturados, promíscuos, afeminados, passivizados, animalizados. Sim, teme-se o corpo porque ele constitui a nossa dimensão animal, nele o animal que fomos e somos espreita em cada momento pronto para saltar à frente da cena, tomar conta da situação. No corpo tememos os nossos devires-animais, a nossa condição de fera domada, a emergência do animal em nós (DELEUZE; GUATTARI, 1997). No corpo vivemos a humilhação cotidiana – o rebaixamento que atinge a mais aristocrática das criaturas, aquela pessoa que pode se considerar a mais distinta das distintas entre os homens –, da realização das necessidades fisiológicas. No corpo todo mundo fede ou cheira. Teme-se o corpo da bruxa, da possuída; nelas teme-se o corpo feminino, saturado de mistérios, entrada privilegiada no mundo da presença do pecado, das manifestações do demoníaco. Homens tremendo de desejo e temendo o que sentem por este corpo diferente, distinto, estranho, estrangeiro, sobre o qual possuem pouco conhecimento e, portanto, pouco domínio (CERTEAU, 2005). Sim, o que se teme no corpo é o desejo, é por ele ser capaz de afecções, de afetar e ser afetado pelo outro, por ele ser essa abertura para o outro, por nos colocar nesta dependência da presença do outro, por nos abrir ao indeterminado das relações desejanças. Estes corpos que se debatem, que se contorcem, que tremem e gemem, que se tornam a encarnação do mal são sujeitos de acontecimentos que vêm romper com a

ordem de um corpo divinizado, sacralizado e, portanto, desmaterializado. Teme-se o corpo do judeu, corpo amaldiçoado, corpo de herege, veículo de contágios, foco de contaminações, portador da peste, corpo intocável, impuro, sujeira no interior da cidade (DELUMEAU, 1989). Corpos que não contam, que não podem merecer a condição de humanos, corpos sem direitos, sem cidadania, corpos prontos para matar. Não corpo, à semelhança do que portou Cristo, mas carne, carne nua, corpo matável, encarnação da condição pecaminosa e, às vezes, diabólica do humano (AGAMBEN, 2002). Teme-se o corpo do leproso, que trás na pele as marcas deixadas por sua devassidão moral, que purga em suas chagas, no progressivo desabamento e despedaçamento de seu corpo, as máculas, os crimes, as vilezas de que foi capaz. Teme-se o corpo da prostituta. Ao mesmo tempo em que ele é objeto de desejo é fonte de pecado e imoralidade, espaço da luxúria e da lascívia, arrastando os homens para o desregramento e a degradação física e moral. Teme-se o corpo monstruoso, o corpo que não corresponde ao que se define em cada época como normalidade, teme-se o corcunda, o albino, o coxo, o aleijado, o anão, o gigante, a mulher barbada, o leporino etc. (FOUCAULT, 2005; GIL, 2006). Teme-se o corpo da histórica, corpos rebeldes que se pronunciam numa linguagem misteriosa, corpos que rompem o silêncio a que são relegados os desejos femininos, impedidas de falar, caladas, as mulheres falam com seus corpos. Teme-se o corpo negro, o corpo amarelo, o corpo oriental, todo aquele corpo diferente, diverso do modelo de corpo ariano, branco, que foi tomado no ocidente como sendo o seu corpo. Teme-se o corpo do homossexual, do onanista, do pederasta, corpos de desejos ditos e proscritos como minoritários, anormais, indesejáveis, crimi-

nosos, doentios. Em cada época, em cada estádio da história ocidental imagens e definições do que seria o corpo desejável, do que seria o corpo normal, o corpo saudável, conviveram e foram possíveis na relação de alteridade, exclusão e negação, até mesmo de perseguição assassina a outros corpos, a corpos tomados como o fora da ordem, da normalidade, das regras, da decência, da moral, da saúde, da cidadania. Corpos tornados objetos de práticas e discursos de vários matizes, corpos sem direito a ser sujeito, corpos sujeitados, subjugados.

No entanto, assim como Nietzsche, o filósofo Michel Onfray vai dizer que o corpo é não apenas a nossa condição de existência, a condição mesma de termos história, mas a condição do próprio pensamento. Partindo da noção de hápax existencial, ou seja, aquele acontecimento único, decisivo, que marca uma inflexão na vida e no pensamento de alguém, aquele evento que significa uma ruptura, uma cesura, que implica um choque, um despertar, um emergir de algo novo, seja no plano da vida ou do pensamento, Onfray mostrará a importância do corpo, sua centralidade para a irrupção de ideias e de formas de pensamento no ocidente (ONFRAY, 1999). Quase sempre são acontecimentos no corpo ou do corpo que leva à emergência de ideias novas e criativas. Ao contrário do que é hegemônico no pensamento ocidental, Onfray defende o caráter criativo do corpo; o corpo participa do pensamento, é imanente às suas produções, sua presença fantasmática se faz sentir e ouvir nos mais bem elaborados sistemas de pensamento, mesmo naqueles aparentemente mais racionais, fruto apenas do trabalho crítico, constante e ardiloso da Razão. Mas, segundo Onfray, o corpo tem razões que a própria razão desconhece. O corpo não é apenas a nossa

presença no mundo, ele é presença constante em nossos conceitos, em nossas formulações discursivas, narrativas, imaginárias, simbólicas. Não apenas falamos com o corpo, dizemo-nos com o corpo, mas o corpo fala através das nossas produções discursivas, ele aparece lá mesmo onde achamos que ele está ausente, ele se insinua mesmo onde achamos que nos livramos de sua presença (ONFRAY, 2001).

Um exemplo do que afirma Michel Onfray seria a trajetória de Sigmund Freud, considerado o fundador da psicanálise, que, na passagem do século XIX para o século XX, já havia dado ao corpo uma importância decisiva na estruturação do que seria a nossa vida psíquica. Médico, especialista em corpos, mas corpos objetivados, esfriados, tornados matéria de intervenção científica, Freud se vê desafiado a pensar, vê o pensamento médico do qual era representante ser desafiado por corpos de mulheres diagnosticadas como histéricas. Em seu corpo a corpo com a histeria é que Freud enunciará de maneira nova e definitiva a existência do inconsciente (GAY, 2012). Embora o conceito já existisse, Freud inovará e reelaborará completamente a descrição do inconsciente ao retirá-lo de um plano metafísico para alojá-lo nos corpos, para dar a ele a materialidade do desejo, do desejo sexual. Freud fará do corpo que deseja, que porta o que ele nomeia de uma sexualidade, a ontologia do próprio ser consciente e inconsciente do homem. Em torno do sexo e, portanto, dos órgãos genitais, de seus usos e interdições de uso, do choque entre o desejo animal da cópula, da pulsão sexual e as normas sociais, as regras que os limita e castra, se estruturaria a vida psíquica humana, a subjetividade humana. No conflito travado entre o *id* e o *superego* residiria a base da es-

truturação do *ego*, do Eu, da identidade de cada um. Através do estudo das práticas, símbolos, traumas ligados às práticas sexuais, ou mesmo a todas às práticas humanas que, para ele, a elas remetem – pois o sexo para Freud é uma espécie de equivalente geral, significante rei a partir do qual todas as nossas ações e emoções ganham sentido – podia-se entender a constituição dos sentimentos e pensamentos de cada ser humano. Desafiado pelo corpo histérico de Dora, atraído por ele, Freud põe-se a pensar, formula conceitos, elabora métodos de abordagem, testa hipóteses de trabalho, escreve tratados, cartas a colegas, tira conclusões. Através do corpo de Dora, tomado como objeto, mas também afetado por ele, o corpo de Freud reage e ele pensa (FREUD, 1996). Difícil será separar ou dizer o que impera no momento de fazermos a história de seu pensamento: seu corpo ou sua mente. Mas sua mente não faz parte de seu corpo? Como foi possível que por tanto tempo a filosofia ocidental os viesse separar? Somente porque Sócrates pretendeu ter vencido o seu corpo, ter quebrado os grilhões que o aprisionava a seu corpo, ao se negar a se entregar ao desejo e à paixão que nutria por Alcebiades, o mais belo jovem da cidade, o futuro governante a quem repassava sua sabedoria? Sócrates teria mesmo conseguido separar seu pensamento de seu corpo, de seu desejo? Nietzsche acha que não. No ódio ao corpo, ao desejo, teria nascido o seu pensamento de eunuco, seu pensamento emasculado, desvirilizado, seu pensamento reativo às forças da vida, do trágico, do dionisíaco. Ao se deixar matar, assim como faria Cristo, fundará o pensamento ocidental no ressentimento, na moral ascética, na negação do corpo, da saúde, da força, da paixão, da criação, fundará uma filosofia reativa, fundamentada na negação e não na afirmação do corpo, da vida (NIETZSCHE, 2009, 2014). Ao se

aliar, mais tarde, através da filosofia de seu discípulo, Platão, ao cristianismo, este medo e este ódio ao corpo, à nossa condição carnal, explicitada no culto de toda uma civilização a um corpo torturado, sangrento, perfurado, chagado, morto, crucificado, corpo ressuscitado para se tornar espírito, desmaterializando-se, só fará aumentar e talvez preparar o caldo de cultura para todos os massacres e genocídios que vitimaram os corpos ao longo dos séculos em nossa história, para o desenvolvimento destas sofisticadas tecnologias de tortura que tomam o corpo como espaço de aplicação (REALE, 2003).

Talvez isto também explique o pudor da história na hora de falar destas guerras, destes genocídios, destes massacres, das torturas físicas e morais que elas implicaram. Os historiadores quase sempre conseguiram relatar a guerra sem que se sujasse de sangue. Mesmo sendo a guerra o tema fundador do ofício, ainda na Grécia clássica, o historiador quase sempre conseguiu sair de seu ateliê sem sujar o avental. Já com Heródoto, que escreveu a sua *História*, motivado pelas guerras médicas, as grandes guerras entre gregos e persas, ou mesmo com Tucídides, que escreveu sobre e participou como comandante da guerra civil grega, chamada Guerra do Peloponeso, a historiografia da guerra se movimenta em torno de razões, causas, motivações, torneios de ideias e de estratégias, discursos políticos e militares, debates de versões, de mitos, de lendas. A guerra é um teatro de seres pensantes (HERÓDOTO, 1999; TUCÍDIDES, 1988). A narrativa se detém em expor as longas perorações que antecedem uma tomada de decisão, avalia as razões e desrazões que motivaram o conflito, os projetos e os acasos que definiram a vitória para um dos lados, a atuação da *fortuna*

a favorecer um dos contendores (MOMIGLIANO, 2004). Mas a guerra não parece ser feita por corpos. Do morticínio das batalhas no máximo sabemos o número de soldados que partiram e que não voltaram, não se narra a dor dos corpos agonizantes, dos corpos mutilados, o pavor estampado no rosto de um adolescente transpassado por uma lança, os estertores de um corpo espetado numa espada, o borbulhar do sangue a vaziar de um membro amputado, o olho que jaz arrancado em meio à relva, a mão tombada sozinha sobre a areia. Não, a história não foi feita para revolver as nossas entranhas, não foi escrita para chocar as nossas consciências, as nossas sensibilidades, isto ficará para a literatura, quando ela emergir na modernidade. A história nasceu para explicar estas coisas inexplicáveis, tornar racionais os produtos das irracionalidades humanas, encontrar causas para as enormes dores que a própria humanidade se infringe. A história nasceu para racionalizar e explicar nossos furores, raivas, nossas maldades, nossas dores. A história surgiu para apaziguar as consciências, por isso ela tem que esconder os corpos que jazem amontoados em seus sucessos, em seus fatos. Sim, no século XIX, a fim de tornar a história uma ciência, ela passou a ter um objeto, o fato histórico, algo completamente descarnado, incorpóreo. O fato histórico estava nos documentos, e nos documentos não havia corpos, pelo menos corpos que sangram e morrem, mas havia corpos de letras, personagens feitos de discursos, ações, comportamentos e decisões, mas livres das misérias e desventuras do corpo (DOSSE, 2012; HARTOG, 2013; PROST, 2009). A história consegue então contar toda a carnificina que abriu definitivamente o mundo para a modernidade, consegue contar a Revolução sem falar de corpos, no máximo sabemos que houve a guilhotina, que não só

o Rei e a Rainha, mas mesmo algumas lideranças da Revolução tiveram seus pescoços alcançados por esta máquina moderna de matar, máquina quase acética, máquina de matar dita humanitária, pois rápida, eficiente, que no átimo de um segundo era capaz de fazer a incisão cirúrgica que libertava a cabeça de sua prisão ao corpo. A guilhotina, realização e talvez metonímia da racionalidade iluminista, humanista, onde a cabeça deve reger sozinha, em que a Razão, assim mesmo, sempre escrita e vista como maiúscula, deve prevalecer sobre o restante do corpo. Escreve-se a Revolução com sujeitos coletivos, abstratos, sem corpo: o Povo, o Terceiro Estado, os girondinos, os jacobinos, a montanha. Enquanto os corpos caem mortos, feridos, estraçalhados, esmagados, queimados, linchados, esventrados, estripados, empalados, decapitados, violados, estuprados, mutilados ao lado da mesa do historiador, ele faz de conta que não os vê, defende-se de empaticamente partilhar suas dores, sofrimentos, desencantos, raivas, ódios, furores, desânimos e pavores. No máximo partilha de seus ideais, de suas ideias, de suas utopias, nunca de suas agonias (FURET, 1996; MICHELET, 1989; TOCQUEVILLE, 2009).

Por isso coube aos libertinos, coube ao Marquês de Sade, entusiasta e depois vítima da Revolução, advogar os direitos dos corpos, chamar atenção para sua existência, tornando ainda mais explícito o desprezo e a violência que a eles se votava. Sade apenas tem coragem de realizar as fantasias e os sonhos, ou seria melhor pesadelos, inscritos numa racionalidade que odeia os corpos, que o vê como o reino das paixões, da loucura, notadamente tratando-se de alguns corpos, os preferidos da ciência sexual da tortura e da ignomínia esboçada pelo Marquês: o corpo

feminino, o corpo da criança, o corpo do sodomita, o corpo do subalterno (SADE, 2008, 2009). Ele, assim como Sacher-Masoch, afirmam, cada um a sua maneira, a presença do corpo, a presença do corpo desejante, do corpo vibrátil, do corpo passional numa sociedade que dele suspeita, que quer transformá-lo em máquina de produzir e guerrear, que quer discipliná-lo, submetê-lo definitivamente ao julgo da razão, da decência, até mesmo da desodorização; corpo higiênico, cívico, burguês, corpo livre das marcas da sanguinidade imperante na sociedade aristocrática (DELEUZE, 2009; SACHER-MASOCH, 2008). O Marquês libertino, mas decadente, faz questão de reafirmar a presença do sangue nos corpos; eles sangram, eles doem, eles oscilam entre o prazer e o desprazer, eles sentem, eles são sensíveis, eles são marcáveis, seviciáveis, eles são matáveis. Os corpos obedecem a outro regime para além do regime da racionalidade, os corpos têm razões próprias, pedem, suplicam, desejam, gozam com o que muitas vezes é tido como irracional. Os corpos desmascaram nossas fantasias racionalizantes e racionalizadoras. Na prática, e nos seus escritos, faz uma crítica demolidora da pudicícia burguesa travestida de racionalidade, ao puritanismo de uma razão devastadora e devassa, capaz de crimes como a escravidão e o colonialismo, de matanças como a guerra e a revolução, do assassinato frio e cotidiano pela fome e pela miséria, racionalidade assentada sobre o uso e o abuso intensivo dos corpos ditos exóticos, subalternos, inferiores, bárbaros, selvagens (NOVAES, 1996).

Mas por que a cultura ocidental teme tanto o corpo? Por que a historiografia e a filosofia hesitam em dele falar? Talvez pelo caráter intempestivo de suas reações, por ser através dele

que captamos e registramos os acontecimentos, aquilo que nos acontece e que nos marca. No instante fugaz do acontecimento, no momento do trauma, da cesura, do choque que ele provoca só quem está lá para registrá-lo é o corpo, são os órgãos dos sentidos. Como uma placa de cera, na feliz imagem de Bergson, o corpo se deixa impressionar e marcar pelo acontecimento no que ele tem de cortante, de violento, de marcante (BERGSON, 2010). O corpo é uma chapa onde o acontecimento vem deixar rastros, vem deixar vestígios de sua efetuação. O corpo percebe e recepiona o acontecimento saindo por ele marcado com sinais, com impressões, com afecções. É através do corpo que o mundo, que as coisas, que o outro nos afeta, faz nascer em nós o afeto. O corpo é afetivo, é racionalizável, mas não racional. É através do corpo que o acontecimento se instaura e se instala em nós, se torna uma presença, um isso que precisa ser decodificado, memorizado, inserido numa significação. Quando o filósofo ou o historiador chegam o acontecimento já se instalou no corpo, já se fez presente, quando a memória ou a consciência se fazem presentes o acontecimento já se ausentou deixando de si apenas os traços que deixou impressos no corpo. Como vai afirmar Freud, a ação do acontecimento só será significada no só-depois (*après-coup*), o processo de significação só começa quando o acontecimento já ocorreu e deixou seus rastros na percepção. O tempo do acontecimento não é o mesmo de sua significação. Tanto a filosofia quanto a historiografia exercerão um trabalho de significação, de invenção de uma narrativa, de um sentido para o que ocorreu quando ele já se esgotou e a partir das impressões que foi capaz de deixar na memória através da percepção. O sentido, portanto, é uma produção processual que parte das marcas deixadas pelo acontecimento para integrá-las

numa narrativa que lhe abre para um presente e para um futuro, integrando-o à narrativa do vivido e atribuindo-o um conceito (DOSSE, 2013; FREUD, 2006).

O corpo é uma máquina de registro, uma chapa vibratória cujas ondas de energia, disparadas a partir do choque com um fora, com um acontecimento, com uma coisa, solicitam da memória e da consciência seus recursos para a guarda e decodificação, para a significação do que ocorreu. Como defendeu Freud, um acontecimento pode permanecer em seu registro corporal, latente, por muito tempo. Uma impressão visual, auditiva, olfativa, tátil, gustativa pode permanecer por longo tempo inconsciente, registrada na memória corporal sem ascender à consciência, sem ser transformada em lembrança, sem sequer atingir o estágio de percepção no sentido defendido por Bergson, ou seja, quando esta impressão torna-se duração, quando ela se instala num tempo, quando ela vem habitar a ponta de um dado instante, de um dado presente através do trabalho da memória. Aquilo que Freud chamava de cena primária pode permanecer enrolada sobre si mesma, como um grão de areia, sem fazer enredo, sem se tornar trama, sem fazer sentido, alojado numa brecha, como uma ferida trabalhando sem ser visualizada. Tanto o psicanalista quanto o historiador terão que trabalhar, cada um a seu modo, com estas marcas que dados eventos deixaram nos indivíduos ou nas coletividades. Eles farão o trabalho da lembrança, que é, em grande medida, equivalente ao trabalho do luto. Como dirá Michel de Certeau, a historiografia é este discurso sobre uma presença que falta, é túmulo para um morto (CERTEAU, 2011). Ora, o corpo só é quando está presente, quando morto ele deixa de ser corpo para

ser símbolo, lembrança, fantasma, caveira. O corpo assombra o pensamento e a historiografia por impor sua presença, por impor sua presença sensível. O corpo não permite afastamento, adiamento, ele exige que se cumpram seus desejos, ele nos dilacera com suas dores, ele impõe sua presença desagradável com suas doenças, com suas exigências fisiológicas. O corpo está aí, irrompe no tempo sem que seja preparado para ele algum lugar para vir se alojar. Ele simplesmente faz presença com sua sensibilidade.

Sim, este é um dos motivos pelos quais o corpo é visto com reserva no pensamento ocidental e evitado pela historiografia: ele é sensível, ele é sensual, ele é sensitivo, ele sente. A contraposição e as hierarquias estabelecidas entre bárbaros e civilizados, homens e mulheres, brancos e negros, ocidentais e orientais, heterossexuais e homossexuais passam pelo corpo e pelo seu caráter sensível, apaixonado, sujeito ao *pathos*, ao desregramento dos desejos (SAID, 2007). Quanto maior proximidade da Razão, da racionalidade, da consciência, da civilização, maior controle sobre os corpos e suas paixões, seus sentimentos e sua sensibilidade. Insensibilizar os corpos, torná-los disciplinados e dóceis, máquinas sem desejo ao invés de máquinas desejantes foi um projeto perseguido pela modernidade burguesa (GIL, 1997; LE BRETON, 2003). Dotar os homens e mulheres de carapaças físicas e emocionais capazes de blindá-los contra os choques do mundo, contra os acontecimentos, anestesiá-los em massa, para que agindo como zumbis ou autômatos não sentissem medo, revolta, dor, ódio, amor, paixão, inveja, todos os chamados de sete pecados capitais, todos eles femininos e afeitos ao corpo ou sobre ele agindo (gula, inveja, cobiça, orgulho, ira,

preguiça, luxúria) torna-se o projeto civilizador. Faz-se uma caça aos corpos, aos seus odores, excrementos, secreções, poluções, afecções, aos seus sexos, práticas, posturas, preferências, comportamentos, costumes, hábitos (CORBIN, 1987; VIGARELLO, 1996). Tecnologias de modelagem dos corpos se desenvolvem, saberes que tentam decifrar as verdades que eles escondem sobre o próprio caráter, sobre o próprio ser do sujeito emergem (fisiognomia, caracteriologia, frenologia, eugenia). O medo pânico dos corpos torna-se saberes, o corpo a corpo com os corpos torna-se conhecimento, ciência (SANTA'ANNA, 1995, 2001). O medo da mistura dos corpos, de sua promiscuidade torna-se políticas públicas, o Estado pensado como cabeça do corpo social torna-se, como nos fala Michel Foucault, governante da vida, instaurando-se um biopoder. Poder que toma o corpo como ponto de apoio, que investe na sua constituição e conformação, que quer tudo separar, classificar, purificar. Por outros caminhos o mundo moderno tenta realizar o sonho cristão de corpos puros e imaculados, de corpos de luz, desprovidos de sombras e fedores (FOUCAULT, 2008).

Comumente, tanto na filosofia como na psicanálise, parte-se do pressuposto de que o que acontece com o corpo, os acontecimentos que ele registra, que ele torna percepção só passam efetivamente a existir quando são significados, quando são narrados, quando são conceituados num só-depois. O corpo não teria linguagem própria para expressar aquilo que com ele aconteceu, necessitaria da linguagem fonética para que ele pudesse algo comunicar. Antonin Artaud tinha uma opinião diferente (ARTAUD, 1991, 2000). Para ele o corpo possuía sua própria linguagem, embora fosse uma linguagem socialmente inaudita,

quando não uma linguagem maldita. O corpo falaria através de seus sons, de seus cheiros, de seus gestos, de seus rictos, de seus ritos, de suas dores e contorções. O corpo seria expressivo, ele se expressaria, tal como no teatro e na dança sem necessariamente recorrer à linguagem verbal. O corpo autômato, o corpo mudo, o corpo estéril, o corpo sem expressão era produto ou projeto da sociedade ocidental e cristã. O corpo falaria através de seus tremores e de seus estertores. O corpo possuía suas razões que podiam se chocar com o ser do sujeito, com sua vontade a ponto de dilacerá-lo. O corpo tinha seus poderes e foi na negação e medo deles que as religiões, que o pensamento e até as artes ocidentais se desenvolveram, máquinas de domar e dominar os corpos. Artaud cunha a expressão corpo-sem-órgãos, mais tarde apropriada como conceito por Deleuze e Guattari, para falar da sensação de despedaçamento, de segmentação do corpo vividas nos momentos de crise de abstinência ou de uso das drogas, apoiado em sua experiência de adição às drogas (ARTAUD, 1991, 2000; DELEUZE; GUATTARI, 1996a). Nestes momentos o corpo cobrava os seus direitos, se impunha sobre qualquer controle da razão, tornando-o um ser visto como louco, desarrazoado. Mas para Artaud, até nestes momentos o corpo afirmava a sua presença, se mostrava vivo e criativo. Ele usava de artimanhas, ele desenhava figuras, ele produzia torções e distorções que afirmava sua presença rebelde, a sua presença poética. Sim, para Artaud o corpo era poético, era capaz de poesia à medida que era capaz de conjugar um verbo próprio, de esculpir, pintar, desenhar, bailar, encenar usando para isso seus próprios recursos. Contando somente consigo, abandonado à sua própria sorte, manietado por todos os lados, preso em camisas de força os corpos se viram para expressa-

rem seus desejos, suas vontades, o que estão sentindo. Vistos como perigosos ou indecentes, os corpos têm que investir na sofisticação de seus recursos de fala para poderem expressar o que querem, o que precisam, o que necessitam, o que exigem, o que não esquecem, o que querem nos comunicar. Adestrados pela educação física e cívica, os corpos para se rebelaram, para falarem outra língua têm que rebolar, têm que quebrar a rotina.

Assim como o corpo das histéricas confrontado por Freud, o corpo-sem-órgãos de Artaud exigia outra forma de ler os corpos, de recepcioná-los, de observá-los, de interpretá-los. Sim, o corpo é um texto e possui texturas que significam, que querem dizer muita coisa. Um simples arrepio de uma pele pode ser o acesso a um mundo, pode ser a ponta de inscrição de um acontecimento. O franzir de uma testa, o levantar de uma sobrelanceira, o piscar nervoso de um olho, o escorrer de uma lágrima ou de um pingo de suor nas têmporas, o esticar de um pescoço, o entumecer de um mamilo, a contração de um ventre, o retesar de um pênis, a umidificação de uma vagina, o retesar de uma coxa, o espalmar de uma mão, a indicação de um dedo, o lassidão de um braço, o rodopio de um pé podem dizer muita coisa, podem comunicar a percepção e a significação que um dado acontecimento pode estar tendo para uma pessoa. Como um palimpsesto feito de pequenas reações o corpo se deixa ler em suas luxuriantes camadas de sentidos, sentimentos e sensações. Um corpo diz, reivindica, exige, pede, cobra, rejeita, recebe, recusa, usa e abusa do que lhe toca, do que lhe afeta, do que lhe impressiona, do que lhe marca. Sendo nossa cartografia, o corpo em seus relevos e contornos oferece-se à leitura, à interpretação, a uma hermenêutica atenta ao fenomênico, ao detalhe, ao sinal, às rugas, às

cicatrizes, aos cortes. O corpo se oferece a uma micro-história de suas manchas e de suas ronchas, de suas estrias e de seus sintomas, de suas feridas e de suas penugens. O corpo convoca imagens, figuras de linguagem, conceitos, noções, ditos e escritos. O corpo em sua poética delira, dilacera, dilata a realidade e relata o que nos ocorrer, o que corre, o que acontece. Espécie de jornal diário, o corpo registra a cada instante o que se passa e neles ele próprio passa, torna-se passado, corpo marcado, legendado pelos fragmentos mais cortantes e constantes do que lhe ocorreu. Arquivo ambulante, nossos corpos guardam, selecionam, classificam e disponibilizam restos de tempos para serem trabalhados nas nossas narrativas memorialísticas, literárias, historiográficas, banais e cotidianas (DERRIDA, 2001).

Mas, como propunha o antropólogo Marcel Mauss, os corpos obedecem a códigos sociais, eles são fabricações sociais (MAUSS, 2005, 2013). Corpo é um conceito que possui distintos significados e corresponde a diferentes ditames e configurações em cada época e cultura. Podemos fazer uma antropologia e uma historiografia do corpo porque esses obedecem a quadros sociais, obedecem a estruturas sociais, justamente lá onde o efeito disruptivo do acontecimento é trabalhado no sentido da integração e do apaziguamento. A anomalia que é o acontecimento, o furor daquilo que Lacan chamava de emergência do real, são trabalhados por uma ordem simbólica e imaginária no sentido de retirá-los do sem sentido, da surpresa, do inexplicável, do ininteligível, do sem lógica para integrá-los numa narrativa e aprisioná-los em regras que permitam com eles lidar (LACAN, 1985, 1999). O caráter sensível e acontecimental dos corpos, notadamente o *nonsense* da morte, da queda e imobili-

dade definitiva dos corpos, tem que ser apaziguado pelas narrativas míticas, pelos rituais em torno da morte e do nascimento (irrupção também misteriosa de um novo corpo) para que percam o caráter assustador que possuem. Dominar e domar as convulsões e contorções dos corpos exige a inclusão e domínio destas figuras num ato ritual: o estado de transe sendo integrado a práticas de sacralização e devoção.

O mesmo Marcel Mauss também proporá a possibilidade do estudo dos sentimentos por eles obedecerem a códigos de expressão (MAUSS, 1979). Para ele um ser humano não chora por qualquer coisa e em qualquer ocasião. O choro passa a obedecer a condicionantes sociais e culturais, passa a ser ritualizado. Como nos mostra a historiadora Anne Vincent-Buffault é possível fazer uma *História das Lágrimas* porque os homens nem sempre choraram pelos mesmos motivos, nas mesmas situações, na mesma intensidade. O choro foi permitido ou proibido para alguns, foi exigido em dados momentos e proibido em outros (VICENT-BUFFAULT, 1988). A expressão de um sentimento, como a saudade, exige, antes de mais nada, que disponhamos da palavra, do conceito culturalmente delimitado para expressá-lo. Sem palavras, sem conceitos não saberíamos o que sentimos. É socialmente que aprendemos que conceito utilizar para nomear dado sentimento ou dada sensação, pois as sensações também podem ser nomeadas com distintos conceitos, dependendo das culturas e épocas. A sensação que a temperatura de vinte e dois graus centígrados provoca no corpo pode tanto ser nomeada e, portanto, sentida como frio, como pode ser nomeada e sentida como calor, a depender do lugar, da sociedade e época de quem as vivencia, dos recursos técnicos e inclusi-

ve da situação econômica de quem está a ela sujeito. Embora as sensações e os sentimentos sejam sempre únicos ou tenham uma inarredável franja de singularidade, são capturados a partir de conceitos, de regras, de códigos, de rituais, de hábitos que dão a eles certa regularidade, uma possibilidade de repetição, de reiteração, que os tornam apreensíveis como fatos sociais. Eles terminam por adquirir um caráter estruturado que permite sua visualização e estudo. O que fazem os antropólogos e historiadores é estudar o que seriam estas estruturas do sensível, estas estruturas dos sentimentos, esta regularidades que os comportamentos humanos permitem perceber na hora de expressarem sentimentos e emoções. Ou seja, mais uma vez o que se perde é a singularidade do acontecimento; com ele seria impossível lidar.

Desde os anos oitenta do século passado, como um desdobramento da história das mentalidades e como uma área de especialização da chamada história cultural, emergiram os estudos do que o historiador Alain Corbin, um pioneiro nestas pesquisas, nomeou de história das sensibilidades (VIDAL, 2005). A história das sensibilidades abrangeria dois grandes campos de pesquisa: a história das sensações ou dos sentidos e a história dos sentimentos. Partindo do pressuposto que o corpo é uma construção social, cultural e histórica, a história das sensações ou dos sentidos se voltaria para interrogar como cada órgão do sentido teria sido educado, formado, tornado cultural, deixando de ser apenas um recurso dado pela natureza para se tornar um órgão do corpo modificado ao longo do tempo. Tomando como ponto de partida o fato de que o corpo dispõe de possibilidades que serão desenvolvidas, aperfeiçoa-

das ou postas a perder a partir do processo de socialização, de transformação em humano daquele corpo inicialmente apenas animal, a história das sensações ou dos sentidos se interroga, inclusive, sobre as hierarquias e valorações que se estabelecem para cada um dos sentidos em dadas culturas e épocas. Corbin, em seu livro *Saberes e Odores* (1987), trata de como na modernidade emergiu uma crescente intolerância olfativa, um rebaixamento e desprezo social pelo sentido do olfato e uma supervalorização da visão. Partindo das capacidades que a maioria dos corpos humanos trazem (pois devemos fazer também a história daqueles que não trazem ou perdem estas capacidades), como a visão, a audição, o paladar, o tato e o olfato, a história das sensações ou dos sentidos se interroga sobre e narra o processo de construção social, cultural e histórica do olhar, da escuta, do gosto, do tato e da olfação. Os homens não veem apenas com os olhos, a imagem formada na retina não é suficiente para que vejamos algo. Para que esta imagem faça sentido, seja identificada, seja vista e dita, é preciso que tenhamos aprendido o conceito, o nome, a palavra que em nossa cultura, em nossa sociedade e em nossa época a nomeia, di-la, denota-a, indica-a. Em cada época e sociedade nossos olhos, a nossa visão sofre um processo de educação, de formação cultural que produz o que chamamos de um dado olhar. Esse olhar carrega não só os conceitos, mas os preconceitos, as noções e pré-noções, as ideologias e valores de uma dada época e sociedade. O mesmo vai se dar com os demais sentidos, todos são submetidos a um processo cotidiano, sistemático ou assistemático de educação, de formação, o que resultará em uma escuta ou em um paladar diferenciado, distinto, com gostos e mau gostos que podem ser marcados por diferenças de classe, de origem étnica ou de

lugar, por faixa etária ou por diferenças de gênero. Fazer uma história dos sentidos é fazer uma história dos processos de formação e transformação dos sentidos humanos e dos códigos e estruturas de sentido de caráter social e histórico que vão organizar e definir o emprego de cada uma das capacidades inatas que o nosso corpo carrega. É fazer uma história dos diferentes usos e escolhas feitas pelos homens a partir de seus órgãos do sentido, é fazer a história das diferentes percepções que esses órgãos permitem em cada estágio da história.

A história dos sentimentos, por sua vez, parte do pressuposto de que ao exprimir, ao tentar comunicar o que sentimos usamos conceitos, palavras, fazemos gestos, expressões, encetamos ações e práticas que podem se modificar ao longo do tempo e de uma sociedade e cultura para outra. Só podemos fazer uma história dos sentimentos porque eles são exteriorizados, eles se manifestam em acontecimentos, ações, reações, discursos, narrativas, obras de arte. Os sentimentos obedecem nessa expressão a injunções, regras, códigos, permissões e proibições de cunho social e histórico. Os sentimentos obedecem a uma gramática de palavras, gestos, posturas e ações que são aprendidas socialmente. Os sentimentos dão origem a figuras, rituais e discursos que podem ser objeto de análise por parte do historiador. Eles, assim como os sentidos, se apossam dos corpos e os utilizam para se expressarem, para se comunicarem. Uma saudade só é percebida se pelo menos provocar o derramar de uma lágrima, mas ela também pode se materializar num gesto de despedida, num abraço ou num aceno de mão ou de lenço, ela pode se materializar numa carta enviada a quem é o motivo da saudade, ela pode se materializar num poema, num

romance, num quadro, numa música, num canto nostálgico e pungente. Um sorriso não é a melhor forma de expressar saudades, muito menos o virar de costas e partir sem nada dizer ou o esquecimento do envio de qualquer coisa que faça o outro se lembrar da existência ausente. Ninguém declara amor a alguém às gargalhadas, a não ser que seja para expressar deboche e pouco caso em relação ao outro. Declarar-se apaixonado requer a construção de um dado rosto, a impositação da voz, colocar o corpo em dada posição, fazer dados gestos, posicionar de dada maneira os olhos para que seja crível a declaração ou revelação que se faz (DELEUZE; GUATTARI, 1996b; HAROCHE; COURTINE, 2007). Há, como tão bem tratou Roland Barthes, um discurso amoroso, um discurso clichê, repetitivo, rebarbativo que aprendemos em nosso processo de socialização com a família, com os amigos, com os romances, com as novelas de rádio ou televisão, com o cinema (BARTHES, 2003). Aprendemos a dizer amor e a fazer amor, como aprendemos a dizer e a fazer o ódio, a inveja, o medo, a amizade, a saudade, a melancolia, a nostalgia, a tristeza, a alegria, a vergonha, o orgulho, a raiva, a dor, o sofrimento, a angústia, a felicidade (GAY, 1990, 1995; MACFARLANE, 1990).

O grande desafio, portanto, não só para a história das sensibilidades, mas para a historiografia em geral, é dar conta dos acontecimentos, dos momentos únicos e decisivos que cortam e cesuram, abalam e modificam as estruturas do sensível e dos sentimentos. Lidando com a história de corpos que sofrem, que afetam e se deixam afetar, com corpos que sentem, com corpos sensíveis e sentimentais, o historiador das sensibilidades tem que estar atento, mais do que qualquer outro, para os momen-

tos em que o corpo faz poesia, em que o corpo se poetiza ao falar sua própria língua, ao procurar se comunicar com seus próprios recursos, ao procurar se expressar com suas carnes, seus sons, seus arrepios, suas dores, suas contorções, seus gestos, seus tremores, seus suores, seus cheiros, suas agitações, seus espasmos, suas convulsões. Lugar de encontro e mistura de natureza e cultura, de fisiológico e psíquico, do sensório-motor com o simbólico, do físico-químico com o simbólico, da história com a memória, do tempo com o espaço, da pele com o mundo, o corpo desafia o discurso historiográfico a escutar seus múltiplos tempos e acontecimentos, seus múltiplos movimentos e sentidos, suas múltiplas sensações e transformações, suas diversas figuras e enunciações. Exige que nós, historiadores, pesquisemos não apenas o corpo mas pesquisemos com o corpo, que estejamos atentos para os corpos que jazem em cada relato do passado, que povoam cada evento, mas que também prestemos atenção em nosso próprio corpo, único instrumento com o qual e a partir do qual podemos manter esta relação, ao mesmo tempo, de interesse, de proximidade e de construção da diferença, de estranhamento e de entranhamento dos corpos que habitaram o passado, pois a nossa sensibilidade e nossos sentimentos se fazem presentes na invenção do relato sobre o passado que empreendemos. Não adianta fingirmos que apenas a nossa Razão, a nossa racionalidade atua na hora de dar forma ao passado, de tentar compreendê-lo e interpretá-lo. Não comparecemos ao encontro com o passado sem corpo, decapitados, não encontramos os restos do passado sem que diante deles esboçemos alguma reação sensível, algum sentimento, que estará presente, mediando a reconstrução que deles iremos fazer (FARGE, 2011; FOUCAULT, 1992). Não nos livra-

mos, inclusive, de nossa inveja, despeito, ressentimento, antipatia, simpatia, amor, identificação, admiração pelos personagens do passado, mas também, inclusive, em relação aos nossos pares, aos nossos colegas de ofício, contra os quais ou para os quais produzimos os nossos trabalhos. Somos corpos, somos seres sempre em estado de poesia, pois seres expressivos e criativos, seres nas linguagens, e só por isso podemos tentar entender e recriar, ressignificar os diferentes estádios, as diferentes épocas, os distintos momentos e os diferentes artefatos em que essa poesia se expressou ou se materializou. Somos, como dizia Walter Benjamin, caçadores de lembranças, de acontecimentos que brilharam num instante de perigo, caçadores de brasas de esperança adormecidas, esquecidas, mas ainda crepitantes sob a espessa cinza produzida pelas batalhas da história, por suas sucessivas produções de ruínas. Brasas que queimaram carnes, que cauterizaram ou abriram feridas, que as despertaram para a vida, para a espera e para a esperança (BENJAMIN, 2012). Somos, nós historiadores, seres em estado de poesia em busca de estádios de poesia, da poesia dos corpos, dos sentidos e dos sentimentos.

Como podemos, portanto, advogar a existência de uma única verdade para o histórico, para o passado, se esse é atravessado pelo corpo, pelos sentidos, pelos sentimentos? A verdade do acontecimento é uma construção a posteriori feita naquele que é o seu futuro, é uma verdade do só-depois. A verdade do acontecimento é também acontecimental, é um evento do presente e se faz nele e em relação a ele (DOSSE, 2013). Construimos, convenciamos e procuramos formar consenso em torno de dadas assertivas, de dadas compreensões, de dadas inter-

pretações com pretensões a verdade. As verdades são produzidas, são promovidas e são disputadas. Sim, as verdades são do plano do conflito, são, pois, do plano do político. As verdades se disputam. Um acontecimento é reelaborado, reconfigurado a partir das questões e dos problemas do presente. O acontecimento é uma promessa, uma possibilidade de verdade que só se materializa no futuro. Ao estar associada no ocidente ao trabalho da Razão, a noção de verdade tende a recusar suas dimensões imaginativas, poéticas, afetivas, sentimentais, desejantes. Mas as verdades não são apenas construções racionais, elas estão carregadas de passionalidade, de esperanças, de imaginações.

Como podemos saber a verdade sobre o evento, sobre o acontecimento ditadura militar de 1964? Os historiadores terão que enfrentar as distintas versões, as distintas memórias que este evento provocou. Nenhuma dessas memórias estão isentas de parcialidade, de ser, como todas são, um ponto de vista sobre este acontecimento, onde estão investidos valores, ideologias, expectativas, mas também sentimentos, paixões, medos, ressentimentos, ódios, culpa, tristeza, angústia, vergonha, má consciência etc. Entre as diversas memórias haverá aquelas propositadamente fraldadas, adulteradas, selecionadas, mas haverá também aquelas cesuradas, fragmentadas, desordenadas pelos traumas, pelas violências, pelas dores e pelo arrependimento. A maioria destas memórias, e isto implica um desafio especial aos historiadores, são memórias marcadas por uma forte presença do corpo, numa sociedade e numa cultura que têm vergonha e pudor em relação a expor as fragilidades, dores e sevícias sofridas pelos corpos (ARNS, 1996; GABEIRA, 1996, 2010; TAVARES, 2005). Como escrever uma narrativa sobre a ditadura de 1964 e não levar em conta o sofrimento, a tragédia

dos corpos que aí atuaram: corpos algemados, amordaçados, amarrados, presos, espancados, torturados, violentados sexualmente, pendurados no pau-de-arara, submetidos a choques elétricos, corpos em convulsão, corpos em espasmos, corpos sangrando, inchados, cheios de marcas, entumecidos, arroxicados, corpos se urinando, defecando de dor. Não podemos escrever a história da ditadura de 1964 sem as memórias da dor e da infâmia. Sem nos perguntarmos pelos corpos jogados em vala comum, corpos metralhados nas ruas, corpos enforcados, sufocados, espancados até a morte. Corpos feito cinzas, incinerados em fornos de usinas de cana-de-açúcar, corpos jogados ao mar, corpos mutilados, sem dentes, sem orelhas, de olhos vazados, sem a mão, sem os dedos, sem as unhas, sem a língua, sem o pênis, com ânus e vaginas dilacerados.

Não podemos contar esta história apenas falando de causas, efeitos, condicionantes econômicos e políticos, somente falando das classes ou dos grupos e siglas políticas que aí atuaram, relações diplomáticas e institucionais. Essa é uma forma de apaziguar e aceitar este acontecimento, que não pode ou deve ser aceito (FICO, 2014; GOMES; FERREIRA, 2014; GREEN, 2009; NAPOLITANO, 2013; REIS, 2014; REIS; RIDENTI; MOTTA, 2014). Precisamos construir em nosso presente uma verdade sobre 1964 que não se limite a periodizar a ditadura através da atuação de seus ditadores, de dizer que ela foi envergonhada ou escancarada, de falar numa repressão, da censura, de órgãos de segurança, de porões da ditadura, sem que materializemos isto através de ações de pessoas e que essas pessoas ganhem corpos e sentimentos. Isso é nos tornarmos insensíveis a este episódio, e isto não pode acontecer (GASPARI, 2014a, 2014b; GOREN-

DER, 1998). A ditadura de 1964 poderá se tornar ditabranda² se cairmos no absurdo de comparar estatisticamente os nossos mortos com os dos países vizinhos do Cone Sul (VILLA, 2014). Seiscentos corpos mortos, alojados na ignomínia de um não lugar chamado de “desaparecidos” não é motivo de escândalo? Em que sociedade estamos, que sensibilidade social estamos formando à medida que não somos capazes de nos condoer e nos revoltar diante da morte de seis centenas de pessoas?

Sim, é preciso que a ditadura ganhe rosto e corpo não apenas em seus generais governantes, mas em toda a cadeia de poder, inclusive clandestina, que sustentava este regime. É preciso que os nomes dos comandantes, dos torturadores, os corpos e rostos dos carrascos venham à cena. É preciso que saibamos os nomes e que vejamos os rostos de seus colaboradores civis: empresários, banqueiros, donos de veículos de comunicação, jornalistas, artistas, intelectuais, médicos, psicólogos, bispos, arcebispos, informantes, pelegos, dedos-duros. É preciso que falemos do prazer sádico de alguns corpos que gozavam com o sofrimento alheio, com a humilhação, com o espezinamento, com a indignidade do outro. Corpos gozando com o poder total, discricionário, autoritário, o poder de vida e morte, dando vazão ao seu desejo de matar, de estuprar, de espancar, de sodomizar, de mutilar, de fazer sofrer o corpo do outro. Corpos de pessoas normais, de pais de família, que após lavarem as mãos e tirarem a roupa suja de sangue e outras excreções, iam jantar pacificamente com seus filhos, com sua mãe, assistindo ao Jornal Na-

² Expressão usada pelo jornal Folha de São Paulo para se referir à violenta ditadura que imperou no Brasil por cerca de vinte anos. Ver: Limite a Chávez (editorial). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 07 maio. 2014.

cional, que glorificava e justificava o que acabaram de fazer. Corpos de pessoas que se consideravam patriotas, religiosas, cristãs, direitas, cumpridoras do dever para com a pátria, para com Deus, para com a família, salvadoras dos valores da civilização, sinceramente achando que estavam libertando o país do mal realizando aquelas maldades. Nenhum monstro, nenhum louco. Homens comuns aprisionados por uma lógica de poder, por uma ideologia, por uma cadeia de comando, pelo cinza de um cotidiano: banalidade do mal (ARENDDT, 1999).

É preciso que possamos narrar os sofrimentos, as dores, as angústias de quase três mil pessoas que esse regime atingiu de alguma forma no país. Como escrever esta história sem tratar das dores e aflições dos exilados, dos corpos que tiveram que enfrentar situações extremas para sobreviver na clandestinidade, na selva, no mato, nas celas das prisões, em países distantes, distintos e adversos. É preciso falarmos das mentes que não resistiram, que enlouqueceram, que se esquizofrenizaram. É preciso falarmos dos corpos que se automutilaram, que se mataram impelidos pela necessidade de se ver livre daquela situação real ou imaginária de total falta de liberdade, da ameaça da dor, da tortura corporal constante, do padecimento subjetivo por não ter resistido à tortura e ter entregue algum companheiro, também fadado ao sofrimento e à morte. Os acontecimentos que a ditadura proporcionou estão inscritos nas carnes, as memórias estão impressas em formas de cicatrizes físicas e morais, indeléveis na subjetividade de quem participou de alguma forma daquele horror. Por isso essas memórias vêm à tona doloridas, dilaceradas pela vergonha, pela humilhação, pelo arrependimento, pelo remorso, pelo medo, pelo ódio, pelo

ressentimento, pela angústia. Como fazer verdade com essas memórias que ainda supuram, que ainda sangram, que ainda doem? Nenhum historiador tem o direito de ser leviano e apressado diante de um evento como esse. Nenhum historiador tem o direito de, em nome de acertar contas com o seu passado ou com seus colegas de ofício, emitir juízos apressados e de afogadilho sobre tanta dor. Para fazermos um esforço de compreensão, o que não significa justificar nenhuma atitude de quem quer que seja no passado e muito menos apenas julgar as atitudes passadas, requer tentarmos, usando nossa sensibilidade, imaginar os sentimentos e as sensações, as dores a que estes sujeitos e seus corpos foram submetidos. Tentarmos entender as motivações que os levaram a agir da forma que agiram, sem pensar que estamos diante de uma historinha com bandidos e mocinhos, mas com gente de carne, osso, pensamento e sentimento, desejo e vontade, imersos em dadas condições históricas específicas, em dado contexto de práticas e ideias, em dada situação política e econômica, pessoas que estavam diante de dadas possibilidades de escolhas ou que não tinham outras saídas ou meios em dadas situações, embora também pudessem ter tomado outros caminhos. Evitando as nostalgias ou a ojeriza a um dado tempo, procurar compreendê-lo nas suas particularidades de acontecimento e, ao mesmo tempo, naquilo em que ele veio a se transformar, em nosso presente, como ele continua atuando entre nós, não apenas entre aqueles saudosistas da ditadura militar, pois existem e não são apenas militares de pijama e suas digníssimas esposas, mas na realidade social como um todo, onde temos polícias que se especializaram ainda mais na tortura e que ampliaram seu desprezo pela vida alheia, notadamente pela vida daquele que é estigmatizado socialmen-

te, como eram em 1964 os comunistas; uma sociedade onde a violência cotidiana é epidêmica; uma sociedade de linchadores na tela da televisão e nas ruas; uma sociedade de grupos fascistoides, de militantes da TFP e do integralismo; de grupos religiosos intolerantes e incentivadores do linchamento moral e da exclusão de dadas pessoas; de pretensos filósofos, escritores e ensaístas que arrotam ódio e bÍlis em tudo que escrevem; de empresários e donas de casa que se chocam e se revoltam com a conquista de direitos por parte dos trabalhadores; de empresários rurais que contratam pistoleiros para matar sindicalistas e que se utilizam de trabalho escravo; sociedade da corrupção generalizada; sociedade onde há corpos que podem ser mortos a qualquer momento, seviciados, vendidos, traficados, incendiados: negros, pobres, mulheres, homossexuais, travestis, índios, mendigos, presos, meninos de rua, portadores de deficiência física e mental. Sociedade dos corpos poéticos no carnaval, sociedade dos corpos trágicos na quarta-feira de cinzas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARNS, D. Paulo Evaristo (org.). **Brasil - Nunca Mais**: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1996.

ARTAUD, Antonin. **Heliogábulo ou o anarquista coroadado**. Lisboa: AssÍrio & Alvim, 1991.

_____. **Os Tarahumaras**. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

BARTHES, Roland. **Fragments de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins, 2003.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CERTEAU, Michel de. **La Possession de Loudun**. Paris: Gallimard, 2005.

_____. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges; COURTINE, Jean-Jacques. **História do Corpo**. Petrópolis: Vozes, 2008. 3 v.

DELEUZE, Gilles. **Sacher-Masoch**: o frio e o cruel. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 28 de novembro de 1947 - Como criar para si um corpo sem órgãos. In: _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. Ano zero - rostidade. In: _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996b.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DOSSE, François. **A História.** São Paulo: Edusc, 2012.

_____. **Renascimento do acontecimento.** São Paulo: Unesp, 2013.

DULUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FARGE, Arlete. **Lugares para a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

_____. A escrita de si. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Lisboa: Relógio D'Água, 1994.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

_____. **O caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1915)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).

FURET, François. **The French Revolution (1770-1814)**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 1996.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Manual dos sobreviventes**. Rio de Janeiro: IBEP, 2010.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada, vol. 1: as ilusões armadas**. São Paulo: Intrínseca, 2014a.

_____. **A ditadura escancarada, vol. 2: as ilusões armadas**. São Paulo: Intrínseca, 2014b.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Freud: uma vida para nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GIL, José. **Metamorfoses do corpo**. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

_____. **Monstros**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

GREEN, James. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HAROCHE, Claudine; COURTINE, Jean-Jacques. **História do rosto**. Lisboa: Teorema, 2009.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERÓDOTO. **História**. Madrid: Cátedra, 1999.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LE BRETON, André. **Adeus ao corpo**. Campinas: Papyrus, 2003.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.). **Mauss**. Antropologia. São Paulo: Ática, 1979, p. 147-153. (Grandes cientistas sociais, 11).

_____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MICHELET, Jules. **História da revolução francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **O Anticristo e Ditirambos de Dionísio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NOVAES, Adauto (org.). **Libertinos libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ONFRAY, Michel. **A Razão gulosa: filosofia do gosto**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. **Teoria do corpo amoroso**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

REALE, Giovanni. **Corpo, alma e saúde**: o conceito de Homem de Homero a Platão. São Paulo: Paulus Editora, 2003.

REIS, Daniel Aarão. **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato de Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SACHER-MASOCH, Leopold. **A Vênus das peles**. São Paulo: Hedra, 2008.

SADE, Marquês de. **A filosofia na alcova**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. **Os 120 dias de Sodoma**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

_____. **Corpos de passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**: um relato sobre as prisões da ditadura. São Paulo: Record, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TUCÍDIDES. **História de la guerra del Peloponeso**. Madrid: Cátedra, 1988.

VIDAL, Laurent. Alain Corbin e o prazer do historiador (entrevista). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 25, n. 49, p. 11-31, jan/jun. 2005.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira**: a democracia golpeada à direita e à esquerda. São Paulo: Leya, 2014.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. **História das lágrimas**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

IMAGENS PRECÁRIAS – INSCRIÇÕES TÊNUES DE VIOLÊNCIA DITATORIAL NO BRASIL¹

Márcio Seligmann-Silva²

139

¹ Este texto foi originalmente apresentado como uma aula inaugural ministrada na Cátedra Sérgio Buarque de Holanda do Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin, no dia 13 de maio de 2013.

² Márcio Seligmann-Silva, doutor em teoria literária pela Universidade Livre de Berlim, pós-doutor por Yale, é professor do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e autor, entre outros livros, de “O local da diferença” (Editora 34, 2005). E-mail: m.seligmann@uol.com.br.

A artista brasileira Rosângela Rennó, na série *Vaidade e violência* (2000-2003), apresenta textos emoldurados escritos em preto sobre um fundo preto. Esse procedimento não deixa de lembrar das obras de Ad Reinhardt, o pintor expressionista abstrato, criador de obras *black-on-black*, que na sua série *Abstract Painting*, dos anos 1960, traça linhas em preto sobre um fundo preto. O título da série de Rennó é uma irônica (auto-)referência à relação entre imagem, escrita, arte e violência. Nesta série o texto que faz as vezes de foto, refere-se a fotografias. No primeiro quadro lemos:

A imagem que ela diz guardar de seu algoz é a de um homem que confundia seus interlocutores quando assumia o comportamento frio, decidido e muito objetivo nos interrogatórios. Vinte anos depois, E.M., 41 anos, ex-militante do MR-8, ficou trêmula ao ver a fotografia recente do delegado D.P. e não teve dúvida em afirmar: “É ele mesmo! Essa fisionomia ficou muito forte para mim”.

A cena retratada por Rennó é a cena de um *reconhecimento* ao mesmo tempo *trágico* e *jurídico*. Nesta cena, a imagem mental encontra uma imagem fotográfica e provoca uma reação parecida com a que temos diante de pessoas. Trata-se aqui de uma imagem-pessoa ou imagem-corpo, de um torturador, que estava inscrita na memória da enunciadora e foi reconhecida na imagem fotográfica. Mas na obra de Rennó, a única imagem que vemos é a de palavras em preto em uma moldura e fundos pretos, que para serem lidas exigem o constante deslocamento do

leitor para conseguir extrair o texto da página negra que brilha. Rennó fornece apenas as iniciais da torturada (E.M.: ex-militante?) e do algoz (D.P.: delegado de polícia?), transformando este reencontro em uma espécie de evento coletivo, que marcou um país, o Brasil, já que o MR-8 é explicitamente mencionado. Essa obra é um dispositivo que permite pensar as imagens fotográficas como inscrições que devem ser lidas, ao mesmo tempo em que aponta para o ser imagem da escrita. Toda imagem tem algo verbal, simbólico, que pode ser interpretado e traduzido – de “n” maneiras – pelo receptor, mas toda imagem tem também restos não-verbalizáveis. As imagens são ao mesmo tempo verbais e mudas. Assim como existem ausências de palavras diante de certas imagens, existem também cenas que deixaram imagens – embaçadas, traumáticas – apenas na mente de certas pessoas. A ausência de imagens das torturas é parte do buraco negro da memória da violência da ditadura. A violência dos atos brutais do terrorismo de Estado acontecia ao mesmo tempo que a tentativa de se apagar os seus rastros. Havia um tabu da imagem em torno das câmaras de tortura. Também a impossibilidade de testemunhar aquela cena que se passou na câmara obscura está indicada nesta impressionante obra. Na imagem, o preto sobre preto mostra o colapso da representação, o sucumbir do preto e branco fotográfico – mas também a necessidade de inscrição, mesmo que apenas tentativa, do passado.

Pretendo apresentar aqui algumas considerações sobre essas tentativas de inscrição do passado, com ênfase no caso da última ditadura civil-militar brasileira, de 1964-1985. Para tanto farei algumas incursões nos debates e trabalhos sobre o tema da

representação ditatorial em outros países da América Latina. Em uma era de globalização, também a cultura da memória e da recordação se tornou profundamente transnacional. Impossível tratar deste tema da memória pós-ditatorial no Brasil sem falar de seus vizinhos. Também operarei segundo uma abordagem transmidiática: partindo das obras de Rosângela Rennó, sem dúvida, uma das artistas latino-americanas que mais longe foi nessa tentativa de desenvolver e refletir sobre uma arte a partir do trauma (que não é nem arte da memória nem do esquecimento), passo por alguns fotógrafos brasileiros e hispano-americanos para chegar a dois autores que procuraram inscrever a experiência da ditadura em dois romances de épocas bem distintas: Renato Tapajós, com seu *Em câmara lenta*, de 1977 e Urariano Mota, autor de *Soledad no Recife*, de 2009. Nesse percurso farei também algumas rápidas incursões no cinema brasileiro sobre a ditadura, a mídia que foi mais profundamente na tentativa de inscrição e elaboração daquele período da história do Brasil.

FOTO E TRAUMA

Ernst Simmel, autor de *Kriegsneurosen und psychisches Trauma* (1918), descreveu o trauma de guerra com uma fórmula que deixa clara a relação entre técnica, trauma, violência e o registro de imagens: “A luz do flash do terror cunha/estampa uma impressão fotograficamente exata” (“*Das Blitzlicht des Schreckens prägt einen photographisch genauen Abdruck*”). A fotografia é um dos dispositivos mais potentes quando se trata de se visualizar a inscrição mnemônica e não por acaso Freud recorreu a ela para pensar nossa psique, marcada pelas inscrições

traumáticas. A foto é um testemunho de um presente e, como todo testemunho, oscila entre a possibilidade de representar um evento (testemunho como *testis*) e o colapso desta representação (testemunho como *superstes*, sobrevivente). A partir desta duplicidade aporética e sem solução, o testemunho se transforma em performance: em ato mimético cujo momento catártico está sempre a ponto de sucumbir. O testemunho é um umbral para a “libertação” do momento invivível que ele porta, mas essa passagem é enfeitiçada. Nada garante que a lembrança testemunhal nos liberte do trauma. Daí muitos dos autores de grandes testemunhos terem mesmo assim levantado a mão contra si mesmos, como Primo Levi, Jean Améry e Tadeusz Borowski, mas o mesmo se passou com autores de testemunhos que morreram no anonimato, como Anja Spiegelman, mãe da Arte Spiegelman. O testemunho procura enquadrar o passado traumático, mas a “fotografia” às vezes permanece “cega”.

Na série *Parede cega* (1998-2000), de Rosângela Rennó, vemos várias molduras, que lembram molduras fotográficas tradicionais, só que sem imagem alguma. O título parede-cega – uma parede sem abertura – remete à ideia de que normalmente a fotografia emoldurada na parede pode ser percebida como uma janela aberta no espaço-tempo. Nessa obra de Rennó, as fotos emolduradas são apresentadas como que afundadas na parede, como se elas tivessem sido viradas de costas. Na verdade trata-se de fotografias doadas ou adquiridas em feiras de artigos de segunda mão (RENNÓ, 2003, p. 62), que foram pintadas e colocadas sobre painéis de espuma e lycra e fotografadas por Vicente de Mello. Podemos interpretar estas fotos pintadas de cinza como espelhinhos cegos – ou como fotos cegas. A cor

da obra remete à cor de um negativo fotográfico ou ao sépia das fotos antigas. Tudo é cego nesta obra que revela o ponto cego da nossa visão fotográfica. Ao olharmos esta série vemos apenas a falta, a desapareição, sem seu avesso de presença, sem o enfático “isto foi - isto é” que toda fotografia parece dizer. Vemos apenas o “isto não é”, ou - pensando em termos de uma economia sublime, de uma estética do silêncio e da falta para indicar o irrepresentável - assistimos nesta obra simplesmente ao “Isto é” ou o “*How it is*” becketiano. Vemos a imagem como pura performance, sem o lastro da referencialidade. Trata-se do dispositivo fotográfico de apresentação cegado e que remete a uma espécie de cegueira que também constitui a recepção da fotografia. Podemos pensar assim, que a moldura da foto é esta própria cegueira, uma falta e um desejo que quer se saciar na inscrição de luz - que neste caso não acontece na sua totalidade. Encontramos apenas molduras vazias. Suportes a espera de um olhar. Rennó com essa obra aponta para uma crise da representação no seu sentido documental. A fotografia-documento torna-se parede cega: local de projeção de fantasmas e desejos: local do desaparecimento, da ausência e não da presença, como costumamos ver as fotos. Estamos, talvez, diante do nascimento, de dentro da fotografia analógica, da pós-fotografia. Não por acaso Rennó só pode ser considerada fotografa em um sentido amplo do termo: ela mesma não faz o “clique”, a captura das fotos, mas, antes, as “capta”, se apropria delas em mercados de pulga e em arquivos. Ela é como que uma *tradutora* de fotos: ela transpõe imagens técnicas para novos contextos, como uma colecionadora, dando uma sobrevida às imagens ao mesmo tempo em que reflete sobre o tempo e seu arruinamento. As imagens adquirem, assim, o caráter de resto e de ruína. Elas são partes de um processo, processamento e *Durcharbeit* (elaboração) de um passado que tem em seu centro a história de violências.

Em *Imemorial* Rennó já fizera, em 1994, um impactante trabalho de memória e de tentativa de escovar a história a contrapelo. Nessa obra ela reuniu 50 fotografias a partir de um enorme arquivo abandonado que ela encontrou no Arquivo Público do Distrito Federal referente à construção de Brasília. Sabe-se que inúmeros trabalhadores, os chamados “candangos”, morreram de modo trágico durante a construção de Brasília, que pontuou o governo do presidente Juscelino Kubitschek: uma cidade construída em menos de 4 (quatro) anos, com exploração abusiva dos trabalhadores (com jornadas de 14 a 18 horas) e repressão a bala das suas tentativas de organização e revolta. A apresentação do trabalho de Rennó é uma homenagem aos mortos, sendo que as fotos, ampliações de fotos deterioradas 3x4 encontradas no arquivo abandonado e esquecido, apresentam uma forte ambiguidade, oscilando entre as imagens de cerimônias oficiais de recordação e o esquecimento das vítimas anônimas do “progresso” e da “civilização”. O título *Imemorial* faz lembrar o conceito de *counter monument*, que passou a ser empregado nessa mesma época por teóricos da memória da *Shoah* como James Young. Essas expressões remetem à aporia contida em todo ato de recordação de eventos traumáticos, que é agravada conforme a dimensão e intensidade da catástrofe que originou o trauma. No caso de *Imemorial* trata-se de iluminar o outro lado da ideologia desenvolvimentista, do culto cego ao progresso, de mostrar a falsidade da utopia-Brasília, que significou a morte de “candangos”, bem como a expulsão dos pobres para as cidades satélite. Rennó nos faz ver o lado distópico daquela capital, ironizando, ao mesmo tempo, de modo crítico, os rituais e memoriais oficiais. Como nos trabalhos de artistas vinculados ao antimonumento, como Jochen Gertz e Horst Hoheisel, Rennó,

por meio de inversões, nos faz ver o esquecido, o socialmente recalcado: no caso, os trabalhadores mortos que ficaram enterados nos alicerces da capital, macabras pedras fundamentais sem nome, em cujas carteiras de trabalho consta apenas a frase cínica: “dispensado por motivo de morte”. Como em outros trabalhos, também aqui Rennó nos faz ver os desaparecidos.

A *série vermelha (militares)*, de 1996-2000, também é uma interessante mostra do trabalho de Rennó como uma artista que se apropria de fotografias para, em seu gesto de recolecioná-las, ressignificá-las, dar nova vida a elas. No caso, são fotos de homens com uniforme cuja preparação artística como que revela o “teor vermelho” das imagens. O presente, o líquido revelador no qual a colecionadora banha suas imagens, destaca do material fotográfico passado aquilo que, quando ocorreu a captura da imagem, não necessariamente estava visível. Dando seguimento a uma leitura feminista e antifalocêntrica da cultura, Rennó faz aqui outro tipo de antimonumento, que também faz uma espécie de reversão, mas, desta feita, ao invés de elevar e expor os esquecidos, ela como que reverte “para baixo” aqueles símbolos do poder e da opressão. O elemento representacionista, a clareza da foto, é substituído por uma opacidade *conquistada* com o recurso do avermelhamento das fotos. Vemos mais ao vermos menos. O ser precário daquilo que parece ser a principal função da fotografia de retrato é um ganho, dentro da perspectiva artística aberta por Rennó.

A *série Corpos da alma II* (1990-2003), um conjunto de fotografias de jornal mexidas digitalmente, trabalha com fotografias dentro de fotografias. Pessoas carregam fotos em passeatas ou em ambientes familiares. Essas pessoas que se transformam em

porta-retratos são apresentadas em imagens ampliadas de tal modo que explicitam seu caráter de fotos de jornal, com seus pontos fotográficos superdimensionados. Aqui é a *foto-presença*, a *foto-corpo*, que está em jogo. A fotografia é apresentada como um *Ersatz* das pessoas, sejam elas líderes políticos ou parentes desaparecidos. A fotografia se apresenta aqui também como testemunho: de uma fé política, testemunho jurídico, ou ainda, testemunho dos fatos, tal como costumamos ver (e crer) nas fotos dos jornais. As fotos de fotos servem para apresentar a fotografia como um dispositivo capaz de incorporar outras imagens. Trata-se de uma meta-imagem, imagem da imagem que aponta para as imagens como criação e construção do mundo, no mesmo gesto em que, paradoxalmente, apresentam as imagens como *foto-corpo*, *imagens-pessoas*: quase que de carne e osso.

Por último, dentre os trabalhos de Rennó e no contexto desta reflexão sobre a inscrição da violência, destaco uma obra da série *Cicatriz* (1996-2003). Nesta série vemos a cada página, alternadamente, fotos de fragmentos de corpos com suas tatuagens – extraídas de negativos fotográficos do Museu Penitenciário Paulista – e fotos de fragmentos de peles recobertas com inscrições, como se estas tivessem sido realizadas sobre a pele, queimando-a. Os textos, como na série *Vaidade e violência*, também dizem respeito a fotografias. No exemplo que destaco, lemos na inscrição queimada sobre a pele:

Há cerca de quatro anos, um senhor de fisionomia triste procurou C., restaurador de fotografias, em seu estúdio. Queria que ele lhe restituísse à memória a imagem de sua mãe, morta anos atrás. Porém, só guardara uma foto dela, morta, dentro do caixão. “Aquele senhor queria uma foto em que sua mãe aparecesse cheia de vida. Seria im-

possível fazer isso apenas restaurando aquela foto. Pedi que me descrevesse como eram os cabelos, os lábios, os olhos dela. A partir da descrição, tirei-a do caixão, desenhei-lhe um vestido bonito, abri seus olhos. Quinze dias depois, o homem voltou e quando viu a foto, chorou”, lembra o restaurador.

O texto inscrito sobre a pele-pergaminho é uma pequena e contundente narrativa. Nela a presença da fala em primeira pessoa, na voz do restaurador, torna tudo mais imagético e intenso. O texto é apresentado como um ato de memória, ele se fecha com a expressão “lembra o restaurador”. Todo texto é registrado na pele, como uma cicatriz, metáfora potente da memória traumática. A narrativa da ressurreição da mãe via fotografia novamente remete à força vital da imagem fotográfica: se na série *Parece cega* vimos a desapareção da fotografia, na *Corpos da alma II* as fotos representavam pessoas desaparecidas que continuavam a viver apenas nas fotos. Já aqui em *Cicatriz* vemos mais do que a sobre-vida, vemos o próprio *renascer* via restauração fotográfica. O fotógrafo proclama: “abri seus olhos”. Essa imagem abala e “faz chorar”, tanto quanto as imagens de desaparecidos que sabemos que não poderão mais ser renascidos. Essa mãe que ganha vida pela intervenção do fotógrafo-artista-demiurgo remete novamente a essa força presencial da imagem fotográfica: ela é tão forte e intensa quanto as imagens reais de pessoas. Daí desde o século XIX se falar na capacidade como que espectral da fotografia de captar fantasmas e pessoas ausentes. Neste trabalho vemos várias metamorfoses: a mãe que morrera e fora transformada em imagem fotográfica que depois, por meio desta foto e da descrição – ekphrástica – que o filho faz dela, volta a ter vida graças à intervenção do restaurador, este artesão cujo trabalho é reverter (ou elaborar) o

desgaste do tempo. Mais do que nunca, nesta imagem da mãe ressuscitada vemos uma indicação da força vital da imagem fotográfica, com sua capacidade de nos abrigar, como em um útero analógico (ou eletrônico). A bidimensionalidade da imagem fotográfica não rouba dela esta sua fantástica força presencial. As fotos de forte teor indicial e icônico, com caráter de foto-presença, de certa forma revertem a função aurática benjaminiana, uma vez que Benjamin via na aura “uma teia singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja” (BENJAMIN, 2012, p. 184). O próprio Benjamin viu que a fotografia – como arte pós-aurática – tinha justamente a capacidade de *aproximar* coisas do indivíduo, distantes no tempo e no espaço (*Ibidem*, p. 108). Nela se unem transitoriedade e repetibilidade: como nas imagens do trauma a que me referi acima. Mas em *Cicatriz*, a foto-cicatriz, foto-traço, nasce em nossa fantasia a partir da leitura de uma inscrição. Novamente vemos a proximidade aporética que Rennó cria entre imagem e cegueira, ver e imaginar, iconofilia e iconoclastia. As imagens, como nas sombras e fantasmas nas tragédias de Shakespeare, estão banidas em um limbo e não podem ser representadas, mas apenas sugeridas via performance. Esse reino espectral põe em ação traumas históricos e sociais de uma artista que viveu toda sua formação sob uma ditadura civil-militar, que atuava na desaparecimento de seus opositores. Atget fotografou as ruas de Paris “como quem fotografa o local de um crime. Também este local é deserto”, comenta Benjamin. Ele “é fotografado por causa dos índices que ele contém. Com Atget, as fotos se transformam em autos no processo da história.” O mesmo podemos pensar com relação a essas obras de Rennó. Essa artista do esquecimento e de sua elaboração crítica.

Durante a ditadura brasileira de 1964-1985 alguns fotógrafos jornalistas conseguiram a façanha de fazer essa crítica em meio a um clima de censura e repressão. Luis Humberto, que trabalhou no *Jornal de Brasília* entre 1973 e 1979 (FERNANDES JUNIOR, 2003, p. 156; BARBALHO, s.d.), fez uma fotografia autoral profundamente crítica dos donos do poder. Ele mostra as paisagens desoladoras de uma Brasília dominada por militares em seus rituais vazios e ilhados do resto do país. Também o, na época, jovem jornalista fotográfico Orlando Brito captou de modo irônico e sagaz instantâneos da ditadura que revelavam a relação violenta e autoritária dos militares e demais donos do poder com a população.

As fotos de identificação, criadas no final do século XIX para controlar as populações, foram transformadas na América Latina em poderosas fontes documentais para comprovar a existência dos desaparecidos. Foram estas fotos, ao lado das extraídas dos álbuns de família, que foram ampliadas e anexadas aos laudos apresentados ainda durante as ditaduras, exigindo do Estado a restituição dos corpos – o *habeas corpus* que havia sido suspenso no estado de exceção que imperou em muitos países da América Latina dos anos 1970 e 1980. Um caso paradigmático neste contexto é o do fotógrafo chileno Luis Navarro. De Altofagasta e sendo perseguido após o golpe de 1973, ele acabou indo para Santiago no final de 1974. Lá, ele começa a trabalhar na *Vicaría de la Solidariedad*. Nesta posição ele foi responsável pelas fotografias do importante caso *Lonquén*, o primeiro sítio clandestino descoberto com cadáveres de desaparecidos em 1979. Nas comemorações do *Tedeum* na Catedral de Santiago, feito para comemorar em 11 de março de 1981 a proclamação

da nova constituição, Navarro foi preso e posteriormente torturado. Graças à intervenção do Cardeal Raúl Silva Henríquez e de organizações internacionais, ele foi libertado. Esta prisão, como destaca o historiador da fotografia chileno Gonzalo Leiva Quijada (2004, 2008), serviu de impulso para a fundação da AFI: a *Asociación de Fotógrafos Independientes*. Esta organização teve um papel fundamental durante a ditadura chilena, apoiando o trabalho de importantes fotógrafos, dando credenciais a eles e os defendendo dos ataques das forças do governo. Além do próprio Navarro, participaram da AFI fotógrafos como Paz Errázuriz, José Moreno, Hellen Hugues, Rodrigo Casanova, Álvaro Hoppe, Cláudio Bertoni, Jorge Ianiszewski, Leonora Vicuña, Kena Lorenzini e Rodrigo Rojas (assassinado pelos membros da ditadura em 1986, quando tinha apenas 19 anos, de modo bárbaro, queimado vivo ao lado da jornalista Carmen Gloria Quintana).

Luis Navarro é um dos responsáveis pela introdução das fotos ampliadas de carteiras de identidade e de fotos de família: estas imagens não apenas serviram para dar início aos processos contra a ditadura, mas também foram parte integrante das ações dos familiares e amigos dos desaparecidos. Gonzalo Leiva considera estas fotos o maior fato na história da fotografia no Chile desde seu início no país em 1840. Nas manifestações no final dos anos 1970 os familiares portavam estas ampliações de fotos. A demanda dos corpos se fazia com aquelas imagens-testemunho. Navarro também fotografou outras vítimas do governo autoritário, os marginalizados economicamente, assim como captou a vida cotidiana em fotos com forte marca autoral, como notou Leiva Quijada. Sua fotografia de seu pai, reagindo

à narrativa de sua prisão, quando leva uma das mãos diante dos olhos, tem uma rara força narrativa. Suas fotografias da *mise-en-scène* do poder também são importantes e apontam para uma característica das fotografias sob ditaduras: o fotógrafo muitas vezes tenta capturar imagens da esfera do poder, que, na mesma medida em que documentam, permitem construir alegorias e narrativas críticas. Assim, a foto de um *Tedeum* em 1980 capta com certa ironia a pompa e austeridade militar sendo como que desprezada por um pombo que caminha exatamente em meio a uma trilha que vai na direção oposta para onde se voltam os militares. O tempo frutífero, típico das imagens sem movimento, assume no fotojornalismo um significado muito mais radical. Aqui o disparo do obturador pode significar também um tiro certo no poder.

Uma impressionante foto de Luis Weinstein, também ex-membro da AFI, mostra um rapaz fotografando, diante da *La Moneda*, uma foto deste prédio quando do ataque no golpe de 11 de Setembro de 1973. Vemos aqui como a memória migra para a era digital, transformando o passado em fotografia de fotografia de fotografia. Weinstein se coloca como que por detrás de uma série em vertigem de imagens e reproduções, para mostrar o processo de *telescopagem* do tempo, de presentificação do passado, que se torna imagem eletrônica.

Já o catálogo *Nexo*, de 2001, do fotógrafo e artista argentino Marcelo Brodsky, contém vários projetos e é apresentado por uma figura-chave nos atuais discursos sobre a memória, Andreas Huyssen. Comento apenas uma imagem desse catálogo. As obras nesse catálogo são imagens-ação, gestos, constru-

ções imagéticas com força performática. A primeira imagem do catálogo – fora a da capa – é de um “*siluetazo*” em Buenos Aires. Esta foto e o texto evocam a força desta modalidade de protesto, usual na Argentina da época da ditadura, e que ainda hoje é utilizada. A silhueta é uma marca comum na zona onde ocorreu um assassinato, e marca o local de um corpo morto. Ao mesmo tempo é um contorno que marca também uma falta: uma alusão à própria origem da arte que, na lenda grega de Dibutade, teria sido inventada por esta mulher que decidiu pintar a imagem do seu amado, antes que ele partisse para uma guerra, a partir de sua sombra projetada na parede. Por outro lado, este mito grego apresenta a imagem como algo secundário, platonicamente derivado de uma luz que emanaria de fora da imagem. Já nestas imagens fotográficas que tratamos aqui, a luz como que provém da própria imagem. Não somos mais platônicos. Sabemos que as sombras somos nós mesmos e nossa cultura de entulhos e abjeção. Plínio, o Velho, narra a anedota de Psamenites, apontando para essa ideia que afirma a arte como o local de elaboração de uma falta e de um desaparecimento: “A questão das origens da pintura é obscura [...] Entre os gregos uns dizem que ela foi descoberta em Sicyone, outros, em Corinto, mas todos afirmam como iniciou-se por riscar com um traço o contorno da sombra humana (*omnes umbra hominis lineis circumducta*).” (PLÍNIO, 1999, XXXV, p. 15) O que se passa na modernidade e sobretudo no nosso contexto latino-americano é uma reatualização como que brutal desse dispositivo. Ele agora é incorporado às ações políticas que demandam justiça e verdade. Torna-se parte de uma nova arte da memória, que com seus “*siluetazos*” reivindica a verdade.

“É MUITO TARDE”

Essa pintura de silhuetas ou *skiagraphia* (escrita de sombras) deu-se no Brasil já durante a ditadura. Uma obra emblemática desse período é o romance de Renato Tapajós *Em câmara lenta*. Esse cineasta, conhecido por seus documentários, como o *Linha de montagem*, sobre as greves no ABC de 1979-1981, foi preso de 1969 a 1974 devido a sua participação na organização Ala vermelha, de guerrilha urbana. Seu livro foi em parte escrito ainda dentro da cadeia e, segundo relatos do autor, foi contrabandeado para fora da prisão por pessoas que o visitavam e transportavam os textos em pequenos rolos de papel escondidos na boca ou na roupa. Essa origem fragmentada do texto não deixa de se refletir na forma final do livro, publicado em 1977, como um mosaico de fragmentos. A ordem desses fragmentos não é totalmente ausente de cronologia, mas ela não é linear e lembra a montagem cinematográfica, com seu movimento de varrer a cronologia com tomadas que vão e voltam na linha do tempo. O livro apresenta a história das organizações revolucionárias e de oposição ao governo ditatorial de 1964 a 1973, com ênfase no momento de maior repressão, quando a ditadura tentou dizimar toda e qualquer oposição. Trata-se de um romance que narra a situação de pessoas encurraladas, sem perspectiva de fazer triunfar sua luta revolucionária, vendo cair um a um de seus companheiros e a destruição das forças de oposição. Essa narrativa do encurralamento, posteriormente foi explorada em vários filmes, como *Nunca fomos tão felizes* (1984), de Murilo Salles (baseado no conto *Alguma coisa urgentemente*, de João Gilberto Noll); *Dois Córregos* (1999), de Carlos Reichenbach; e *Cabra Cega* (2005), de Toni Venturi. O fato de que o romance

de Tapajós foi escrito em uma prisão transpira em cada frase do livro. A primeira delas, que abre a narrativa, afirma que “É muito tarde”, e destaca, desse modo, o caráter de *nachträglichkeit*, de tentativa temporizada, *après-coup*, atrasada de reação ao trauma. Essa expressão “É muito tarde” é repetida ao longo de todo o livro. A clausura aparece em frases como:

Trancados nos aparelhos, saindo deles para fazer uma ação e voltar; sobreviver e gritar que ainda estamos vivos, até que eles nos localizem e nos matem. Fazer mais uma ação para poder esperar - vazia, carente de sentido, porque parte de um gesto já interrompido (TAPAJÓS, 1977, p. 50).

A sintaxe aqui está fraturada. Tudo está interrompido aqui. O tempo do trauma é repetitivo e fragmentado. A memória dos fatos, mesmo que recentes, fazem parte de um ruminar melancólico. O texto é descritivo, com poucas metáforas ou outras figuras de estilo. A fragmentação, diferentemente do que descreve Benjamin em relação ao *Trauerspiel* (o drama barroco alemão), não implica em alegoria, mas apenas no arruinamento da narrativa. “O tempo acabou”, lemos ainda no primeiro fragmento: a narrativa rui, a linguagem se esgarça: “as palavras não fazem mais sentido porque não nomeiam coisas” (*Ibidem*, p. 15). As frases muitas vezes ficam soltas, sem sintaxe: “eu também morri lá, naquele dia, no momento quê” (*Ibidem*, p. 25). A quebra sintática ecoa as rupturas existenciais. Não existe tampouco uma voz narrativa clara, ela também se fragmenta em uma labiríntica trama de vozes. Se existe um predomínio da narrativa factográfica em terceira pessoa, às vezes em um mesmo fragmento o texto desliza dessa terceira pessoa para um “eu” com forte teor autobiográfico. Esse eu, contagiado pela figura

autoral, tem recordações de Belém do Pará, terra de origem de Tapajós, e estudou em São Paulo, outra “coincidência” com a biografia do autor.

A sucessão de fragmentos é pontuada por uma narrativa mestra que é apresentada de modo repetitivo ao longo de todo o livro. Trata-se justamente do fragmento que dá nome ao livro e se abre com a frase “Em câmara lenta”. Esse fragmento aparece pela primeira vez nas primeiras páginas do livro (*Ibidem*, p. 16), com apenas 14 linhas e vai se repetir mais quatro vezes (*Ibidem*, p. 25, 56, 87, 142) e por fim, quase ao final do livro (*Ibidem*, p. 167-72), aparece já comportando cinco páginas. A cada aparição a descrição é acrescida de mais detalhes do fato traumático central na trama do livro. Trata-se de uma sequência na qual um grupo de guerrilheiros é parado em uma batida policial, a motorista reage matando um militar, para em seguida, após uma perseguição violenta, ser presa e barbaramente torturada até a morte. Toda a narrativa do livro deságua nessa narrativa da tortura, que acontece apenas na última e mais longa aparição desse fragmento. É como se o livro fosse uma tentativa de narrar o inenarrável, que surge aos pedaços, é apresentado aos solavancos. Ao fim, a narrativa da tortura é feita de modo detalhado, sem poupar o leitor, e desencadeia a cena final do romance: o eu narrador conta a sua própria morte enfrentando a polícia, tentando vingar a morte de sua ex-companheira, em uma ação assumidamente suicida. Essa repetição acompanhada de gradual detalhamento da cena, é típica da montagem cinematográfica e também do modo como, no cinema, se encena os momentos mais trágicos, com seu involuntário *flash back* repetitivo, muitas vezes posto também em câmara lenta. Essa

fragmentação da memória do trauma normalmente leva, no cinema, como no famoso *La Jetée*, de Chris Marker, ao abandono do movimento da câmara e ao puro encadeamento de imagens fotográficas estáticas. *Em câmara lenta* também tem essa tendência à foto. As narrativas são como flashes do passado. Em uma passagem lemos uma formulação que torna isso explícito. Na reclusão, uma voz pensa: “Ainda algum tempo para ficar em casa, olhando as sombras, os destroços, os fragmentos rasgados do passado. Os fragmentos rasgados do futuro.” (*Ibidem*, p. 151). O narrador está na deriva em meio a essas imagens. A fotografia é justamente um fragmento de um aqui e agora. Os eus fragmentados da narrativa tentam construir com essas imagens espectrais um abrigo, precário, uma cápsula para se proteger de seu mal-estar, *Unbehagen* (desabrigo, desamparo ominoso), que parece não ter solução. Em um determinado momento, quando lemos sobre o enfrentamento ocorrido em outubro de 1968 entre os estudantes de direita do Mackenzie e os alunos da FFLCH-USP, na Rua Maria Antônia, o estudante-narrador apresenta uma imagem quase fotográfica do momento em que José Dirceu, então presidente da União Estadual dos Estudantes, levantou a blusa ensanguentada do estudante secundarista José Carlos Guimarães, morto por uma bala. A narrativa com frases curtas e cortadas faz uma *mise-en-scène* da comoção:

Correu também para lá: Dirceu discursava em cima duma janela para a massa crescente. Falava do assassinato, propunha uma passeata até o centro. Os estudantes hesitavam. De repente, Dirceu levantou a camisa ensanguentada do menino morto e um urro surdo subiu da multidão. Um movimento, lento a princípio, e logo uma avalanche. Todos gritavam em cadência, o ódio explodia em cada voz [...] (TAPAJÓS, 1977, p. 34s.).

No caso desse romance, o desfecho não deixa de apresentar também o entrelaçamento entre o luto da derrota política e o *Trauerarbeit* (trabalho de luto) da relação amorosa. A questão pública, que levou a um encurralamento, a um beco sem saída, como que empurra a narrativa para questões privadas, mesmo que essas sejam condenadas pelo decoro e código de honra dos envolvidos na guerrilha. O mosaico é composto por fragmentos de vidas recortadas pela força do Estado e que tentam se sustentar por relações que estabelecem em meio à luta, que são de ordem privada.

Não por acaso essa imagem da passeata com a blusa de José Carlos Guimarães em forma de bandeira nunca veio a se tornar parte da memória cultural no Brasil. Esse movimento em direção à privatização da dor já pode ser percebido no livro de Tapajós. Isso não apenas por conta do isolamento que ele descreve dos guerrilheiros e da falta e apoio da luta por parte da população, mas também por conta de uma percepção autocrítica do próprio movimento de guerrilha. Isso radicaliza a melancolia e a fragmentação da memória e do discurso. Eus rachados são apresentados como restos ejetados por uma máquina de terror:

O que fizeram com ela? O tempo bate nos ouvidos, passa gota a gota, o mundo está arrebatado em milhares de pedaços, a casa vazia. [...] A vida rachou no meio [...] Como um vaso que cai: estilhaçando em pedaços irregulares. [...] Estilhaços. Misturados no chão com uns restos de vida, um pedaço de rosto, uma frase, um livro rasgado. [...] é muito tarde. O que deixou de ser feito, nunca mais será feito (TAPAJÓS, 1977, p. 38).

A destruição da luta revolucionária faz com que a lógica sacrificial nela implícita entrasse em crise. Nada mais justifica as mortes e os sofrimentos: não há mais redenção: “Não admito

e não permito que ninguém admita que todos os gestos foram sem sentido, que todas as mortes não serviram para nada, que a morte dela foi inútil. Eu sei que o gesto estilhaçou-se, não se completou, ficou no meio do caminho. Mas não pode ser [...] esquecido.” (*Ibidem*, p. 48) Em outra passagem essa ideia é associada ao esmagamento de tempo e à obliteração do futuro e do sonho:

A vida é apenas, hoje, um adiamento da morte próxima, uma pausa entre quem sobrevive e aqueles que já morreram, porque eles levaram o que havia de futuro. [...] perdi a ponte que dá passagem ao futuro e estou acorrentado aos fantasmas. [...] O compromisso é com esses rostos que não existem mais [...]. Pertencço a eles porque eles morreram por uma coisa em que acreditavam e que eu não acredito mais (*Ibidem*, p. 83s.).

“[...] meu compromisso é com os mortos” (*Ibidem*, p. 160): com seus sonhos e com suas vidas sacrificadas. Essa consciência aguda da impotência e do fim da luta permite também um distanciamento irônico, trágico, da realidade da guerrilha. Logo após lermos sobre “um tribunal revolucionário” que executou “o desertor devido ao perigo que ele traria a todo o plano” (*Ibidem*, p. 40), a descrição dos revolucionários guerrilheiros na Amazônia não é muito elogiosa: “Sonâmbulos de uma ideia grandiosa, meia dúzia de adolescentes exaustos, cambaleando para explodir um continente.” (*Ibidem*). Esses mesmos guerrilheiros tentam conquistar os caboclos para a sua causa, mas estes não entendiam nada das ideias e propostas daqueles “adolescentes” (*Ibidem*, p. 41). Noutra passagem, a guerrilheira Marta afirma sobre seus colegas: “Vocês gostam mais das armas do que de gente.” E dirigindo-se ao companheiro arremata: “Você não

consegue sentir os outros." (*Ibidem*, p. 62). Esse isolamento emocional, assim como o político, levou a narrativa com seus vários eus fragmentados ao gesto da ação suicida final. A última frase do livro é inequívoca, sinal da única decisão possível: "A deserção definitiva tinha sido realizada." (*Ibidem*, p. 176).

Para terminar gostaria de, mesmo que brevemente, apresentar outro romance sobre essa mesma violência ditatorial, mas escrito mais de três décadas após o livro de Tapajós. Trata-se de *Soledad no Recife*, do escritor pernambucano Urariano Mota. Esse livro descreve um caso que ficou relativamente conhecido no Brasil, ocorrido em Recife no início de 1973 e que foi batizado com o nome de "massacre da chácara São Bento". Na verdade esse massacre não aconteceu nessa chácara, mas sim o delegado Fleury (que atuava no Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS) e sua equipe haviam antes raptado e torturado até a morte seis membros da oposição à ditadura. Eles haviam sido denunciados pelo Cabo Anselmo (apelido de José Anselmo dos Santos), um agente duplo que se infiltrara na oposição e foi responsável por mais de 200 mortes. Naquele dia 7 de janeiro de 1973 a equipe de Fleury montou uma farsa, colocando os seis cadáveres em uma casa de periferia de Recife e apresentando-os à imprensa como um grupo de guerrilheiros que havia sido assassinado após ter resistido à voz de prisão. No livro de Urariano Mota a personagem central, Soledad, é uma personagem histórica: uma das seis vítimas desse massacre. Soledad Barnett Viedma nascera no Paraguai e após exílio no Uruguai e em Cuba, encontrava-se em Recife nessa ocasião. Mota constrói um eu-narrador fictício, um poeta simpatizante da causa dos guerrilheiros, que se apaixona por Soledad e tem ódio de seu

marido, Daniel, nada menos que o Cabo Anselmo. Esse eu-narrador possui fortes semelhanças com o próprio autor, que em mais de uma ocasião declarou que de fato conhecia alguns dos membros desse grupo de jovens assassinados de modo bárbaro em 1973. Desde aquela ocasião ele guardou um vazio, uma sensação terrível de um crime monstruoso ocultado que precisava ser revelado e narrado.

O impressionante nessa obra é como ela se inicia de um modo claramente identificável como pertencente ao gênero romance histórico, mas aos poucos se esfacela e assume o caráter híbrido de ficção, reportagem e homenagem a Soledad. Citações de documentos oficiais, cópias de passagens de livros sobre a ditadura no Brasil, fotos de Soledad, imagens de jornais da época reproduzindo as mentiras oficiais sobre o massacre de São Bento dão um tom claramente testemunhal ao livro. A ficção sede à reportagem – ofício de profissão de Urariano Mota. O documento quer se sobrepor à ficcionalização como se esta fosse insuficiente para portar o testemunho dos fatos. Trata-se de um romance abortado, que abre mão dos códigos do gênero, sucumbindo sob o peso da história que narra e, sobretudo, do ódio e desejo de vingança de Daniel – codinome de Cabo Anselmo –, que não apenas se juntara à Soledad, mas veio a auxiliar no seu assassinato quando ela portava um filho deles no ventre. Essa violência e uma imagem que a representa, tornam-se o umbigo e o ponto cego da narrativa. Essa “imagem crua” (MOTA, 2009, p. 113), na expressão do próprio Mota, é apresentada no livro a partir de um testemunho da advogada Mércia Albuquerque, realizado em 1996, diante da Secretaria de Justiça de Pernambuco. Mércia vira os cadáveres do massacre 23 anos antes. O autor cita as comoventes palavras de Mércia:

Eu tomei conhecimento de que seis corpos estavam no necrotério [...] em um barril estava Soledad Barrett Viedma. Ela estava despida, tinha muito sangue nas coxas, nas pernas. No fundo do barril se encontrava também um feto. [...] Soledad estava com os olhos muito abertos, com uma expressão muito grande de terror. [...] Eu fiquei horrorizada. Como Soledad estava em pé, com os braços ao lado do corpo, eu tirei a minha anágua e coloquei no pescoço dela (*Ibidem*, p. 109s.).

E o narrador comenta esse impressionante testemunho: “O seu relato é como um flagrante desmontável, da morte para a vida. É como o instante de um filme, a que pudéssemos retroceder imagem por imagem, e com o retorno de cadáveres a pessoas, retornássemos à câmara de sofrimento.” (*Ibidem*, p. 110). Mota realiza em seu livro justamente esse movimento de passar o filme de trás pra frente, “imagem por imagem” – fotograma por fotograma, como em Tapajós – deixando Soledad viver ainda uma vez e seu narrador (o leitor) viver a paixão por ela. Seu trabalho de memória quer afirmar que aquele passado é e deve estar presente hoje: a ficção é essa *mise en action* do passado, é um despertar dos mortos e um clamor pela justiça. O narrador mesmo afirma que “a memória completa lacunas, ou melhor, recria a vida em lacunas, e, ao voltar, antecipa em 1972 o que sei 37 anos depois.” (*Ibidem*, p. 56). Mota escreve a partir de uma falta no seu presente, a partir da perpetuação da injustiça, que o revolta, pois o Cabo Anselmo ainda hoje anda livre e sem ter sofrido nenhuma penalidade pelas suas inúmeras barbáries cometidas. No Brasil, a Lei da Anistia, de 1979, impede processos contra os torturadores. Mas, por outro lado, já longe da melancolia derivada do fracasso político, Mota constrói um *alter ego* fictício como poeta apaixonado pela Tropicália, movimento

que, como sabemos, desde o início teve sua reserva crítica com relação à luta armada. Desse modo o autor cria um observador de segunda ordem que pode descrever os fatos ocorridos em Recife, no final de 1972.

Mota escreve já no e contra o espaço pós-histórico, como o surpreendemos na foto de Luis Weistein diante do *Palacio La Moneda*. O passado é imagem, mas Mota o quer transformar em carne. Sua narrativa, que tenta fazer renascer Soledad dentro de um romance, acaba por desconstruir esse gênero, transbordando para um discurso testemunhal em primeira pessoa. Na era dos testemunhos, correlata à era das catástrofes, o romance, apesar de toda sua incrível plasticidade, é redimensionado pela necessidade de inscrição do trauma. Não por acaso, o romance se abre com a afirmativa típica do testemunho jurídico: “Eu vi” (*Ibidem*, p. 19). Trata-se, no entanto, mais de um “eu vivi”, ou seja, “eu sobrevivi àquela época dos anos de chumbo e quero atestar”. A atestação da sobrevivência, ao lado da atestação factográfica, esgarça o gênero romance. O desvio pela ficção, que, como Lévinas pensava, pode ser uma garantia de verdade, e, portanto, não necessariamente seria avesso ao testemunho, como entre outras, as obras de Jorge Semprun e Zwi Kolitz o comprovam, parece não ser suficientemente sólido para a proposta de Mota. Ele dá um passo para fora e faz questão de usar seu indicador, o índice, para deixar claro que devemos tratar a história de Soledad como história com “h” maiúsculo. Ele acumula provas: documentos e fotografias. Sua escrita da dor exige nomear os assassinos, dar as datas e locais, exigir justiça. O oitavo capítulo se abre com um subtítulo que rompe o fluxo da narrativa e faz sucumbir a ilusão até então construída: “Daniel,

aliás, Jonas, aliás, Jônatas, aliás, Cabo Anselmo” (*Ibidem*, p. 63). Com essas palavras Mota põe um pé para fora do romance, ou ainda, seu romance se transforma em relato, *récit*. Nesse mesmo capítulo lemos uma interessante relação que é estabelecida entre a literatura e o papel de espião exercido pelo próprio vilão, o Cabo Anselmo:

o espião - e a honestidade me obriga a dizer essa desagradável e dura frase - tem pontos em comum com o escritor. Porque a sua mentira se nutre da verdade. Digo melhor, corrijo, e me recupero do espinho: ele faz o caminho inverso do escritor, porque a sua é uma mentira que se nutre da verdade, enquanto o escritor serve à verdade, sempre, ainda que minta. A verossimilhança do espião é uma mentira sistemática que parte do real. A do escritor é verdade sistemática em forma de mentira, em forma de verdade, ou de reino híbrido (*Ibidem*, p. 66).

Essa oscilação, ao determinar o que seria a verossimilhança do escritor - “em forma de mentira, em forma de verdade” - talvez esteja na base de uma opção, talvez não tão consciente, pelo quase abandono da “mentira” do escritor e pela passagem para os testemunhos, documentos, fotos e livros citados, como o caso do volume *Direito à memória e à verdade*, publicado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, de onde Mota retira as biografias de Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza e de José Manuel da Silva (*Ibidem*, p. 103s.), companheiros de luta de Soledad e igualmente assassinados naquela ocasião. O último capítulo, o 13º, acaba por assumir a fusão completa, ou metamorfose, do narrador fictício em direção ao narrador-au-

tor do registro da egoescrita autotestemunhal. Mota lembra que quando lançou seu primeiro romance, *Os corações futuristas*, também sobre o período da ditadura no Brasil de 1964-85, uma leitora profetizara que ele continuaria escrevendo sobre esse tema. Mota estava, como muitos de sua geração, condenado a repetir essa volta ao local do trauma. Essa paulatina passagem do eu-ficcional para um eu-jornalista-escritor-autor é uma resposta de Urariano à *necessidade* que sente de apresentar a verdade. O gesto “chega de brincadeira”, quer lembrar que “a coisa é séria”. Se a mimese artística é marcada pela ação recíproca entre a aparência e o jogo, Mota prefere galgar outro campo mais próximo a uma inscrição do real: por mais impossível que tal inscrição seja. Sua *skiografia*, seu contorno da silhueta de Soledad Barret, forja sua forma de escritura sob o imperativo ético de atestar a verdade e servir à justiça em uma era líquida que faz a história virar jogo de aparência.

Poderíamos ainda nos perguntar o porquê dessa sua volta ao trauma, mas antes é importante lembrar que no Brasil esse tratamento do período da ditadura militar foi recalcado durante décadas. Com exceção dos últimos meses, marcados pela ação da Comissão da Verdade (instalada em maio de 2012 e para tratar de crimes cometidos contra os direitos humanos de 1946 a 1988 no Brasil), até recentemente, o tratamento desse tema era absolutamente recessivo na mídia, no Governo e no cotidiano brasileiro de um modo geral. No Brasil ocorreu uma privatização do trauma: apenas os familiares e próximos das vítimas, além dos próprios sobreviventes, se interessaram por este tema e investiram na sua memória, na reconstrução da verdade e na busca da justiça. Daí o enorme papel de organizações como

“Tortura nunca mais” e da “Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos” na tentativa de se buscar a verdade, a memória e a justiça. Não se desenvolveu no Brasil, e provavelmente não se desenvolverá, uma cultura da memória com relação àquela ditadura, assim como não se desenvolveu nesse país uma cultura da memória em relação ao genocídio indígena, ao de africanos e de afrodescendentes, à escravidão, à ditadura Vargas e à história das lutas no campo e nas cidades no Brasil. Com relação à ausência de memória pública quanto à ditadura de 64-85 podemos pensar na justificativa dada por um dos guerrilheiros do livro de Tapajós, que, destacando a diferença entre o Brasil e a Argentina, afirma: “é diferente na Argentina, lá o pessoal tem respaldo da massa.” (Tapajós, 1977, p. 138). Ou então poderíamos pensar na acima referida autocrítica muito precoce entre os membros das organizações revolucionárias e de oposição no Brasil. Também um recente livro sobre a ditadura, *K.*, de Bernardo Kucinski, fecha-se destacando as execuções que eram feitas dentro das organizações revolucionárias, um dos temas mais polêmicos quando se trata de recordar a luta contra as ditaduras na América Latina, que, na Argentina, em 2004, desencadeou um interessantíssimo debate a partir de uma carta do filósofo Oscar del Barco que defendia o mote “*no matar*”, como base de qualquer ação ético-política. No livro de Kucinski, em uma correspondência acusatória contra um líder que está no exílio parisiense, lemos as palavras: “Vocês condenaram sem prova, sem crime tipificado. Incorporaram o método da ditadura.” (Kucinski, 2011, p. 174). Kucinski, como Mota, escreve com mais de três décadas de distância dos fatos. Também seu romance embaralha as cartas do testemunho e do romance, ainda que seu romance testemunhal seja mais amarra-

do e redondo que a obra esfacelada de Mota. Mas ambos fazem parte da construção a contrapelo no Brasil de uma cultura da memória e da verdade. Kucinski, que conta em seu romance a história de sua irmã Ana Rosa Kucinski, desaparecida na ditadura, e a saga de seu pai em busca da filha brutalmente assassinada, põe o dedo na ferida ao reclamar da falta de repercussão na esfera pública para a elaboração da violência da época da ditadura:

O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar, e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois (*Ibidem*, p. 163).

Mas, para além dessa justa demanda de Kucinski, agora a política também deu uma virada subjetiva e passou a valorizar temas mais micropolíticos. Essa passagem da grande política para as ações de caráter mais individual e comunitário já havia sido retratada em um belo filme documentário de Lúcia Murat, *Que bom te ver viva*, no qual aparece Criméia Alice de Almeida Schmidt. Criméia é uma sobrevivente da guerrilha do Araguaia, que lá perdeu seu companheiro e pai de seu filho. Falando de Criméia, a narradora do filme de Murat destaca a passagem da onipotência da guerrilha para as reuniões de mulheres onde se discute a política do dia a dia. “A dimensão trágica virou coisa do passado. E qualquer tentativa de ligação lembra um erro de roteiro.” Isso já nos anos 1980. Mas é evidente que esse privilégio da micropolítica e descrédito com relação à grande política, aos grandes partidos e teorias abstratas que propunham a

redenção na Terra, não devem significar o abandono do reconhecimento público dos crimes cometidos durante a ditadura e seu esclarecimento. Enfim, essa autocrítica da esquerda ao lado do pacto de silêncio e de esquecimento imposto pelas alas mais conservadoras da sociedade (no Governo e fora dele) garantiram que até hoje, no Brasil, em contraste com a Argentina, Uruguai e Chile, a última ditadura ainda não tenha conquistado nenhum lugar na memória coletiva nem um espaço no banco de réus. Talvez, e na verdade tenho certeza disso, uma coisa esteja intimamente ligada a outra. Por hora essa memória está restrita a essas e outras imagens precárias e tênues inscrições, como as que apresentei aqui. O elemento subjetivo predomina nessas inscrições, regado com fortes emoções em nó. No Brasil até o momento faltou-se ao encontro marcado com os mortos pela ditadura civil-militar e com seus sonhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Marcelo. **O fotojornalismo político no contexto da ditadura militar**. Disponível em: <www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/visual/Marcelo%20Barbalho.doc>. Acesso em: 29 ago. 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª. ed. revista. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, revisão técnica de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRODSKY, Marcelo. **Nexo**. Un ensayo fotográfico, Buenos Aires: la marca, 2001.

FERNANDES JUNIOR, Rubens. **Labirinto e identidades: panorama da fotografia no Brasil (1946-98)**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **K**. Expressão Popular, 2011.

LEIVA QUIJADA, Gonzalo. **Luis Navarro**. La Potencia de la Memoria. Santiago e Chile: Imprenta Edición, 2004.

_____. **Multitudes en Sombras**, AFI. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008.

MOTA, Urariano. **Soledad no Recife**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PLÍNIO. **Natural History**. Livros 33-35. Cambridge/Mass.; London: Harvard University Press, 1999.

RENNÓ, Rosangela. **Rosângela Rennó: o arquivo universal e outros arquivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. Alfa-Omega, 1977.

Berlim, 12 de maio de 2013

MEDO E SOFRIMENTO SOCIAL NO BRASIL NO PRIMEIRO ANO DO GOLPE MILITAR DE 1964

Mauro Guilherme Pinheiro Koury¹

171

¹ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, e coordenador do GREM - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções, da mesma universidade. É editor da Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Seus trabalhos de pesquisa atuais ligam-se às temáticas: Fotografia e Sociedade, Medos Urbanos, Sociologia e Antropologia Urbana, Cidade e Cotidiano, Sociologia e Antropologia da Imagem e Sociologia e Antropologia das Emoções. E-mail: maurokoury@gmail.com.

Este artigo trata da questão do medo e do sofrimento social em estados liminares, como o da implantação de um regime autoritário no Brasil pelo golpe militar de 01 de abril de 1964. O medo e o sofrimento social enquanto categorias analíticas se encontram aqui situadas no interior de um complexo sistema de emoções, vinculadas ou originadas nas formas de opressão e repressão infligidas à população brasileira, e a indivíduos e grupos a ela pertencentes, pelo poder autoritário no momento do golpe militar.

No seu fabrico, tenho em mente os primeiros meses do golpe militar de 1964, mas suas reflexões pairam principalmente na análise de caso no estado de Pernambuco, onde me detive mais demoradamente na pesquisa e coleta de dados em momentos diversos de análise (KOURY, 1982, 2007 e 2012; entre outros). É possível caracterizar os primeiros meses do golpe militar no Brasil como uma decretação de um estado liminar ou de uma situação de exceção? Parto do princípio que sim, a implantação de um ato abrupto de derrubada de um governo constitucional no país pelos militares retirou todos os direitos constitucionais e de cidadania no território brasileiro e instaurou um clima de terror, de delação e suspeição que atingiu a todos de uma forma abrupta e ameaçadora.

Ressalto o fato de que um novo arranjo autoritário de poder, advindo do golpe, impôs à nação uma suspensão de garantias de qualquer direito. Um estado de medo e incerteza sobre o

futuro de cada pessoa ou grupo é instaurado, configurando na sociedade um estado de liminaridade (TURNER, 2013).

A fragmentação e abolição da estrutura até então em vigor e a instauração de outra, autoritária, a ser atribuída pelos golpistas, fornece a imagem de uma não estrutura, ou melhor, a estrutura anterior é dissolvida e a nova ainda está nos seus momentos de destruição da anterior, o que fornece a imagem de suspensão. Os anseios do cotidiano, o aumento da incerteza do presente, o medo e o sofrimento que invadem cada segundo dos cidadãos levam os indivíduos a uma experiência de insegurança e a uma vivência com o espaço e o tempo em outra dimensão, onde o futuro é visto através da ameaça do presente, incerto.

O medo, assim, de imediato tomou conta do país. O sentimento de que qualquer pessoa, qualquer um, poderia ser vítima de delação² e de prisão e perseguição política e, inclusive, econômica, como a perda de emprego e fechamento de pequenas oficinas e fabriquetas, ou expulsos de escolas e universidades se tornou obsessivo, quase paranoico. No campo, esse processo ocasionou um verdadeiro clima de horror, com perseguições,

² Ver, por exemplo, algumas notas publicadas em jornais de grande circulação do Estado da Paraíba, que reproduzo aqui, extraídas de Koury (2007, p. 17 e 18). Primeira: "DECLARAÇÃO/ Declaro para os devidos fins que até a presente data nada consta nos arquivos desta unidade sobre o Sr. *Fulano de Tal*, no que diz respeito à atividades subversivas/ João Pessoa, 06 de abril de 1964/ Ass. Comandante do 15º RI GU de João Pessoa" (CORREIO DA PARAÍBA, 08 abr. 1964). Segunda: "REPARAÇÃO DE UMA OFENSIVA INJUSTA/ A Diretoria da Congregação Mariana de Nossa Senhora das Neves e São Luis Gonzaga, da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, desta capital, torna público que o jovem estudante secundarista - *Fulano de Tal* - que pertence ao Ginásio da dita Congregação Mariana, jamais se manifestou adepto de ideias esquerdistas./ João Pessoa, 08 de abril de 1964/ A Diretoria" (CORREIO DA PARAÍBA, 10 abr. 1964). E terceira: "DEPUTADO EXIBIU PROVA DE QUE NÃO É COMUNISTA/ Dizendo que estavam explorando a sua foto na revista *Fatos & Fotos*, o deputado *Fulano de Tal* leu documento fornecido pelo Coronel Comandante do 15º RI, que nada consta contra ele" (CORREIO DA PARAÍBA, 11 abr. 1964).

prisões e mortes de trabalhadores rurais e pequenos agricultores e foreiros, meeiros entre outros.

Falo aqui nos primeiros doze meses do golpe, entre abril de 1964 e abril de 1965. Abstenho-me de falar no endurecimento do golpe após a decretação do AI-5, em 1968, até os anos de 1974/1975, que demandaria uma discussão sobre a resistência armada no pós-1964 que não caberia no âmbito deste artigo.

Deste modo, o artigo trata, especificamente, da ruptura do estado constitucional vivido pelo país até o dia 01 de abril de 1964, e os primeiros doze meses após a derrubada do governo e a busca de imposição de uma política autoritária através dos golpistas. Trata da zona de sombra criada pelo medo, de que fala Valéry (1957), em circunstância da implantação do golpe. É a tomada do poder e suas consequências aos cidadãos de modo geral e ao movimento social rural, de modo específico, aqui, que interessam e são parte e objeto desta análise.

OS PRIMEIROS DIAS DO GOLPE

O Brasil acorda no dia 01 de abril de 1964 com o barulho de tanques e tropas pelas ruas das suas principais cidades. Lembro, eu tinha 14 anos e estava me dirigindo ao colégio, no centro da cidade de Recife, Pernambuco, e me assustei com o ambiente de medo e indignação e, em alguns, de uma grande interrogação sobre o que estava acontecendo, que pairava nos olhos e gestos dos passantes, que se detinham aqui e acolá para perguntar e verificar o que estava sucedendo. Em alguns pontos havia pequenos protestos de populares, logo dissipados pela tropa.

Cheguei ao colégio e encontrei a porta fechada, com dois bedéis tentando acalmar os meninos que queriam entrar no recinto e um cartaz na porta do estabelecimento dizendo que as aulas estavam suspensas até segunda ordem. Alguns estudantes, membros do Centro Acadêmico, faziam discursos inflamados contra a tomada da cidade e do Brasil pelos militares e conclamavam os estudantes a saírem em passeata para denunciar e arregimentar a população para lutar contra o golpe em execução.

O mesmo acontecia em vários colégios. Buliçosos contingentes de estudantes saíram às ruas, passando por outros colégios e chamando os alunos a se juntarem. Muitos destes movimentos foram logo desfeitos pela ameaça dos fuzis, outros erraram pela cidade, trocando palavras e gestos com recrutas armados, que às vezes eram mandados por seus comandantes a agirem contra essas ameaças estudantis, dispersando os pequenos blocos, que logo se encontravam mais adiante, com menos e menos manifestantes.

Houve, em alguns lugares da cidade enfrentamentos: pedras foram jogadas por estudantes e populares nas tropas e nos tanques, e foram respondidas a bala, havendo algumas mortes e prisões (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02 abr. 1964). Durante todo o dia do primeiro de abril o clima de tensão foi se acumulando, ao mesmo tempo em que ia se fortalecendo a certeza do controle dos golpistas de todas as instituições e poderes públicos do país; passando do sentimento de revolta e busca de resistência, de alguns, ao sentimento de busca de inteirar-se da situação, de acomodação de muitos, de frustração de outros tantos, e da busca de recolhimento e de procura de proteção para si e familiares.

A certeza da implantação de um novo governo em um regime autoritário foi se produzindo paulatinamente no decorrer do primeiro dia do golpe, e aumentando nos dias e semanas posteriores, com o espetáculo armado de passeatas pró-regime e de demonstração pública do novo poder, com desfiles pelas ruas, com personagens símbolos da resistência, como Gregório Bezerra, em Pernambuco, desfilando com traços de tortura, amarrado e puxado pelo pescoço, e com os pés sangrando pelo ácido em que foi obrigado a pisar pelos seus algozes.

Espetáculo público com o objetivo de sujeição popular pela demonstração de que os líderes estavam depostos e humilhados, e de que isso poderia acontecer a qualquer um que se atrevesse a enfrentar o novo regime.

Em situações de exceção, como a instalada no país no imediato seguir do golpe militar, a tomada de atitudes que limitassem a liberdade dos cidadãos, como, por exemplo, a obrigação de comprovação permanente, diuturnamente, de residência e trabalho, da possibilidade de busca e apreensão em domicílio, da suspensão de liberdade de reunião e associação e a censura de correspondência, se fez presente. O estado de direito foi substituído pela penumbra da liminaridade, onde tudo era possível, e, junto com ela, veio também a possibilidade de delação de qualquer um em relação a um outro qualquer, e da insegurança advinda do não saber ao certo qual a posição pessoal em relação ao outro impessoal, que para buscar também salvar-se denunciava, acusava o seu próximo, ou se aproveitava da situação para armar uma vingança pessoal, entre outras possíveis.

O COMBATE AOS VENCIDOS

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco analisa as determinações de um ofício do IV Exército sobre a prisão do governador do Estado e do seu afastamento do governo, em sessão extraordinária, na tarde do dia primeiro de abril de 1964, segundo notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 2 de abril de 1964. Após a análise do documento é realizada uma votação onde, por quarenta e cinco contra dezesseis votos e um em branco, é declarado oficialmente o impedimento a Miguel Arraes de Alencar de continuar o exercício do seu mandato. Na noite do mesmo dia foi empossado pela mesma Assembleia Legislativa para o cargo agora vago de governador do Estado de Pernambuco o então vice-governador Paulo Guerra.

No dia 2 de abril, também segundo notícia divulgada pelo *Diário de Pernambuco* do dia 3 de abril de 1964, a Câmara Municipal da Cidade do Recife aprova também por vinte contra um voto, o ofício encaminhado pelo IV Exército considerando vago o cargo de prefeito da cidade do Recife. É oficializado assim o impedimento ao prefeito Pelópidas da Silveira e designado o vice-prefeito Augusto Lucena para dar continuidade ao mandato.

Concomitante aos dois impedimentos acima relatados tem início o combate aos vencidos. A repressão atinge pessoas da classe média envolvidas no movimento político da época, mas, e principalmente, visa e abrange os envolvidos com o movimento dos trabalhadores no campo e urbano, até então em expansão no Estado.

Os trabalhadores do porto e da Rede Ferroviária do Nordeste foram as únicas categorias que conseguiram paralisar suas ativi-

dades atendendo ao chamado da CGT³ para uma greve geral dos trabalhadores brasileiros contra o golpe em andamento. O movimento foi rapidamente contornado pela repressão, conforme pode ser visto nas notícias do dia 2 de abril de 1964, publicadas no *Diário de Pernambuco*.

Uma tímida manifestação de grupos estudantis e populares contra o golpe militar foi iniciada no centro da cidade do Recife. A manifestação foi reprimida, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 2 de abril de 1964, caindo mortos, a tiros, os estudantes Ivan Rocha Aguiar, de 23 anos, e Jonas José de Albuquerque, de 17 anos. Com grave ferimento na perna ficou o estudante Ubirajara Nunes da Silva, de 19 anos. Os estudantes e populares tentaram reagir com pedradas e palavras de ordem ao tiroteio. Foram, porém, logo dispersos e muitos foram presos.

Reunidos na sede do sindicato dos tecelões na cidade do Recife, onze lideranças sindicais procuravam estratégias de resistência ao golpe em andamento. Eram 15 horas do dia primeiro de abril. Informados da reunião patrulhas militares invadiram a sede do sindicato e prenderam os líderes lá reunidos, segundo o *Diário de Pernambuco* do dia 2 de abril de 1964.

Um carro do CONSINTRA - Conselho Sindical dos Trabalhadores - foi alvejado no mesmo dia por patrulhas do exército, quando tentava conclamar os trabalhadores e a população em geral para reagirem ao golpe, percorrendo fábricas e bairros populares da cidade do Recife. Segundo notícias do *Diário de Pernambuco* do dia 2 de abril citado, patrulhas militares invadem a sede do CONSINTRA e prendem vários dos seus di-

³ Confederação Geral dos Trabalhadores.

rigentes lá reunidos, recolhem os arquivos da entidade e lacram suas portas.

Processos de intervenção nos sindicatos rurais e urbanos do Estado eram desenvolvidos em paralelo. O objetivo principal das intervenções – segundo declarações ao *Diário de Pernambuco* do dia 2 de abril citado do interventor da delegacia regional do trabalho – era o de “... neutralizar os órgãos de classe dirigidos por comunistas notórios, ou que recebiam dos mesmos orientação indireta”.

Prisões se sucediam. Todo e qualquer indivíduo era considerado como um opositor possível ao novo regime. O clima de insegurança atingia proporções descomunais, gerando reações desordenadas, individuais, de procura de defesa de acusações porventura existentes ou que poderiam talvez vir a existir. Um estado de liminaridade assim era mantido através do medo.⁴

A sociedade, ao viver um processo de liminaridade, como no caso brasileiro, e pernambucano, aqui retratados, sem uma mediação política, com os direitos sociais e políticos suspensos, deixa, nas palavras de Novaes (2007, p. 12-13) “*de ser sociedade para se tornar*

⁴ Para Victor Turner (1967) a liminaridade seria o momento auge de uma ritualização (no caso, o desfazer de uma estrutura anterior para implantação de uma outra). Nesse momento auge a estrutura se apresenta em suspenso. Suspensão que provoca uma ausência de hierarquias, de classes ou de posições sociais, e de quaisquer obrigações legais e institucionais de qualquer tipo. Provoca uma situação de anomia e de anonimidade. Os indivíduos se encontram como que em um tempo e em um espaço indizível, quase sempre mais potencial do que real, porém transfigurado pelo medo de ser denunciado, ser preso, ser culpado de não se sabe o que, ser vítima de perseguição por vingança, entre tantos outros receios possíveis. O indivíduo se encontra no meio, ou em um espaço intermediário e instável, impreciso e impossível de precisar, o *betwixt* e o *between*, no entre, ou no *coisa nenhuma* ou *coisa alguma* da estrutura cotidiana, como nos fala Turner (1967, p. 93-111). O que está fora de lugar é todo o sistema social vigente, isto é, tudo que é ordinário, todos os anseios do cotidiano. Para Turner, enfim, a liminaridade é uma espécie de matéria prima em estado bruto. Um momento onde não se está nem dentro nem fora da sociedade, em que todos se encontram absorvidos em singularidades inclassificáveis.

solidão e barbárie...". O que se produz é a desconfiança recíproca⁵ e a procura de se salvaguardar dos perigos da delação e dos perigos trazidos pela suspensão da legalidade.

Era comum nos jornais da época o aparecimento de notas pagas, ou de declarações de entidades civis ou militares, – como colégios, o próprio comando militar e outras – informando que um indivíduo específico nunca manifestou ideias esquerdistas ou envolveu-se com movimentos políticos. Como podem ser vistas, por exemplo, nas páginas do *Jornal do Comércio* dos dias 5, 10 e 11 de abril de 1964 e do *Diário de Pernambuco* dos dias 8 e 15 de abril de 1964.

O clima do golpe induzia as pessoas a denunciarem umas às outras, senão por inimizades, para *mostrarem serviço e ficarem de bem*, utilizando aqui as expressões da época, com a nova ordem. Nas cidades do interior, principalmente, onde a polaridade do poder entre famílias era bem mais definida, situações eram criadas na busca de uma melhor visibilidade aos olhos do novo poder estabelecido, onde o caminho da denúncia do outro se tornava possivelmente o melhor meio de atingir tal fim.

O fato de tão corriqueiro chega a ser evidenciado nas páginas dos jornais diários local em pequenas notas, como, por exemplo, a publicada no *Diário de Pernambuco*, de 15 de abril de 1964, que relata o grande número de prisões por falsas denúncias, o que revela o clima de insegurança em todo o estado.

O meio rural também vive o pânico. Gregório Bezerra, Clodomir Moraes, Maria Celeste, José Reis, Luís Serafim, entre centenas

⁵ Este conceito de *desconfiança recíproca* foi utilizado por Delumeau (2007, p. 45) no artigo *Medos de ontem e de hoje*. Vale a pena comparar com as discussões trazidas por Giddens (2002) para a categoria de confiança.

de outros militantes partidários e lideranças de Ligas Camponesas e sindicatos rurais foram logo presos. Julião encontrava-se escondido em algum lugar do planalto central do país, sendo preso alguns dias após o golpe.

As Ligas Camponesas foram postas imediatamente na ilegalidade. Quase todos os seus dirigentes foram presos ou mortos. No dia 21 de abril de 1964, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* publica a notícia que a polícia havia encontrado o corpo do presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, em adiantado estado de decomposição. Morto, provavelmente, por milícias privadas dos proprietários de terras locais.

Albertino José da Silva esteve no centro dos últimos acontecimentos políticos em Vitória de Santo Antão. Deu apoio e cobertura integral à ocupação do engenho Serra, à greve de solidariedade aos moradores do engenho, além de ter estado sempre à frente das lutas e manifestações dos trabalhadores agrícolas do seu município e dos municípios circunvizinhos. Como Albertino José da Silva, muitas outras lideranças de trabalhadores rurais desapareceram ou foram *encontradas* mortas.

Conta Julião (1979a) que

... as ligas foram o primeiro movimento de massa posto na ilegalidade no Brasil, antes da CGT ou qualquer outro organismo. Imediatamente após o golpe foi posta na ilegalidade e começaram a perseguir e prender camponeses e assassinaram vários, enforcaram, queimaram... Pedro Fazendeiro, da liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região. Queimaram o secretário da liga... Não se contentavam em matá-los: penduraram em árvores, meteram gasolina

e queimaram-nos. Caiu muita gente. Não tenho a relação das pessoas que foram assassinadas em Pernambuco e, sobretudo, na Paraíba, onde em certo momento o movimento adquiriu uma força tremenda porque se concentrou muito em Sapé e Santa Rita.

Não apenas a polícia ou as patrulhas do exército ameaçavam a segurança da população rural. Os grandes proprietários rurais com a vitória do golpe trataram, também, de fazer justiça com as próprias mãos. A maior parte dos trabalhadores e lideranças mortas no campo foi sacrificada pelas milícias privadas dos proprietários rurais ou com a ajuda direta dos mesmos.

Da violência patronal exacerbada pelo golpe não escapou sequer os interventores dos sindicatos rurais postos pelo regime militar. No dia 30 de abril de 1964, por exemplo, foi publicada no *Diário de Pernambuco* uma denúncia do padre Paulo Crespo ao interventor da DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

Paulo Crespo denunciava

... que o prefeito do município de Condado... à frente de outros elementos armados, teriam invadido a sede do sindicato rural daquela cidade e destituído o respectivo interventor, Severino Correia Lima, dizendo-o comunista.

Na mesma notícia, o interventor da DRT afirmava que o fato registrado no município de Condado, Pernambuco, não era um caso isolado, havia denúncias e reclamações semelhantes de outros interventores em sindicatos rurais no Estado.⁶

⁶ Existem casos também onde patrões aceitam acolher em suas terras trabalhadores ameaçados da violência pós-golpe. Sigaud (2004a) retrata um desses casos de acolhimento. O caso por ela retratado, tanto do sindicalista que procurou proteção quanto do senhor de engenho que acolheu, porém, diz respeito a partes envolvidas direta ou indiretamente com o sindicalismo católico. No caso do sindicalista, ele era homem do padre Paulo Crespo e do SORPE - Serviço

As tentativas de esvaziamento político dos organismos sindicais e a rigidez da interpretação da legislação sindical e trabalhista pelo novo regime no Brasil, assuntos sobre os quais o movimento sindical rural tinha lutado para se integrar e compor nos anos anteriores ao golpe, é estudado aqui. Bem como as práticas instituintes dos trabalhadores e do movimento sindical no campo, no período de 1964 a 1968.

Como os trabalhadores e os sindicatos rurais se conformaram – no sentido da tensão entre conformidade e reação comum ao processo de adaptação – às novas medidas impostas pelo Estado autoritário em implantação no país, é a questão central que este capítulo busca compreender.

O SINDICALISMO RURAL E O GOLPE

No dia 4 de abril de 1964, o *Diário de Pernambuco* e todos os jornais do Estado publicaram uma *nota oficial* assinada pelo secretário de segurança pública do Estado de Pernambuco, sobre a questão do funcionamento dos sindicatos rurais. É interessante notar que esta nota oficial foi elaborada pelo exército e distribuída a todos os secretários de segurança pública no Brasil. Em todos os jornais brasileiros, no mesmo dia 4 de abril, se encontra a mesma nota, com a modificação apenas da assinatura do secretário de segurança pública local. Para o caso da Paraíba, ver Koury (2007).

de Orientação Rural de Pernambuco; quanto ao patrão, era tido como “bom empresário”, como “homem bom”, e convivia bem com os parâmetros traçados pela SORPE. Embora não tenha sido este fato esclarecido no artigo de Lygia Sigaud. É um perigo tratar o sindicalismo rural de então como um único bloco, existiam diferentes versões e experiências sindicais em termos políticos. Mas, a lembrança de não só desaparecimentos, prisões e mortes, mas acolhimentos, e de relações sociais complexas entre patrão, empregado e sindicatos, trazidos à tona por Lygia Sigaud é significativa e deve ser referenciada.

Dizia o comunicado:

... O Secretário de Segurança Pública, diante dos boatos alarmantes que estão surgindo na zona rural do Estado, resolve esclarecer o seguinte: a) os Sindicatos Rurais, órgãos legalmente constituídos, não serão fechados, podendo funcionar normalmente, desde que as suas reuniões se realizem para os seus objetivos específicos; b) a situação dos delegados dos sindicatos é inalterável e os empregadores deverão respeitar as suas delegações; c) estamos absolutamente capacitados para a manutenção da ordem em todo o território do Estado e oferecemos as indispensáveis garantias para o trabalhador.

A nota transcrita, ao mesmo tempo em que procurava intimidar as lideranças sindicais e os trabalhadores envolvidos com a vida sindical no estado, afirmava que embora não tolerasse excessos, o sindicalismo rural, diferente do movimento das ligas camponesas, não fora extinto e são “*órgãos legalmente constituídos*”. Continuavam a existir só que a partir de então controlado em seus fins.

Visava com a nota oficial neutralizar também a ação repressiva e a justiça pelas próprias mãos do patronato e acalmar os interventores sindicais e os setores da Igreja Católica envolvidos com a sindicalização rural quanto à integridade física dos mesmos.

Desmantelados os possíveis focos de resistência no campo, com a prisão de lideranças e de trabalhadores envolvidos com a antiga estrutura sindical, os militares no poder intervindo nos sindicatos procuravam, através deles, estabelecer vínculos de adesão e legitimidade dos trabalhadores à nova ordem instituída. Priorizavam assim os aspectos de mediação com o Estado já existente na legislação sindical brasileira.

Ao proporem para os sindicatos o papel de mediadores entre o Estado e os trabalhadores por eles representados, os militares no poder buscavam satisfazer uma das exigências principais da nova ordem estabelecida: a de buscar na estrutura sindical, ao lado do rígido controle dos trabalhadores, um veículo de legitimação junto a estes mesmos trabalhadores.

Intimidar as lideranças sindicais e trabalhadores sobre os possíveis excessos e garantir a ação dos interventores e dos setores da Igreja Católica, envolvida com o trabalho de sindicalização rural e que tinha dado apoio ao movimento golpista, se fazia necessário, assim, para a implantação de uma *nova mentalidade sindical* no campo. Para que isso pudesse ocorrer era necessário também o controle e o contorno dos excessos do patronato.

A nota oficial assinada pelos secretários de segurança pública de cada Estado trazia, deste modo, para o próprio Estado a garantia da ordem pública. Tornava visível a competência de cada secretaria de segurança pública e a do próprio Estado para a manutenção da ordem pública e, ou, de estarem capacitados para possibilitar as garantias necessárias à propriedade privada e ao exercício da vida sindical *honestamente* dos trabalhadores brasileiros.

Paulo Guerra, já empossado governador do Estado de Pernambuco, falando aos trabalhadores do campo, manifestou-se nesse mesmo sentido. No seu discurso publicado no *Diário de Pernambuco* do dia 9 de abril de 1964, afirmava “... que o Estado não permitirá excessos, partam de onde partir...”, em uma clara referência ao patronato e em advertência às lideranças sindicais e trabalhadores rurais.

Declarava, também, que as conquistas sociais dos trabalhadores

... deverão ser preservadas pelas autoridades constituídas, porém, sem o clima de desordem responsável pelo estado de intranquilidade que dominava Pernambuco. [*Lembrava enfim*]... que existem meios legais para as reclamações e queixas, [*ressaltando*] a importante tarefa dos sindicatos (que) continuarão a ter funcionamento normal no Estado.

Para o general de exército Aurélio Lyra Tavares (1966, p. 117) o sindicalismo que vinha se desenvolvendo no país “... não era mais, como deve ser numa democracia, uma instituição de trabalhadores, destinada à defesa dos seus interesses legítimos e autênticos”.

Isso porque, ainda conforme o general,

... intitulava-se como representante (dos trabalhadores) para submetê-los aos desígnios políticos de reduzida minoria, impondo-lhes a participação em greves políticas, por vários processos ilegais, inclusive o de interditar (seus locais de trabalho) com os chamados ‘piquetes de greve’.

E continua em seu depoimento:

Não somente as prescrições da Polícia, como as próprias decisões da Justiça, eram desacatadas pública e ostensivamente, pelos seus órgãos dirigentes. O Comando Sindical desafiava a autoridade, promovia a desordem, perturbava as atividades da economia nacional, a pretexto das mais absurdas reivindicações, de modo a colocar-se acima e contra os interesses de todas as classes sociais e contra as próprias instituições constitucionais, como verdadeiro superpoder.

Contra esse modo de ser do sindicalismo sobreveio o golpe de abril de 1964. Destituídos o *comunismo* e a *baderna* que impregna-

vam a liderança sindical e afastando essa liderança, o sistema iria rearticular o conceito e a estrutura sindical no Brasil, amoldando-o aos novos parâmetros da política nacional (*Ibidem*), ou seja, o vazio.

A nova política sindical adotada insistiria na intermediação dos interesses do Estado pelos sindicatos junto aos trabalhadores. Buscava transformar a estrutura sindical em uma espécie de apêndice assistencialista e colaboracionista através do qual poderia controlar os interesses de classe e os próprios trabalhadores. O general de exército Humberto de Alencar Castelo Branco, já colocado no posto de presidente da República do Brasil,⁷ afirmava em discurso (*apud* MEIRA, 1966, p. 135) que os sindicatos no Brasil não serão mais usados “... para a subversão da ordem, fonte imediata de clamorosa redução do rendimento do trabalho nacional”.

Sua função essencialmente trabalhista seria retomada. Se reivindicações houvesse deveriam ser realizadas através dos meios e canais legais disponíveis. Os sindicatos deveriam assim promover o trabalho e o trabalhador dentro e conforme as normas e leis do Estado. O reforço ao exercício estritamente legalista do sindicato, já existente na legislação de 1947, era retomado dessa forma e tido como meta para toda a estrutura sindical brasileira aparelhada ao Estado.

O Estado através dos sindicatos, ao mesmo tempo, ajudaria a promover o homem trabalhador e a sua família e sua formação moral como trabalhador, bem como na garantia de sua saúde e

⁷ É importante frisar aqui que mesmo com o golpe militar, os sucessivos governos militares da ditadura se autointitulavam Presidentes da República Federativa do Brasil. O regime presidencialista foi formalmente mantido, em sua aparência, inclusive com realizações de eleições diretas para sucessão de cada governo. Afinal, o golpe, ou a revolução, como se autodenominava o movimento militar, foi movido para salvaguardar a democracia. E os militares, eleitos como os predestinados que assumiriam o poder até a maturidade democrática e política da nação.

assistência, através do desenvolvimento de um serviço médico assistencial e previdenciário na rede sindical. Atributo essencial do Estado via sindicalismo.

Os sindicatos como mediadores do Estado junto aos trabalhadores teriam como função principal após o golpe, além da promoção do trabalho, o desenvolvimento de práticas médicos-assistenciais conveniadas ao Estado. O assistencialismo estimulado seria desde então o elemento definidor das ações sindicais no Brasil, neste trabalho, especificamente tratando do meio rural.

Inibido no seu papel político e econômico e dilacerado por inúmeras interventórias restaria à estrutura sindical a alternativa do desenvolvimento assistencial como forma e conteúdo de sua existência. O sindicalismo rural brasileiro passou a ter uma função de mediadores e de uma ação colaboracionista junto ao Estado, como consequência da repressão política imposta e das inúmeras interventórias sofrida.

Tornou-se uma entidade mais próxima do Estado e a defenderem uma posição de colaboração entre classes. Muitas reivindicações dos trabalhadores passaram a ser completamente ignoradas e desaconselhadas de encaminhamento pelos sindicatos. Ou colocadas às vezes no moroso processo da justiça do trabalho como causas individuais. Onde o trabalhador invariavelmente se perdia na burocracia, sem acompanhamento jurídico satisfatório, sendo estimulados pelos próprios sindicatos a desistirem da causa ou a firmarem acordos que não os beneficiavam.

O primeiro ato institucional, ainda sem número, foi assinado pela junta governamental que assumiu a presidência da Repúbli-

ca logo após o golpe, no dia 9 de abril de 1964. O ato, segundo o *Diário de Pernambuco* dos dias 10 e 19 de abril de 1964, tinha por objetivo “consolidar a revolução” e entre outras medidas determinava o fim das greves consideradas políticas no Brasil. Embora houvesse a afirmação sobre a possibilidade de deflagração de greves econômicas, por melhores salários, – conforme os direitos assegurados pela carta constitucional de 1947, no artigo nono do decreto n. 9.070 – um movimento só poderia ser deflagrado e considerado legal se houvesse um *ajuizamento anterior* da categoria na justiça trabalhista.

Presos às malhas burocráticas da justiça do trabalho, trabalhadores e sindicatos ficavam a mercê de uma ação representativa exterior ao movimento. Esta ação representativa exterior – que espelhava a representação sindical vigente enquanto mediação, vinda de um movimento de cima para baixo – subordinava rigidamente a estrutura sindical ao ministério do trabalho e às juntas de conciliação e julgamento da justiça do trabalho. A rigidez legalista da ação representativa exterior que definia a representação sindical em última instância, fomentava tensões nas relações entre os trabalhadores e os sindicatos rurais.

A estrutura sindical encurralada na rigidez legalista transferia para as mãos do Estado as decisões sobre as possibilidades ou não de reivindicarem os direitos dos seus representados. Os trabalhadores e os seus órgãos de representação no campo perdiam assim a autonomia relativa de mobilização, conquistada nas lutas desenvolvidas nos anos de 1960 a 1964.

Embora o vínculo com o Estado e a legislação trabalhista a que foram incorporados quando conquistaram o direito de sindicalização rural, em 1960, já trouxesse em si os limites de sua autonomia.

Mesmo se se afirmar, como se admite aqui, que as conquistas eram repassadas para os trabalhadores como atribuídas em último caso e não como produto da luta dos movimentos sociais antes mesmo do golpe, a reviravolta da imposição da lei de greve após o golpe militar fechava definitivamente as fronteiras da representação sindical mais voltada para as conquistas e mobilizações políticas de classe. Redefinia a esfera sindical tornando-a mediadora dos interesses do Estado e a estrutura sindical como uma instância institucional vinculada e sob controle direto estatal.

AS INTERVENÇÕES NOS SINDICATOS RURAIS

Logo após o golpe, o exército invadiu o campo e ocupou todos os sindicatos rurais e interviu na Federação dos Trabalhadores Rurais, prendendo o seu presidente Manoel Gonçalo Ferreira,⁸ ligado à AP – Ação Popular – e colocando em seu lugar o segundo secretário da entidade Severino Manoel Soares, ligado ao SORPE. Destruuiu as sedes das Ligas Camponesas e prendeu, matou e aterrorizou as lideranças do movimento político rural e os trabalhadores que lhes davam apoio. O *Diário de Pernambuco*, em suas edições dos dias 8, 14, 15 e 30 de abril de 1964, por exemplo, noticia apenas a intervenção federal em sete sindicatos rurais em Pernambuco: nos municípios de Palmares, Barreiros, Tambémé, Goiana, Quipapá, Condado e Moreno. Na realidade, porém, de acordo com os dados fornecidos pelo SORPE ao autor, em 1967, apenas dois sindicatos rurais do estado, os dos municípios de Nazaré da Mata e Vicência, não sofreram processos de intervenção após o golpe de 1964. As diretorias dos dois sindicatos acima foram reconhecidas pelas inter-

⁸ De acordo com o *Jornal do Comércio*, de 18 de setembro de 1964, Manoel Gonçalo Ferreira ficou preso de abril a agosto de 1964, tendo sido posto em liberdade junto com outros camponeses no final deste mês.

ventorias federais da DRT e puderam continuar no exercício de suas funções.

Dos quarenta sindicatos rurais existentes na época na zona da mata de Pernambuco, trinta e oito sofreram processos de intervenção imediatamente após o golpe. Destes, segundo dados do SORPE ao autor, vinte e seis tiveram mais de um processo de intervenção pela DRT até o ano de 1967.

Além das interventorias federais os sindicatos imediatamente após o golpe ficaram sujeitos à violência do patronato. Logo após o golpe o patronato buscou revidar os anos de ascensão do movimento político rural em Pernambuco. Agora donos da situação e sem a ameaça de um movimento de trabalhadores forte e reivindicativo, em momento de recesso político, o patronato no Estado patrocinou uma avalanche de quebra-quebras nas entidades sindicais, aterrorizou suas lideranças e trabalhadores com a ajuda de suas milícias e passaram por cima de várias conquistas dos trabalhadores conseguidas antes do golpe de 1964.

A violência do patronato recaiu inclusive sobre os sindicatos católicos de orientação conservadora no Estado, sob o comando dos padres Melo e Crespo. Embora estes se sentissem também como que donos da situação por terem apoiado o movimento golpista.

Grupos armados invadiram as sedes sindicais no campo sem se importarem de esta ou aquela ser ligada ao clero conservador ou de já terem sofrido intervenção pós-golpe da DRT. Espancaram e expulsaram os dirigentes sindicais e destruíram

as sedes das entidades. Ameaçavam as diretorias sindicais e os trabalhadores recusando-se a cumprir a tabela sobre as tarefas no campo e demais conquistas acordadas e aprovadas nos últimos dissídios anteriores ao golpe.

A intimidação patronal chegou a um ponto que, após denúncia do padre Paulo Crespo, reforçada a seguir pelo interventor da DRT, levou o governo do Estado a fazer uma advertência pública às atitudes violentas *em curso no Estado de Pernambuco*. Dirigindo-se principalmente ao patronato da zona agroindustrial açucareira, segundo notícia publicada no *Diário de Pernambuco* do dia 30 de abril de 1964.

A CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – também se manifesta sobre a violência no campo em Pernambuco através de uma declaração conjunta datada de 13 de abril de 1964. Nesta declaração, de acordo com o *Diário de Pernambuco*, de 14 de abril de 1964, conclama “... que os proprietários de terras não decepcionem sua Mãe, a Igreja, criando óbices à sindicalização dos seus assalariados”.

A CNBB faz um pronunciamento em defesa dos “... autênticos líderes cristãos que militam nos sindicatos, especialmente no meio rural”. A divulgação da declaração tinha por objetivo conservar a liderança sindical católica no campo, que não havia sido poupada da repressão do exército ou do patronato e das interventorias sindicais em toda a região nordestina.

O documento da CNBB prossegue explicando a difícil tarefa daqueles que dirigem o movimento sindical rural e a ideologia na qual se baseia o sindicalismo católico. Finaliza com pala-

bras de confiança de que o novo regime saberá *separar o joio do trigo* através do reconhecimento do autêntico sindicalismo dos trabalhadores rurais. Afirma, por fim, que os líderes cristãos não querem

... a luta de classes... o movimento sindical é (porém), por natureza, atividade de promoção humana, de reivindicação e defesa, sem quebra dos deveres profissionais. Confiamos reconheça o Governo que ora se instala em nosso País, o valor do autêntico sindicalismo.

Nesse momento a CNBB apoiava o golpe. Vislumbrava através dele o fim da ameaça comunista no país e também o compromisso modernizante da estrutura econômica e social no país, principalmente na área rural brasileira.

Com o golpe vitorioso a Igreja Católica, através da CNBB, volta a professar votos de fé no novo sistema em instalação no país e aproveita para lembrar da importância dos compromissos assumidos pelo movimento golpista com as reformas sociais. Em suas palavras, no documento já citado, publicado no *Diário de Pernambuco*, de 14 de abril de 1964,

... as necessárias reformas tantas vezes lembradas pela Igreja, devem ser promovidas. Se em voz quase unânime se afirmava ser o desejo de todos uma modificação em nossa estrutura socioeconômica, hoje, desaparecidos os perigos de um imediato aproveitamento, por parte do comunismo, resta levá-las à prática de maneira prudente, corajosa e eficaz de acordo com a Mensagem da Comissão Central da CNBB de 30 de abril de 1963. Sabemos que elas não podem vir perfeitas e completas. Aplaudimos cada passo que for dado, com a condição de levar até o fim o desejo de dar ao

povo brasileiro condições de vida social e econômica conforme o evangelho.

Continua o documento fazendo um apelo ao governo para o respeito aos direitos humanos:

... sem prejuízo das indispensáveis e oportunas medidas de segurança nacional, manifestamos como Pastores, um duplo anseio: que inocentes *eventualmente detidos* em um primeiro momento de inevitável confusão sejam, o quanto antes, restituídos à liberdade; e que mesmo os culpados sejam livres de vexames e tratados com o respeito que merece toda a criatura humana.

As questões levantadas no documento acima citado pela CNBB, imediatamente após o golpe, sobre a necessidade das reformas sociais, principalmente no campo, e sobre o *bom senso* às medidas e à amplitude da repressão pelos golpistas, seria convertido, um pouco mais tarde, no principal ponto de atrito entre a Igreja Católica e o Estado autoritário no Brasil, como se verá adiante. No momento do lançamento deste documento, dia 13 de abril de 1964, porém, a Igreja Católica acreditava nos bons e firmes propósitos do movimento que promoveu o golpe, e do qual ela participou de forma ativa.

A Igreja seria, contudo, agraciada pelo golpe em consolidação no país. Em Pernambuco, por exemplo, será nas mãos dos dois padres, Antônio Melo e Paulo Crespo, que os militares depositarão e confiarão a direção do sindicalismo rural. O sindicalismo rural ficará assim sob a orientação e controle dos setores mais conservadores da Igreja Católica envolvidos com o trabalho de sindicalização no campo. O sindicalismo independente, porém, por seu turno, sofreria uma forte repressão, com a prisão, tortura e morte daqueles que o orientavam

NOTAS FINAIS

A repressão, é bom frisar, não buscava apenas amedrontar ou destruir os indivíduos, de uma maneira geral, e as lideranças e os trabalhadores envolvidos com o sindicalismo independente. Tinha por objetivo, sobretudo, obscurecer quando não destruir o papel desse movimento e suas entidades sindicais da memória sindical do país.

A repressão política passava assim também pela destruição dos arquivos e registros sindicais, com o objetivo de destruir a memória social sobre o movimento sindical independente. Apagar a história, esvaziar com o tempo qualquer tentativa de reescrever o papel dos sindicatos independentes nas lutas políticas travadas no período entre os anos de 1960 a 1964, era uma das principais tarefas da repressão.

Pode-se afirmar, adaptando um conceito de Guattari (1985, p. 15), que o estado autoritário em implantação no Brasil buscava impor-se também a partir do processo de “*alisamento da paisagem*”. Ou seja, através da destruição física dos lugares cultural e politicamente significativos para os trabalhadores.

É significativo nesse sentido o exemplo do sindicato rural do município de Palmares. Com o golpe os militares invadem o sindicato rural e prendem e torturam suas lideranças sob as acusações de comunismo e corrupção, segundo notícia divulgada através do *Diário de Pernambuco* do dia 09 de abril de 1964. Colocam como interventor Severino Geraldo dos Santos, de acordo com o *Diário de Pernambuco* do dia 08 de abril de 1964, cujo papel seria o de tentar reelaborar a memória sindical local. Para tal, funda de novo o sindicato rural de Palmares e solicita ao Ministério do Trabalho e Previdência Social um novo registro.

Durante a invasão pelos militares a sede do antigo sindicato rural é queimada e seus arquivos destruídos. A inauguração da nova sede coincide com o estabelecimento de uma nova data para a sua fundação. A partir desta nova data o sindicato se erige como novidade: o antigo nunca existiu.

O sindicato rural de Palmares passa a ser dado como fundado a partir da nova data de sua inauguração e da instauração de sua nova sede. Os registros nos órgãos de representação de classe e no Ministério do Trabalho, o papel timbrado da entidade, até hoje informam que o mesmo foi fundado no dia 26 de novembro de 1964 e reconhecido pelo ministério no dia 26 de novembro de 1965.

A recriação e reelaboração da história sobre a memória das lutas dos trabalhadores foram usadas pelo Estado autoritário como mais um instrumento de submissão do movimento social rural. Vera Telles (1984) analisando a estratégia de poder instituída em 1964, não vê o autoritarismo apenas como se fosse uma prática do Estado contra a sociedade de uma forma geral e abstrata. Mas como uma prática social tornada experiência cotidiana.

Para ela, o efeito da estratégia autoritária era a de “... apagar os sinais de reconhecimento popular e esvaziar o sentido da ação coletiva como forma de participação na vida social... despolitizar a sociedade e desfigurar a política como coisa pública” (TELLES, 1984, p. 20 e 21).

Em um *survey* realizado pelo autor com os sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco, existentes em dezembro de 1978, muitos dos sindicatos consultados responderam não possuir elementos para o preenchimento de algumas informa-

ções solicitadas por não possuírem arquivos. Destruídos pela repressão do patronato e militar em 1964.

Algumas perguntas eram respondidas, como forma de exemplificação, do seguinte modo: “Deixamos de fornecer os referidos dados por nos faltar elementos históricos para precisar a sua (do sindicato) fundação” (Sindicato de Argelim); ou, “entidade fechada em abril de 1964” (Sindicato de Canhotinho); ou ainda, “não existe documentação até 1968” (sindicato de São José da Coroa Grande). Quando não deixavam em branco várias perguntas, como dando a entender que faltava documentação sobre o período, como foram os casos dos sindicatos rurais de Itambé, Goiana e muitos outros.⁹

Nenhum deles teve a destruição de sua memória tão cruelmente desfeita do que o sindicato rural de Palmares. A ficção política parece mais uma vez tornar-se realidade. Embora uma realidade em tons patéticos. É o caso de uma comparação com o *Nineteen Eighty-Four*, de Orwell (1976). Neste conto se pensa uma sociedade cujo Estado vive obcecado em destruir a memória social e política do seu povo. Como forma de se conservar no poder, recria cotidianamente novos registros políticos e sociais e reescreve a história social de acordo com a conveniência de cada momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Ed. Senac; São Paulo: Edições Sesc SP, 2007. p. 39-52.

⁹ Este *survey* foi realizado por mim, em janeiro de 1979, com todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do estado de Pernambuco existentes até o mês de dezembro daquele ano. Na época o número total de sindicatos no estado era de cento e quarenta e sete (147).

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, n. 16, p. 15-18, 1985.

JULIÃO, Francisco. Entrevista. **Pasquim**, n. 497 [1ª parte] e 498 [2ª Parte], Rio de Janeiro, 5 a 11 de janeiro de 1979 e 12 a 18 de janeiro de 1979.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **The bitter sugar: rural syndicalism and state in Brazil**. Glasgow: Glasgow University, 1982.

_____. **Sufrimento social: movimentos sociais na Paraíba através da imprensa, 1964 a 1980**. João Pessoa: Edições do GREM; EdUFPB, 2007.

_____. **Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MEIRA, Carlos de. O pensamento revolucionário brasileiro. In: **A revolução de 31 de março - 2º aniversário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 128-142.

NOVAES, Adauto. Políticas do medo. In: _____. (Org.). **Ensaio sobre o medo**. São Paulo: Ed. Senac; São Paulo: Edições Sesc SP, 2007. p. 9-16.

ORWELL, George. **Nineteen Eighty-Four**. Middlesex: Penguin Books, 1976.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**, v. 10, n. 1, p. 131-163, 2004.

TAVARES, Aurélio Lyra. A contra-revolução no Brasil. In: **A revolução de 31 de março - 2º aniversário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 104-127.

TELLES, Vera da Silva. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes**. Dissertação - USP, São Paulo, 1984.

TURNER, Victor W. Betwixt and between: the liminal period in Rites de Passage. In: **The Forest of Symbols**. Ithaca: Cornell University Press, 1967. p. 93-111.

_____. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VALÉRY, Paul. **Oeuvres**, Tomo I, Paris: Gallimard, 1957.

JORNAIS

CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, ano de 1964.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano de 1964.

200 **JORNAL DO COMÉRCIO**, Recife, ano de 1964.

A AMBIVALÊNCIA DA RELAÇÃO DA IMPREENSA COM O LEGISLATIVO CEARENSE (1964-1979)

Lucili Grangeiro Cortez¹

201

¹ Doutora em História pela UFPE e Mestre em Sociologia pela UFC. Professora do Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Trabalho da Faculdade Ratio. O presente artigo como também o livro *A representação simbólica do Parlamento cearense (1964-1979)*, em fase de publicação, resultaram de pesquisa financiada pelo CNPQ. E-mail: luciligcortez@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A imprensa cearense no início dos anos de 1960 contava com os seguintes jornais: **O Povo** (1928), da propriedade de Paulo Sarasate e Demócrito Rocha; **Correio do Ceará** (1915); **Unitário** (1901 ou 1903), fundado por João Brígido, passando em 1935 aos Diários Associados, sob a direção do jornalista Eduardo Campos; **Tribuna do Ceará** (1955 ou 1957), “um órgão das classes empresariais” do Ceará; **O Estado** (1936), da família de Parcifal e Olga Barroso e Aroldo Sanford; **O Nordeste** (1922), criado pela Arquidiocese do Ceará; a **Gazeta de Notícias** (1927), fundada pelo jornalista Antônio Drumond, “assassinado quando escrevia um de seus vibrantes editoriais”. Apesar da modernização dos equipamentos de alguns destes jornais diários, o jornalismo cearense era conservador. Segundo Geraldo Nobre: “Não existia um jornalismo voltado para o questionamento da situação político-econômica e social do País, tampouco do Ceará” (AZEVEDO, 2002; CORTEZ, 2014; NOBRE, 2006, p. 18, 158-159).

Como no Brasil, os proprietários de jornais cearenses eram, quase todos, “empresários-jornalistas”, atuando na esfera privada, “orientados pela lógica do lucro”, mas que também, passaram a exercer cargos políticos, sendo alguns militares. Segundo Capelato, tal fato implicava na produção do “fato jornalístico”, pois nele interferiam não apenas “elementos subjetivos” de quem os produzia, mas também os interesses aos quais o jornal estava vinculado (CAPELATO, 1994, p. 22).

Como a imprensa teve origem no “sistema das correspondências privadas”, esteve “por longo tempo dominada por elas”. Habermas explica que, inicialmente, foi organizada como pequenas empresas artesanais e os cálculos eram voltados para a “maximização de lucros”, embora fosse “modesta” e “mantida nos tradicionais limites da primeira fase do capitalismo: o interesse do editor por sua empresa era puramente comercial”. A atividade da imprensa nesse período se limitava essencialmente à organização da circulação das notícias. Esse “momento econômico” foi acrescido de um “novo momento, político no sentido mais amplo”, quando a imprensa de informação evoluiu para a “imprensa de opinião” e um “jornalismo literário” passou a concorrer com a “mera redação de avisos”.

Habermas citando Bücher explica os “grandes traços dessa evolução”:

Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária. Isso teve, para a organização interna da empresa jornalística, a consequência de que, entre a coleta de informações e a publicação de notícias, se inseriu um novo membro: a redação. Mas para o editor de jornal, teve o significado de que ele passou de vendedor de novas notícias a comerciante com opinião pública (HABERMAS, 1984, p. 213-214).

De igual modo, Capelato entende que a imprensa se impõe como uma força política desde o seu surgimento e explica:

[...] Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.

Os que manejam a arma-jornal têm uma variada gama de posições entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar de rumo (CAPELATO, 1994, p. 13).

Segundo essa autora, na “grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência do mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir.” Portanto, a “informação é um direito público, mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado” (*Ibidem*, p. 15, 18).

Bourdieu explica tal fato entendendo que o “jornal propõe uma informação que não é exclusivamente política – no sentido restrito que, habitualmente, se atribui a esta palavra – e, como produto múltiplo que, em proporções bastante variáveis, oferece política (internacional e interna), fatos do dia e esporte...” Portanto, ele pode ser objeto de interesses relativamente independentes dos interesses especificamente políticos, o que gera uma “independência relativa das opiniões políticas dos leitores em relação às tomadas de posições políticas do jornal”, diferentemente do partido político. Além disso, os jornais obedecem à busca da “maximização do número de leitores”, “preciosos para o lucro que trazem para a compra do jornal, assim como pelo acréscimo de valor que eles proporcionam para os anunciantes”.

Bourdieu acrescenta:

[...] os órgãos de imprensa aos quais pode ser atribuída a designação de “para todos” – aliás, essa é

a situação da maior parte dos jornais locais – têm o dever de evitar metodicamente tudo o que pode chocar e ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial, ou seja, em primeiro lugar, as tomadas de posição propriamente políticas (afastadas também, pelas mesmas razões, da conversão ocasional com desconhecidos – em benefício de tópicos menos arriscados, por exemplo, falar acerca do tempo), com exceção, todavia, daquelas que podem ser percebidas como menos políticas, ou seja, as declarações oficiais (o que confere aos jornais “para todos” seu aspecto de órgãos semi-oficiais ou “governamentais”). (BOURDIEU, 2011, p. 413-415).

As considerações apresentadas podem ser identificadas na imprensa do Brasil, mais especificamente no Ceará, pois os jornais que atuavam no início do século XX avaliavam e preservavam os comportamentos adequados das classes populares. Eles criavam “estigmas sociais, higiênicos, criminais, morais e religiosos, cunharam denominações pejorativas tais como: vagabundos, sujos, delituosos, perniciosos, supersticiosos, etc”. Esses periódicos apoiaram o Estado Novo e não representavam qualquer ameaça à governabilidade na sua esfera federal, estadual ou municipal (ARAÚJO, 2007, p. 33).

Entretanto, no Estado do Ceará o jornal A Tribuna, lançado em 1922, ao divulgar as ideias tenentistas e revolucionárias foi extinto, em um período em que as garantias individuais estavam suspensas durante o governo do Presidente da República Artur Bernardes (1922 a 1926). Um ano depois, foi criado o Partido da Mocidade, “composto de estudantes, jornalistas intelectuais e alguns integrantes da classe média”, dividindo-se posteriormente “em facções de esquerda e de direita”, o que favoreceu

o surgimento de jornais, como O Ceará, O Povo, A Reação e A Razão (POMPEU, 2004, p. 112).

Portanto, os conflitos sociais e políticos que surgem a partir dos finais dos anos de 1950 são identificados como “desordem” provocada pelos comunistas e os “guardiães da sociedade” empenham-se na articulação de um golpe para salvá-la. “Nessa época, populismo (varguismo e janguismo) e bolchevismo são sinônimos. A imprensa marca sua presença na luta pela ‘família, Deus e liberdade’.” Assim, no dia 31 de março de 1964, os jornais divulgam que a “Revolução Gloriosa” livrara o Brasil da ameaça comunista e a “grande imprensa, em sua quase maioria exulta. As manchetes dos jornais expressam indignação contra o presente, entusiasmo e otimismo quanto ao futuro” (CAPELATO, 1994, p. 53).

Para Abreu, a imprensa foi um dos elementos responsáveis pela divulgação do fantasma do comunismo. Segundo essa autora:

[...] esse fantasma foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Ao mesmo tempo, a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou, em seguida, da divulgação da idéia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma “intervenção militar” (ABREU, 2006, p. 108).

No início da ditadura civil-militar, as notícias transmitidas nas emissoras cearenses de rádio eram copiadas dos jornais, seus proprietários mantinham “fortes laços com o governo estadual” e duas delas eram de propriedade de coronéis. A rádio “Dragão do Mar” pertencia ao coronel César Cals; a Rádio Iracema tinha

como proprietário o coronel Aduino Bezerra. A Rádio Uirapuru era de propriedade de José Pessoa de Araújo, um grande amigo do governador, o coronel Virgílio Távora (1963/1966). A Ceará Rádio Clube, filial dos Diários Associados, era dirigida pelo jornalista Manuel Eduardo Campos, na ocasião Secretário de Cultura do Governador. A Rádio Verdes Mares era de propriedade do empresário Edson Queiroz (AZEVEDO, 2002, p. 35-36).

A posição assumida pelos jornalistas diante de tal situação pode assim ser entendida:

O sentimento de pertencer a um grupo interno, junto com as pessoas que aparecem em suas reportagens - a tendência à simpatia e à simbiose -, cria uma espécie de conservadorismo entre os repórteres. É comum escutar que os jornalistas tendem a ser liberais ou democratas, e como eleitores podem realmente ser de esquerda. Mas como repórteres geralmente me pareciam hostis a ideologias, desconfiando das abstrações, céticos quanto aos princípios, sensíveis ao concreto e ao complexo, e, portanto, capazes de entender, senão de aceitar, o *status quo* (DARNTON, 1990, p. 83).

O comentário de Darnton pode ser identificado também em outros setores da sociedade, como na Assembleia Legislativa do Ceará, onde apesar de haver uma certa liberdade na divulgação de determinados acontecimentos, seus jornalistas tiveram a atuação cerceada pela Presidência da Casa. O Comitê de Imprensa da Assembleia divulgou nos jornais de Fortaleza uma Nota Oficial, na qual acusava o deputado Franklin Chaves de impedir o livre acesso às diferentes fontes de informação do Legislativo. No dia 23 de março de 1966 o deputado Dorian Sampaio leu o documento:

NOTA OFICIAL

O Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa, entidade que congrega os jornalistas encarregados da cobertura dos trabalhos legislativos, vem de público,

1) - protestar veementemente contra a atitude do Presidente Franklin Chaves, que resultou no cerceamento da atividade jornalística naquela Casa, e num atentado à liberdade de acesso às fontes de informação;

2) - enunciar a ameaça formulada pelo Sr. Franklin Chaves ao Presidente do Comitê, de exigir das empresas jornalísticas a cassação de credencial do profissional que veicular notícia que ele, Franklin Chaves, venha a considerar tendenciosa, numa ostensiva interferência intimidativa na orientação interna de cada órgão;

3) - repelir as medidas arbitrárias e anti-democráticas do Sr. Presidente da Assembléia, as quais contradizem os princípios da Revolução, em nome da qual, segundo disse, foi guindado à chefia daquele Poder.

4) - reafirmar os propósitos de não se dobrar ante as ameaças, repelindo-as com altivez, reiterando que atitudes de tal natureza ferem os princípios da liberdade de imprensa e a própria essência da democracia.

Fortaleza, 22 de março de 1966.

A Diretoria

Assim, a informação ficou sob o controle dos militares, sendo criados órgãos que tinham por objetivo controlar as notícias que circulariam nos meios de comunicação. Os órgãos militares possuíam uma seção de informações subordinada ao

órgão específico de cada arma: Centro de Informação do Exército (CIE), Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA).

Nos Estados as polícias militares tinham os serviços de informações subordinados às Forças Armadas, sob a tutela do Exército, Polícia Federal, Secretarias de Segurança Pública e os Departamentos de Ordem Política e Social. Na área civil estava o Serviço de Segurança Nacional (SNI), a Agência Central e as Divisões de Segurança e Informação nos Ministérios civis (Azevedo, 2002, p. 14-15). No Ceará, durante o governo César Cals foi criado o Serviço Estadual de Informações (SEI). (CORTEZ, 2014, p. 258-267).

Segundo Marconi a Lei de Imprensa instituída no ano de 1967, deixava claro que nenhum jornalista, “mesmo com ‘provas irrefutáveis’ poderia noticiar assuntos que envolvessem criminalmente personalidades como: o ‘Presidente da República, ministros, presidentes do Senado e da Câmara, chefes de Estado ou governos estrangeiros e seus representantes diplomáticos, criando assim, uma casta acima de qualquer suspeita.” (MARCONI, 1980, p. 33 *apud* AZEVEDO, 2002, p. 16).

1 A DIVULGAÇÃO DOS JORNAIS SOBRE AS PRIMEIRAS CASSAÇÕES DE MANDATOS DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Após a eclosão do golpe civil-militar, tanto os meios de comunicação como os parlamentares entendiam que a “revolução” viria com reformas tranquilas, diante da “situação de in-

segurança” que viviam. Segundo a nota do jornal O Unitário, o deputado Guilherme Gouveia (UDN), “defensor intransigente da candidatura do Sr. Carlos Lacerda”, declarou que as reformas de que a Nação estava a exigir viriam normalmente, “sem a necessidade de radicalizações” que somente trariam prejuízos à Nação. Ainda segundo o deputado, com “o paradeiro à infiltração comunista nos postos-chaves da administração do País”, a mudança nas estruturas nacionais serviriam para “forçar” o desenvolvimento nacional. A nota divulgava também que o deputado Plácido Castelo como representante do político paulista Ademar de Barros no Ceará, único parlamentar que atuava sob a legenda do PSD, entendia que “as forças militares e políticas do País” saberiam encontrar “soluções plausíveis para a vitória integral da Democracia brasileira, que esteve ameaçada” e que, “como patriota e como um democrata”, aguardava uma “definição dentro dos princípios constitucionais brasileiros”, para que o País pudesse “respirar um clima de paz e desenvolvimento” (O UNITÁRIO, p. 2, 03 abr. 1964).

Entretanto, no dia 8 de abril de 1964, em consequência do que ocorria no cenário nacional e o que era divulgado nos meios de comunicação, ao receber ordem do “comando da revolução”, a Assembleia Legislativa, sob a presidência do deputado Mauro Benevides, através da solicitação do deputado Barros dos Santos, autorizou a realização de uma Sessão Secreta, uma reunião Extraordinária, para analisar o “problema de envolvimento de deputados em processos subversivos de ação comunista”.

Seis deputados da Assembleia Legislativa, antes de serem julgados, já se encontravam sob custódia militar. Eram eles: José Blanchard Girão Ribeiro, Aníbal Fernandes Bonavides e

José Fiúza Gomes do Partido Social Trabalhista (PST); Amadeu de Araújo Arrais, do Partido Democrata Cristão (PDC); José Pontes Neto e Raimundo Ivan Barroso de Oliveira do Partido Social Progressista (PSP) (10ª Ses. Ord., 10ª Leg., 08 abr. 1964).

Os deputados reunidos no Plenário da Assembleia Legislativa não encontraram elementos para cassar os companheiros e consultaram não só o Comando Militar sobre a questão como também o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Consta em nota do jornal Correio do Ceará uma declaração do general Ernesto Geisel de que o processo de cassação era de responsabilidade da própria Assembleia Legislativa, informando detalhadamente como fazê-lo. O jornal O Unitário também divulgou que a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa estava realizando um levantamento de dados nos Anais da Casa para elaborar, posteriormente, um projeto de resolução a ser submetido ao Plenário para discutir a cassação de mandato dos deputados considerados comunistas.

Entretanto, segundo o jornal, durante a Sessão Secreta, os deputados apreciaram o ofício da 10ª Região Militar com a resposta à consulta formulada pela Assembleia, através do qual seu Comandante afirmava não poder fornecer os nomes dos parlamentares comunistas, esclarecendo que cabia ao Poder Legislativo “conhecer a conduta dos Deputados”, embora já os mantivesse em prisão domiciliar. Na Sessão foi aprovada “uma moção” redigida pelo líder da UDN, deputado Barros dos Santos, assinada por ele e pelos deputados Almir Pinto, Plácido Castelo, Jorge Abreu, com o seguinte teor:

- a) Que a Assembléia Legislativa, através de sua Comissão Executiva, examine nos seus anais os

documentos existentes (discursos, apartes e requerimentos) considerados de caráter subversivo e contra as instituições democráticas, para o fim de concluir pelas responsabilidades extremistas dos seus respectivos autores, com a conseqüente CASSAÇÃO DOS SEUS MANDATOS;

b) Que a Mesa Diretora procure obter informações, igualmente, junto à Delegacia de Ordem Política e Social para efeito de cassação (O UNITÁRIO, p. 1, 08 abr. 1964).

O deputado Aníbal Bonavides, em carta dirigida ao Presidente da Assembleia, datada de 8 de abril de 1964, requereu o direito de convocar uma audiência para discutir a medida de cassação dos deputados da oposição, eleitos que foram em 3 de outubro de 1962 para um mandato de quatro anos. Na carta advogava o direito de defesa como “instituição universal” e acusava a imprensa de estar exercendo “delirante pressão publicitária” na tentativa de influenciar a decisão da Casa, que não estaria levando em conta as Atas com os discursos e apartes.

Na carta Aníbal Bonavides acusou também a imprensa de subverter a semântica da palavra subversão, cujo termo passou a ser encontrado, constantemente, nas manchetes de jornais, nos editoriais, nos tópicos, nas entrevistas e, até, nas colunas do *café society*.² A carta enviada por Bonavides foi lida em plenário, mas a Assembleia Legislativa, reunida extraordinariamente, não tomou em consideração o pedido embora não encontrasse provas contra os deputados e cassou-os por falta de decoro parlamentar.

Admitindo a pressão exercida, não só pelos meios de comunicação como também pelos militares, no dia seguinte à decisão da Assembleia, o Correio do Ceará publicou que os “vibrantes

² *Café society* era o termo adotado pelos *media* para designar a elite cearense. In: BONAVIDES, Aníbal. *Diário de um preso político*. Fortaleza: Gráfica O POVO, 1986.

editoriais de primeira página” do jornal serviram de “aríete à indispensável decisão”:

Finalmente, depois de algumas vacilações, no decorrer das quais foram fustigadas pela imprensa e a opinião pública, resolveram as nossas casas legislativas cassar os mandatos dos parlamentares extremistas.

Tanto a Assembléia, como a Câmara de Vereadores, deram, na noite de quinta para sexta-feira, o tom revolucionário de seu funcionamento, varrendo de suas bancadas aqueles que nelas se alinhavam como inimigos do regime.

O editorial definia os deputados e vereadores cassados como “comparsas vermelhos” de João Goulart e afirmava:

Se a vitória tivesse sido dos bolchevistas, e não das forças armadas, a cassação, que agora estamos assistindo, não seria de mandatos, mas de vidas. Nenhum parlamentar democrático, da linha de frente do combate aos comunas, estaria vivo agora para contar a história.

O corpo de Temístocles de Castro e Silva, varado de balas já estaria servindo de pasto aos urubus, junto a qualquer muro da cidade. É interessante constatar como o expurgo da Assembléia, servindo aos ideais da revolução, serve ao mesmo tempo, por uma coincidência, ao governo do sr. Virgílio Távora.

Evaporou-se, com os deputados expurgados, o pouco de oposição que ainda tinha o Chefe do Executivo naquela Casa (O Unitário, p. 2, 9 abr. 1964).

O jornal Unitário informou, também, que o Presidente Mauro Benevides comunicou que viajaria a São Paulo atendendo ao convite do deputado paulista Ciro de Albuquerque, Presidente da Assembleia Legislativa daquele Estado, para um encontro com os

dirigentes de todas as Assembleias Legislativas do País, a fim de examinar a situação nacional.

A Rádio Dragão do Mar, dirigida pelo deputado Blanchard Girão, foi fechada sob a alegação de excessos cometidos, sendo a única emissora a se pronunciar contra o golpe de Estado. Na entrevista concedida um ano antes de sua morte, ele relatou que, pela “aura de combatividade, a emissora tornou-se muito famosa” (Entrevista concedida em 27 de março de 2003).

Em nota, o jornal Correio do Ceará noticiou que os deputados, embora tivessem punido os companheiros, em consequência da adesão ao projeto político dos militares ou por temor quanto às consequências advindas em relação ao enfrentamento, eles foram solidários aos problemas econômicos a serem enfrentados pelos colegas cassados. Portanto, todos os deputados firmaram um documento, no qual se comprometiam a descontar dos seus subsídios mensais, na Legislatura vigente, a quantia de 10 mil cruzeiros para a formação de um fundo destinado a auxiliar as famílias dos deputados que tiveram os mandatos cassados pelo Legislativo. Os suplentes que foram beneficiados com a cassação dos deputados comprometeram-se a colaborar com 40 mil cruzeiros. O Correio do Ceará divulgou a notícia, ressaltando o apoio do jornalista Themístocles de Castro e Silva e do deputado Franklin Chaves, reconhecidamente de extrema direita (CORREIO DO CEARÁ, p. 3, 15 abr. 1964).

1.1 O APOIO DA IMPRENSA E DO LEGISLATIVO AO GOLPE CIVIL-MILITAR

Diante da indicação do general cearense Humberto de Alencar Castelo Branco à Presidência da República, o jornal O

Unitário publicou os pronunciamentos dos deputados, iniciando com uma retrospectiva dos acontecimentos relatados por Themístocles de Castro e Silva, o qual denunciou João Goulart como “um dos maiores latifundiários do País”, acusando-o de não desejar a realização da reforma agrária e sim “dar margem à infiltração comunista dos agentes de Moscou”. O deputado comparou Goulart a Perón, Mussolini e criticou o ex-governador pernambucano Miguel Arraes. O jornal publicou ainda, as declarações do deputado José Simões no plenário da Casa, ao esclarecer que o PTB votava contra o requerimento de informações sobre os deputados comunistas por entender que as Assembleias eram autônomas para deliberar sobre esses problemas, sem a necessidade de se fazerem consultas a outros organismos. A reportagem citou, também, ter o deputado Franklin Chaves solicitado a palavra para declarar que “a hora era de definições” e os democratas esperavam “uma ação daqueles que realmente desejavam uma Pátria livre e soberana”, fazendo “graves acusações ao deputado Dorian Sampaio, seu companheiro de bancada”. O deputado Aquiles Peres Mota defendeu o deputado, retrucando: “... aqueles que apontam os comunistas, notadamente no legislativo, são os mesmos fascistas que sempre agiram desta maneira” e concluiu com um pronunciamento de “fé democrática sobre o deputado Dorian Sampaio, seu ex-companheiro de lutas estudantis.” Segundo a reportagem, como os “ânimos estivessem bastante exaltados o Presidente Edson da Mota Correia encerrou a sessão”.

No dia seguinte, antes do expediente, o deputado Franklin Chaves se retratou, declarando ao jornal haver reconhecido que seu colega de Partido, o deputado Dorian Sampaio, “não era comunista, pois nada contra ele ficara provado” (O UNITÁRIO, 9 abr. 1964).

O pronunciamento do jornalista e deputado Themístocles de Castro e Silva ao explicar os acontecimentos que provocaram o golpe civil-militar, demonstra a posição assumida pelos deputados e meios de comunicação que apoiavam o grupo que assumiu o poder:

[...] as Forças Armadas não são crianças. Viram o Jango, o Jango não era comunista. Ele nem sabia o que era comunismo. Agora, estava manipulado pelos comunistas, a CGT, o fórum sindical de debates era quem controlava o negócio todo, a infiltração na Marinha, rebelião na Marinha, no próprio Exército. O Tribunal Eleitoral negou registro, de acordo com a Constituição, da candidatura de um sargento do Exército. Aí foi um alvoroço, agitação militar. Na Marinha tinha um comandante Aragão, comandante de esquerda; rebelião também, negócio do carrossel. Então o Exército resolveu. O General Olimpio Mourão Filho foi um anti-corpo. Ele que não estava nem preparado. O Castelo, que foi o Presidente, estava dormindo. Quem vai começar uma revolução no Interior? ... O Mourão Filho estava com 2.000 homens, lá em Juiz de Fora, onde ele era Comandante e saiu e deu no que deu. Aí não derrubaram Jango não, ele que correu. Foi para o Rio Grande do Sul. Até o general Telles, diz o noticiário, que perguntou se Jango queria resistir e ele disse que não, porque queria poupar o sangue dos brasileiros, ai ele foi para o Uruguai... As Forças Armadas agora que assumiram, tinham que consertar (Entrevista realizada em 11 de outubro de 2009).

As características da posição assumida pelo deputado, podem ser explicadas por Capelato, ao considerar que o “profissional da imprensa é antes de mais nada polemista e sabe, como nenhum outro, criar, instigar e tirar o melhor proveito da contraposição de ideias sobre qualquer tema”. Para essa historiadora, “a imprensa é também objeto de polêmicas: alguns a desprezam, outros a

enaltecem. Erigida a quarto poder por Edmund Burke, desceu das alturas com Karl Kraus que a tachou de prostituta; Victor Hugo a exaltou: ‘... a imprensa é a inteligência que ilumina o mundo. Sem ela tudo é noite profunda’” (CAPELATO, 1994, p. 27).

Assim, alguns dias depois o Correio do Ceará divulgou a notícia que o deputado Themístocles de Castro e Silva apresentaria na sessão da Assembleia Legislativa do dia 19 de maio, um projeto para cassar o título de Cidadão Cearense concedido a João Goulart, argumentando que o ex Presidente da República, a partir do momento “em que passou ao comando ostensivo da subversão no País, solapando as bases da hierarquia militar e conduzindo o Brasil rapidamente para o abismo da comunização, deixou de merecer a gratidão e o respeito do povo cearense, tradicional amante das liberdades e da democracia” (CORREIO DO CEARÁ, p. 3, 18 abr. 1964).

Apesar da interferência sofrida no parlamento com a pressão para cassar os mandatos dos deputados, a Assembleia Legislativa do Ceará compareceu, com uma delegação, à posse do Marechal Castelo Branco na Presidência da República, em Brasília. A nota do jornal Correio do Ceará noticiou o fato:

Requerimento em tal sentido foi apresentado na sessão de ontem pelo deputado Themístocles de Castro e Silva, assinalando que a Assembléia não poderia declinar da homenagem ao ilustre cearense, no instante em que assume a chefia da Nação, liderando um movimento revolucionário que teve como mérito a restauração da democracia em nosso País com a derrota do comunismo. Já na tarde de hoje os deputados seguirão rumo ao Rio de Janeiro e de lá até Brasília onde se encontra o Governador Virgílio Távora, também com o objetivo de prestigiar a posse do general Castelo Branco (CORREIO DO CEARÁ, p. 3, 14 abr. 1964).

A mobilização da opinião pública cearense, realizada pelos meios de comunicação de Fortaleza, foi elogiada pelo deputado Themístocles, ao ocupar a tribuna no dia 19 de maio para “enaltecer a iniciativa” dos Diários Associados conclamando a sociedade cearense, “através de suas diferentes camadas”, para manifestar através de mensagens telegráficas ou de cartas, “o seu reconhecimento e a sua gratidão a todos os chefes responsáveis direta ou indiretamente pelo movimento de 31 de março último”. O deputado defendeu a necessidade dessa manifestação, por considerá-la “cada vez mais intensa e cada vez mais expressiva”, a fim de que os “chefes da revolução” garantissem ao País “aquilo que dele já fugia, o império da lei e da ordem”.

2 A FRAGILIDADE DO PARLAMENTO DIANTE DAS ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS E A DIVULGAÇÃO DAS CRISES INTERNAS DO LEGISLATIVO CEARENSE

Após a extinção dos partidos políticos através da publicação do Ato Institucional nº 2, os deputados da Assembleia Legislativa do Ceará passaram a se organizar formando Blocos Partidários, com a criação da União Parlamentar Revolucionária do Ceará e o Bloco Democrático Renovador, integrado por elementos dos extintos partidos PSD, PRN e PDC.

O deputado Barros dos Santos, no dia 25 de março de 1968, ao ocupar a tribuna, queixou-se dos comentários do jornalista Pádua Lopes, em sua coluna no matutino O Unitário, no domingo anterior, ao criticar a maneira como ele conduzira o assunto referente à constituição dos Blocos Partidários, prevista no Regimento Interno da Assembleia (14ª Ses. Ord., 2ª Ses., 17ª Leg.).

A imprensa também denunciou o envolvimento do deputado Brasilino de Freitas com uma quadrilha de ladrões de carros em Fortaleza e de tê-los escondido em Quixadá. Apesar de acusado de guardar veículos em sua fazenda, o deputado se defendeu, convidando o repórter do Correio do Ceará e outros elementos da imprensa local, para visitar o sítio de sua propriedade, onde seria possível verificar a “inconsistência das declarações do meliante com a realidade no próprio local”. Informou que solicitaria à Mesa da Assembleia a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos, pois estava “inteiramente tranqüilo”, embora “preocupado com seus colegas de Assembléia”, que não tinham a “mesma tranqüilidade”, mas que ao final saberiam que se tratava de “manobra preparada para envolvê-lo”. O jornal noticiou ainda que estava de posse dos “elementos do processo da Delegacia de Furtos de Carro de Belo Horizonte, envolvendo o deputado Brasilino de Freitas e o funcionário João Azin”, além de citar o Delegado de Furtos de Fortaleza, Eugênio Costa; comunicou ainda, que a Assembleia iria constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o prazo de 15 dias para apurar “a responsabilidade do parlamentar e do servidor.” (CORREIO DO CEARÁ, 8 nov. 1968).

No dia seguinte o Correio do Ceará informou que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa divulgara Nota Oficial, informando ter enviado à Comissão de Justiça os depoimentos dos “puxadores de carros”, considerando as acusações suficientes para o início das investigações com vistas à comprovação da participação do parlamentar na *gang*. Embora a reunião da Mesa e dos líderes tenha sido secreta, o jornal informou terem chegado informações de que a “disposição” das lideranças era a de promover a “imediata cassação do mandato do parlamentar por falta de decoro”, no caso de ficar comprovada sua culpabilidade. O jornal divulgou ainda, através

de novo contato com o Deputado, ter o mesmo reafirmado sua inocência, “desmentindo o depoimento do fazendeiro Raimundo Lopes Sá que declarou à polícia ter guardado em sua fazenda duas camionetas a mando do parlamentar” (CORREIO DO CEARÁ, 9 nov. 1968).

Entretanto, poucos dias depois o Correio do Ceará informou que a Comissão de Constituição e Justiça buscou tratar as investigações com a “maior celeridade”, entretanto recusava-se a aceitar como provas “apenas os depoimentos dos marginais” e procurava “colher elementos materiais ou acusações feitas por pessoas idôneas”, sugerindo a possibilidade de ser constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito com poderes para tomar depoimentos e promover investigações mais detalhadas. A mesma reportagem informou que o deputado Brasilino de Freitas estava estudando com seus advogados a possibilidade de abrir mão de sua imunidade parlamentar para responder processo e defender-se na Justiça das “acusações dirigidas a ele por marginais” (CORREIO DO CEARÁ, 11 nov. 1968).

Diante disso, Brasilino queixou-se da falta de cautela dos “veículos de publicidade do Ceará”, quando as notícias chegavam em “primeira mão”, ao comunicarem ao público um documento, no qual constava a acusação de seu possível envolvimento em “falcatruas de automóveis”. O deputado explicou ter iniciado “uma pesquisa a respeito de tal assunto” e assim justificou sua posição:

Digo eu, Sr. Presidente e Srs. deputados, que gostaria de que a Imprensa tivesse a devida cautela, lembrando-se primeiramente que tenho esposa, filhos, amigos e colegas... Senhores Deputados que aqui neste Plenário possivelmente se preocu-

pariam pela maneira como foi dada a notícia em primeira mão. Quero fazer um apelo para que a Imprensa cuide melhor do que por aí se passa, para ser melhor informada e não traga ao público uma notícia mal colhida.

O documento foi discutido em Plenário, tendo os deputados constatado que não havia cabeçalho, que não era possível identificar se era um relatório ou peça processual e continha um despacho sem assinatura. Para o deputado João Viana esses dados foram encaminhados à imprensa de Belo Horizonte e então alguém colheu esses dados e os encaminhou ao Ceará. Brasilino argumentou que era um “documento desconexo”, resultante de “raciocínio precipitado” de um delegado e se procedia de Belo Horizonte estava “caracterizada a chantagem”. Assim sendo, convocava os colegas para tomarem a medida que se fizesse necessária junto aos meios competentes, porque ao se acusar um Deputado, se acusavam autoridades do Ceará. Ele declarou que o “delegado deveria ter se dirigido à Mesa da Assembléia, ao Secretário de Polícia e não, por não ter recebido os cinco mil cruzeiros novos remeter o documento às estações de rádio”.

O deputado João Viana questionou o fato da imprensa do Ceará envolver o Procurador Fávila Ribeiro, pois nada constava contra ele. Brasilino interpretou o fato de haver uma “insinuação” dirigida “por tabela”, questionando o documento que citava, inclusive, o delegado Eugênio Costa. Ele declarou ser um absurdo o jornal envolver o nome do Dr. Fávila Ribeiro quanto talvez o seu, embora ressaltasse ter dito aos jornalistas que era “marcado pelo destino” e ser “calejado por essas aventuras”... Acrescentou que ali estava para defender não só o seu nome, mas também o do Procurador.

O deputado João Viana aceitou a argumentação de Brasilino, acrescentando que assim, não haveria necessidade de defendê-lo, pois a insinuação a que ele se referia estava nos meios de comunicação e como eram da Casa, eram colegas, gostaria de saber por que saiu tal notícia e perguntou novamente se Brasilino concluía que o responsável por esse “estado de coisas” era a imprensa. Brasilino retrucou:

Exatamente. Porque foi ela que estampou em manchetes um fato que ocorreu em Belo Horizonte, sem ouvir o Deputado que ora vos fala, sem ouvir o matuto de Quixadá que estava sendo envolvido numa coisa dessas. Até aí muito bem, mas a imprensa neste particular, a imprensa que tão bem se conduz em relação a nós, deslizou neste particular. Digo isso alto e em bom som, porque respondo pelo que faço e pelo que digo.

O deputado João Viana, considerou desnecessária a defesa das personalidades citadas por falta de consistência e que o Procurador Fávila Ribeiro não suportaria o que foi dito pelo Correio do Ceará (ANAIS: Ses. 27 set. a 30 nov. 1968, p. 239-245).

Alguns dias depois, o jornal Correio do Ceará noticiou que o deputado Brasilino compareceu ao Plenário da Assembleia em companhia de seu advogado, o Dr. Ernane Uchoa, antes da reunião da Comissão de Constituição e Justiça e entregou um requerimento contendo certidões de ofício e um telegrama do Secretário de Polícia de Minas Gerais. O deputado voltou a afirmar a sua inocência aos jornalistas, afirmando que era o centro de uma trama que envolvia “interesses contrariados de seus inimigos políticos”, mas os desmascararia no devido tempo. Seu advogado confirmou as declarações do deputa-

do, declarando que ele era vítima de chantagem e logo seus acusadores seriam desmascarados (CORREIO DO CEARÁ, 12 nov. 1968).

O deputado, entretanto, teve a suspensão dos direitos políticos e cassado o mandato, através da publicação do Diário Oficial, do dia 14 de março de 1939, sem ter sido julgado ou comprovada sua participação nos furtos de carros. Juntamente com ele foram cassados os deputados Murilo Rocha Aguiar, Ernani de Queiroz Viana, José Firmo de Aguiar, Raimundo Ximenes neto, Haroldo Magalhães Martins, Luciano Campos Magalhães, Dorian Sampaio, Moslair Cordeiro Leite (OLIVEIRA, 2000, p. 312).

2.1 A DIVULGAÇÃO DA VENDA DE LICENÇAS DE DEPUTADOS E OUTRAS ACUSAÇÕES

As questões internas do parlamento cearense eram divulgadas pelos meios de comunicação.

No dia 2 de outubro de 1968 o deputado José de Figueiredo Correia criticou a divulgação, pelas emissoras de rádio, da notícia de que havia renunciado ao diretório estadual de seu Partido, por seu nome não ter sido encontrado entre os que concorreram à eleição do MDB, ocorrida no dia anterior. Ele explicou que comunicara ao deputado Mauro Benevides, no momento Presidente do MDB, que não aceitaria nenhum cargo no gabinete porque desejava ser livre, e acusou o informante de má fé, não querendo ficar vinculado a interesses partidários e não aceitou nenhum cargo (ANAIS: Ses. 25 set. a 28 nov. 1969, p. 52).

Posteriormente, o jornal *Correio do Ceará* divulgou a notícia de que o deputado Figueiredo Correia, na Tribuna da Assembleia Legislativa no dia 25 de outubro, declarou que o Sr. Eliezer Forte Magalhães, diretor da Recebedoria do Estado, acompanhado de um filho menor e de servidores dessa entidade, retirou durante uma madrugada, documentos do arquivo da repartição e uma máquina de autenticação de documentos e que o material foi transportado em uma caminhonete “rural” de propriedade do citado senhor, dirigida por seu filho menor, tendo sido reposta a máquina na manhã seguinte, quase à mesma hora. Não era conhecido o destino dos documentos. O jornal divulgou que o deputado acusou o governador Plácido Castelo de omitir-se na adoção de providências e advertiu que o Legislativo poderia ser levado a votar o seu *impeachment*. Ele responsabilizou o Governador da possibilidade de ser assassinado, pois vinha recebendo ameaças. Diante disso a bancada do MDB compareceu ao Palácio da Luz (Sede do Governo do Estado), a fim de solicitar “garantias de vida” para o parlamentar.

O jornal também divulgou que, durante o inquérito realizado, um dos servidores acusados negou os fatos e declarou “preferir morrer a dizer a verdade”. Entretanto, o Governador do Estado foi ameaçado por outro servidor no depoimento na polícia, ao declarar que revelaria “fatos que ele seria obrigado a mandar apurar e que lhe seriam sumamente desagradáveis”. Segundo declarações de Figueiredo Correia ao *Correio do Ceará*, tais ameaças eram intoleráveis e afetavam profundamente o princípio de autoridade, tendo reiterado a denúncia da ameaça dos fiscais ao Governador. Ele insistiu na crítica a Plácido Castelo, por ter ele telefonado ao Presidente da Assem-

bleia, reclamando contra a detenção dos fiscais sem seu prévio conhecimento. O deputado Figueiredo Correia considerou “um verdadeiro absurdo o Governador reclamar contra a detenção de indivíduos incriminados em graves irregularidades.

O líder governista Barros dos Santos defendeu o Governador e informando que ele já havia instaurado duas comissões de inquérito, uma na Polícia e outra na Secretaria da Fazenda para apurar as denúncias e o Correio do Ceará publicou a seguinte matéria:

O deputado Claudino Sales repeliu com veemência a sugestão que teria sido aventada a intervenção federal no Estado, o mesmo fazendo o deputado Aquiles Mota, em aparte dirigido ao deputado Luciano Magalhães que levantara a questão e afirmou que muito pior seria sem o Governador... Já o deputado Castelo de Castro criticou o noticiário da imprensa que veiculava reação violenta e ameaça dos fiscais detidos, afirmando que há vários incriminados e que a CPI não tolerará ameaças e na ocasião oportuna solicitará a decretação da prisão preventiva de vários agentes fazendários, citados por vários depoentes como envolvidos em graves denúncias. Fiquem sabendo os incriminados e os que os defendem, que a CPI não se intimidará e jamais abrirá mão de suas prerrogativas, disse o presidente.

Por sugestão da Mesa, o deputado Figueiredo Correia decidiu aceitar a proteção policial que lhe foi oferecida pelo Secretário de Segurança, embora tenha declarado que o fato de ter muitos soldados e policiais à sua volta poderia espantar os eleitores e não resolver o problema, acrescentando que “Robert Kennedy foi morto quando estava fortemente protegido.” (CORREIO DO CEARÁ, 25 out. 1968).

O deputado Gomes da Silva, então Presidente da Assembleia Legislativa reuniu os jornalistas credenciados da Casa, formulando apelo no sentido de que não fosse divulgada a notícia da venda de licenças de deputados, diante da “gravidade da denúncia”, até que “devidamente esclarecido” pela Mesa da Casa. Entretanto, o jornal Unitário publicou uma reportagem no dia 12 de novembro de 1968, informando que o deputado Barros dos Santos, líder do Governo na Assembleia Legislativa, declarou na presença de dois jornalistas e do deputado Guilherme Gouveia, que o deputado Raimundo Ximenes teria vendido sua licença de 120 dias ao suplente Francisco José Ferreira Gomes por “um milhão e seiscentos e quarenta mil cruzeiros antigos como ‘luvas’ e um milhão de cruzeiros por mês, correspondentes ao produto de reuniões extras realizadas no Legislativo Estadual” (CORREIO DO CEARÁ, 12 nov. 1968).

3 O AGRAVAMENTO DA RELAÇÃO DA IMPRENSA COM O LEGISLATIVO CEARENSE DIANTE DA PROMULGAÇÃO DO AI 5

Apesar do controle dos meios de comunicação pelos militares, a fase mais crítica para os *media* ocorreu com o Ato Institucional nº5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, no governo Costa e Silva. Posteriormente, no dia 6 de fevereiro de 1970, o Presidente Garrastazu Médici assinou o Decreto nº1077, de autoria do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, instituindo a censura prévia (CAPELATO, 1994, p. 16-17).

Um dia após a decretação do novo Ato, a Coluna do Castelo (Jornal do Brasil) comentou-o: “Ele é completo e não deixou de fora aparentemente nada em matéria de previsão de poderes

discricionários expressos (...). A medida estancou todas as fontes políticas de resistência ao governo, não deixando nenhuma válvula". No dia seguinte, a Coluna não apareceu no jornal. Seu autor, o jornalista Carlos Castelo Branco, foi preso e a partir dessa época teve início a censura prévia dos jornais (*Ibidem*, p. 55).

A imprensa cearense, entretanto, não assumiu posição contrária à censura imposta aos meios de comunicação e no ano de 1969, logo após a publicação do AI5, os deputados da Assembleia Legislativa foram objeto de várias denúncias publicadas nos jornais. A "compra de verduras", divulgada na imprensa local, foi outra denúncia contra os deputados da Casa. No dia 11 de março o deputado Fernando Melo levantou Questão de Ordem, indagando se procedia a denuncia da imprensa local, que muito o escandalizou e revoltou, de que o Poder Legislativo teria empregado vultosa quantia na compra de verduras. Embora não tivesse divulgado o nome do jornal ele leu a seguinte nota: "O deputado Claudino Sales, Presidente da Assembléia designou comissão para levantar as despesas do Poder em todos os seus setores, tendo em vista apurar o emprego irregular de verbas, sabendo-se até da aquisição de verduras que o Legislativo aplicou vultosas importâncias (10 a 12 milhões antigos)".

O deputado questiona a notícia: "Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que não dirá a população cearense quando ler uma notícia dessa, povo do qual somos ainda verdadeiros representantes." Para ele a notícia deveria merecer da Mesa, principalmente do Presidente da Casa, a quem caberia defender o Poder Legislativo, a solicitação de "um esclarecimento completo, integral e suficiente" para que os deputados não fossem

apontados “como verdadeiros usurpadores dos dinheiros públicos.” E, assim, solicitou ao deputado Claudino Sales, como Presidente da Assembleia Legislativa para dar, a partir desse momento em diante, “uma merecida resposta” a todas as acusações que visassem atingir a Casa. E acrescentou: “Se esta acusação for verdadeira pagaremos por este pecado, mas que as acusações não caiam todas sobre a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará”.

O deputado Gomes da Silva esclareceu que em sua administração não tinha apurado qualquer fato relacionado com a referida denúncia e afirmou que os fatos deveriam ser esclarecidos. Os jornalistas dados ao trabalho de “escandalizar a opinião pública”, de desejar levar a Assembleia à “execração pública”, deveriam se responsabilizar pelas “inverdades” publicadas. Diante disso, o deputado Almir Pinto sugeriu a solicitação de esclarecimentos ao jornalista responsável pela redação da matéria.

A compra super faturada de móveis (ou desaparecidos) pela Assembleia Legislativa também foi divulgada na imprensa local. O deputado Chagas Vasconcelos requereu da Presidência as medidas que resguardassem o nome do Poder Legislativo, pois não era possível receber “acusações generalizadas” sem uma atitude da Mesa da Assembleia no esclarecimento desses fatos, diante da possibilidade da cassação de mandatos. E continuou:

[...] Sobre as gratificações que Deputados recebem, a imprensa denominou aqueles que eram beneficiados e todo o povo identificou quem recebia essas gratificações devida ou indevidamente. Mas, sobre os móveis que teriam desaparecido, sobre as aposentadorias que teriam sido feitas sem o cumprimento das normas legais e agora esta acusação das verduras para a Assembléia Legislativa, nós

não podemos aceitar de braços cruzados esta acusação a todos os deputados da Casa. Quando um companheiro nosso diz que a imprensa procura sabotar os trabalhos desta Casa, eu quero discordar, porque se a imprensa noticia é porque há alguma informação a respeito do assunto. A imprensa não iria dar esta notícia sem que tivesse pelo menos indício sobre o assunto. É preciso que se esclareçam estes indícios e estas fontes e se a imprensa se negar a noticiar a versão dos fatos, que a Assembléia publique como matéria paga. Estou disposto a tirar de meus subsídios, mas dando nome aos bois, porque possivelmente na quinta-feira alguns companheiros sairão desta Casa pelo Ato do Conselho Nacional e estes companheiros não poderão sair daqui sem dignidade, pois todos os companheiros estão sendo atingidos por esta acusação. Eu faço um apelo, em nome da bancada do MDB e quero dizer a V. Exa. que estamos em oposição a esta medida e cobraremos desta mesa o cumprimento das resoluções, inclusive para com os membros de nossa bancada que forem encontrados em deslize para com os dinheiros públicos.

Em resposta, o Presidente Claudino Sales informou que vinha fazendo o possível para apurar as denúncias levadas ao seu conhecimento, tendo entrado em contato com o jornalista Wilson Fernandes do jornal Correio do Ceará e declarou “que ele tinha o dever moral e profissional” de fornecer os dados e elementos necessários para que a Mesa tomasse as providências urgentes e inadiáveis, que “caso de tão gravidade exigia.” Entretanto, o jornalista não deu retorno ao pedido do Presidente.

Portanto, o deputado Chagas Vasconcelos solicitou as providências da Mesa para punir aqueles que veiculavam notícias falsas e esclareceu, em relação à denúncia da “história das verduras”, que havia trabalhado para a Assembleia um ex-verdeiro. Diante disso, solicitou a publicação da “história verda-

deira”, ao considerar que havia “uma diferença muito grande” entre a situação de um verdureiro ter prestado serviço na Casa e “a Assembléia gastar dez milhões com verduras”... (ANAIS: Ses. 23 fev. a 8 abr. 1969, p. 135, 144-148).

No dia seguinte, 12 de março, no Grande Expediente, o deputado Cincinato Furtado Leite ocupou a tribuna para comentar, inicialmente, a campanha que vários setores da imprensa e de rádio difusão de Fortaleza e “setores de objetivos duvidosos” vinham desenvolvendo contra o Poder Legislativo, com “invenções grosseiras”, com “intrigas”, “aproveitando e exagerando qualquer deslize, deturpando de propósito os fatos” para que o Poder Legislativo fosse “mais desprestigiado, criando um clima de incompatibilidade entre a Assembléia e as normas governamentais moralizadoras, instituídas pela Revolução”.

Em seguida, Cincinato leu uma carta a ser enviada ao deputado Gomes da Silva, que na oportunidade se encontrava na Presidência, na qual relatava a “integral lisura na compra de móveis destinados aos arquivos da Casa” e o desenvolvimento de toda a transação durante sua permanência na 1ª Secretaria. O deputado informou que as acusações se tratavam de “um plano qualificado”, por pessoa que “tinha o direito de se vingar”, porque fora ofendida por ele e que tinha “poderes para fazer o mal quando entendesse”. Entretanto, declarou ter “fé em Deus” que essa pessoa não conseguiria feri-lo tanto quanto desejava e, assim, esperava contar com a lealdade de seus pares, aos quais pedia que o julgassem “com o maior rigor, aprofundando-se no problema, fazendo justiça”. Ele foi apoiado pelos companheiros e o deputado Marcelo Holanda, informou ter sido publicada matéria sobre o assunto no jornal O Globo, do Rio de Janeiro. Continuando, em sua defesa Cincinato relatou fatos que ante-

cederam a eclosão do golpe civil-militar diante de acusações de órgãos da imprensa:

[...] Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Revolução de 64 que aplaudi, embora não a tenha feito, nem participado em face do sigilo militar, encontrou-me como Secretário. Àquela época eu era também diretor do Círculo Militar de Fortaleza, convivendo com Comandantes de várias corporações militares aqui sediadas. Antes de ocorrer a Revolução, eu sabia, sentia de algum modo que ela ia acontecer, não que eles me deixassem transparecer, mas porque eu percebia o mal-estar. Na gestão do Sr. João Goulart, certa vez, vindo para onde se encaminhavam as coisas, eu e o Deputado Nogueira Diógenes combinamos comprar armas para fazermos a nossa resistência. Certa vez, sugeri ao Governador Virgílio Távora que armasse o povo contra a demagogia que caía. Também comuniquei a determinada autoridade militar que deveríamos fazer a nossa Revolução, antes que a anarquia dominasse. Eu não deveria revelar isto, mas é preciso que se diga. Devido à minha direção no Círculo Militar e minhas relações com militares, meu cargo de 1º Secretário naquela época e minha atividade na Presidência da Comissão de Sindicância contra o contrabando e ainda fiz do Cel. Hélio Lemos, diante das acusações da ala chamada comunista desta Casa, fui apontado por certas áreas como “dedo duro” e talvez como delator de companheiros, por ocasião das primeiras punições revolucionárias nesta Assembléia. Foi uma injustiça contra mim. Jamais fui procurado por militares para informações confidenciais e mesmo aqueles que privavam de certa intimidade, sempre respeitavam a minha condição de Deputado, evitando ferir a minha suscetibilidade. Somente documentos oficiais foram enviados às Forças Armadas aqui sediadas e outros recebidos pela Assembléia, remetidas por elas.

Mas senhores Deputados, o que se vem armando contra o Poder Legislativo para desacreditá-lo perante a opinião pública e os setores revolucio-

nários, é de uma desonestidade gritante. O caso em foco foi acrescido da circunstância de desejar certa empresa jornalística, poderosa e arrogante, me aniquilar politicamente, como vingança, por ter eu, certa vez, desmascarado um dos seus dirigentes, se julgando intocável e dono da Revolução, que a ignorava antes da sua eclosão, vinha se intrometendo em assuntos que não lhe diziam respeito... Mas o que pretendem meus inimigos é incompatibilizar-me com a República, apresentando-me como envolvido num escândalo que eles mesmos armaram e assim tornar-me indesejável, qualificando-me entre os que a Revolução deseja expurgar da vida pública do País, nesta hora histórica da vida brasileira que exige dos poderes dirigentes da Nação, medidas enérgicas e saneadoras. Mas enganam-se aqueles que arquitetam meu sacrifício político, com expedientes tão degradantes, pois jamais ficariam impunes...

Após finalizar a longa exposição, o deputado solicitou à Presidência a designação de uma comissão de deputados a fim de identificar as responsabilidades na referida compra de móveis, para “proceder imediatamente, a averiguação dos fatos” e “apurar em toda sua plenitude, se houve má fé, negociatas ou transação por interesses ocultos”, entre ele, como titular da 1ª Secretaria da Mesa em 1967, e a Firma fornecedora R. Martins.

Ao encerrar a reunião, a Presidência leu uma carta a ser enviada ao jornalista responsável pela publicação da matéria, tendo o deputado Temístocles de Castro e Silva sugerido que o documento fosse divulgado em todos os meios de comunicação.

A imprensa local se antecipou, divulgando ter a Comissão responsável apresentado relatório com o resultado das apurações sobre o “chamado caso dos móveis da Assembléia Legislativa”, e que também algumas providências foram tomadas a respeito do “caso das verduras”. Diante disso, o deputado

Chagas Vasconcelos solicitou informações à Presidência sobre o assunto, tendo o Presidente informado que no dia anterior, ao fim do expediente da tarde, a Comissão de Inquérito ou de Sindicância enviou o relatório, no qual foram sugeridas “diversas providências” que estavam sendo analisadas com a ajuda da Assessoria e seriam divulgadas por não se tratar de matéria sigilosa. Em relação ao “chamado caso das verduras”, a Mesa não se ocupou do assunto, por ser da área da Presidência, mas estava buscando mais informações e contatos para constituição de uma Comissão de Sindicância, pois o jornalista que divulgara a notícia se recusava a dar informações, não respondendo em que se apoiara para realizar a denúncia, nem apontara uma “pista ou ponto de apoio para uma investigação”. A Mesa iria tomar a iniciativa sem saber qual o ponto de partida para a investigação, pois a notícia era “vaga e indefinida”, com aspectos comuns de “meras calúnias”, informações sem dados precisos, não apontando “nada de concreto”, lançando algumas conclusões sem demonstrar os meios. Portanto, o presidente Claudino Sales informou que tomaria “providências mais concretas”, se outras não aparecessem para “acautelar o bom nome” da Casa e o respeito que ela e seus integrantes deviam e tinham “o direito de exigir perante a opinião pública”.

O deputado Marcelo Holanda solicitou ao Presidente a convocação da Assessoria Jurídica da Assembleia para orientar o assunto e dar um prazo para retratação do repórter responsável pela matéria ou “enquadrá-lo na lei de segurança da imprensa”.

O deputado Chagas Vasconcelos acrescentou outra denúncia, também do jornalista Juarez Temóteo na sua coluna do Correio do Ceará, ao fazer “uma indagação que deu no ar uma espécie de suspeita”, sobre quantos pneus a Assembleia havia

adquirido. E assim, solicitou a Claudino Sales a comunicação com o jornalista através de ofício, para esclarecimentos sobre o assunto, pois se comentava que a Assembleia havia comprado 800 pneus. O deputado procurou demonstrar a credibilidade do jornalista ao lembrar que ele era independente e seria “incapaz de lançar qualquer crítica sem fundamento”.

Diante dos questionamentos dos deputados Fernando Melo e Cincinato Furtado Leite, o Presidente declarou sentir-se “no dever de responder algumas questões”. Embora desconhecesse o número exato dos pneus consumidos pelos veículos da Casa no exercício de 1968, poderia de antemão informá-los ser “menos de 10% da quantia anunciada”. Portanto, a Presidência diligenciaria o levantamento do número exato para informar aos jornalistas e colocava-se à disposição para outras informações (ANAIS: Ses. 23 fev. a 8 abr. 1969, p. 185-190).

No dia 18 de março de 1969, o Presidente da Assembleia leu para os deputados o ofício enviado pelo jornalista Wilson Fernandes Rego, no qual não revelava a fonte da denúncia da “compra de verduras” e interpretava a atitude dos deputados como revolta em decorrência da situação política por eles enfrentada e das irregularidades encontradas na Casa pelo poder instituído, sem citá-los formalmente:

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do
Estado do Ceará

Deputado Claudino Sales

Nesta

Em atendimento à sua carta datada do dia 11 deste mês, solicitando informações sobre matéria publicada pelo jornal “Correio do Ceará”, temos a narrar-lhe o seguinte:

Fomos informados, por fonte que reputamos séria, honesta e idônea, cuja identidade não revelamos por questão de ética, de que um conhecido advogado, ao proceder levantamento nessa Augusta Casa, deparou-se com uma prestação de contas fazendo alusão à compra de verduras, num montante que oscilava entre 10 a 12 milhões de cruzeiros velhos.

Gostaríamos de lembrar a V. Exa. que outros órgãos de imprensa também comentaram o fato, como os jornalistas Tancredo Carvalho e Nazareno Albuquerque fizeram inserir em suas colunas no "O Povo" e "O Estado", edições dos dias 13 e 14 respectivamente.

Compreendemos, embora não justifiquemo-la nem queiramos classificá-la, a posição dos senhores deputados que contra nós investiram da tribuna da Assembléia. Fomos transformados em pólo em que se descarregam frustrações e recalques, gerados por uma situação pela qual não somos, em absoluto responsáveis.

Cremos que isso decorra da profunda comoção emocional que assalta parte dessa Casa e leva deputados a contra nós assacar na impossibilidade de atacar a força que pôs a nu o que de irregular se vinha processando na Instituição que V. Exa. dirige com probidade e eficiência.

Com essas explicações, entendemos que cumprimos com a obrigação da resposta tão enfaticamente reclamada e aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa. e à Instituição parlamentar, que tanta consideração e respeito nos merecem, os votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Wilson Fernandes de F. Rego

Fortaleza, 17 de março de 1969

Após a leitura da carta o deputado Gomes da Silva pediu a palavra para explicar que conhecia o advogado citado e declarou: “... tudo quanto este advogado fez a meu pedido, a serviço da Presidência, o fez sob minha aprovação, nenhum ato do dr. Josino da Costa foi feito sem que eu examinasse.” E assim, discordava da notícia, porque acompanhara o advogado nos trabalhos realizados, os quais foram por ele revisados. Explicou ainda ter o advogado passado os dias do período de carnaval trabalhando em sua residência a respeito de assuntos da Assembleia, quando ele foi Presidente e que era seu amigo e colega desde a Faculdade de Direito. Portanto, contestava as declarações do jornalista, pois o advogado citado era um profissional correto, competente e honesto.

O deputado Claudino Sales, como Presidente da Casa, concluiu que, com a carta e os esclarecimentos do deputado Gomes da Silva, foram prestadas as informações para os deputados e buscaria “dirigir o caso com energia, com profundidade”, para “revelar a verdade” em benefício daqueles que não estivessem envolvidos no incidente. Entretanto, citou as dificuldades para apurar o caso, pois o conteúdo da carta não informava quem teria dado a notícia ao jornalista, e solicitara mais informações sobre as “compras de verduras”, tais como: quem fez a compra, através de que processo, em que mês, em que dia, quando o fato teria acontecido realmente. Explicou ainda que, sem informações precisas, a notícia do jornal não era suficiente para ser considerada verdadeira. E, assim, em data oportuna, analisaria o caso com a Mesa e depois traria ao conhecimento do Plenário qualquer providência que fosse indicada para resguardar o nome da Casa.

Pela ordem, o deputado João Frederico solicitou a palavra para parabenizar o Presidente, declarando que resultariam em “uma providência muito enérgica”, pois no seu entender, não poderia deixar de ser a de uma interpelação judicial ao repórter Wilson Fernandes, por não informar a fonte embora tenha declarado que era “honesto, decente, direita”, apelando a um “inexistente sigilo profissional”, mas nada respondeu para efeito de punição do “possível culpado”. Ele acrescentou:

Esta Casa, em legislatura passada, sofreu calúnias de que todos os deputados daqui eram contrabandistas. Lembro-me que o então Deputado Edival Távora fez com que se constituísse uma CPI e todos os jornalistas desfilaram neste Plenário sem que nenhum deles tivesse a coragem de apresentar os deputados contrabandistas. Como naquele tempo, eu exigiria agora, que esse jornalista em referência, trouxesse as provas ou fosse interpellado judicialmente, porque ele não pode, a título de furo jornalístico, de sensacionalismo, estar nos atacando descaradamente, a ponto da Rádio Bandeirante estar divulgando que aqui se compram verduras, que o vegetarianismo campeia na Assembléia do Estado, como em nenhuma outra região do mundo.

Concluindo, ironizou:

O que é certo é que este cidadão não sabe de nada. Em sua carta diz apenas que a fonte de informação é um advogado e enquanto ele não conseguir apontar provas, todo o Brasil já sabe que a Assembléia do Ceará teria comprado verduras, taxando-nos de vegetarianos, o que não constitui verdade, pois, de minha parte, posso assegurar que sou um animal essencialmente carnívoro.

Ainda no mês de março, no dia 28, o jornal Correio do Ceará publicou uma “Manchete de primeira página” denunciando a

compra de sanduíches pelos parlamentares durante a ocasião de uma CPI. No mesmo dia, o deputado Castelo de Castro, como presidente da Comissão, solicitou a palavra para esclarecer que, diante da reunião ter se estendido até a madrugada, autorizou a despesa para a compra dos sanduíches, adquiridos no restaurante Café Belas Artes, como também água mineral e refrigerantes para dezoito de seus integrantes, mas também para aqueles que, direta ou indiretamente, prestavam serviços ou colaboravam na atividade: “o escrivão, três datilógrafas, o serviço de rádio, os vigias da Casa e também os membros da imprensa, que muitas e muitas vezes, também se serviram dos sanduíches”.

Diante disso, o deputado João Frederico sugeriu o levantamento das sessões e dos sanduíches, do número de pessoas, argumentando que toda denúncia que fosse lançada deveria ser “escavacada da Tribuna da Assembléia, lavada, enxaguada, dando toda resposta – como foi o caso do jornalista Wilson Fernandes”. Embora conhecesse o jornalista desde o tempo em que começou a “escrevinhar no Diário do Povo”, não lhe tinha rancor, mantendo com ele relações de amizade, mas entendia que a Presidência da Casa, nesse momento devia fazer como se faz no sertão:

[...] No sertão é assim: o sujeito diz a minha terra pára aqui. O contratante diz: Não, é ali. Chega o confinante e diz: Não, é acolá. Gera o atrito e bate-se à porta da Justiça para dirimir aquela questão de limite. A Presidência poderia muito bem bater à porta da Justiça com uma interpelação judicial. Aí já não acontecia mais o que aconteceu ontem. No “Correio do Ceará” de ontem, o Presidente deu uma nota, na primeira página, e na segunda página o jornalista Wilson Fernandes desmente a nota do Presidente. Hoje a Rádio Dragão do Mar já vem com outro ponto de vista.

E depois já vem também o Sindicato dos Jornalistas. Então vamos ver quem tem direito, dirimindo as dúvidas. O Juiz então, certamente, mandaria vasculhar toda prestação de contas da Assembléia para responder à interpelação judicial. E se V. Exa. não quiser ter esse trabalho eu me encarrego de mostrar a V. Exa. que quem não fosse camelo não poderia freqüentar as reuniões sem comer talvez um sanduíche por noite.

O Presidente Claudino Sales agradeceu as explicações e o deputado Almir Pinto solicitou um aparte para perguntar se a notícia do jornal divulgava “hum milhão e quinhentos mil”, pois não estava esclarecido se eram cruzeiros novos ou cruzeiros velhos e acrescentou: “Porque da maneira como está dito aí na nota entende-se que a Assembléia comeu hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros de sanduíches.”

O deputado Themístocles considerou a “nota perversa” e comentou que servir alimento ou refrigerante se tratava de uma prática usual de Ministérios, Palácio do Governo e outras instituições quando recebiam autoridades ou necessitavam trabalhar até altas horas e essas entidades nunca foram criticadas. O deputado Castelo de Castro concordou com o fato e declarou que ocorreu “inegavelmente uma maldade” pelo autor não explicar a quantia exata, dando margem para confundir o público quanto à despesa realizada.

Foi comentado que se fossem comparados com os gastos do Poder Executivo chegariam facilmente à conclusão de que as despesas da Assembleia eram mínimas. Castelo de Castro declarou que esse fato vinha “comprovar certa malícia” e os deputados sugeriram que o Presidente, além de ir à Justiça fosse

à direção do Jornal para perguntar se o valor citado era um “erro tipográfico ou desconhecimento do estudo de números decimais” e o deputado Figueiredo Correia acrescentou que até o café e a água mineral bebida na Assembleia eram custeados pelos deputados.

O deputado Aquiles Peres Mota solicitou um aparte para declarar que não se surpreendia com a notícia do Correio do Ceará, porque já estava bem identificada que uma certa área da imprensa vinha atacando sistematicamente a Assembleia, pois havia exploração de tudo o que fosse contra ela. Tratava-se de uma imprensa “incapaz de dizer alguma coisa de positivo” e noticiava tudo quanto era negativo “com o maior estardalhaço”. O deputado considerou os gastos com sanduíches uma “despesa normal” e a imprensa usou o fato para surpreender o “grande público”, desconhecedor dos detalhes do funcionamento interno de um Poder Legislativo ou Tribunal de Justiça ou do próprio Poder Executivo e acrescentou:

Porem o que a imprensa não diz é que os repórteres dos Diários Associados foram os mais glutões, foram aqueles que comeram mais sanduíches, porque os Diários Associados são aqueles que têm mais redatores credenciados nesta Casa. É o Unitário, o Correio, a televisão e a PRE-9. Por esta razão os repórteres dos Diários Associados foram os que comeram mais.

O deputado Fernando Melo lembrou que tal notícia tinha o “propósito de criar um escândalo” e não devia ser discutida sem vinculá-la ao caso da compra de verduras. O deputado Themístocles sugeriu ao deputado Castelo de Castro como Presidente da Comissão que autorizou a despesa, a publicação de uma nota de esclarecimento, antes da opinião pública

tomar posição diante da notícia. Como o jornalista do “caso das verduras” ficara impune, o deputado João Frederico concluiu que, novamente, ele encontrou outra notícia escandalosa e assim, advertiu sobre as consequências de tais denúncias repercutirem sobre a possibilidade da Assembleia ser fechada pelo Governo Militar:

[...] Tudo é como disse o Deputado Aquiles Peres Mota, eles só ficam ouvindo e querem efetivamente o fechamento desta Assembléia. Isto é o que eles querem, mas daí é que compete ao Presidente da Casa tomar as providências e nós lavarmos tudo o que eles disseram e chamá-los a provar o que disseram e, pelo que vejo, eles não têm capacidade de provar nada e aí vem esta desmoralização do Poder Legislativo e aqui estamos nós, homens de bem, muito mais do que os que nos acusam a recebermos estas maldades.

Após o Presidente Castelo de Castro agradecer as sugestões, o deputado Themístocles esclareceu não haver necessidade de gastar dinheiro com Nota Oficial porque, de acordo com a Lei de Imprensa, assistia à Casa o direito de publicar uma carta com o mesmo destaque da nota anterior. O deputado Wilson Machado comentou a inconsistência do documento com a denúncia de baixo índice de sessões, diante da informação do Presidente de já terem sido realizadas mais ou menos quarenta sessões legislativas. Portanto, concluía que a nota tinha a finalidade de enxovalhar o Poder Legislativo (ANAIS: Ses. 23 fev. 1969, p. 200-304).

As divisões internas no grupo da ARENA eram expostas pela imprensa conforme nota publicada no matutino O Unitário. No dia 13 de maio de 1969, no pequeno expediente, o deputado Barros dos Santos ocupou a tribuna para informar

que este Jornal, na coluna sob a responsabilidade do jornalista Pádua Lopes, atribuiu a ele, como líder do Governo, a interferência junto ao deputado Themístocles, no sentido dele não se pronunciar em Plenário sobre a situação econômico-financeira do Estado. A nota tinha o seguinte teor:

GOVERNO PEDE TRÉGUA.

Advertido pelo comentário desta coluna, no domingo passado, de que o Deputado da ARENA, Themístocles de Castro e Silva iria ocupar ontem a tribuna da Assembléia Legislativa, para dirigir críticas à política de contenção de despesas do Estado, o Governador Plácido Castelo mobilizou sua liderança visando a convencer aquele parlamentar a desistir de seus intentos. Assim, o Deputado Themístocles de Castro e Silva foi ontem abordado pelo líder Barros dos Santos para lhe convencer da inoportunidade de seu discurso no momento e apelou para que, mesmo que o parlamentar não desistisse inteiramente de seus propósitos, pelo menos, os transferisse por alguns dias.

Obviamente, o Deputado Themístocles de Castro e Silva não pode deixar de atender ao pedido governamental trazido pela palavra do líder da ARENA, mesmo porque ele tem de se comportar dentro do que lhe baliza a fidelidade partidária. No entanto, o parlamentar optou pela segunda alternativa que lhe foi apresentada pelo Líder, expressando que apenas adiaria para outro dia desta semana o seu discurso de

crítica. Enquanto isso, ele se reservaria o direito de obter maiores informações e de conseguir maiores dados que comprometam a administração estadual.

O deputado Barros dos Santos continuou seu pronunciamento, declarando tratar-se de uma inverdade do repórter por mais uma vez envolver seu nome em publicações inverídicas.

Admitiu ter aconselhado ao deputado não ser muito favorável aquele dia para o seu discurso, “que se anunciava violento”, porque teriam muito o que fazer e seu pronunciamento tomaria grande parte dos trabalhos da Assembleia. Mas, segundo ele, “o repórter saiu de seus cuidados, que deviam ser mais precisos e publicou uma inverdade sobre aquilo que não se passou”.

O deputado Themístocles, ao pedir um aparte ao colega, deixou bem clara sua posição em relação ao governo de Plácido Castelo:

Eu anunciei aos jornais que iria fazer um discurso censurando o Governo pelo seu indiferentismo em face da situação de verdadeira calamidade porque passam as finanças do Estado. Mas a imprensa saiu com um noticiário muito vasto. Então segunda-feira, V. Exa. me falou exatamente isso que V. Exa. está dizendo, porque se V. Exa. falasse em nome do Governador eu não o teria atendido... Agora, se fosse em nome do Governador eu não o atenderia porque, se o Governador não me tem consideração, também não devo nenhuma consideração ao governo... Então, adiei o discurso. V. Exa. tem razão.

Continuando, Themístocles afirmou: “Hoje, já estou informado de que dizem que atendi a V. Exa. com medo de ser expulso da ARENA. Para mim a ARENA está falida. Se me expulsarem será um favor” (ANAIS: Ses. 9 abr. a 16 mai. 1969, p. 266-268).

O atraso do pagamento dos professores gerou discussão entre os deputados da ARENA e também foi desvirtuado pelo jornal Tribuna do Ceará. O deputado Wilson Machado solicitou um aparte para informar:

Na edição de sexta-feira do jornal “Tribuna do Ceará” um certo professor se dizendo representante dos professores contratados do Estado, fez uma declaração altamente contrária à Assembléia e em particular a nós Deputados, chegando até a dizer que nós estávamos fazendo chantagem acerca da mensagem do Governador do Estado para o pagamento dos atrasados dos professores contratados. É uma inverdade Sr. Presidente, e sei que a Presidência já tomou a iniciativa de escrever ao jornal que deu a nota, explicando os fatos. Não poderia deixar ficar sem o protesto da Assembléia, nem ficar calado diante desta situação que não é verdadeira.

Ao citar a notícia do jornal, o deputado Epitácio Lucena declarou que possivelmente o professor teria sabido apenas da informação, a qual poderia ter saído do Palácio da Luz, pois a nota divulgara ter o Governador enviado a Mensagem relativa ao assunto e a Casa retardou em aprová-la. Barros dos Santos mostrou-se contrário a tal afirmação, mas reclamou providências. O deputado Themístocles, citando o Regimento da Assembleia lembrou que o Presidente era o “responsável pela dignidade, pelo conceito do Poder Legislativo” e que encontraria “os meios disponíveis” para adotar as providências requeridas pelo caso.

A discussão dos deputados sobre a construção do Estádio Castelão também foi motivo de querelas políticas entre os deputados e o Governador com a adesão dos jornalistas do jornal O Estado. No dia 21 de agosto de 1969 o deputado Fernando Melo ocupou a tribuna para solicitar informações sobre “os empreendimentos do Castelão”. O deputado acusou o Governo do Estado de divulgar nota através da imprensa, citando “políticos inescrupulosos” e, assim, atingindo “uma área total de políticos”, na qual ele estava incluído. Segundo Fernando Melo, como os deputados que teceram

críticas ao Castelão, mereciam “o maior respeito” e, como o último que fez pronunciamento a respeito do assunto foi ele, achou-se na obrigação de, perante a Tribuna, pedir ao Governo, por intermédio do líder da Casa, para prestar os esclarecimentos que estava a dever, identificando e dizendo os nomes dos políticos inescrupulosos, ou então, desmentindo esse matutino.

O deputado esclareceu que não estava fazendo acusações ao Governador Plácido Castelo, nem aos dirigentes da obra, mas tinha “o propósito mais do que honesto e patriótico que cabe ao deputado de pedir informações que estavam a ser exigidas pela população do Ceará”. Ele citou que automóveis estavam sendo vendidos a preço abaixo do custo pela FADEC para pagar as dívidas e declarou que seus propósitos, tanto em outra oportunidade como na ocasião, eram o de esclarecer, a fim de que os comentários desairosos não se avolumassem ainda mais. Esclareceu ainda, que apesar dos “bons propósitos”, com que dirigiu o pedido de informação, encontrou nesse dia “com espanto, com que pasmo, com que revolta”, a manchete de um dos jornais, com a seguinte chamada na primeira página: “Políticos inescrupulosos querem acabar com o Castelão”.

Ao ser inquirido sobre o responsável pela notícia o deputado Fernando Melo declarou ter tido o cuidado de informar-se a respeito, mas não pretendia declinar o nome do jornalista, informando apenas que o mesmo trabalhava no “birô” (bureau) do Governo. O deputado Barros dos Santos (líder do Governo) acrescentou então, que era O Estado, a seu ver “um jornal incrédulo” e acrescentou que, como meio de comunicação, deveria ter dado “corajosamente” o nome do jornalista e não dar ao Governo a responsabilidade do fato. Não entendia que Governador fosse o responsável “por

uma frase solta, sem lógica” e ele nem iria examinar o responsável “por uma declaração dessa” (ANAIIS: Ses.1ºago. a 24 set. 1969, p. 130-134).

4 A DEFESA DOS DEPUTADOS ÀS CRÍTICAS DA IMPRENSA SOBRE APOSENTADORIAS, PENSÕES E À REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR

A acusação de adulteração e concessão de aposentadorias também foi objeto de nota publicada nos meios de comunicação. No dia 11 de setembro de 1969 o deputado Mozart Gomes de Lima ocupou a tribuna para prestar esclarecimentos a respeito de uma nota publicada no dia anterior no jornal O POVO, acusando-o de envolvimento com adulteração de aposentadoria. O deputado esclareceu o assunto, informando ter sido procurado por uma professora do Interior do Estado, para encaminhar “um protocolo de documentos”, que ela havia requerido na Rede Viação Cearense (RVC), e solicitou-lhe tomar providências no sentido de encaminhá-lo com a maior brevidade possível. Mozart Gomes argumentou que, como deputado, tendo sido votado pela professora, era “amigo particular de sua família”, não poderia se negar em “fazer aquele favor”. Portanto, entrou em entendimento com um funcionário dessa Instituição, solicitando-lhe providenciar a certidão de tempo de serviço o quanto antes para que a referida moça pudesse providenciar sua aposentadoria. Algum tempo depois recebeu a certidão e deu entrada do pedido na secretaria no Departamento de Assistência Social da Previdência (DASP). Porém, no dia 18 de agosto do corrente ano, foi publicada uma nota no jornal O POVO, segundo a qual a certidão daquele tempo de serviço

seria fictícia. Como não se sentiu responsável pelo ocorrido, tendo apenas ido à RVC para receber o documento, não deu resposta à imprensa. Entretanto, foi informado por um amigo que o Correio do Ceará tinha publicado uma “nota estarrecedora” a seu respeito, divulgando que ele havia sido indiciado em um processo crime. Acompanhado de seu advogado Dr. Evaldo Ponte, dirigiu-se ao Fórum e constatou que, após serem consultados os autos minuciosamente, não foi encontrado nada que desabonasse sua conduta, ou que permitisse qualquer acusação contra ele, pois em nenhum dos depoimentos prestados naquela repartição o comprometeram em alguma coisa.

O deputado Mozart Gomes esclareceu que prestava esses esclarecimentos a exemplo de seus pares, os deputados Figueiredo Correia e Joaquim Barreto, ao deixar claro que ficassem a vontade no caso de chegar à Casa um pedido de licença para processá-lo e declarou: ...”eu receberei os castigos da Lei, se realmente for culpado e, ao contrário, saberei responder à altura. Vv. Exas. fiquem à vontade, pois eu me conduzirei da mesma maneira como me tenho portado até agora, com dignidade e calma” (ANAIS: Ses. 1º ago. a 24 set. 1969, p. 255-257).

A Gazeta de Notícias criticou a proposta de Emenda à Constituição do Estado para conceder pensão aos ex-governadores. No Plenário da Assembleia o assunto foi comentado no dia 29 do mês de maio de 1970 pelo deputado Armando Aguiar, o qual leu alguns trechos do Editorial:

Algumas iniciativas profundamente estranhas começam a surgir na Assembléia Legislativa e há quem afirme, sem reservas, que o fato resulta da aproximação do pleito eleitoral, pois o que os

seus autores pretendem, sem qualquer dúvida, é angariar simpatias que possam se transformar em votos ou movimentar possibilidades que resultem na obtenção de sinecuras ou polpudos empregos.

O deputado interrompeu a leitura para explicar que a medida não traria votos e continuou:

A iniciativa do deputado Armando Aguiar, que iniciou o processo de reversão a um passado não muito distante, vem encontrando séria oposição, notadamente por parte da imprensa que não regateia palavras no sentido de demonstrar a inconveniência dessas manifestações de descabida liberalidade com os dinheiros dos cofres públicos.

Na verdade Cr\$ 3.000,00 aos ex Governadores, não se sabe a título de que, não encontra nenhuma explicação aceitável, parecendo mais uma manobra de envolvimento, da qual, por extensão, ele próprio seria beneficiário.

Traduzido para a linguagem corrente, isso significaria dizer que o deputado Armando Aguiar se enfileiraria entre aqueles que pleiteiam um lugar no Conselho de Assistência Técnica aos Municípios (ou de expressão semelhante), de tal modo que possibilitando uma razoável complementação às rendas do Sr. Plácido Castelo, pudesse receber, em troca, a garantia de sua designação para o cobijado lugar. E, contando – o que seria ainda mais importante – com a cobertura dos demais ex Governadores, uma vez que todos, como já vimos, seriam indistintamente beneficiados.

O deputado encerrou a leitura do Editorial e reafirmou sua defesa, voltando a explicar que a Emenda foi de iniciativa própria, visando cumprir dispositivo constitucional, por entender que os benefícios concedidos aos ex Presidentes da República se adaptariam “muito bem aos ex Governadores de Estado”.

Entretanto, esclareceu que era uma Emenda a ser submetida aos deputados nas Comissões e depois ao Plenário da Assembleia, acrescentando ter a proposta da pensão o valor de C\$ 1.700,00 e não de C\$ 3.000,00 e que não fazia a proposta “em troca” do que quer que fosse.

Diante das constantes críticas da imprensa ao tipo de representação política exercida pela Assembleia, o deputado Ézio Pinheiro assumiu atitude irônica na discussão sobre a predominância dos incentivos do Governo do Ceará à agricultura em detrimento da pecuária. Como a pecuária era considerada pelos deputados uma atividade mais rendosa do que a primeira, e o crescimento dessa atividade, com a instalação de uma indústria de rações balanceadas, aumentava a produção do gado leiteiro, o deputado Ézio Pinheiro declarou ironicamente: “Deputado Franklin Chaves a informação que V. Exa. acaba de prestar é por demais interessante e acredito que a imprensa poderia nos ajudar nesses informes, já que ela tem sido sempre muito generosa, publicando tudo o que se passa nesta Casa...” (ANAIS: Ses. 17 jun. a 03 out. 1970, p. 34).

Embora ainda estivessem sob a vigência do AI5, as críticas divulgadas nos meios de comunicação foram diminuindo, entretanto são encontradas denúncias dos deputados nos Anais da Assembleia Legislativa quanto a “pronunciamentos indevidos”. No dia 30 de maio de 1972, quando o deputado João Frederico ocupou a Tribuna para informar que, “apesar de reconhecer a importância do papel da imprensa na sociedade, na circulação de notícias e do papel de fazer a história moderna”, negava as declarações que teriam sido feitas por ele, embora

não explicasse quais eram, e que foram publicadas no jornal Tribuna do Ceará:

Este respeito e admiração, entretanto, não me coíbem pelo contrário me estimulam a protestar da Tribuna desta Casa contra o conceituado jornal Tribuna do Ceará que ontem, na sua segunda página inseriu comentários de natureza política, de conseqüência as mais variadas, como entrevista minha, como declaração minha. Qual não foi minha surpresa quando ontem a cerca de meia noite, no Município de Irauçuba, quando vinha de Sobral para esta Capital, leio as minhas declarações que a maior foi para o próprio declarante. Assim, Sr. Presidente, servindo-me de um direito que me é assegurado como cidadão e sobretudo como homem público, protesto integralmente contra as normas a mim atribuídas, dizendo para que conste nos Anais da Casa e fazendo um apelo aos demais órgãos aqui acreditados de que jamais, nunca em tempo algum prestei qualquer declaração a qualquer funcionário da Tribuna do Ceará. Era o que tinha a dizer (ANAIS: Ses. 29 mai. a 12 jun. 1972, p. 25).

Apesar de elogiar o trabalho da imprensa como “valoroso” por divulgar as atividades da Casa para o público, o deputado Chagas Vasconcelos, único orador do Grande Expediente do dia 25 de maio de 1973, chamou a atenção dos jornalistas para não aceitarem informações que procurassem “desvirtuar o nome do Poder Legislativo”, como as da nota divulgada nos jornais comentando a CPI recém instalada na Assembleia. O deputado concluiu o pronunciamento com elogiosas referências aos componentes dessa Comissão, “pelo desempenho de suas atribuições e elucidação dos fatos para os quais foi instituída” (Ata 32ª Ses. Ord., 3ª Ses., 18ª Leg.).

5 AS CRÍTICAS AO POSICIONAMENTO DOS DEPUTADOS EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DO GOVERNO MILITAR

A imprensa de outros Estados também assumia uma postura crítica em relação a atuação dos deputados do Nordeste. No dia 29 do mês de junho de 1970 o deputado Fernando Melo solicitou a palavra para declarar sua “revolta” ao ler a reportagem do *Jornal do Brasil* do dia 21 desse mês, com o título *Caiu a cotação da Política*, criticando, principalmente, a posição assumida pelos políticos do Nordeste em rejeitar política de Integração Nacional do Governo Militar com a construção da Transamazônica. E, assim leu a nota publicada:

Brasília (Sucursal) - A cotação dos políticos na bolsa do Governo caiu ainda mais esta semana, depois de prolongado período de forte baixa, ao fim do qual o mercado parecia ter estabilizado bem perto do fundo do poço. Por enquanto, não há perspectiva de recuperação. Estão, contudo, bem identificados os motivos da queda moral, todos relacionados com a recente visita do Presidente da República ao Nordeste para verificar de perto o problema da seca e examinar as providências necessárias para enfrentá-lo. Já é alguma coisa, pois, a partir do conhecimento das causas do fenômeno será possível vislumbrar as linhas prováveis da evolução do quadro.

Feito o balanço da sua atuação naquele episódio, o Governo concluiu ter alcançado excelentes resultados. Mas reclama que tal desempenho foi obtido às suas próprias custas e apesar dos políticos da região, os quais não teriam contribuído com qualquer sugestão aceitável. Do próprio seio do Governo vem a informação de que se agravaram as prevenções revolucionárias contra os políticos.

O deputado Fernando Melo interrompeu a leitura para lembrar ser do conhecimento público que a Casa tomara a iniciativa de formular um plano, entregue ao Presidente da República, que muitos dos pontos constantes do mesmo foram aceitos por ele e divulgados através da Agência Nacional, inclusive a iniciativa de convidá-lo para visitar o Nordeste. O artigo do Jornal criticava a carta do Senador Dinarte Mariz, do Rio Grande do Norte, dirigida ao Presidente da República, concluindo:

O que ele pede em resumo, diz o informante, é dinheiro do Banco do Brasil para os proprietários de terra, devolução dos juros debitados aos que estejam em atraso, baixa de impostos e a presença do Exército nas frentes de trabalho para evitar possíveis confusões e infiltrações de agitadores. E a isso ele chama de ‘uma tomada de posição revolucionária’.

A nota ressaltava segundo o informante, “altamente credenciado”, que o Governo constatou manter-se “inalterada a mentalidade dos políticos do Nordeste, os quais continuariam apegados ao velho paternalismo”, e só se preocupavam com “medidas paliativas, que não resolviam qualquer problema”, mas consolidavam a posição “como intermediários beneficiados entre o Governo e o povo.” Constava na nota que a mesma fonte informou ter partido de políticos “o conselho repellido e denunciado pelo Presidente no discurso do Recife” para não visitar a Região. O artigo citava que o Governo “teria se irritado” com a frieza dos políticos ao receberem o Plano de Integração Nacional, que tinha na construção da Rodovia Transamazônica sua “espinha dorsal”, uma alternativa para a “conquista da Amazônia” e a “implantação de soluções definitivas para o problema do Nordeste”. Segundo o deputado, o articulista de-

clarara que o Governo até entendia a incompreensão dos políticos da Bahia e de Pernambuco, “grandes pólos de industrialização na região”, diante dos desvios de recursos produzidos pelos incentivos fiscais para construção da Rodovia. Entretanto, não entendia o porque da rejeição de políticos da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Piauí, e do Maranhão. Concluindo seu pronunciamento, o deputado Fernando Melo criticou a proposta do Governo Federal e defendeu uma política de incentivos para a Região do Nordeste:

Ora, Sr. Presidente, o que eles pediram por meu intermédio nesta Casa, foi a modificação da estrutura agrária do Nordeste, foi um investimento dos incentivos fiscais para os proprietários, para que tivessem meios suficientes para a agricultura modificar o *hinterland* cearense. Isso não é paternalismo.

Entendo, Sr. Presidente, como obra de integração nacional a construção da Transamazônica, mas não a entendo como obra que possa trazer de imediato, resolução para qualquer dos problemas que estão atingindo o Nordeste. Pelo contrário, a retirada dos incentivos fiscais da SUDAN, SUDENE, SUDEPE, etc., representam 30% a menos nos projetos agrícolas que viriam para o Nordeste. São 30% a menos de condições de vida que terão os nordestinos no futuro (ANAIS: Ses. De 17 jun. a 03 out. 1970, p. 69-73).

6 A ATENUAÇÃO DOS CONFLITOS NA RELAÇÃO ENTRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O LEGISLATIVO

Com os prenúncios da abertura política, no dia 15 de abril de 1975 o deputado Chagas Vasconcelos assumiu a tribuna para

declarar que vinha constatando “com alegria a união de todas as forças nacionais”... “no sentido de soerguer ou de dar o maior relevo às atividades do Poder Legislativo em nossa Pátria.” O deputado defendeu a divulgação das atividades dos deputados, através da imprensa falada e escrita, ou seja, em “todos os meios de comunicação” para que o povo tomasse conhecimento do que se passava nas Casas Legislativas. Ele explicou que essa providência deveria ser realizada com o “mínimo de despesas” e reconhecia que dispunham de um Comitê de Imprensa. Portanto, sugeriu que a Presidência entrasse em entendimento com este setor para intermediar os contatos e conseguir a divulgação dos trabalhos da Assembleia por um preço acessível.

O deputado EufRASINO Neto explicou que o jornalista Paulo Tadeu informava diariamente, através da Rádio Iracema, as atividades da Casa. O deputado Alfredo Marques acrescentou que o Poder Legislativo precisava se “promover sem preocupar-se com despesas” para divulgar os trabalhos, tanto na Capital, como no Interior do Estado. O deputado Wilson Machado concordou, acrescentando que algumas matérias eram publicadas e outras não e comentou:

[...] alguns deputados não têm cobertura na imprensa, por falta de ligação. Se houver, realmente, uma resenha, matéria paga, então sairá tudo o que acontecer nesta Casa, independente da amizade particular que prevalece muito ainda. Há muitos Deputados que não gostam de ir ao jornalista pedir para divulgar aquela matéria e esperam que ele divulgue espontaneamente e, às vezes, há muito trabalho, muita coisa e ele esquece...

Chagas Vasconcelos acrescentou que embora algumas vezes o jornalista entendesse que uma matéria não valia como notícia,

mas existiam outras pessoas do Interior do Estado, “com outro nível cultural” que estariam interessadas na matéria e, se houvesse divulgação, todos os assuntos tratados na Casa seriam levados ao conhecimento do público (ANAIS: Ses. 03 abr. a 8 mai., 1975, p. s/n).

As transformações do cenário político nacional, com a possibilidade da abertura política, repercutiram também na relação da imprensa com o Legislativo, o qual passou a receber apreciações favoráveis dos jornalistas credenciados, segundo informou o deputado Fausto Arruda, na sessão do dia 16 de abril de 1975, ao analisar as atividades do ano, embora não tivessem ainda ocorrido 60 dias de trabalho. Na ocasião o deputado Aduino Bezerra assumiu o governo do Estado; ocorreu na Casa uma renovação no quadro de deputados após o período eleitoral, com novos deputados, outros concorrendo pela 2ª ou 3ª vez. E assim, o deputado solicitou permissão para ler o artigo produzido pelo jornalista, professor e sociólogo Américo Barreira na coluna publicada aos domingos, provavelmente no jornal O Unitário, intitulada *Municipalismo*.

No artigo, o jornalista Américo Barreira iniciava com um “prognóstico” favorável a atuação da Assembleia na Legislatura vigente. Segundo ele, o Plenário estava “mais ágil, os pronunciamentos mais sérios e mais fundamentados” despertando debates, “além de abordarem problemas de real importância”... Elogiou a Frente Parlamentar Municipalista, como uma “réplica à frente de igual nome que, sob inspiração da Associação Brasileira de Municípios, existiu na Câmara Federal na década de 50 até 1964”, o que, segundo ele, prenunciava “um tratamento

diferente” a ser dado aos municípios do Ceará. Para o autor do artigo, o ex-governador Cesar Cals teve uma “administração criticável” por não ter resolvido “nenhum problema estrutural do Estado”, embora tenha gasto muito na Educação e Saúde, que se manteve com “péssima qualidade”; atribuiu percentuais mínimos à economia do setor primário, “senão irrisórios”, agravando a “atuação falha e ineficiente da Secretaria da Agricultura e da Codagro.” O articulista considerou como “digna de aplausos” a iniciativa do deputado Chagas Vasconcelos ao propor uma Comissão de Inquérito para apurar o “fato com todas as aparências de escândalo e locupletação”; criticou o pronunciamento do deputado Antônio Câmara por não apontar a falta de pagamento das obrigações do Estado para com o Instituto de Pensões do Estado do Ceará (IPEC); considerou original e “de grande senso de oportunidade” a proposta do deputado Alfredo Marques para criar uma Comissão Especial da Assembleia, com o objetivo de realizar um estudo circunstanciado da economia estadual, individualizando projetos maiores, locais e regionais com vistas a encontrar a integração desses projetos e uma melhor definição das escassas vocações da economia do Estado, criticando os projetos em andamento. O jornalista concluiu: “Não nos interessa ter o que o Governador Adauto Bezerra anunciou, em excelente economez: UM ABUNDANTE ESTOQUE DE DESEMPREGADOS. O que queremos é um desejado estoque este sim, de reais oportunidades de emprego” (ANAIS: Ses. 03 abr. a 8 mai., 1975, p. s/n).

Apesar da melhoria das relações entre o parlamento e a imprensa, no dia seguinte, ao refutar a notícia da criação de uma Secretaria Política pelo Governo do Estado, o deputado Paulo Bonavides acusou o jornalista Tancredo de Carvalho de divul-

gar “notícias tendenciosas”, procurando “crivar” a Casa de “injustiças, fazendo insinuações” e continuou:

[...] Quem tiver lido hoje, ontem ou anteontem, há de ter sentido como eu, a maneira perversa com que ele está querendo jogar a bancada da ARENA contra a bancada do MDB e os arenistas contra os arenistas. Não sei se esse saudosismo vem do jornalista, só sei que é um jornalista brilhante, pois encaminhou muito bem toda a propaganda do Governo passado. Então, naturalmente, está com essa saudade... porque também quis jogar em mim essa picha, afirmando na sua coluna há poucos dias, que eu tinha me voltado contra a minha liderança, quando assumi aquela CPI, em consequência, em concordância com o aparte que dei ao nobre Deputado Chagas Vasconcelos, chegando a afirmar que aquilo que eu afirmei não poderia retirar. Nunca houve rebeldia de minha parte... Anteontem ele disse que os senhores deputados deviam se preocupar mais com os grandes problemas que interessam à economia cearense e não se atentando sobre assuntos pessoais, fazendo alusões ao Governo passado, às administrações passadas. Senti que o noticiarista quer defender o Governo a que ele serviu... porque não admito, como deputado, qualquer advertência de forma tendenciosa, como esta notícia... porque a Secretaria ainda não tem nome...

O deputado Paulino Rocha defendeu o jornalista Tancredo de Carvalho, alegando que “não podia deixar passar em branco” na sua condição, “antes da de deputado”, a de jornalista, para “jogar a flecha de tendencioso” em um “dos mais brilhantes jornalistas” da terra, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e que, ao entregar o cargo de Assessor de Relações Públicas a Newton Pedrosa, outro “brilhante” jornalista, ouviu do atual governador Aduino Bezerra “os maiores elogios que poderiam ser feitos a um

homem que estava entregando o governo”. O deputado considerou Tancredo de Carvalho um “brilhante jornalista, “honra e glória da imprensa cearense” e concluiu o pronunciamento ao solicitar que fosse registrado nos Anais da Casa o seu protesto.

Ao citar a lealdade do jornalista, Paulino Rocha declarou que, ao contrário, eram “poucos” os leais da Casa e acusou os deputados de estarem “negando todas as mensagens do Governador Cesar Cals, com a finalidade única e exclusiva de serem agradáveis ao Governador Adatao Bezerra”. Ele lembrou que nesse mesmo dia, possivelmente, teriam uma Sessão Extraordinária, na qual deveria ser aprovado o nome do Dr. Evaldo Ponte, que fora anteriormente negado pela Casa, “única e exclusivamente para fazer raiva” ao ex-governador.

O deputado Paulo Benevides refutou a argumentação do colega, alegando que o jornalista citado, através de coluna do jornal O Povo, “chegou a dizer que o Governador Plácido Castelo não havia reconduzido ao Conselho de Educação a Professora Maria Antonieta Cals de Oliveira, que era irmã do futuro Governador”. E, assim, cometeu “uma grande injustiça porque já estava decidido e o Governador Plácido Castelo nunca teve a intenção de afastá-la”. Acusou o jornalista de fazer intrigas com César Cals e Plácido Castelo, o mesmo que estava “procurando fazer entre as duas bancadas e o Governador Adatao Bezerra” (ANAIS: Ses. 03 abr. a 8 mai., 1975, p. s/n).

No dia seguinte, o deputado Paulo Benevides volta a discutir o assunto das críticas da imprensa ao Legislativo e lê a seguinte nota publicada no jornal O Povo:

HORA DE PERSEGUIR

Um velho prócer arenista chamava-nos, ontem, a atenção para o fato de que no atual período legislativo nenhum deputado ainda se preocupou em levantar temas sérios e importantes para debatê-lo em plenário.

As crises que afetam os setores comerciais e industriais do Ceará estão sendo simplesmente ignoradas pelos deputados que, a esta altura, só pensam em assediá-lo o Governo na pressuposta idéia de denunciar escândalos e irregularidades

A preocupação quase generalizada é de procurar esmiuçar as realizações do Governo passado com o único intento de destruir e gerar conflitos internos entre os que se colocam em posições adversas.

Já é tempo de a Assembléia compenetrar-se de seu verdadeiro papel. Naquela Casa pontificaram figuras as mais expressivas da política cearense. Homens de lutas e cidadãos responsáveis. É preciso acabar com essa idéia de perseguição e só querer encontrar o lado negativo das coisas.

Há tantos problemas insolúveis à espera de debates e sugestões para os quais deveriam se voltar as atenções da Casa. Ao invés de pedirem comissões de inquérito para apurar este ou aquele caso isolado, seria de bom alvitre que os deputados criassem grupos de trabalhos para estudar a problemática sócio-econômica cearense, pois só assim estariam cumprindo bem a missão que lhes foi confiada pelo povo.

Que a observação desse experiente parlamentar sirva de reflexão para aqueles que até aqui só tentaram destruir, abrir frentes de lutas para perseguir pessoas e nunca idéias, como seria o normal a se esperar. Está na hora de mudar essa lengalenga e entrar numa outra faixa.

O deputado interrompe a leitura para contradizer o articulista, lembrando que os representantes das diferentes bancadas têm ocupado a Tribuna inúmeras vezes e ocupam “todo o expediente com assuntos de grande interesse”, que não discutem questões de “caráter pessoal”, a não ser “para rebater acusações desta maneira.”

O deputado Aquiles Peres Mota também solicita um aparte para defender o Legislativo, declarando que “todo mundo se sente com o direito de fazer críticas ao Poder Legislativo”, porque como “é uma Casa de vidro”, todos podem assistir às sessões públicas e o povo que comparece nas galerias, ouve e acompanha os debates, vê que não são discutidos assuntos de interesse pessoal, sempre está em debate o interesse público e acrescenta:

[...] Agora se houve de determinado noticiário, no caso do jornalista Tancredo Carvalho, segundo aqui uma nota oficial “Honra e Glória da Imprensa Cearense”, porque os demais não são honra e glória, só é ele, segundo o que ouvi aqui, os demais são jornalistas, mas não merecem esse qualificativo. Segundo o que se pode traduzir, é que ele está se limitando a criticar a Assembléia, não é o deputado não, eu sou muito aberto à crítica ao diálogo..., agora o que se observa nas manifestações do jornalista Tancredo Carvalho é exatamente que critica a Assembléia, que a Assembléia não está cumprindo com seu dever. Isso que V. Exa. leu, que os deputados não se preocupam com coisa séria. Eu pergunto se um deputado for a esta Tribuna para falar sobre estrada, sobre saúde pública, sobre ensino, sobre tudo mais, não está se preocupando com os interesses públicos?

Aquiles Peres Mota continuou o pronunciamento acusando o jornalista de não vir pessoalmente à Assembleia e de receber

informações de outras pessoas. Admitiu que ele tinha o direito de defender o Governo César Cals, ao qual serviu e acusou-o de ter trocado “o MDB pela ARENA em troca do emprego”. O deputado declarou que, apesar de ter sido jornalista, não aceitava que nenhum profissional dessa área fosse “intocável”, como a Casa também não era “intocável”. Declarou ainda que o Comitê de Imprensa, ao acompanhar as atividades da Assembleia “não faria essa injustiça” e que só tiveram conhecimento da nota após a publicação. Portanto, solicitou que a Casa se manifestasse em solidariedade aos deputados atingidos pelo artigo do jornalista.

O deputado Paulino Rocha solicitou um aparte para defender o jornalista e declarou ter conhecimento de seu passado no MDB, entretanto garantia: ... “não foi ele, Tancredo, o primeiro nesta terra a mudar de partido para arrumar emprego.” Ao ser acusado pelo deputado Paulo Benevides de não ter ouvido a leitura do artigo publicado no jornal O Povo, Paulino Rocha declarou ler os jornais diariamente, até à madrugada, entendendo que o jornalista ao deixar de escrever o que interessava “à corrente A ou B” se tornava tendencioso, “um menino de recado”, mas justificou a posição assumida pelos jornalistas diante da censura e da situação política que estavam vivendo:

[...] porque V. Exa., tanto quanto eu, sabe, e sabe muito bem, que cada jornal, que cada estação de rádio, que cada estação de televisão é uma defensora de determinado pensamento político. Isso é natural, normal, no regime em que nós vivemos. Eu confesso, repito aquilo que disse ontem, pela admiração que tenho a V. Exa., admiração que já vem de um bocado de tempo atrás, pelo brilhantismo de sua atuação como presidente do Ceará Esporte Clube, enfim pela maneira gentil e cavalheiresca como sou sempre recebido em casa de V. Exa. Eu tenho a impressão que não foi a imprensa que puxou, a imprensa com esta nota das diver-

sas associações de classes, ela está se defendendo. E muito melhor seria, e me permita o direito de falar em nome dela, muito melhor seria que esse assunto fosse sepultado e que não aparecesse um Cristo para ressuscitar o Lázaro, que ficasse mesmo enterrado.

A sugestão do deputado é apoiada por Airton Maia que também elogia a atuação do jornalista no Governo César Cals, sugerindo o encerramento do assunto, mas a discussão continua com o pronunciamento do deputado Paulo Benevides ao se defender e discutir a defesa da posição do jornalista pelo Comitê de Imprensa, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais e a Associação Cearense de Imprensa. O deputado Aquiles Peres Mota, embora declare que a imprensa para ele “tem o maior apreço”, continua:

Agora, um jornalista se dar ao luxo de criticar deputados e não querer o troco, aí é querer a solidariedade dos seus colegas, seria o caso de, cada vez que o deputado fosse criticado receber a solidariedade. Eu tenho a impressão de que o jornalista Tancredo de Carvalho representa o Sindicato do qual é Presidente e foi escolhido por unanimidade porque merece a confiança dos seus colegas. Mas na representação do Sindicato, no momento em que ele ali está escrevendo aquelas notas de “O POVO”, ele não é Presidente do Sindicato, é um jornalista, aqui me permita a expressão que não vai para agredi-lo, mas é um jornalista faccioso, porque está lançando deputado contra deputado, está criando dissensões nesta Casa. Eu sinto dentro da minha bancada isto. Dissensões criadas naquelas notinhas venenosas, sutis, lançadas no O POVO... E talvez nem seja o pensamento do jornal O POVO porque ainda ontem um dos diretores me dizia que não estava lendo as notícias políticas de seu jornal... Ele é o Presidente do Sindicato quando representa fora, solenemente, quando

representa judicialmente, quando representa naqueles atos o interesse do Sindicato. Mas quando ele se coloca a favor de um grupo político, de um bando político contra outro, aí não é o Sindicato, porque o Sindicato não me parece ter cor política. O Sindicato não me parece estar dividido politicamente... O problema todo é esse aí... Ele defende o governador passado, mas ocorre, também deve conter as críticas a esta Casa e a Deputados aqui, nisso eu faço coro ao Deputado Paulo Benevides... Cadê a formação liberal, cadê a formação democrática, porque democracia, segundo eu li em algum lugar, é estado de espírito. Então quem faz a crítica deve ser permeável à crítica, deve aceitar a crítica...

O deputado elogiou o trabalho realizado pelo jornalista Tancredo de Carvalho no Governo Cesar Cals, sendo também apoiado pelo deputado João Viana, como também o jornal O POVO, considerando-o “um jornal respeitado”, um jornal “acatado desde os tempos idos de Demócrito Rocha”, no momento dirigido pelo jornalista Alencar Araripe. Voltou a explicar que “não houve o intuito de criticar a imprensa do Ceará” e elogiou o trabalho e o comitê de Imprensa da Casa. Finalmente, concluiu:

[...] Agora, aceitar porque se critica um jornalista, aí essa crítica seja estendida a toda Imprensa, aceitar também que um jornalista dite normas de conduta para a Assembléia como ele fala de cátedra, como se nós aqui fossemos um bando de imbecis que não soubéssemos o que estávamos fazendo aqui dentro dessa Casa, como se não fossemos homens conscientes, homens experimentados e sabemos ao que vimos e sabemos o que estamos fazendo, sabemos das nossas intenções, do nosso propósito (ANAIS: Ses. 03 abr. a 8 mai. 1975, s/n).

No final do ano de 1975 os conflitos da relação entre a imprensa e o Legislativo são aplacados, quando o deputado Haroldo Sanford ressalta, no Grande Expediente, a importância dada pela imprensa aos pronunciamentos políticos, ao ler o discurso do deputado federal Francelino Pereira, no qual o parlamentar analisa a vida política e institucional do Brasil. Sanford comenta as deficiências advindas do bi-partidarismo, do quadro político-partidário que não mais retrata a realidade brasileira (128ª Ses. Ord., 1ª Ses. Leg. 19ª Legis., em 26 nov. 1975).

Ainda no mesmo mês o deputado Fausto Arruda solicitou a inserção em ata de um voto de louvor à imprensa cearense (emissoras de rádio, televisão e jornais) pela divulgação feita no sentido de promover o Poder Legislativo Cearense perante a opinião pública no decorrer do ano de 1975, o qual foi aprovado (130ª Ses. Ord., 1ª Ses. Leg. da 19ª Legis., em 28 nov. 1975).

As querelas ou críticas dos jornalistas só voltarão a ser questionadas no ano de 1979, quando no dia 7 de junho, o deputado Castelo de Castro, líder do MDB, comunicou que o seu Partido deixava “de tecer qualquer comentário às críticas injuriosas do jornalista e ex-deputado Themístocles de Castro e Silva ao Senador Mauro Benevides e seu filho, deputado Carlos Benevides, por considerar o mesmo inidôneo para tal” (50ª Ses. Ord., 1ª Ses. Leg., da 20ª Legis.).

Por outro lado, a imprensa divulgou o episódio ocorrido com o deputado Aquiles Peres Mota em setembro desse ano, segundo o qual o deputado teria recebido tratamento descortês da Casa Civil do Governo do Estado. O deputado Castelo de Castro, na qualidade de líder de seu Partido, utilizou a prerro-

gativa que lhe conferia o artigo 124 do Regimento Interno, para prestar a solidariedade de sua bancada ao Presidente Aquiles Peres Mota, sendo apoiado pelos deputados (92ª Ses. Ord., 1ª Ses. Leg., da 20ª Legis.).

CONCLUSÃO

Os fatos relatados comprovam a relação ambivalente e conflituosa entre a imprensa cearense e o Legislativo. Embora se tenha constatado que muitos deputados tinham formação ou um passado jornalístico, as acusações e críticas provocaram momentos de insegurança e conflito, diante de posições exacerbadas.

A propriedade dos meios de comunicação pelo empresariado e alguns militares refletiu a tendência política conservadora e crítica do material produzido pelos jornais, no momento em que o Legislativo perdia suas atribuições em favor do Executivo durante o Governo Militar.

Além de estar sob a censura prévia do que era produzido e divulgado, os meios de comunicação buscavam, não só a aceitação do poder governamental, como também a sobrevivência financeira do núcleo empresarial.

Como explica Capelato, na “grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência do mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir.” Portanto, a “informação é um direito público, mas o jornalismo é, geralmente,

uma atividade exercida no setor privado” (CAPELATO, 1994, p. 15, 18).

Embora a interpretação de tais fatos tenha chegado a ser qualificada ou entendida por alguns autores como “fantasias”, e que os “jornalistas são assombrados por mitos primitivos como os imaginados por Jung e Lévi-Strauss”, esse tipo de análise é considerado por Darnton como um “absurdo”. Entretanto, admite ser a redação de notícias fortemente influenciada por “estereótipos e concepções prévias” sobre o que deve ser a matéria. Sem categorias preestabelecidas do que constitui a notícia “é impossível classificar a experiência.” Através dos conhecimentos adquiridos como jornalista, Robert Darnton explica que os repórteres naturalmente escrevem para agradar seus editores, os quais controlam o sistema de recompensas do outro lado da sala, mas não existe nenhuma maneira direta de receber um reforço redigindo a melhor matéria possível, pois predomina a seguinte orientação: “Quanto mais alto o *status* da vítima, mais importante a matéria”. Assim, existe o poder do editor sobre o repórter, como o do diretor sobre o editor, gerando uma tendência na maneira de redigir as notícias, como assinalam os estudos sobre o “controle social” na sala de redação (DARNTON, 1990, p. 72, 74, 91).

Portanto, com o início do período de “distensão lenta e gradual” a relação conflituosa entre a imprensa e o parlamento cearense foi abrandando e não foram identificados nos Anais da Casa os conflitos e as queixas do período anterior.

Geraldo Nobre já definia em 20 de dezembro de 1964, na entrevista publicada pelo jornal Unitário, o papel a ser desempenhado pelos profissionais dos meios de comunicação ao res-

ponder à pergunta do jornalista Pantaleão Damasceno sobre quais eram os requisitos que ele julgava indispensáveis para a valorização do jornalismo cearense:

Em primeiro lugar, que ele seja realmente independente, “dono” de uma opinião sem compromissos partidários, grupos econômicos, ideologias, etc. porque alicerçada inteiramente no conhecimento exato dos problemas e situações e no respeito à verdade; em segundo, que informe “tudo a todos”; ademais, que tenha consciência de sua missão a serviço da coletividade; que seja vibrante e organizado. Para isso, é preciso que haja verdadeiros “jornalistas” e, não somente, bons editoriais, comentaristas e repórteres; escrever bem, ter capacidade de analisar os acontecimentos, ir às fontes das notícias – concorre para conceituar o jornal, mas exige mais, visto como o jornalismo tem a sua técnica e, também, uma “filosofia”, que devem ser observadas... Por fim é imprescindível uma “profissionalização”, pela qual o trabalho nas redações deixe de ser uma ocupação suplementar dos funcionários públicos; jornalista de tempo integral, sem outros compromissos, naturalmente percebendo remuneração condizente com a independência que dele se exige, a qual dependerá do apoio indiscriminado que o público oferecer ao jornal, permitindo-lhe uma grande circulação. Isso, infelizmente não acontece entre nós, gerando o que entendo constituir a maior falha do jornalismo cearense: a indiferença da coletividade pelo que é a máxima garantia do sistema democrático – a imprensa livre. (NOBRE, 2006, p. 163-164).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.).

João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade:** Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: Inesp, 2007.

AZEVEDO, Kátia. **Mutirão:** jornal alternativo do Ceará (1977/1982). Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia – sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia História.** Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. vol. 25, n. 41, jan./jun. 2009.

BONAVIDES, Aníbal. **Diário de um preso político.** Fortaleza: Gráfica O POVO, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CORTEZ, Lucili G. **O drama barroco dos exilados do Nordeste.** Fortaleza: Editoras UFC/EdUECE/ UFPE, 2005.

COSTELLA, Antonio. **Comunicação:** do grito ao satélite. 2. ed. São Paulo: Ed. Mantiqueira, 1984.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

LIMA, Nonato; BORTOLOTTI, Plínio. **Mídia e poder político na atualidade brasileira**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC/UFC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará/Arquivo Público do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins. **Atos Institucionais**: sanções políticas. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

ATAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

270

Ata da 6ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, em 23 de março de 1966.

Ata da 10ª Sessão Ordinária da segunda Sessão da 16ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Ceará, em 8 de abril de 1964.

Ata da 14ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão da 17ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Ceará.

Ata da 139ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 27 set. a 30 nov. de 1968, p. 239-245.

Ata da 115ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 25 set. a 28 nov. de 1969, p. 52.

Ata da 7ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: Atas das Sessões de 23 fev. a 8 abr. de 1969, p. 135, 144-148.

Ata da 8ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: Atas das sessões de 23 fev. a 8 abr. de 1969, p. 155-167.

Ata da 9ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da AL do CE. In: **ANAIS**: Atas das sessões de 23 fev. a 8 abr. de 1969, p. 183, 185-190.

Ata da 12ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: Atas das sessões de 23 fev. a 8 abr. de 1969, p. 211 a 214.

Ata da 19ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 23 fev. a 8 abr. de 1969, pp. 200-304.

Ata da 44ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão da 17ª Legislatura da Assembléia Legislativa do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 9 de abr. a 16 de mai. de 1969, p. 266-268.

Ata da 85ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 1º ago. a 24 set. de 1969, p. 130-134.

Ata da 100ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 1º ago. a 24 set. de 1969, p. 255-257.

Ata da 40ª sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 4 mai. a 16 jun. de 1970, p. 179-180.

Ata da 54ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 17 jun. a 03 out. de 1970, p. 34.

Ata da 40ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 29 mai. a 12 jun. de 1972, p. 25.

Ata da 59ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura da Al do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 17 jun. a 3 out. de 1970, p. 69-73.

Ata da 32ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão da 18ª Legislatura da AL do CE.

Ata da 22ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 3 abr. a 8 mai. de 1975, p. s/n.

Ata da 23ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da AL do CE. In: **ANAIS**: atas das sessões de 3 abr. a 8 mai. de 1975, p. s/n.

Ata da 24ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. In: **ANAIS**: atas das sessões de 3 abr. a 8 mai. de 1975, p. s/n.

Ata da 25ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. In: **ANAIS**: atas das sessões de 3 abr. a 8 mai. de 1975, p. s/n.

Ata da 128ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da AL do CE, em 26 nov. de 1975.

Ata da 130ª Sessão Ordinária da 1ª sessão Legislativa da 19ª Legislatura da AL do CE, em 28 de Nov. de 1975.

Ata da 50ª sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da AL do CE.

Ata da 92ª Sessão da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da AL do CE.

JORNAIS

Correio do Ceará

A CASSAÇÃO. **Correio do Ceará**. Fortaleza, p. 8, 11 abr. 1964.

A CASSAÇÃO de Brasilino é uma tendência da Assembléia. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 9 nov. 1968.

BRASILINO esconde carros em Quixadá. Brasilino: ladrão de carros é mentiroso. Assembléia vai apurar participação do deputado Brasilino no roubo de carros. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 8 nov. 1968.

BRASILINO: trama política. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 12 nov. 1968.

COMISSÃO vê Brasilino na “gang”. Comissão examina hoje acusações a Brasilino. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 11 nov. 1968.

Correio do Ceará, Fortaleza, 098, s.d.

Correio do Ceará, Fortaleza, p. 3, 14 abr. 1964.

Correio do Ceará, Fortaleza, p. 3, 18 abr. 1964.

DEPUTADO acusado de ter vendido licença. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 12 nov. 1968.

DEPUTADO adverte que escândalo da Fazenda pode dar *impeachment*. **Correio do Ceará**. Fortaleza, 25 out. 1968.

... MENSAIS: Solidariedade na AL. **Correio do Ceará**. Fortaleza, p. 3, 15 abr. 1964.

O Unitário

ASSEMBLÉIA cassou esta madrugada sete deputados. **O Unitário**. Fortaleza, 10 abr. 1964.

O Unitário. Fortaleza, p. 2, 3 abr. 1964.

O Unitário. Fortaleza, p. 1, 8 abr. 1964.

O Unitário. Fortaleza, 9 abr. 1964.

O Unitário. Fortaleza, p. 2, 9 abr. 1964.

O Unitário. Fortaleza, 10 abr. 1964.

A REPRESSÃO APÓS O GOLPE MILITAR DE 1964 E A RESISTÊNCIA UNIVERSITÁRIA – ÀS GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

César Barreira¹

Eudes Baima²

Virgínia Bentes Pinto³

¹ Professor Pós-Doutor Titular em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da UFC. Pesquisador do CNPq (nível I-A), líder do Grupo de Pesquisa em “Poder, Violência e Cidadania” do CNPq e pesquisador/gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Violência, Democracia e Segurança Cidadã” do CNPq/NEV. Presidente da Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará. E-mail: cbarreira8@uol.com.br.

² Professor Doutor adjunto da Universidade Estadual do Ceará – UECE, atuando no Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAFIDAM/UECE e no Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE-FAFIDAM/FECLIESC). Atua principalmente nos seguintes temas: política educacional, planejamento, gestão, história da educação e filosofia da educação. E-mail: eudesbaima@yahoo.com.br.

³ Professora Pós-Doutora do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará – UFC. Membro da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Ceará. Tem livros e artigos publicados no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. E-mail: vbentes@ufc.br.

Em 2013 foi criada, em comum acordo entre os reitores da UFC e UECE, uma “Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará”. O Artigo 1º da portaria conjunta - UECE-UFC nº 01, de 09 de julho de 2013, diz que: “Fica criada, na Universidade Estadual do Ceará e na Universidade Federal do Ceará-UECE/UFC, a Comissão da Verdade, destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar com apoio de setores civis, que vigorou no País de 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes das duas Universidades”. Esta comissão foi nomeada de uma forma paritária envolvendo professores, estudantes e funcionários de ambas as instituições. As contribuições desta Comissão servirão de subsídios para a Comissão Nacional da Verdade, no que se referem, fundamentalmente, à identificação e a informações sobre professores, alunos e funcionários presos, e que sofreram torturas, desapareceram ou foram mortos, bem como os docentes que foram banidos e os alunos impedidos de frequentar as universidades. Neste sentido, é importante descrever o cenário político e acadêmico com origem o golpe militar de 1964, que possibilitou as graves violações dos direitos humanos, como também o desvendar de fatos e circunstâncias destas violações.

A Comissão das Universidades do Estado do Ceará trabalha, principalmente, como fonte de dados, os documentos oficiais dos órgãos de segurança, bem como livros, teses acadêmi-

cas, vídeos e filmes que retratam este período; como também os depoimentos prestados à Comissão por professores, estudantes e funcionários vítimas dos órgãos de repressão, bem como de pessoas que se presume tenham ciência de fatos referentes às violações de direitos humanos nas duas academias. Estas três fontes ocupam e possuem lugares diferenciados na montagem dos dados sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do Estado do Ceará. Os documentos oficiais dos órgãos de segurança foram elaborados e montados pelos próprios servidores com suporte em práticas de investigação e de denúncias obtidas de forma clandestina, tendo como base uma prática ilegal de infiltração no cotidiano das universidades. Os livros, teses acadêmicas, filmes e vídeos são trabalhos elaborados com amparo em investigações em arquivos e documentos e com esteio em pesquisa de campo, podendo envolver entrevistas e relatos pessoais. Os depoimentos de pessoas, que passaram por violações dos direitos humanos, ocupam lugar central nas configurações de reconstituições da memória de uma verdade, ainda em grande parte negada ou não conhecida. Os depoentes foram escolhidos ou selecionados com amparo de uma pesquisa exploratória, com pessoas que vivenciaram os momentos mais intensos de repressão nas universidades e que conheciam professores, estudantes e funcionários que haviam sido expulsos da vida acadêmica, presos ou submetidos a vida clandestina. Preparada uma lista inicial de nomes, esta foi sendo acrescida de novas indicações. O rol dos depoentes convidados foi elaborado da maneira mais ampla possível, buscando cobrir um conjunto plenamente representativo em termos de momentos históricos vividos, inserções políticas e gravidades das violações sofridas.

Tenciona-se, neste artigo, trabalhar na perspectiva de dar conta das “primeiras impressões”,⁴ dos dados coletados, ainda não concluídos, da Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará.⁵ As “primeiras impressões” foram sedimentadas, impende destacar, por três aspectos: o controle dos órgãos de repressão no cotidiano das universidades, por práticas ilegais, contrárias, totalmente, a um Estado Democrático de Direito e, de outra parte, pela resistência, principalmente do movimento estudantil. Esta resistência configurou-se de maneira larga, envolvendo jovens voluntariosos e idealistas que visavam politicamente ao fim do regime militar e, academicamente, a melhoria das condições de ensino e pesquisa, bem como a ampliação de vagas nas universidades públicas.

Analisar a documentação relativa à ditadura militar no âmbito das universidades públicas do Estado do Ceará, no período de 1964 a 1985, implica adentrar o terreno de uma violência política cometida contra a comunidade acadêmica dessas instituições e abordar as práticas adotadas pelos órgãos de repressão do Estado brasileiro. Essa realidade tenta privilegiar alguns aspectos envolvidos nas práticas da ditadura, atentando para as ações e práticas dos órgãos repressores. Nesta perspectiva, buscou-se desvendar e revelar o lado obscuro, como ganhou notoriedade a expressão “dos porões da ditadura”. Como uma testemunha expressou, “no primeiro momento não queria prestar este depoimento, mas depois pensei, enquanto tiver uma pessoa defendendo a volta da ditadura, prestarei estes de-

⁴ Preferiu-se a dicção “primeiras impressões”, que denota a primeira aproximação com os dados, em relação ao termo “indícios”, que exprime informações não totalmente comprovadas.

⁵ Gostaríamos de agradecer a Helena Serra Azul, membro da Comissão da Verdade das Universidades do Estado do Ceará, pela sua participação efetiva nos depoimentos colhidos pela comissão.

poimentos para mostrar o lado cruel deste regime” (aluno de Medicina, exilado no Chile e Alemanha, membro do PCdo B). Assim, considere-se que o povo brasileiro e, no caso, o cearense, tem direito a conhecer a verdade - para que as reparações dos prejuízos sejam concretizadas - mesmo que não de modo integral, pois as sequelas são indizíveis e infindáveis _ e os responsáveis pelas violações dos direitos humanos sejam punidos com as mais altas penas, embora se saiba que isso jamais se efetivará a contento.

Tal observação está ratificada pelos Artigos 25, 26 e 27 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. O Art. 25 assegura que “É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção”. No § 2º, fica assegurado que “O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo”. Já o Art. 26 determina que: “As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas”. Com relação aos responsáveis pela definição do grau de sigilo de informação no âmbito da Administração Pública, o Art. 27 determina no I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: a) Presidente da República; b) Vice-Presidente da República; c) ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; d) **comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica** (realçou-se). Assim, passados 50 anos da “ditadura militar”, os militares ainda estão em cena, quando o assunto é o “sigilo de informações” e isso precisa ser observado, pois, como diz o Professor Fabio Konder Comparato, em uma

[...] república, ninguém pode exercer o poder em benefício próprio ou de grupos ou de corporações às quais pertença, mas para mas para a realização de bens públicos, que é o bem do povo (*res publica, res populi*). Todos os atos oficiais dos agentes públicos devem ser submetidos ao regime de integral publicidade. Todo cidadão tem o direito fundamental de saber a verdade e tomar conhecimento daquilo que foi feito em nome do povo, do qual ele, cidadão, é um dos componentes (2006, p. 635).

Esse pensamento é ratificado no Inciso XXXIII do Artigo 5º da Constituição de 1988 ao assegurar que

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL... 1988).

É, pois, pautados nesses argumentos que a Comissão da Verdade das Universidades do Ceará traz à baila os “corredores” das ações dos militares, junto, principalmente, ao movimento estudantil, ocorridos no período de 1964 a 1985. Sob esse prisma da repressão, a Comissão estabeleceu as estratégias de análise e tratamento da documentação, observando os discursos próprios desse contexto, que se configura como um ambiente rico de sentidos e significados, não somente para quem viveu esse período, mas também, para aqueles que buscam estudá-lo e compreendê-lo, com o escopo de chegar a uma possível verdade dos fatos.

TESTEMUNHOS DE UM PERÍODO DE ILEGALIDADE

Este item do artigo está dedicado a sintetizar as ações ilegais exercidas pelo aparelho policial-militar da ditadura no âmbito

da repressão desenvolvida contra estudantes, professores e funcionários das universidades públicas cearenses.

Quanto a este universo, vale lembrar que, no período examinado pela Comissão da Verdade UFC-UECE, a Universidade Federal do Ceará (UFC) já estava constituída como tal (criada em 1954 e instalada em 1955), mas o que hoje é a Universidade Estadual do Ceará (UECE) se configurava como um conjunto de instituições isoladas (faculdades), de dependência estadual, algumas com gestões laicas e outras sob administração da Igreja Católica, como é o caso daquela situada no Município de Limoeiro do Norte. Fica, assim, entendido que a UECE, na maioria dos depoimentos, aparece na forma de instituições, então isoladas, que viriam a participar de sua constituição como universidade em 1976.

Particularmente, a Comissão da Verdade UFC-UECE se debruçou sobre as manifestações de resistência encarnadas no movimento estudantil universitário cearense, do qual fez parte a totalidade dos depoentes ouvidos por ela até esta etapa. Ressalte-se, contudo, que a repressão policial se abateu sobre o conjunto da comunidade universitária, atingindo, além de estudantes, vários professores e funcionários das instituições, instalando uma ruptura na vida acadêmica que cobra, ainda hoje, um pesado tributo quanto à ciência e à tecnologia cujo desenvolvimento foi interrompido, sem falar, como lembrou um de nossos depoentes, no corte sofrido por toda uma geração de dirigentes políticos forjados na vida universitária e que não pôde se desenvolver e florescer.

Ao contrário do que se possa imaginar, malgrado o fato de que os atos institucionais baixados de 1964 a 1968, com destaque

para o AI - 5, e a própria Constituição outorgada pela ditadura, em 1967, configurarem um aparato jurídico de exceção, incluindo a cassação dos direitos humanos mais básicos, a julgar pelos depoimentos, a maioria das ações repressivas foi praticada de maneira ilegal e/ou clandestina, mesmo no concernente à legislação autoritária em vigor. Obviamente, tais ações, à margem mesmo do aparato judicial então vigorante, se combinavam com o uso da legislação ditatorial, de forma que sequestros, torturas e assassinatos, não raro, se desdobravam em processos judiciais que frequentemente conduziam a uma condenação formal e cumprimento de pena de privação de liberdade.

A seguir, são resumidos alguns casos que ilustram esta situação e que emergem dos depoimentos prestados pelos atingidos por graves violações dos direitos humanos no período de março de 1964 a janeiro de 1985, quando o regime ditatorial foi formalmente encerrado, mesmo que tenha deixado atrás de si um conjunto de salvaguardas autoritárias que constituem o que se convencionou chamar de entulho, em parte não removido pela Constituição Federal de 1988.

PRISÕES ILEGAIS E SEQUESTRO

Praticamente a totalidade dos depoentes vitimados pela repressão foi detida e presa ilegalmente, com encarceramentos de variadas durações, mas que, na totalidade, nunca obedeciam a qualquer norma legal.

As prisões/sequestros começaram ainda antes do AI-5, como foi o caso de José Machado Bezerra. Estudante de Física na UFC, Machado foi preso antes da decretação do AI-5, na fábrica Brasil Oiticica, em panfletagem em solidariedade às cas-

tanheiras em greve da CIONE – Companhia Industrial de Óleos do Nordeste (fábrica de beneficiamento de Castanha-de-Caju). Na ocasião, Machado era beneficiário de bolsa de pesquisa e trabalho na Universidade. Nessa panfletagem, foi detido a mão armada, junto com o funcionário da UFC conhecido como Dantas. Machado ficou detido incomunicável na Polícia Civil, sendo depois transferido para a Polícia Federal, onde sofreu intimidação com ameaça de morte. Em seguida, passou dois meses preso em uma sede da PM, até que recebeu atendimento da advogada Wanda Sindou, que conseguiu relaxamento da prisão. Como em outros casos, a prisão ilegal resultou num processo judicial, com julgamento na Auditoria Militar, onde foi condenado a seis meses, dos quais já havia cumprido dois, pagando os meses restantes em uma das Academias da Polícia Militar, sem rigor carcerário.

Ele foi preso em 1972, em condições diferentes da prisão de 1968. No 23º BC, foi, segundo pensa, entregue à equipe de Fleury,⁶ onde foi recebido já com tortura, enquanto era apresentado a membros de grupos de repressão MAC e CCC.⁷ Logo foi submetido a choques elétricos, pau-de-arara, afogamentos, etc. Machado relata que, enquanto estava no “pau-de-arara”, foi submetido a choque e golpes na palma da mão e na planta dos pés, além de uma técnica de tortura chamada banho chinês. Machado atribui esta prisão à denúncia de Gilberto Telmo,⁸ sob

⁶ Sérgio Paranhos Fleury, temido chefe da Operação Bandeirantes, braço ilegal do DOI-CODI paulista, celebrizado pela selvageria particular como conduzia os interrogatórios de militantes de grupos de esquerda.

⁷ Movimento Anticomunista e Comando de Caça aos Comunistas.

⁸ Gilberto Telmo, antigo militante da Ação Libertadora Nacional – ALN, foi um dos chamados “arrepentidos” que se pronunciaram nos meios de comunicação aderindo ao regime e estigmatizando os grupos da resistência antiditatorial, tendo prestado conhecido

acusação de falsificar placa de carros para ações, ser líder de “grupo de fogo” e ter feito treinamento para luta armada. Muito machucado e debilitado, foi confinado em posição de tortura numa solitária. Foi ainda suspenso de ponta-cabeça, sendo espetado com uma agulha no peito. Nesta ocasião testemunhou a tortura do médico Roberto Bruno, acusado de atender um militante da ALN. Também foi ameaçado de morte. Durante esta prisão foi, segundo assevera, interrogado na presença de Gilberto Telmo e Edna Veras, apresentados como convidados, não como presos. Mantido sob prisão e maus-tratos durante quatro meses, cumpriu pena e, em seguida, foi encaminhado para o Instituto Penal Paulo Sarasate (INPS).

José Machado foi novamente preso, mais uma vez sem qualquer mandado judicial, em 1974, quando se empenhava em angariar solidariedade a presos políticos mantidos no IPPS e que se encontravam em greve de fome. Curiosamente, foi detido enquanto lanchava num tradicional bar do bairro Parangaba (Bar Avião), em Fortaleza, e onde, coincidentemente, se reuniam militantes do PCdoB. Reconhecido pela repressão, foi detido para que revelasse o paradeiro de Rui Frazão, dirigente do PCdoB. Desta vez, foi transferido para Recife, em avião do Correio Aéreo. Na Capital de Pernambuco foi imediatamente transportado para a sede do 4º Exército. Foi submetido à tortura da argola, e passou nove dias sem comer. Interrogado durante todo o dia, foi submetido a todas as torturas já descritas. No nono dia, a tortura parou e lhe foi dado, depois de nove dias sem comer, café com sal, o que provocou “agonia” no preso. Fi-

depoimento neste sentido no programa Fantástico, da Rede Globo (<http://www.youtube.com/watch?v=CRanvTtoCk4>). Vários depoentes reconhecem nele, uma vez reconvertido em aderente da ditadura, um agente da repressão, a quem se deve a “queda” de vários militantes, enquanto outros reconhecem sua presença nos interrogatórios e sessões de tortura.

nalmente, conseguindo enviar um bilhete à mãe, dizendo onde ele estava, e tendo Dom Helder Câmara tido conhecimento da mensagem, foi providenciada a ida de sua família ao Recife. Neste momento, no entanto, Machado já estava de volta a Fortaleza, tendo sido solto num terreno baldio próximo à Av. Sargento Hermínio. Esta prisão se caracterizou por total ilegalidade em todas as etapas, não gerando nenhum processo.

O depoimento de Valter Pinheiro, estudante de Letras da antiga Faculdade de Filosofia do Ceará, hoje Centro de Humanidades da UECE, também dá conta da ilegalidade das prisões e, obviamente, da prática de tortura. Sua primeira prisão, em 1971, seguiu o molde da ilegalidade e da clandestinidade. Em março ou abril deste ano (o depoente não soube precisar o mês), após um comício- relâmpago promovido pela organização de que fazia parte na época, o PCBR, uma onda de quedas se abateu sobre o grupo.

Alguns dias depois da citada ação, a polícia política invadiu a casa de seus pais com violência. O depoente estava dormindo e acordou com a chegada dos agentes de polícia. Perguntaram por “Valter Pinheiro”, e o depoente se apresentou, enquanto vasculhavam sua casa em busca de “material subversivo”. A única coisa que os policiais puderam levar, na sua prisão, foram as publicações legais. Ficou em isolamento, sendo depois chamado a interrogatórios que duraram vários dias, na sede do 23º BC, onde os interrogadores não lançaram mão da tortura. Alguns dias depois, foi encapuzado e levado para outro ambiente por pessoas que não conhecia, onde foi espancado. Valter apenas repetiu que não era militante e que não conhecia o PCBR. Depois de 30 dias foi liberado.

Em 1973, quando não estava mais exercendo militância em nenhuma organização política e exercia o magistério na Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte, depois convertida em unidade da UECE, teve a casa onde morava com sua esposa invadida e vasculhada, o que resultou em nova prisão sob pretexto de ter um cartaz da Revolução Cultural chinesa em seu poder. Na noite da prisão, foi levado para uma cela no subsolo da sede da PF. No trajeto, reconheceu José Osvaldo Bezerra, antigo estudante de Letras, companheiro da época em que militava no Movimento Comunista Internacionalista (MCI), do qual se desligara há quatro anos, o que levou o depoente a concluir que houvera uma queda no MCI.

Seguiu incomunicável até ser chamado para o primeiro interrogatório, no qual o agente se mostrava tranquilo. O conteúdo das perguntas era sobre localização de “aparelhos” e principalmente sobre o destino de Gilvan Rocha, do MCI, que, de fato, o depoente não via desde seu desligamento do MCI.

Entrou em cena, então, o Dr. Xavier, que determinou que os interrogatórios passassem para a noite. À noite, encapuzado, foi transferido para local não identificado e distante. Valter percebeu que trafegaram por estrada carroçável e atravessaram um riacho e uma cancela que foi mencionada pelos seus captores. Chegando ao local, foi totalmente despido e teve as mãos amarradas e deitado no chão. Segundo o depoente tinha abandonado a esperança de sair vivo do lugar. Depois de ser preparado para a tortura com choque elétrico, começou a ser interrogado sobre o paradeiro de Clovis Tavares Pinheiro (Gilvan Rocha). Desde então, cada negação era retribuída por uma descarga elétrica, que ia aumentando de intensidade a nova pergunta. As descargas não permitiam sequer gritar e reagir convulsivamente. Não

sabe quanto tempo durou a primeira sessão, nem em que compartimento da edificação se encontrava. Sentia como se houvesse milhares de agulhas lhe penetrando o corpo, fruto de um gerador de corrente contínua. Depois soube que a máquina de choques – “Pianeto” – fora inventada pelo empresário Albert Boilesen.⁹

Nos dias seguintes, foi levado de novo pelo mesmo trajeto, provavelmente para a casa onde foi submetido a iguais torturas. Na terceira viagem, convencido de que não sairia vivo, Valter decidiu não falar mais nada, o que ocasionou nova sessão de tortura. Também dessa vez identificou a voz e os modos de tortura do Dr. Xavier, identificado depois, por Valter, como chefe da tortura. Depois os agentes de segurança foram orientados a levá-lo para um andar superior da casa, onde foi colocado (no que pensa) em uma mesa úmida. Foram jogados gelo e água gelada nos órgãos genitais para, conforme informação de Xavier, ser castrado. Não sabe se sugestionado, ficou sem sentir seus órgãos genitais. Dada a ordem para a castração, desmaiou, só acordando na sede da PF, onde hesitou muito até verificar que não haviam praticado a castração.

Outro caso de prisão totalmente ilegal e com marcas da clandestinidade, como no evento anterior, foi o caso do estudante de Agronomia, Aimberê Botelho do Amaral. Ingressou em 1969 na UFC e militava no PCdoB, quando foi flagrado numa pichação. Foi levado num carro de rádio-patrolha para o 23º BC. Foram 33 dias de interrogatório, no 10º GO, com torturas, como choque elétrico, mas o espancamento mais duro foi o realizado por agentes da Polícia Federal. Eram dois interrogadores: um que conduzia

⁹ Empresário dinamarquês radicado no Brasil, presidente da **Ultraz** e fundador do Centro de Integração Empresa-Escola, identificado como um dos financiadores da tortura no Brasil, e mesmo como participante das sessões de martírio. Cf. o filme Cidadão Boilesen (<http://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>).

as perguntas e outro encarregado do espancamento. Tinham cuidado para não deixar provas dos maus-tratos.

No fim dos 33 dias, em que ficou ilegalmente isolado, teve acesso a um advogado. O comandante do inquérito, aberto depois de tanto tempo de detenção, foi o major João Alfredo, o mesmo que conduziu vários interrogatórios e torturas. Neste caso, o depoente relatou a presença de médico do exército que assessorava as sessões de tortura.

Depois da visita da advogada Wanda Sidou, as torturas foram amenizadas. A advogada o instruiu sobre como responder ao interrogatório. Encerradas as sessões de tortura, foi levado de volta ao 23º BC, onde chegaram muitos militantes presos. Nessa época, chegaram os prisioneiros da famosa ação de São Benedito (ALN). Houve nesse momento muita tortura psicológica para quebrar os prisioneiros.

Neste sentido passou a ter companhia, o que melhorou a situação, mas as pressões e humilhações prosseguiram, inclusive com a proibição de entrada de produtos, como cigarro. Tudo era tratado com o ritual da intimidação armada.

Finalmente, Aimberê e outros presos foram transferidos para o IPPO. A transferência foi uma operação de guerra que fechou a avenida 13 de maio e a BR-116. Foi transferido sem ser julgado. Só foi julgado oito meses depois, quando foi absolvido e solto imediatamente.

Mais uma vez, a ilegalidade da prisão passa por um processo de legalização, resultando numa ação judicial formal que ensejou uma pena de oito meses de confinamento.

Eventos de entrar para a clandestinidade de estudantes foram bastante recorrentes. Um caso paradigmático foi de Carlos Augusto Diógenes, estudante de Engenharia Civil da UFC, admitido em 1964, que, tendo concluído o curso em 1968, não teve condições de ser diplomado, em razão de já ser procurado pelas forças repressivas. Exercendo, mesmo sem certificação, sua profissão, Carlos Augusto se tornou clandestino sem ter passado pela prisão. Mesmo assim, teve sua atividade de dirigente do PCdoB registrada no Estado da Bahia, o que deu ensejo a um processo criminal no qual foi condenado, à revelia, a quatro anos de prisão, não cumprida e revogada pela Lei de Anistia de 1979.

Outro caso marcante foi de Manuel Fonseca, estudante de Medicina da UFC, admitido em 1967. Já havia sido punido com base no Decreto 477. Com a prisão da irmã, Rosa da Fonseca, como ele, militante da Ação Popular (AP), sua foto saiu no jornal O Povo, o que o obrigou a ir para a clandestinidade, indo morar em Campina Grande-PB, com nome falso, onde ingressou como operário na fábrica de fogões Wallig, enquanto a esposa se empregou na Springer, de ar-condicionado. Nem chegaram, porém a oito meses de trabalho, porque veio orientação da direção da AP de saírem de Campina Grande, por motivo de segurança. Foram então para a cidade de Abreu e Lima, próximo do Recife, trabalhando na indústria têxtil, em Paulista, depois de fazer curso no Senai. Depois foi para uma fábrica de alumínio em Goiana, mantendo-se distante de Fortaleza porque já estava condenado à revelia na Justiça Militar.

A esta altura, 1970-1971, a AP estava sendo desmantelada, e Fonseca não queria saber o que se passava no partido,

pois já previa a prisão, fazendo com que ficasse à parte da vida partidária, inclusive no momento da integração parcial da AP ao PCdoB.

Na fábrica de alumínio, em certo dia, foi chamado à diretoria, de onde já saiu preso e levado encapuzado, o que se seguiu da detenção de sua esposa e filhos. Fonseca não sabe dizer o ano exato em que ocorreram as prisões, estimando que devem ter ocorrido em 1972. Não se lembra de onde ficou preso, mas sabe que ficou em cubículo individual. Logo foi submetido a tortura, sendo questionado sobre seus contatos com membros da AP, mas, como não tinha muitas informações, o que, depois de certo tempo, ficou claro para os suplicadores, teve a sevícia interrompida.

Neste período de prisão clandestina e ilegal, foi separado de seus dois filhos, sendo que um ficou aparentemente internado, e outro em poder de um dos torturadores, ação sem fundamento legal. Depois da prisão, foi transferido para o quartel dos bombeiros de Pernambuco e, a seguir, para o IPPO, no CE, por conta de sua primeira condenação na Capital cearense. Nesse momento, se iniciou o segundo processo, decorrente da prisão em Pernambuco. Nesse período, cumpriu a primeira pena e voltou para a faculdade, sendo aceito pelo coordenador do curso.

O depoimento de Fonseca aporta um elemento muito importante na caracterização da atividade da repressão como ilegal e operada de forma clandestina, pois considera que seus filhos foram sequestrados durante os 40 dias em que durou sua prisão e a de sua esposa, também presa e torturada.

Como produto do segundo processo, foi condenado a um ano, e voltou a ser preso, interrompendo mais uma vez o curso de Medicina que tinha retomado após a primeira prisão.

Um caso particularmente interessante no que tange à atividade ilegal do aparelho policial-militar é de Marcus Sampaio, estudante de Engenharia da UFC, admitido em 1966, que completou sua formação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1972, para onde se transferiu em função de seu engajamento no movimento estudantil, na qualidade de militante do PCdoB, sob ameaça de processo com base no Decreto 477.

Afastado há vários anos de atividade política, exercia sua profissão na empresa *Burroughs* (atual Unisys), de São Paulo. Na empresa, o gerente estadunidense o informou de que venderam um “supercomputador” para o setor de inteligência do Exército, CIEX, em São José dos Campos, e que ele seria o funcionário com qualificação suficiente para o treinamento dos militares no manuseio do equipamento.

No período de treinamento nas instalações do CIEX, um dia, foi solicitado a comparecer à diretoria para falar com alguém. Já era a OBAN, de São Paulo, que, o tomando por um infiltrado nas instalações militares, o sequestra. Seu transporte para a capital foi em si mesmo um episódio de tortura psicológica e física dentro do veículo. Lembra-se, particularmente, de uma técnica de espancamento do joelho especialmente dolorosa, mas que deixava os ossos intactos. Passou 15 dias incomunicável na OBAN, onde foi submetido a todo tipo de tortura, inclusive choques elétricos. Todo o interrogatório se deu em torno de sua militância no PCdoB em Fortaleza, mas o problema estava ligado a sua presença no CIEX. Marcus Sampaio relatou à Co-

missão que, nesse momento, presenciou a saída do cadáver de Alexandre Vannuchi Leme, da OBAN, fato já declarado no dia do seu julgamento.

Depois que constataram que o preso não tinha informações, o transferiram para uma cela com vários presos políticos, até que foi levado para o Campo de Marte-SP, onde foi embarcado, sempre sob ameaça de morte, para o Ceará. Ficou encarcerado no IPPS, onde cumpriu prisão preventiva por um ano. Utilizou seu julgamento para denunciar o caráter ilegal de sua prisão, bem como de sua retenção no IPPS.

Marcus Sampaio foi absolvido, conseguiu voltar para o trabalho, mas perdeu todos os benefícios da carreira, além dos salários do período em que permaneceu preso.

Os depoimentos ora resumidos atestam que a ditadura militar, tendo erguido um aparato jurídico próprio, em moldes alheios aos cânones democráticos elementares e ao respeito mínimo aos direitos universais da pessoa humana, não o considerou suficiente para o exercício do poder.

Embora a marca do autoritarismo seja o traço distintivo dos 20 anos do regime de 1964, o exercício do poder foi amparado amplamente em práticas clandestinas de repressão política, liberando o aparelho policial para o livre curso da violência e da tortura.

Este fato, contudo, não eliminou o amálgama de ações repressivas ilegais e práticas punitivas formais, de forma que prisões com todos os traços do sequestro tenham gerado processos criminais e penas de reclusão.

No conjunto, a relação promíscua entre ações clandestinas e judiciais-formais permitem caracterizar-se o próprio regime militar como ilegal em si, promotor e conivente com graves e irreversíveis violações dos direitos básicos da pessoa humana.

AS AÇÕES DO REGIME MILITAR E A DOCUMENTAÇÃO OFICIAL EM REVISTA

As fases de análise e tratamento das informações e conhecimentos registrados em documentos foram trabalhadas seguindo a orientação da Comissão Nacional da Verdade, buscando levantar os seguintes aspectos: **tipos de documentos, o que abordam e quem são os repressores e as vítimas**. Os tipos de documentos analisados são, em sua maioria, inquéritos, relatórios, informes, atos e ofícios. O caráter da maioria da documentação analisada é de Sigilo, Restrição, Reservado, Urgência e Confidencialidade, como pode ser comprovada pelo carimbo nelas tatuado.

A documentação analisada corresponde ao período de 1964 a 1985, refletindo, principalmente duas constatações.

296

a) A primeira demonstra que os órgãos de repressão tinham uma rede social de informação bem estruturada, mesmo sem os aparatos tecnológicos da contemporaneidade, cercando qualquer “ação suspeita”, classificada como subversiva, pelos órgãos de repressão. Assim ficou evidente, pela documentação do DOPS e do Ministério do Exército. Isso pode ser comprovado se observadas as seguintes passagens de texto:

“OI tomou conhecimento de que o DCE da UFC está convocando todos os estudantes para uma Assembleia geral na terça-feira, 11 mar. 81, pela manhã nos seguintes locais: Campus do Pici, Benfica e Faculdade de Medicina” (Pedido de Busca nº 001/81).

“O Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, estará promovendo no período de 01 a 04 de jul. 81, um seminário de direito agrário.”

b) A segunda, durante esse período, embora houvesse um acompanhamento ou controle dos órgãos repressores, ainda assim, as ações dos Centros e Diretórios Acadêmicos, bem como do Diretório Central dos Estudantes e Representantes Estudantis das Universidades Federal e Estadual do Ceará se faziam presentes em várias ações.

Desde 1965, o movimento estudantil era expresso como principal base que puxava as ações anti-regime militar em Fortaleza. Estas ações eram comandadas, em grande parte, pelas associações estudantis, como, por exemplo: Centro Acadêmico Dias da Rocha, da Agronomia; Diretório Acadêmico Walter Bezerra de Sá, da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará; Centro Acadêmico da Escola de Veterinária da Universidade Estadual do Ceará; Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia - Universidade Estadual do Ceará; Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Universidade Federal do Ceará; Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Ceará; Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará; Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, da UFC; e Diretório Acadêmico Juscelino Kubistchek, da Escola de Administração do Ceará.

Estas ações se configuravam desde o apoio a ações de outros movimentos sociais até a realização de eventos de protestos contra as condições impostas pela ditadura militar na Universidade.

Um aspecto importante nos documentos analisados é que deixam transparecer as competências, funções e atividades dessa rede de perseguição, principalmente ao movimento estudantil, mostrando, ao mesmo tempo, a sua complexidade, bem como as suas falhas. Desse modo, a leitura dos documentos deixa transparecer um espaço de repressão do tipo militar, com cargos e funções direcionados exclusivamente para a perseguição aos nomeados “inimigos” e cuja essência está diretamente associada à violência política.

No material analisado do DOPS e do Ministério do Exército, aos quais se teve acesso, embora que se encontrem fragmentados e com algumas lacunas no tempo, aparece claramente a variedade do que é abordado ou a sua diversificada abrangência, sendo possível mapear alguns sintagmas utilizados pelos órgãos de repressão, conforme mostram os exemplos, a seguir:

“fichado criminalmente sob nº 6369, por exercer atividades subversivas” (25/04/1964).

“Comício subversivo e queima de bandeira americana” (23/09/1971).

“foi realizado um comício relâmpago, de teor subversivo, no interior do Restaurante Universitário (CEU)” (02/07/1971).

“Foram encontrados materiais e anotações que permitiram verificar sua ligação com a subversão da área, possivelmente dando início a uma nova organização terrorista” (02/07/1971).

No que diz respeito às categorias genéricas de terroristas, subversivos e comunistas presentes, na documentação analisada, estes deveriam ser nomeados de “militantes políticos” ou como estudantes ou professores universitários que foram detidos, presos e perderam suas funções. O período após 31 de março de 1964 e a fase em seguida a 13 de dezembro de 1968 (Decreto AI-5), demarcam, claramente, dois momentos, bastante diversificados, nas ações de repressão. O período do golpe de 64 delimita um momento classificado como “operação-limpeza”, com intervenção na Reitoria e nos diretórios e centros acadêmicos. Neste momento ocorre a intervenção no DCE e em alguns diretórios das faculdades, classificados como tendo orientação de esquerda e contrários ao regime militar. Este período também é marcado, dentro da operação-limpeza, a expulsão, a aposentadoria de oito professores: Miguel Cunha Filho, Dóriam Sampaio, Osvaldo Evandro Carneiro Martins, Pontes Neto, Milton Ferreira, José dos Santos Serra, Olavo Sampaio e Padre Arquimedes Bruno. Estas expulsões reforçam a nomenclatura usada para este período de “operação-limpeza”. Para Motta, a

expressão “operação limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados _ comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos. Só quando estes começaram a escassear, e também

quando ficou claro que a ameaça revolucionária fora superdimensionada, as ações repressivas voltaram-se com mais intensidade contra a corrupção (2014, p. 25).

Com o Decreto AI - 5, conhecido como um golpe dentro de um golpe e o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, também chamado de AI-5 das universidades, começaram, principalmente as expulsões e as prisões de estudantes. O Decreto Lei nº 477 estabeleceu rito sumário para demissão e desligamento de professores, funcionários e estudantes que praticarem infração disciplinar considerada subversiva na universidade brasileira. Para os professores e funcionários, a punição de afastamento era de cinco anos e para os estudantes de três anos. Estava decretado um clima de terror e medo na universidade e a desconfiança passava a reger as relações na academia. No início de 1969, como relatado no item anterior, alguns alunos foram forçados a entrar na clandestinidade, ou pelo fato de terem sido expulsos e desligados da universidade ou em decorrência de ameaças de prisões. A lista de expulsão ou desligamento, no início de 1969, é bastante seletiva, concentrando-se marcadamente nos líderes de 1968. Podemos citar alguns: José Genoino Neto, João de Paula Monteiro, Ruth Cavalcante, Inocêncio Uchoa, Pedro Albuquerque, Bergson Farias, Arlindo Soares, Francisco de Assis Aderaldo, Sérgio Miranda e Horácio Frota. Estas expulsões tinham como base o decreto 477, bem como algumas medidas administrativas da Reitoria. É importante assinalar que alguns casos de expulsão não foram realizados via Decreto 477, em razão de recusas do diretor da unidade acadêmica, de que o estudante fazia parte, ou pela recusa do funcionário designado para abrir o processo. Estas recusas

denotam, claramente, a existência de dois blocos no âmbito da universidade: os colaboradores ou adeptos do regime militar e os resistentes, contrários ao golpe de 64 ou defensores de uma autonomia universitária. Nos depoimentos prestados, por estudantes, que foram perseguidos pelos órgãos de repressão, foi bastante destacado o comportamento de alguns professores, podemos dizer que a maioria, de cúmplices ou aliados às mobilizações e lutas dos estudantes. Este comportamento é configurado em um apoio direto às ações dos alunos, mantendo atitudes de respeito e proteção à vida acadêmica estudantil. Um aspecto importante é que estes comportamentos, não necessariamente, decorrem de professores aliados com uma ideologia ou práticas políticas classificada como da esquerda. Como diz Motta:

“Entre os apoiadores do golpe, é importante ressaltar, havia muitos que não desejavam a ditadura, apenas o afastamento de um governo considerado esquerdista demais. Tampouco eram todos contrários à realização de reformas sociais, que, a propósito, muitos dos chefes do novo regime prometiam fazer, desde que respeitados os valores “democráticos e cristãos”. Parte desse segmento “moderado” logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição. Porém, entre professores e estudantes, havia também partidários do golpe que pertenciam à extrema direita, como (ex-)integralistas e outros tipos de anticomunistas radicais (*Ibidem*, p. 35-36).

Do mesmo modo como os aparelhos ideológicos da repressão contavam com todo um aparato para que suas ações fossem concretizadas, ganhando destaque pessoas infiltradas irregularmente na universidade, bem como alguns professores, fun-

cionários ou estudantes que exerciam o papel de colaboradores, o movimento estudantil também se organizava como podia. Nesta perspectiva, estruturava suas redes sociais informais a fim de que suas ações fossem concretizadas. Assim, tinham sua rede sintagmática e paradigmática para divulgar suas ações e se protegerem dos organismos repressores. Entre essas estratégias, destacam-se a produção de jornais, como, por exemplo, o *Jornal Furfural*, da Faculdade de Medicina, e o *Jornal Bizu*, do Diretório Central dos Estudantes. Os panfletos, as vezes jocosos, mantinham um caráter de denúncias permanentes. Para burlar a repressão realizam-se, em vários pontos e lugares, os comícios-relâmpago. Estes são efetivados dentro dos ônibus ou em praças públicas, tendo como mote as denúncias de repressão, bem como convocações para possíveis mobilizações.

No início de 1970, foram criadas, no interior de quase todas as universidades brasileiras, as assessorias de segurança e informação (ASI). A Universidade Federal do Ceará não foi exceção, criando a sua ASI/UFC. A ASI/UFC desempenhou papel de destaque como informante junto aos órgãos repressores, bem como controladora das ações realizadas na Universidade. Todas as contratações de professores e funcionários passavam pelo crivo da ASI, havendo perfeita articulação entre o setor de Recursos Humanos e este órgão, o qual funcionava no próprio prédio da Reitoria. Alguns professores não conseguiram ministrar aula na UFC ou tiveram que esperar alguns anos pela não concordância da ASI. Outro aspecto importante é que qualquer evento organizado pelos estudantes, como festas, atividades culturais ou esportivas, tinham que passar pelo aval deste órgão. Algumas atividades eram negadas, “em nome da ordem pública” e as que eram aceitas, geralmente continham a seguinte ressalva “desde que não fuja ao seu objetivo”. A ASI matinha

uma ficha de todos os professores, funcionários e estudantes tidos como “perigosos”, bem como de todos os frequentadores do restaurante universitário e dos moradores das residências universitárias. A ASI resistiu, mesmo depois do processo de anistia, conforme constatado no que está enunciado no Pedido de Busca de Nº 508/80 : “Informamos a esse Órgão, que Carlos Augusto Assunção de Sousa foi preso e autuado em flagrante no dia 10 MAI, 1980” (Natureza do documento: Confidencial, Reservada, secreto). No dia 27 de agosto de 1986, a ASI/UFC ou ASI/Demec/CE é invadida por estudantes, seguindo uma orientação nacional da UNE, com a intenção de interromper as atividades deste órgão, bem como desativá-lo. As palavras de ordem eram: “Fora daqui SNI”, “UFC não é prisão, abaixo a repressão” .

CONCLUSÃO - UMA REFLEXÃO

Uma reflexão sobre os rastros deixados pelo golpe militar de 1964 nas universidades públicas do Ceará ou uma busca de uma verdade ainda não totalmente revelada conduz a variados aspectos. Um deles poderia ser as distintas posturas, nestes 20 anos de ditadura, de uma violência política. O primeiro período pós-64 é fortemente marcado por um processo de desmantelamento ou uma “operação limpeza” de possíveis opositores do novo regime.

Os episódios de 1963 e 1964 colocaram na primeira linha de tiro do regime instalado em 1º de abril de 1964 o movimento operário e camponês. Naturalmente, todas as camadas da sociedade brasileira foram atingidas pela revogação das liberdades democráticas e dos direitos coletivos e individuais, mas é o

movimento operário, protagonista de uma importante onda de greves no período, tanto de natureza reivindicativa, como de cariz político (pela realização das reformas de base), que vai ser objeto de desmantelamento.

A intervenção estatal nos sindicatos e o uso do aparato repressivo contra seus dirigentes contava já, seja ressaltado, com um arcabouço jurídico legitimador, constituído pelo regime de Vargas, a partir de 1931, com seus traços semifascistas, corporativistas e oficialistas. Deste modo, desde o primeiro dia, o regime militar teve ao seu dispor os meios jurídicos para interditar as direções mais combativas, substituí-las por interventores a soldo do Governo e mesmo fechar as entidades.

O Governo Castello Branco não poupou nenhum destes instrumentos, de forma que, já em 1966 ou 1967, não se podia falar mais de um movimento sindical com traços de independência instalado no cenário da estrutura sindical atrelada, como se verificou nos anos anteriores à ditadura (não sem que esta contradição cobrasse seu preço), quando, mesmo no quadro do sindicato CLT, a classe trabalhadora foi capaz de desencadear distintas mobilizações, inclusive extrapolando o limite puramente sindical para tomar feição política, como na greve dos 300 mil em 1953 e nos anos que antecederam o golpe de 1964.

Ainda que as intervenções, em suas organizações, não tenham sido um impedimento absoluto (pelo menos de forma imediata) à mobilização sindical, como o demonstram contundentemente as greves metalúrgicas de Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968, ou ainda como o 1º de maio em São Paulo (Capital) neste mesmo ano, com a célebre expulsão do governador Abreu Sodré do palanque da solenidade organizada pelas

direções pelegas, o fato é que a pesada ação do regime sobre os sindicatos tirou aos trabalhadores organizados nestas entidades o protagonismo ainda nos primeiros anos da ditadura.

Um fato que merece ainda estudos mais profundos é justamente o de que a queda do regime de 1964 só tenha se tornado nítida, no horizonte, com a entrada em cena do movimento sindical (em particular daquele gestado na região do ABCD paulista) entre 1978 e 1979, com greves operárias maciças.

Incluem-se no rol desta ofensiva desmanteladora, guardadas as evidentes peculiaridades, o movimento sindical rural e as organizações de luta pela terra (não necessariamente sindicais), como as Ligas Camponesas referenciadas na figura de Francisco Julião.

Com efeito, há uma difusão dos movimentos de resistência à ditadura que assumiria as formas que lhe fossem possíveis naquele ambiente de rígido controle policial-militar que marcou o novo regime já nos seus primeiros anos, e que recrudescem com a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

A resistência, então, transbordou para vários setores, que foram das organizações de base da Igreja Católica ao movimento estudantil universitário e secundarista, passando pelos movimentos de alfabetização e educação de base.

O desmantelamento ou a "operação-limpeza" nas universidades, como analisado no corpo do trabalho, ocorreu, clara e principalmente, pela expulsão de alguns professores e na intervenção das entidades estudantis. Este processo, se, no primeiro

momento, leva a um recuo dos movimentos de contestação no interior das universidades, logo em seguida, resurgem as contestações, principalmente por parte do movimento estudantil. As contestações ocupam o ápice em 1968, pois, no Ceará, no dia 27 de junho, foi organizada uma passeata, com concentração na praça José de Alencar, que contou com 20 mil participantes.

Com implantação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, é configurado um novo momento no plano da repressão. É instaurado um clima de terror nas universidades, ocorrendo várias prisões e expulsões de estudantes, forçando a que uma boa parcela deles entrasse na clandestinidade. A ilegalidade, como ressaltado, marca profundamente as prisões, tendo como aspectos delineadores a ausência de processos judiciais e o uso da força e da violência. As prisões ocorriam, na sua maioria, nas residências dos pais dos estudantes, sendo sequenciadas por torturas físicas e psicológicas.

As ilegalidades e não transparências marcavam os processos de expulsão. Em alguns casos, o Decreto-Lei 477 era acionado e em sua maioria decorriam de um ato administrativo da direção da universidade, constando afirmações como: "suspensa matrícula por ordem superior". Nos retornos dos estudantes, depois de vários anos para as universidades, estava novamente marcada a ilegalidade ou não transparência: "reaberta matrícula por ordem superior". Um dos aspectos que demarcam os prejuízos na universidade resultante do golpe de 64 é o tempo que alguns estudantes levaram para a conclusão dos seus cursos, provocados por prisões, afastamentos ou expulsões e a vida clandestina.

Um aspecto importante, na configuração do movimento estudantil, são as perdas políticas e de cidadania sofridas ao longo do tempo. Os espaços políticos e culturais que eram ocupados pelo Diretório Central dos Estudantes e pelos centros acadêmicos são praticamente irrecuperáveis. Estes ocupavam uma pauta acadêmica, política e cultural antes de 64 e totalmente cerceada em 1968. Até 1964, existia na Faculdade de Direito, por exemplo, um “Parlamento-Escola”, que tinha como principal objetivo exercitar a prática parlamentar, servindo de uma escola viva as funções de representação política. O exercício de um viver democrático, com formação de líderes e os embates de ideias e de representação era constituído na prática, em um espaço acadêmico. Havia no espaço cultural e artístico uma intensa movimentação e mobilização, em boa parte concentrada no Centro Popular de Cultura- CPC. Nesta dimensão, surgiam os festivais, os *shows* e as peças de teatro com uma larga penetração no ambiente universitário. O Diretório Central dos Estudantes era responsável e administrava, como afirmado anteriormente, o Restaurante Universitário, bem como as residências universitárias. O DCE tinha assento regular nos principais conselhos universitários, composto por dois representantes: o seu presidente e outro representante, democraticamente eleito. Esta representação estudantil só foi perdida em 1968.

Concluindo esta reflexão, é importante ressaltar e, em grande parte, lamentar que as práticas ditatoriais, no Ceará, castraram e alijaram, em boa parte, da vida política brasileira toda uma geração que estava sendo formada e gestada na prática política estudantil. Uma liderança que vivenciava práticas democráticas, em um clima político de compartilhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar:** cultura política brasileira e modernidade autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Este livro foi composto em Book Antiqua 11/16 e Deja Vu Sans 10/14 e
impresso na gráfica do Inesp.

**AINDA 1964:
HISTÓRIA,
POLÍTICA
E SENSIBILIDADES**

Mesa Diretora 2013-2014

Deputado José Albuquerque
Presidente

Deputado Tin Gomes
1º Vice-Presidente

Deputado Lucílvio Girão
2º Vice-Presidente

Deputado Sérgio Aguiar
1º Secretário

Deputado Manoel Duca
2º Secretário

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Dedé Teixeira
4º Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

José Ilário Gonçalves Marques
Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo
Coordenador

**Francisco de Moura,
Hudson Barros e João Alfredo**
Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni
Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Lúcia Jacó e Vânia Soares
Equipe de Revisão

Site: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701

Fax: (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500